U.PORTO

MESTRADO INTEGRADO

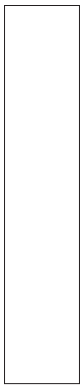
ARQUITETURA

# Contributos para a leitura de um concelho extinto: Santa Cruz de Riba Tâmega

Ana Beatriz Borges Lopes

M

2024



# CONTRIBUTOS PARA A LEITURA DE UM CONCELHO EXTINTO:

## SANTA CRUZ DE RIBA TÂMEGA

ANA BEATRIZ BORGES LOPES

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto,
sob a orientação da Investigadora Doutora Ana Catarina Dinis Costa
e co-orientação da Professora Doutora Carla Alexandra Garrido Oliveira

Porto, 2024

# AGRADECIMENTOS

Expresso a minha gratidão,

Às Professoras Catarina e Carla, com quem pude sempre contar. Pelo acompanhamento e apoio neste percurso, pela partilha de conhecimento, pela sensatez, paciência, constante entusiasmo e pela confiança depositada em mim.

A todos(as) os(as) funcionários(as) das Bibliotecas Municipal Albano Sardoeira e Polo de Vila Meã (Amarante), Biblioteca Municipal Poeta Joaquim Monteiro (Marco de Canaveses), pela ajuda incansável, durante as muitas tardes que passei nestes belos locais.

Ao Arquivo Municipal de Penafiel, pela sua prontidão e colaboração.

Às Câmaras Municipais de Amarante e Marco de Canaveses, em especial ao Sr. António Freitas da C.M. do Marco, pela sua disponibilidade e cooperação.

Ao Sr. António Patrício e ao Sr. Carneiro, pela inestimável partilha dos seus valores e conhecimentos.

Aos meus colegas e amigos de curso e Erasmus, que marcaram significativamente o meu percurso, por anos de amizade, apoio constante e memoráveis encontros.

À Maria Rita, ao Edgar, Eva, Gil e Nipa pelas experiências partilhadas, desabafos e crescimento mútuo.

À Luana, mais que uma colega de casa, uma amiga para a vida, pela presença em cada etapa deste caminho.

À grupeta de sempre, inseparáveis, Custódio, Zé e Diana, pelo vosso espírito único, por realçarem sempre o melhor de mim e por serem uma fonte de felicidade inesgotável.

À Carolina e à Joana, minhas "resistentes", incansáveis companheiras de curso, pelo maior apoio, pelas palavras de coragem, tristezas e conquistas, e por todos os momentos compartilhados que fortaleceram a nossa amizade para a vida.

Aos meus pais, meus alicerces, pelo amor incondicional, por estarem sempre lá e acreditarem em mim.

Aos meus avós, por compartilharem comigo o tesouro da sua sabedoria, vivências e raízes.

À minha irmã Inês, minha luz e poço de energia, por me incentivar sempre a perseguir os meus sonhos, pelo apoio emocional e constante inspiração.

Ao Chico, amor da minha vida e companheiro fiel de todas as horas, por cada quilómetro percorrido, cada aventura e cada descoberta, vividas sempre com uma energia contagiante, o meu eterno agradecimento.

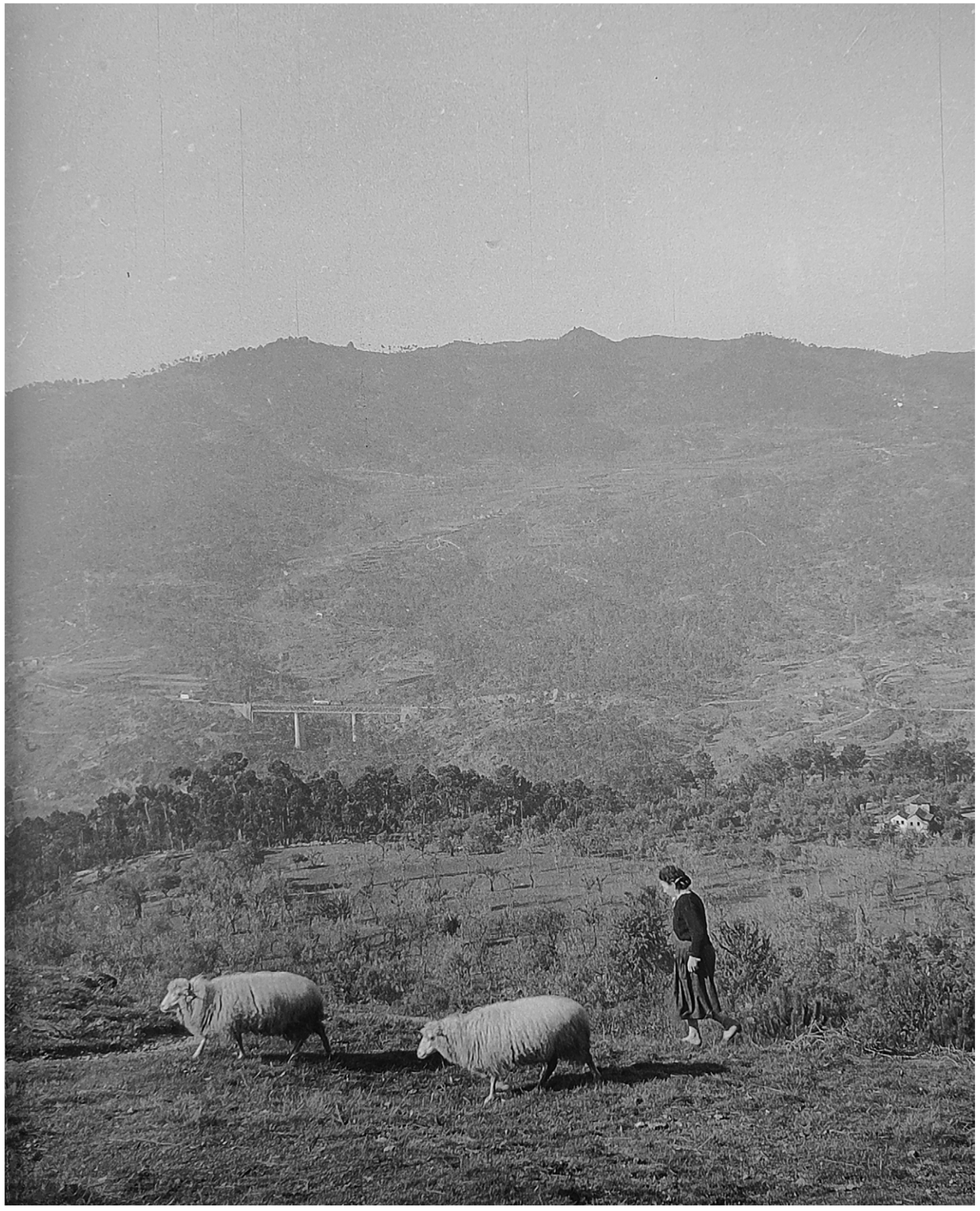
Às gentes da minha terra, com quem me fui cruzando, com destaque para os vilameanenses, pelos contributos preciosos.

A todos vocês, o meu sincero e profundo, obrigada.

## NOTA À EDIÇÃO

A presente dissertação segue o Novo Acordo Ortográfico, exceto para citações em português antigo, ou anteriores à sua implementação. A tradução livre de citações não portuguesas visa a fluidez de leitura.





Fotografia capturada pelo famoso fotógrafo amarantino Eduardo Teixeira Pinto, na década de 1950, em Salvador do Monte. Ao fundo, os montes de Santa Cruz, com o castelo. Na zona central, a ponte ferroviária da linha do Tâmega com a locomotiva em trânsito.

# RESUMO

A presente dissertação desenvolve um estudo de investigação sobre o concelho extinto de Santa Cruz de Riba Tâmega. Situado na sub-região do Tâmega e Sousa, este antigo concelho beneficiou de foral outorgado por D. Manuel I e foi alvo de doações régias, entre 1513 e 1855. Até à data da sua extinção, o concelho albergou diversos territórios, coutos e honras que hoje correspondem a freguesias (ou uniões de freguesias) integradas nos atuais concelhos de Amarante, Felgueiras, Marco de Canaveses, Lousada e Penafiel.

Perante um partilhado e expresso sentimento de desvinculação da população de Vila Meã (antiga sede do concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega) face ao município de Amarante que atualmente integra, este estudo procura discorrer sobre temas de ordenamento territorial e a sua influência na estrutura sócio-histórica e cultural dos lugares. Para isso, desenvolve-se uma investigação aprofundada da história local do território relativo ao antigo concelho, até então parcamente explorado, procurando documentar a complexidade das transformações nele ocorridas e identificar o património existente, sob a difícil temática da identidade coletiva que configura e condiciona o espaço.

Seguindo uma sequência cronológica que parte desde os primeiros assentamentos até à condição presente e perspetivas futuras, este estudo consiste na elaboração de um extenso conjunto de mapas que pretendem cartografar as camadas temáticas e as circunstâncias associadas aos lugares analisados, fornecendo um conjunto de pistas para a leitura deste território como um todo. Deste modo, a vasta consulta documental e o trabalho de campo produzido sobre o desenvolvimento territorial de Santa Cruz de Riba Tâmega são condensados num único documento e disponibilizados à comunidade.

Com a presente dissertação, procura-se, assim, contribuir para o conhecimento da história local deste concelho específico, mas também apresentar uma metodologia de investigação que, a partir do campo da arquitetura e numa relação profícua com outras disciplinas, possa ser extensível ao estudo de outros territórios.

# *ABSTRACT*

*This dissertation conducts a research study on the defunct municipality of Santa Cruz de Riba Tâmega, located in the Tâmega and Sousa sub-region. This ancient municipality, which benefited from a charter granted by King Manuel I and was the subject of royal donations between 1513 and 1855, included various territories, jurisdictions, and honors that today correspond to parishes integrated into the current municipalities of Amarante, Felgueiras, Marco de Canaveses, Lousada, and Penafiel.*

*Faced with a pronounced and shared feeling of detachment from the population of Vila Meã (the former seat of the municipality) from the municipality of Amarante, which it now belongs to, this study explores issues of territorial planning and its influence on the socio-historical and cultural structure of the places. It involves a thorough investigation of the local history of the territory of the old municipality, previously scarcely explored, aiming to document the complexity of the transformations that have occurred and identify the existing heritage under the challenging theme of collective identity that shapes and constrains the space.*

*Following a chronological sequence from the earliest settlements to the present condition and future prospects, this study involves creating an extensive set of maps that aim to map the thematic layers and the circumstances associated with the analyzed places, providing a set of clues for the reading of this territory as a whole. Thus, the extensive documentary research and fieldwork on the territorial development of Santa Cruz de Riba Tâmega are condensed into a single document and made available to the community.*

*This dissertation seeks to contribute to the knowledge of the local history of this specific municipality and to present a research methodology that, from the field of architecture and in a fruitful relationship with other disciplines, can be extended to the study of other territories.*

# SUMÁRIO


CONTRIBUTOS PARA A LEITURA DE UM CONCELHO EXTINTO 3

Resumo 9
Abstract 11
Sumário 12
Lista de Mapas 14
Introdução 18

PARTE I- OLHARES SOBRE O TERRITÓRIO DE SANTA CRUZ DE RIBA TÂMEGA 22

1.1 Identificação do lugar em estudo 24
1.2 Estratégias para a leitura de um território extinto 26
1.1.1 Identidade 28
1.1.2 Paisagem 30
1.1.3 Território 32
1.3 Mapas e os seus contributos 36
1.4 Mapas em Portugal 38
1.5 O mapa elementar 42
Bibliografia Parte I 44

PARTE II - A ARQUITETURA DO VALE 46

2.1 A geomorfologia 48
2.2 A toponímia 64
2.3 Os sítios arqueológicos 70
2.4 Por vias romanas 80
2.5 O castelo roqueiro 90
2.6 O mundo mitológico 108
Bibliografia Parte II 110

PARTE III - ENTRE O TERRITÓRIO E O PODER 112

3.1 O  poder local 114
3.2 A linhagem dos Ataídes 116
3.3 Coutos, honras e beetrias 122
3.4 O Couto de Travanca 126
3.5 O Couto de Mancelos 132
3.6 A rota do Românico 138
3.7 Paróquia e organização 140
3.8 As torres senhoriais e monásticas 152
3.9 Estrutura e resistência 158
3.10 A reforma administrativa liberal 162
Bibliografia Parte III 166

PARTE IV - O MUNDO FECHADO 168

4.1 A nova organização municipal 170
4.2 O desenvolvimento ferroviário regional 174
4.3 Terra de artistas 180
4.4 As palavras de Agustina 184
4.5 Transformações sociais 190
4.5.1 Desruralização 192
4.5.2 Abandono e ruína 196
4.6 Arquitetura vernacular e etnografia 200
4.7 Setor produtivo 204
Bibliografia Parte IV 208

PARTE V - A TERRA RECUPERADA 210

5.1 A autoestrada 212
5.2 Criação do novo concelho de Vila Meã 216
5.3 O presente 220
5.4 O futuro 226
Bibliografia Parte V 230

CONSIDERAÇÕES FINAIS 232

Contributos para a leitura de um concelho extinto 234

SUMÁRIO DE IMAGENS 240

APÊNDICES 247

Apêndice 1 248
Apêndice 2 250
Apêndice 3 254
Apêndice 4 256
Apêndice 5 258
Apêndice 6 259
Apêndice 7 260
Apêndice 8 272
Apêndice 9 273
Apêndice 10 274

ANEXOS 277

Anexo 1 278
Anexo 2 279
Anexo 3 281
Anexo 4 282
Anexo 5 283
Anexo 6 285
Anexo 7 287
Anexo 8 289
Anexo 9 294
Anexo 10 296
Anexo 11 297

# LISTA DE MAPAS


**Mapa 1** - Localização do concelho extinto

**Mapa 2** - Imagem satélite da área do concelho extinto

**Mapa 3** - Mapa elementar de Santa Cruz de Riba Tâmega

**Mapa 4** - Esquema geomorfológico do ex-concelho

**Mapa 5** - Rede hidrográfica e afluentes do rio Tâmega

**Mapa 6** - Transformação da hidrografia e margens do rio Tâmega entre 1937 e 2024

**Mapa 7** - Vista tridimensional do território, incluindo perímetro do concelho e de Vila Meã

**Mapa e Cortes 8** - Categorias subjetivas do vale

**Mapa 9** - Síntese da explicação do nome "Santa Cruz de Riba Tâmega"

**Mapa 10** - Atribuição toponímica das freguesias de Santa Cruz de Riba Tâmega

**Mapa 11** - Mapa de assentamentos dos sítios arqueológicos

**Mapa 12** - Possíveis assentamentos no Monte de Banho e Carvalhosa / Real

**Mapa 13** - Mapa da concordância entre as vias mais conhecidas e limites administrativos atuais de freguesias

**Mapa 14** - Mapa das vias mais conhecidas e itinerário provável de Riba Tâmega

**Mapa 15** - Aproximação ao itinerário provável de Riba Tâmega

**Mapa 16** - Mapa da via proposta nos montes de Banho e Carvalhosa / Real

**Mapa 17** - Enquadramento do castelo no Monte de Santa Cruz

**Mapa 18** - Mapeamento dos castelos, capela de Santa Cruz e toponímia

**Mapa 19** - Mapa esquemático entre a distância da capela de Santa cruz e a igreja do Salvador de Real

**Mapa 20** - Mapa da corda defensiva casteleja

**Mapa 21** - Mapa miniatura de alguns lugares associados a lendas

**Mapa 22** - Mapa das possíveis "villaes" e padroados com descendência direta dos Ataídes

**Mapa 23** - Coutos de Travanca, Mancelos, Honra de Vila Caiz e beetrias da Vila d'Amarante e Vila de Canavezes

**Mapa 24** - Representação da área monástica de S. Salvador de Travanca

**Mapa 25** - Representação da área monástica de S. Martinho de Mancelos

**Mapa 26** - Esquema da triangulação das distâncias entre os Mosteiros de Travanca, Mancelos e Vila Meã

**Mapa 27** - Três casos exemplificativos do percurso ao Ladário

**Mapa 28** - Representação das Paróquias, capelas intermédias e capelas pouco conhecidas

**Mapa 29** - Mapeamento das tipologias de torres identificadas

**Mapa 30** - Planta dos Paços do Concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega

**Mapa 31** - Mapa da sequência de Reformas Administrativas durante o período absolutista

**Mapa 32** - Mapa da Linha do Douro e respetivas estações e apeadeiros

**Mapa 33** - Mapa da Linha do Tâmega e respetivas estações e apeadeiros desativados

**Mapa 34** - Cruzamentos de ambas as linhas ferroviárias na área em estudo

**Mapa 35** - Mapa das palavras de Agustina

**Mapa 36** - Mapa do uso do solo em Amarante, mais concretamente em Vila Meã

**Mapa 37** - Mapa do uso do solo no município de Amarante, enfatizando os dois pólos urbanos - S. Gonçalo e Vila Meã - onde se concentram um maior número de equipamentos e infraestruturas

**Mapa 38** - Mapa da autoestrada com as respetivas saídas de acesso

**Mapa 39** - Mapa de toda a rede viária, incluindo caminho rural entre o Mosteiro de Travanca e o Mosteiro de Mancelos

**Mapa 40** - Proposta para a criação do novo concelho de Vila Meã

**Mapa 41** - Mapa da atualidade em Vila Meã

*"Cada terra é fechada como uma noz verde, e não se pode alcançar o seu mistério tão simplesmente. Digo isto porque toda a gente pensa que Portugal inteiro é a mesma coisa. Que não há diferenças. Mas há, e muitas. Até o falar é diferente de lugar para lugar. (...) Só a gente leviana entra numa cidade como Amarante e começa a falar como se fosse íntima e como se soubesse tudo. A alma dos lugares não é superficial, é única e distante."* [1]

1 BESSA-LUÍS, Agustina – Dicionário Imperfeito: Alma dos Lugares (1997), p. 15
(na figura: Figurantes do Grupo Folclórico de Santa Cru, junto dos antigos Paços do Concelho, em Vila Meã)

# INTRODUÇÃO

*Objeto*

O objeto desta dissertação é o antigo concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega, extinto em 1855, tendo como protagonistas o seu *território* e a sua *arquitetura*, ou antes, o diálogo e confronto entre eles. De certa forma, o território aqui estudado pode ser lido, por um lado, como uma massa geográfica, ou um palimpsesto, que se adapta às constantes mudanças de administração, decisões régias ou religiosas; mas, por outro, como um mecanismo que incorpora um conjunto de evidências do presente e do passado, tais como elementos físicos de matéria, construídos e percorríveis, mas, também, energias e atmosferas. No concelho extinto, ao longo da história, verificou-se que a relação entre *território* e *poder* foi sempre um domínio complexo e instável, assim como as formas de habitar e de estar da comunidade, mas a arquitetura resultante desta complexidade é, por vezes, fixa e perdurável; outras vezes, efémera; e acima de tudo, integrativa e complementar à nossa forma de coexistência com o mundo, um pensamento semelhante ao registado por Juhani Pallasmaa: *"Tempo e espaço estão eternamente intertravados no espaço silencioso entre as suas colunas gigantescas [templo de Carnac]; matéria, espaço e tempo fundem-se numa experiência elementar e singular: a sensação de existir."*[2]

*Motivação*

Após o primeiro contacto com o tema sobre o concelho extinto, intensificou-se o interesse por me debruçar sobre uma problemática de ordenamento territorial, com foco na minha área de residência, a cidade de Amarante, alargando o estudo a regiões subjacentes. Essencialmente, as primeiras interrogações partem de várias inquietudes que fui acumulando acerca do território contemporâneo que me rodeia, após a descoberta de um conjunto de evidências que suscitam questões sobre certas inconformidades relativas às formas de evolução e identificação deste território.

*Objetivo*

O estímulo para esta investigação derivou da procura por respostas a perguntas até então desconhecidas, enfrentando o desafio de explorar e compreender um território familiar sob uma nova perspetiva. Como ponto de partida, questionar o que se projeta, mas também o que o próprio território constrói e construiu com o tempo. Motivam-se, assim, princípios de estudo que possam articular um conjunto de competências adquiridas, através de leituras sobre a organização e vivência atual do território e através de uma investigação prática que conduza a um entendimento mais claro sobre a identidade do antigo concelho. Pretende-se avivar a sua herança e valorizar a memória histórica, arquitetónica, arqueológica e natural que aqui se encontra, ao mesmo tempo que se criam bases para compreender melhor os desafios do presente e do futuro que este comporta.

2 PALLASMAA, Juhani - Os Olhos da Pele: A arquitetura e os sentidos (2001) p. 49



*Método*

No âmbito deste estudo, a metodologia adotada consistiu no cruzamento de várias abordagens, visto que, para o seu desenvolvimento, consultaram-se diversos elementos e investigações previamente produzidos sobre este território, que, contudo, se revelaram escassos. Concluiu-se, portanto, que estava por elaborar um estudo monográfico sobre Santa Cruz de Riba Tâmega que permitisse uma caracterização aprofundada da paisagem e do património existente. Para esse fim, na presente dissertação, foram elaborados diversos mapas que pretendem ser discursivos da riqueza e complexidade do território. Estes mapas resultaram de informações recolhidas através de uma pesquisa bibliográfica intensiva e direccionada, da análise da cartografia produzida, de inúmeras sessões de trabalho de campo para o reconhecimento *in loco* do território e da conjugação de todos estes dados utilizando um processo de sistemas de informação geográfica (SIG).

**Pesquisa bibliográfica**
Foi efetuada uma aturada pesquisa bibliográfica, combinando documentação de registos régios e históricos, com acervo informativo sobre vestígios e sítios com interesse patrimonial dos atuais concelhos em estudo (concretamente das Bibliotecas Municipais de Amarante, do Marco de Canaveses, Pólo Extensão de Vila Meã, Arquivo de Penafiel, Centro de Interpretação do Românico em Lousada). Quanto ao património físico, foi verificado o seu registo inventariado na DGPC (Direção-Geral do Património Cultural). Por vezes, o primeiro contacto com alguma descoberta aconteceu por meio de canais informais, como redes sociais e blogs pessoais. Posteriormente, essas informações foram sempre verificadas e corroboradas por fontes confiáveis ou conversas com os locais.

**Análise cartográfica**
Procedeu-se à análise da cartografia disponível, com vista à determinação das características orográficas, hidrográficas e altimétricas da região, de forma a estabelecer-se áreas prioritárias de estudo (Mapas dos séculos XVIII, Cartas Militares, Carta Geológica de Portugal, OpenStreetMaps e outros).

**Trabalho de campo**
O trabalho de campo foi desenvolvido partindo sempre de um sítio provável, antecipado previamente, quer através de pesquisa documental, análise toponímica, sobreposição da cartografia ou através de informação oral. Assim, a prospeção, realizada a pé ou de carro, seguiu quase sempre rotas previamente mapeadas, conforme a necessidade de verificação *in loco*. Por vezes, a descoberta de lugares desconhecidos beneficiou do apoio de plataformas *online*, como o Wikiloc ou redes sociais. Também foi concebido algum trabalho de campo mais informal, através da participação em atividades desenvolvidas pela comunidade, incluindo caminhadas e eventos organizados pelas comissões de festas, romarias, encontros literários, exposições e visitas a museus. Após o trabalho de campo, todas as coordenadas foram posteriormente confirmadas nas camadas cartográficas dos locais identificados, através da georreferenciação dos dados utilizando um Sistema de Informação Geográfica (SIG), agora com base no sistema de coordenadas TR S89 TM06. Também foi feito o registo dos locais com recurso a fotografias e imagens captadas por drone, quando necessário. Procedeu-se ao pós-tratamento desse registo fotográfico com edição simples.

**Processo SIG**
De forma a isolar, com eficácia, a grande quantidade de dados cartográficos referentes ao concelho em estudo, foi necessário fazer uso da implementação de um SIG. Assim, foi criada uma base de dados georreferenciada, que possibilitou a catalogação dos vestígios e, ulteriormente, conduzir uma análise por camadas deste vasto território. Para alcançar este objetivo, foram utilizadas várias fontes de informação, detalhadas na tabela seguinte. Também foram consultadas outras fontes, mas não foram consideradas como oficiais, pois não permitiram um georreferenciamento rigoroso e, por isso, serviram apenas para fins de consulta (por exemplo imagens de Google Earth de 2013, 2015 e 2019, Geoportal do Arqueólogo e mapas antigos).

O *software* QGIS foi o escolhido para o cruzamento de todos os dados existentes, permitindo a sobreposição de informações em formato *raster*, com criação de camadas vetorizadas, por meio das suas coordenadas. Através do QGIS foi possível visualizar, editar e proceder à identificação de tópicos que permitiram gerar vários mapas temáticos, que serão o fio condutor de todo o trabalho. Além disso, através da utilização de Modelos Digitais do Terreno (DEMS), foi possível extrair dados como linhas altimétricas, elevações e 3D do terreno, fazer medições entre pontos e cálculo entre distâncias. Por último, foram utilizadas algumas ferramentas, por norma, pouco convencionais na utilização do QGIS, mas que se revelaram de grande utilidade para uma investigação no âmbito arquitetónico, nomeadamente, as extensões, de acesso gratuito - BBBike e OverPassTurbo - que permitem a extração de dados isolados do OSM. A edição desses dados foi pré-adicionada ao OSM por nós, representando uma grande vantagem para estudos desta natureza.

Nos apêndices finais, catalogam-se as coordenadas dos objetos identificados, utilizando o sistema de coordenadas WGS84, compatível com *Google Maps* e *Google Earth*.



*Estrutura*

A estrutura do trabalho foi organizada em cinco partes, de modo a promover o estabelecimento de conceitos-base para o desenvolvimento deste estudo e um encadeamento cronológico que possibilite um conhecimento aprofundado sobre a evolução do território de Santa Cruz de Riba Tâmega, na sua ampla complexidade, até ao presente.

- Nesse sentido, na primeira parte procura-se identificar o território em estudo. A partir de estudos anteriores, propõe-se lançar estratégias de análise transversais aos vários períodos que possibilitem, através da elaboração de mapas, ensaiar hipóteses de leitura da sua evolução.
- A segunda parte centra-se num estudo geomorfológico que identifica e interpreta os primeiros assentamentos neste território, desvendando as formas de habitar e de percorrer.
- Na terceira parte apresenta-se o período áureo relativo à formação e consolidação do concelho, explorando a forma como a organização territorial foi influenciada por movimentos políticos e militares, mas também por uma gestão astuta do território que refletiu as tensões de um período formador da história portuguesa.
- A quarta parte, relativa ao período sucedâneo à reforma administrativa, reflete sobre as contradições lidas no território, confrontando um desenvolvimento regional e cultural concomitante a processos de desruralização e abandono.
- Na última parte, procuram analisar-se as mais recentes transformações operadas no território e os respetivos impactos, juntamente com as tentativas de recuperação do poder local e os desafios que subsistem no presente e no futuro.



*Fontes dos dados SIG*

| FONTE | CAMADAS | FORMATO |
|---|---|---|
| **Mapa Base** | OSM / Google Maps / Bing Maps / Mapbox | Raster |
| | Cartas militares 112, 113 e 124 (1937 e 1997) | PDF (georrefenciado) |
| | PDM Amarante e Marco de Canaveses (secções) | PDF (georrefenciado) |
| | Planta de Salvaguarda do Marco | PDF (georrefenciado) |
| | Carta Geológica de Portugal | Vetor (shape) |
| **Direção Geral do Território** | Limite de Portugal continental | Vetor (shape) |
| | Unidades administrativas de Portugal (GADM 4.1) | Vetor (shape) |
| | Distritos, concelhos e freguesias anteiores a 2024 (CAOP 20120) | Vetor (shape) |
| | Carta de Ocupação do Solo Conjuntural de 2023 (COSc2023) | Vetor (shape) |
| **Modelo digital do Terreno** | ASTER GDEM 25m (Representação computacional da superfície da Terra que associa a qualquer ponto do plano cartográfico um valor correspondente à sua altitude. É constituído por um conjunto de coordenadas topográficas e um algoritmo de interpolação que permite estimar altitude H de um ponto a partir das suas coordenadas topográficas.). | Raster + Vetor |
| **Atlas do património classificado e em vias de classificação** | Pesquisa georreferenciada [https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=7f7d5674280f41849c0a0869ced22d91] | Apenas consulta |
| **Gerado pelo QGIS** | Curvas altimétricas (10m, 50m e 100m) | Vetor (shape) |
| | Quadrículas quilométricas (1km e 5km) | Vetor (shape) |
| | Perfis de elevação | Imagem (SVG) |
| | Vista tridimensional | Vetor (shape) |
| | Legendas | |
| **BBBike (extract OSM)** | Mapa da rede viária (zona norte de Portugal) | Vetor (shape) |
| | Mapa dos caminhos de ferro (Portugal continental) | Vetor (shape) |
| | Mapa da rede hidrográfica (zona norte) | Vetor (shape) |
| **Overpass turbo (OSM)** | Extração de dados personalizados (editados por nós) | Vetor (shape) |

# PARTE I

## OLHARES SOBRE O TERRITÓRIO DE SANTA CRUZ DE RIBA TÂMEGA

*"É função da história o conhecer a existência das manifestações do homem e determinar as possíveis constantes que essa existência apresente. É função necessária e indispensável que justifica todo o interesse do conhecimento do passado pelo contributo que pode trazer para o presente."*
[3]

3 TÁVORA, Fernando - Lição das Constantes (1952), p. 7

# IDENTIFICAÇÃO DO LUGAR EM ESTUDO

As palavras "texto" e "tecido" compartilham uma ligação etimológica, derivando ambas do termo latino *"texere"*, que carrega consigo o significado de "tecer" ou "entrelaçar". No caso de "tecido", refere-se à arte milenar de entrelaçar fios para formar um material têxtil. Já no caso de "texto", evoca a ideia de entrelaçamento de palavras e ideias para produzir um discurso coerente. Assim, nesta dissertação, as palavras aspiram ser cuidadosamente tecidas para reconstruir a história de Santa Cruz de Riba Tâmega, concelho extinto nas reformas liberais de 1855, que se conserva apenas em frágeis fios de memórias.

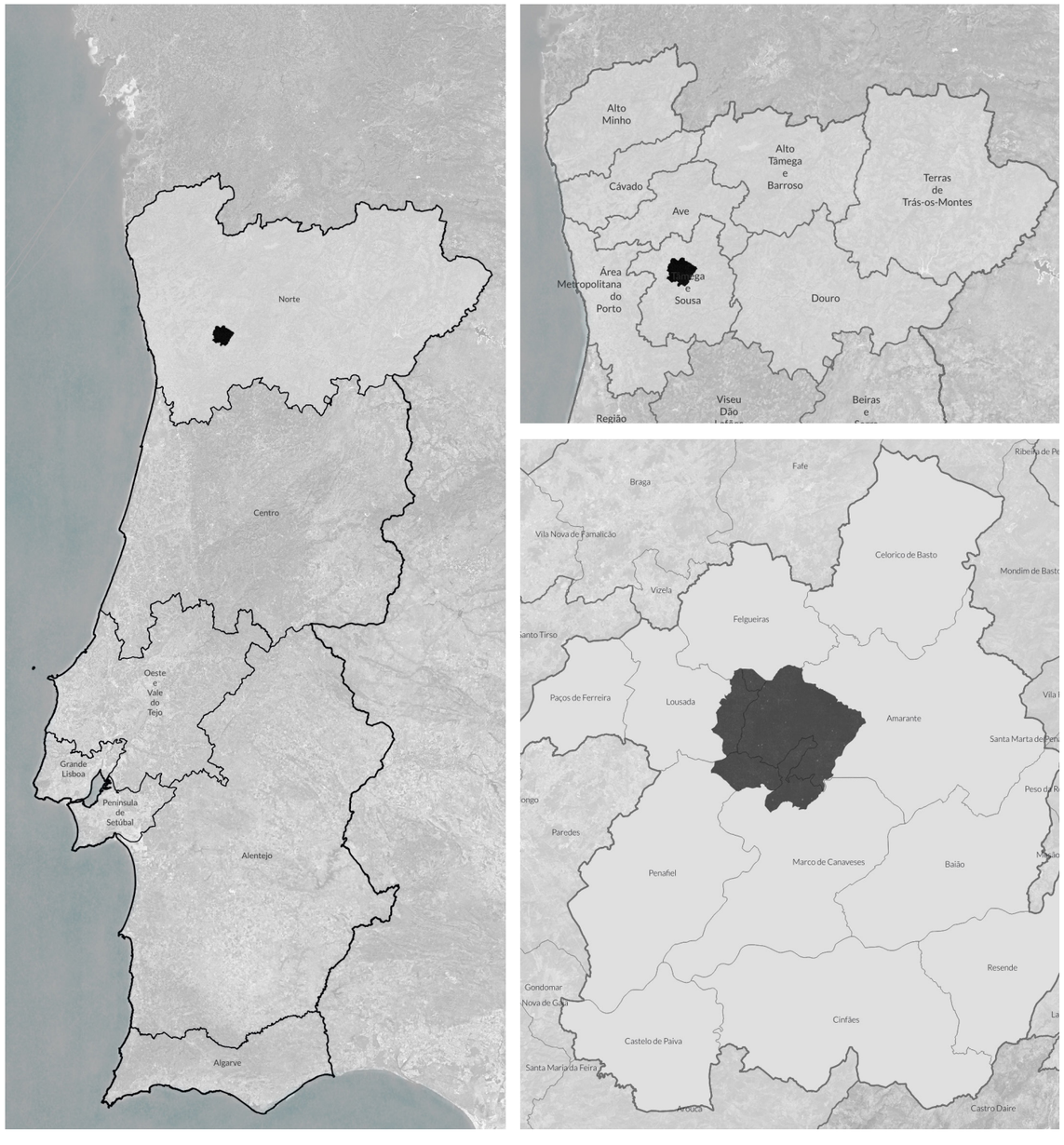
O território em foco distribui-se, atualmente, entre cinco municípios: Amarante, Marco de Canaveses, Felgueiras, Lousada, e Penafiel, todos parte integrante da sub-região NUTS III - Tâmega e Sousa. Esta sub-região abrange, adicionalmente, os concelhos de Paços de Ferreira, Baião, Resende, Cinfães, e Castelo de Paiva, integrados na região NUTS II - Norte.

O nome "Santa Cruz de Riba Tâmega" deu título a um lugar que remonta a períodos anteriores à própria formação da nação. Sucessora da Terra e Julgado com o mesmo nome, foi local de ocupação por diferentes povos. A designação "Terras de Santa Cruz" já seria utilizada, pelo menos, desde o século XII, o que sugere que, desde cedo, a sede do Julgado terá evoluído de um primitivo cabeço castelejo defensivo para uma organização territorialmente mais alargada. A 1 de setembro de 1513, D. Manuel I concede Carta de Foral ao concelho, que regulamentava as povoações pertencentes ao território. No entanto, não se pode ignorar a possibilidade da existência de um foral mais antigo, que talvez tenha desvanecido durante o terramoto de 1755, e que levanta algumas incertezas quanto à participação de algumas freguesias na organização espacial do concelho.

A presença de lacunas temporais e a escassez de documentação sobre a estrutura administrativa deste concelho, contribuem para a complexidade do seu estudo, mas também reforçam a necessidade de o concretizar. Através da recolha de dados isolados e sua posterior análise, manifesta-se possível reconstruir e compreender a evolução deste lugar ao longo dos séculos, que preserva singularidades e uma *alma* muito própria. A evocação da importância à outorga manuelina não nos pareceu, integralmente, suficiente. Portanto, aproveitou-se esta oportunidade, não apenas para dissecar criticamente as lacunas e imprecisões do foral, mas também para explorar a realidade concreta e tangível, na indagação de uma compreensão mais profunda da forte identidade deste lugar.

Santa Cruz de Riba Tâmega desempenhou um papel significativo na história da formação de Portugal, e a sua extinção, que gerou reações de surpresa, marcou apenas um momento transitório, que em nada menospreza os manifestos do tempo e do espaço aqui habitado. A região preserva um legado material que merece ser reconhecido e apreciado. Ao explorar as marcas deixadas por este concelho, aprofundam-se questões de impacto administrativo, relacionadas com a distribuição de terras, linhagens senhoriais e poderes. Durante os mais de mil anos de história aqui vigentes, investigam-se as primeiras ocupações, percorrem-se os caminhos da Rota do Românico, identificam-se fragmentos arquitetónicos e evocam-se eventos marcantes no apogeu do século XIX.

A memória que se pretende retratar reflete experiências e adaptações das pessoas aos lugares. Ao estudar o passado deste concelho, pretende-se compreender as circunstâncias atuais, identificar possíveis fragilidades e repensar, também, o papel do arquiteto como condutor de memórias, conhecedor profundo do lugar, que visualiza e desenha, ordena e condiciona - em conformidade com o contexto - contribuindo para uma leitura mais fundamentada do espaço-território.




**Mapa 1 - Localização do concelho extinto**

Escala NUTS I
Escala NUTS II (Norte)
Escala NUTS III (Tâmega e Sousa)

# ESTRATÉGIAS PARA A LEITURA DE UM CONCELHO EXTINTO

***Como se estuda um concelho extinto em arquitetura?***

Estudar um concelho extinto no século XIX, cuja identidade geopolítica e administrativa já não é legitimada, implica uma abstração relativa às novas fronteiras traçadas sobre esse território e, simultaneamente, um olhar atento às marcas sócio-espaciais existentes. Lançando este desafio a partir da disciplina da arquitetura, depreende-se a necessidade de uma abordagem multidisciplinar, que englobe aspetos de diversas áreas - socioculturais, arqueológicas, literárias e geográficas. A posição da disciplina de arquitetura tem competências para (continuar) a intervir em decisões relativas ao ordenamento do território, que ultrapassam a nossa disciplina. Com a arquitetura, procura-se questionar ações urbanísticas e encontrar respostas sobre a forma de potenciar esta nossa relação pessoal com os lugares que habitamos. Para isso, é necessário conciliar um entendimento sólido do passado, mas também conceder abertura para o diálogo com outras disciplinas, o que permite obter uma visão integral do território e das suas dinâmicas, compreendendo que o futuro do mesmo ainda está a ser escrito e não foi alcançado um patamar de sucesso para o compreender cabalmente.

Servindo-nos das reflexões que alguns estudiosos têm elaborado a partir da análise do território, identificamos uma consonância com as ideias de Milica Topalovic. A arquiteta enfatiza a necessidade de expandir o estudo da arquitetura para além dos limites convencionais da *cidade*, devendo passar a incluir também o cruzamento de artefactos urbanos em territórios difusos. Relembra, ainda, que cerca de 60 anos após Aldo Rossi ter publicado 'A arquitetura da cidade', muitas das problemáticas levantadas não só continuam válidas, como se intensificaram, apesar das soluções propostas por vários arquitetos modernos, na tentativa de *extraurbanizar* os seus projetos[4]. O interesse em estudar contextos semi-urbanos complexos, provenientes da industrialização e do êxodo rural, ou compostos por uma simbiose de fragmentos e aglomerações descaracterizadas, permite criar ferramentas para um planeamento mais flexível, provisório e estratégico, mas acima de tudo, necessário, já que o território atual recebe diferentes níveis de atenção, tanto em termos de investimento como desinvestimento[5].

Topalovic relembra que os arquitetos, ou antes, os gabinetes de arquitetura, têm enfrentado transformações no papel da sua responsabilidade, sentindo-se um fugaz deslocamento das preocupações urbano-territoriais contemporâneas para escalas espaciais menores, centradas em lotes, por vezes, segmentados e destinados a construções demasiado individualizadas. No entanto, para enfrentar estes desafios, os arquitetos devem ser encorajados a não limitar as suas investigações aos confins da sua disciplina, enquadrando novas *constelações interdisciplinares* e correlacionando arquitetura e urbanismo geográfico como linguagem de síntese[6]. Deve ser incentivada a capacidade de instituir novos elos, através da formulação de respostas contemporâneas que se apoiem na realidade e, portanto, que consigam nela agir, comunicar e intervir.

*"Não existe uma escala territorial específica relevante ou fixa; a escala ou o quadro é sempre contextual."*[7] Em síntese, fica claro que só uma abordagem qualitativa e contextual permite enredar com clareza a complexidade que é estudar um concelho extinto. A sua essência, desaparecida, é dificilmente captada e objetivada, possibilitando inúmeras formas de abordagem. Destarte, não basta combinar informações documentais com visitas de campo, uma vez que é necessário situar o concelho num contexto espacial e temporal, extrapolado, que envolve várias dimensões. Para além do simples domínio técnico ou administrativo, deverá haver uma compreensão mais ampla do território, reconhecendo-o como um tecido cultural e social, conceito com que os arquitetos estão familiarizados, através da prática de *projeto* que continua a ser, indiscutivelmente, o ponto forte da nossa disciplina - talvez a única prática que combina, com mestria, a capacidade de pensamento sintético, contextualização do espaço e o ato de ver e captar, em vez de meramente olhar. O precedente académico na área da arquitetura também confere uma oportunidade, por excelência, de analisar e comprovar conceitos com uma sensibilidade inigualável, perante um contexto cultural e arquitetónico alicerçado a um território administrativo e politicamente alterado.

4 TOPALOVIC, Milica, et al. - Arcadia, Peloponnese, Architecture of Territory (2016), pp. 1 - 3

5 idem

6 idem

7 *"The national planning concept was replaced by a more flexible or provisional idea of strategic planning and by a focus on select strategic territories. Broadly speaking, urban areas or agglomerations today receive different amounts of attention in terms of investment and disinvestment. There is no specific relevant or fixed territorial scale; the scale or the frame is always contextual."*, idem, p. 2

**Mapa 2 - Imagem satélite da área do concelho extinto**

0 1 2 km

Escala 1:100 000
Base Mapbox
Perímetro Gerado pelo QGIS

## IDENTIDADE

***Por quanto tempo permanece viva a identidade coletiva de um território?***

Ao refletir sobre a longevidade de uma memória coletiva exercida sobre o antigo concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega, confrontamo-nos com uma sensação quase fictícia diante da frágil e efémera relação entre as pessoas e essa realidade histórica.

Num primeiro momento, este trabalho foi motivado por uma premissa, lançada sobre uma perceção empírica e pessoal, bem como pelas experiências das pessoas ao meu redor, acerca da descomposição da identidade de Vila Meã, antiga sede do concelho. Hoje, apesar de pertencer ao território municipal de Amarante, e quase 200 anos após a extinção do ex-concelho, permanece um sentimento de distanciamento deste lugar em relação ao restante município. Não pelo aspeto formal, ou pelo seu posicionamento geográfico, mas por uma *desconexão* imaterial, que leva os vilameanenses a preferirem dizer que são de Vila Meã, em vez de Amarante. Tal sentimento pode ser justificado pela mutabilidade provocada pelos eventos históricos e por um pertencimento cultural que se desvinculou, ou melhor, que nunca se chegou verdadeiramente a vincular à integração no novo município. Com o passar do tempo, persistiu uma flutuação ambígua no que diz respeito à identificação coletiva, com um futuro perpetuamente indeterminado.

Alguns teóricos tendem a considerar que a identidade é constituída apenas pelo conceito de *forma*. No entanto, para relacionar a arquitetura à identidade cultural é necessário estender a análise formal e lidar com processos subjetivos de identificação. Por exemplo, o arquiteto Neil Leach propõe um modelo de compreensão sobre o apego ao lugar, derivado da obra de Judith Butler e Homi Bhabha, mais sintonizado com os modos de existência contemporâneos[8]. O modelo, a que chama de "pertencimento", ou "pertença", não implica um discurso de raízes fixas, mas antes numa prática mais fluída de territorialização e desterritorializações, onde ambas estão intimamente ligadas à transitoriedade. O conceito de "pertencer" expande a compreensão das dinâmicas contemporâneas de identificação com o lugar, num contexto onde se manifestam movimentos coletivos de grande amplitude (como vagas migratórias, fluxos, correntes, ondas de refugiados e exilados). Assim, a teoria exemplificativa sobre a performatividade de Judith Butler sugere que a identidade não é fixa, mas antes fluída e dinâmica, sendo construída por meio de várias práticas e normas culturais e a consequente repetição dessas mesmas normas. Butler associa à questão do seu tema de estudo à performatividade produzida[9], uma perspetiva que pode ser aplicada ao espaço e à arquitetura, entendendo-os como construções performativas, que são moldadas pelas ações que neles ocorrem. A "gendrização" do espaço não é determinada pela sua forma, mas sim pela realização de práticas e pelas sucessivas memórias de atividades de pertenças múltiplas[10].

A discussão sobre identidade e as suas metamorfoses, estende-se, inevitavelmente, ao contexto de modernização e globalização atual muito bem esclarecido por Álvaro Domingues, no seu artigo 'Castro Laboreiro, Identidade em Fuga'[11]. Nas suas páginas, debatem-se as dificuldades contemporâneas em torno da tensão entre a homogeneização cultural - que tende a uniformizar e simplificar as culturas, e a heterogeneidade cultural - que celebra as diferenças e diversidades. Questiona-se o conceito de identidade e a velocidade com que o próprio padece, enfrentando desafios ainda mais complexos atualmente do que há algumas décadas. As mudanças ocorrem tão rapidamente, que as diferenças na identidade coletiva são evidentes não apenas entre gerações, mas também ocorrem de forma acelerada dentro da mesma geração. Se, por um lado, é complicado caracterizar a memória de um espaço, livre de estigmas do passado, as narrativas identitárias só são eficazes para aqueles que ainda se refugiam em referências autênticas, afastadas da realidade do mundo moderno[12].

Assim, a procura por utopias envolve a idealização de um lugar perfeito, muitas vezes como forma de exorcizar as angústias e dificuldades do presente. A construção de novas identidades em *lugares sem nome* também demonstra como a identidade está em constante transformação e reprodução[13].

Seguindo o ponto de vista de Appadurai, considera-se que as produções e as economias locais já não são assim tão locais, mas antes ligadas a uma rede global, que implica, realisticamente, várias forças oriundas de lugares distantes[14]. Esse fenómeno faz com que as pessoas se sintam *desconectadas*, porque a vida passou a ser influenciada por fatores invisíveis, desde a forma como a informação é produzida, até à sua chegada a nós. Acima de tudo, a maneira como imaginamos a nossa vida social mudou drasticamente. Agora, independentemente do lugar, a dicotomia passou a estender-se entre o *local* e o *global exterior*[15]. Deste modo, o imaginário mental de um lugar alargou-se. A identidade flutua entre contextos demasiado dinâmicos e fluídos, em que as pessoas teriam de ser muito adaptáveis e criativas, ao ponto de não negar esta realidade e conceber uma forma de vida mental, presente em maneiras tradicionais e locais, como já só os nossos avós experienciaram. Álvaro Domingues reflete sobre a dificuldade em valorizar as novidades, ressaltando alguma resistência cultural à aceitação de mudanças que parecem *alienígenas* ao vernáculo, ou seja, ao que é nativo ou endémico de uma região, em contraste com o que é importado ou não familiar[16].

*"Como coletivo de pertença, a sociedade é uma coisa demasiado vaga."*[17] ou, até mesmo ilusória, algo indefinível e sem fronteiras claras. Por isso, pensar que determinada espacialidade onde "nós" nos reconhecemos - *somos daqui, pertencemos a este lugar ou a esta terra, pensamos deste modo* - torna-se num exercício raro e desafiador[18], sobretudo para as gerações mais recentes e vindouras, onde a ilusão de pertença enfrenta a incerteza dos tempos atuais. A frágil manutenção de referências identitárias, "*num mundo líquido e móvel, onde as identidades são construídas e compartilhadas de forma efêmera*"[19], impede-nos de conseguir segurar uma identidade, mas far-nos-á, porventura, reconhecer uma miscelânea de várias.

Desta forma, ao explorar a identidade ou o sentimento de pertença de uma população a um território que outrora foi um concelho e agora está extinto, torna-se essencial entender que a identidade cultural transcede a simples coleção de artefatos construídos. As identidades são expressas e formadas através das atividades que ocorrem em torno delas, num discurso de relação com tais objetos, integrando-os numa teia maior e mais fluída. Demarca-se, acima de tudo, por práticas e comportamentos incorporados em camadas imateriais de relações afetivas, transformadoras, de pertença e também de perda, que contribuem, sem embargo, para uma relação complexa com os lugares por parte daqueles que os utilizam.

A abordagem para compreender este território, que embora não exista mais na sua forma original, precisa de ser continuamente rearticulada e reinventada, no presente, por aqueles que sentem que, de algum modo, os laços estabelecidos no passado eram mais fortes do que aqueles propostos pela nova organização administrativa, ainda que este gesto seja, talvez, realizado por poucos, pois o apego ao lugar é uma coisa subjetiva e, cada vez mais, efémera. Não obstante, recordemos o pensamento de Pierre Nora: *"a memória é a vida porque se faz transportar por grupos vivos e, por isso, está sempre em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e da amnésia, sem consciência das suas sucessivas deformações, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, susceptível de longos apagamentos e de súbitas revitalizações"*[20].

Acredito que esta anfibologia de processos possa refletir a natureza do sentimento de pertença, adaptando-se a uma transitoriedade de momentos e significados atribuídos a um lugar-comum. Portanto, a persistência da memória deste território, numa dimensão coletiva ou comunitária, depende não apenas da materialidade do espaço, mas da capacidade contínua da comunidade em reimaginar e revitalizar as suas relações com ele.

8 LEACH, Neil - Belonging: towards a theory of identification with place (2002), pp. 3 -14
9 *A performatividade permite a rearticulação e reinvenção da identidade, desafiando as normas recebidas e oferecendo uma compreensão mais fluida da constituição do eu.* (parafraseando), idem
10 *"Furthermore, in standard architectural theory there is no accepted framework for exploring how people make sense of place and identify with it. Without this, the relation of architecture to cultural identity can hardly be addressed. In order for architecture to be understood in terms of cultural identity, some kind of identification with architecture must have taken place.",* idem, p. 3
11 DOMINGUES, Álvaro - Castro Laboreiro, Identidade em Fuga (2023) pp. 1 - 7
12 idem, p. 12
13 idem, p. 12
14 Parafraseando DOMINGUES, Álvaro - Lugar, memória e utopia (2022), [manuscrito não publicado], pp. 1 - 6
15 APPADURAI, Arjun - Modernity at large: Cultural Dimensions of Globalization (1996) op.cit.idem p.2
16 DOMINGUES, Álvaro - Destruição: Registos do trauma da perda do Portugal Rural (2011) [https://www.revistapunkto.com]
17 DOMINGUES, Álvaro - Castro Laboreiro, Identidade em Fuga (2023), [manuscrito não publicado], p. 15
18 idem
19 idem, pp. 13 - 15
20 NORA, Pierre (1997) - Entre mémoire et histoire, op. Cit DOMINGUES, Álvaro - Lugar, memória e utopia (2022), p. 5

## PAISAGEM

***A paisagem em Santa Cruz de Riba Tâmega é um conceito romantizado?***

Ao pensar sobre Santa Cruz de Riba Tâmega, exteriorizam-se reflexões acerca da conceção desta paisagem, que podem ser o resultado de uma construção mental romantizada e assente em alguns preconceitos, fruto de uma vida inteira a morar neste território. Assim, apesar de um apreço em relação à circunstância que me é próxima, procurou-se olhar para ela com algum sentido crítico e, acima de tudo, reconhecer as inúmeras disfuncionalidades, ambiguidades e contradições atribuídas ao significado de paisagem.

Perante a necessidade de clarificar a tão discutida ambivalência do termo, recorreu-se às perspetivas de vários autores, que conciliam reflexões sobre a mera observação da realidade, para entender de forma mais completa a posição e interação entre o observador e a paisagem.

Para Ana Madureira, a paisagem é descrita como um elemento que reflete a modelação humana das condições naturais, ao longo do tempo, tornando-se um ponto de convergência para diferentes sínteses de conhecimento. Considera essencial compreender e captar a realidade, tal como ela se apresenta, antes de produzir respostas aos desafios contemporâneos do território[21].

José Matoso ressalta a importância da posição geográfica na evolução da paisagem, sublinhando, mais uma vez, a dinâmica entre o meio e as intervenções humanas, que não podem ser desvinculadas. Em sintonia, a abordagem de Pedro Bragança sugere que talvez seja mais descomplicado pensar no conceito de "construção da paisagem", associando-o mais às comunidades que modificam o espaço natural, do que ao meio natural em si[22]. Este pensamento configura um cenário em constante transformação, que remete, quase sempre, para narrativas de perda ou nostalgia. Contudo, em vez de lamentar as mudanças, irrefutáveis, deverá reconhecer-se a paisagem como um reflexo da capacidade humana em se adaptar e redefinir espaços. Pedro Bragança também explora o conceito de "lugar bucólico", a que tão facilmente atribuímos uma conotação melancólica. Esta visão idílica e romântica, inerente à vida na natureza, ao campo e ao agro-rural, tem tendência a distorcer valores tradicionais e práticas que já não estão verdadeiramente em uso, na sua forma convencional. Esta ideia pode ser resumida pelo termo latim *"genius loci"*, alusivo ao espírito do lugar na organização do povoamento, que também serve para descrever a atmosfera ou a essência característica afetiva e que ultrapassa o ambiente físico de um lugar.

A paisagem expressa-se entre fatores ambivalentes, históricos e culturais já explorados, mas que não podem, mais uma vez, ser desligados das mudanças modernas que nela atuam. Por consequência, o paradigma ilusionista da paisagem atual em transformação também pode levar à perceção de uma sensação de decadência. Apesar do conjunto de medidas e políticas que foram estabelecidas nas últimas décadas, para um ajuste necessário em melhorar a gestão e a forma como se atua perante o território, também se tornou evidente a crescente utilização do conceito de paisagem por instituições como uma ferramenta para se publicitar o país e as suas regiões, que, por sua vez, geram reações vacilantes. Enquanto alguns celebram a transformação e reconversão de espaços abandonados, outros veem estas mudanças como totalmente descaracterizadas das suas funções originais. Esta dualidade na receção das intervenções na paisagem reflete tanto o progresso, quanto a perda de autenticidade e funcionalidade.

No caso de Santa Cruz de Riba Tâmega, a paisagem é mais que um cenário deslumbrativo; é o espaço de interseção de várias dicotomias: *passado e presente, natureza e tecnologia, semi-rural e semi-urbano*. Paisagens semelhantes a esta, inseridas em contextos transformativos, desafiam a noção de que o seu valor reside, unicamente, no passado, quando na verdade, como na maioria das paisagens do interior de Portugal, também aqui se torna impraticável encontrar um dominador identitário. Talvez quem venha de fora, ao percorrer as paisagens de Santa Cruz, consiga capturar ainda uma essência do folclore, que se conserva numa imagem mental associada a um Portugal antigo, evocada pelos belos horizontes, pelas vinhas que descansam sobre vales, pelas capelas antigas erguidas em granito - com os seus graciosos cruzeiros e alminhas iluminadas por velas -, pelas romarias e procissões, pelo artesanato, pelos caminhos de pedra, quase intocados por infraestruturas modernas. Quase como um refúgio, onde o tempo parece ter parado, na serenidade de um passado remoto. Mas isso não é de todo verdade. Talvez o ritmo seja mais calmo neste meio do que nas grandes metrópoles, mas a região não é imutável, nem imune aos padrões de evolução que se manifestam globalmente, apontada por Álvaro Domingues como fenómeno de *"paisagens transgénicas"*. Assim, entrecruzam-se quilómetros por estradas de alcatrão, suspensos em monstruosas estruturas da autoestrada, métodos de agricultura altamente industrializados, vastas extensões de painéis solares e estações meteorológicas que pontilham as produções vinhateiras, assim como fábricas de produção de folha de papel que cultivam e desmatam, desalmadamente, terrenos para plantações de eucaliptos. Estas situações desafiam a ideia de que o verdadeiro valor da paisagem esteja, ainda, muito ancorado a um relicário do passado, mas a paisagem de Santa Cruz é, como outras, um texto vivo, inscrito e reescrito pelas gerações que nela habitam e moldado, para o bem e para o mal, pelas políticas exercidas. Assim, a tal romantização talvez deva residir menos na paisagem, e mais na forma como escolhemos interpretá-la, diante da multiplicidade de transformações e progressos que se exercem no mesmo cenário.

Para além disso, refletir sobre as características desta paisagem suscita questionamentos sobre as afinidades e dissimilitudes em relação aos territórios vizinhos. É diferente falar sobre a paisagem de Santa Cruz ou falar sobre os pólos urbanos de Amarante, Marco de Canaveses ou Penafiel, cada qual com um padrão de desenvolvimento díspar nos últimos anos.

Na difícil tarefa de categorizar a paisagem na região em estudo, as tradicionais dicotomias entre - o *rural e o urbano*; ou *campo e cidade* - revelam-se insuficientes. Isso é evidente, desde logo, na tentativa de definição dos centros históricos (núcleos que concentram um maior número de serviços), mas também para as demais freguesias. A forma imprecisa (e involuntária) com que se designam paisagens, nominando tudo como - *aldeias, terras, terrinhas, campo* - resulta numa antinomia preocupante. Efetivamente, apesar de na prática persistir alguma herança da vida agrícola, ela convive, mesmo que fragilmente, com processos irregulares de urbanização, criando espaços que resistem à categorização simples e dificultam a definição de limites claros e identidades fixas. Revela-se ainda mais difícil encontrar uma terminologia suficiente para descrever e distinguir a paisagem e micro-paisagens. Gilles Clément, no seu 'Manifiesto del Tercer Paisaje', convida a pensar sobre os espaços negligenciados pelo planeamento urbano, para se referir a espaços residuais, áreas marginais, como terrenos baldios, margens de rodovias e áreas industriais ou abandonadas, mais uma vez reconsiderando a dicotomia tradicional entre o natural e o construído. Esses espaços, segundo Clément, são importantes reservatórios de biodiversidade, a que intitula de terceira paisagem, propondo uma nova categoria de espaço que resiste tanto ao poder quanto à submissão. Esta reflete a complexidade e a riqueza da interação com a natureza, na preservação de espécies de plantas e animais, e espaços modificados pelo homem, que poderia ser uma forma de caracterizar alguns espaços na região em estudo.

No entanto, ao evitar cair num relato, excessivamente, saudosista e pessimista, relembremo-nos que a paisagem, enquanto conceito, nada mais é do que uma construção e uma adaptação contínua. A paisagem, ainda, não se perdeu. Em modo de exercício, se tivéssemos de atribuir um termo mais apropriado para esta paisagem, seria o de *província*, ou *província-urbe* em transitoriedade, não que sejam os termos mais corretos, mas os que melhor registam as dinâmicas de estados e mudanças na região. José Mattoso faz uma distinção entre o Portugal da capital e o da província[23]; contudo, no nosso caso, essa diferenciação assume uma profundidade ainda maior. O termo *província* também era o preferido por Agustina Bessa-Luís, referindo-se concretamente à paisagem em estudo, mas num contexto e tempo diferentes, como dizia: *"a província, com os seus sóis baixos nas vinhas que despampavam, com os caminhos calcetados de grandes chapas de bosta, tinha um fulgor de esperança sediciosa por detrás da sua pequena vida entre ociosa e sofrida. A província, quem não a viveu e dela desertou não sabe nada do mundo. É perversa sem método, ligeira sem pecado, espirituosa sem teorias. Não tem política além dos interesses furtivos do seu negócio; não tem civismo senão o do poder local. Improvisa o amor e o ódio, o que é melhor do que dar-lhes crédito."*[24].

21 MADUREIRA, Ana - Paisagem revisão de conceitos e práticas (2013) [tese de doutoramento], pp. 66 - 68
22 BRAGANÇA, Pedro - Lugares de habitar entre a terra e o mar: apontamentos sobre temas do território no entre Douro e Minho, (2014), [dissertação de mestrado], pp. 31 - 32
23 MATTOSO; BELO; DAVEAU - Portugal: O sabor da terra (2011), p. 6
24 BESSA-LUÍS, Agustina - O Mosteiro (1980) p. 39

# TERRITÓRIO

***Pode o território ser desligado do poder?***

No caso de Santa Cruz de Riba Tâmega, ao falar sobre território, implica-se mais do que a paisagem, a identidade cultural, ou o simples conjunto de porção de terra. O caso de estudo retrata uma situação muito especial: um território que já não é administrado da mesma forma, mas que, obviamente, continua a existir. Por assim dizer, a extinção do concelho não é sinónimo de perda do território, pois este nunca se perdeu.

Historicamente, o conceito de território constituiu o alicerce primário para o estabelecimento de organização social, tanto como suporte físico para o exercício do poder, mas também como um símbolo de controlo e influência. Um bom exemplo desta interação foi a concessão de forais, atribuídos durante a Idade Média, onde se delimitavam terras, estabeleciam jurisdições e direitos de senhores e habitantes, reforçando a autoridade dos governantes sobre o território e solidificando o poder através de uma estrutura administrativa e fiscal.

Segundo Robert Sack, *"territorialidade é uma construção social (não exatamente um produto), forjada através da interação e do conflito, e profundamente permeada por relações sociais"*[25]. No contexto político, possuir e dominar um território, através das diversas dinâmicas de poder, permite administrar, implementar políticas e definir fronteiras. Inevitavelmente, o território encapsula esta dimensão geopolítica, que não é mais do que uma construção social, ou seja, não é meramente passivo às forças do poder, nem se permite modificar drasticamente pelas forças exercidas pelo poder, mas reage às transformações decorrentes desta influência. Com outro ponto de vista, Henri Lefebvre associa o conceito de território a um *produto*, argumentando que a natureza, por si própria, não é capaz de produzir nada e, por isso, os territórios não são simplesmente involuntários ou naturais, mas são produzidos ativamente por interações exclusivamente humanas[26]. Ambos os teóricos concordam que o território é uma entidade dinâmica e não é estática. No entanto, enquanto Sack enfatiza o aspecto interceptional da territorialidade, Lefebvre acredita que a produção material do espaço é uma extensão das necessidades humanas e das interações económicas.

Autores como Stuart Elden e Edward Soja abordam a complexidade do conceito de território, destacando os desafios da sua compreensão dentro dos âmbitos académico e político. Na atualidade, a formação dos estados-nação modernos  resultou da necessidade de uma demarcação precisa das fronteiras, o que concede uma forte carga simbólica inerente à nossa forma de viver, reforçando a identidade nacional e o sentimento de pertença entre os cidadãos. No entanto, reconhece-se que o território tem sido negligenciado na maioria do debate, especialmente sob influências pós-estruturalistas que questionam a importância do Estado e, por extensão dos conceitos de soberania e integridade territorial (abordagens que problematizam as noções de delimitação e identidade territorial, sugerindo que foram desestabilizadas pelo pensamento pós-estruturalista). Integrando a discussão sobre a influência da globalização nas noções tradicionais de território e poder, observamos como as fronteiras geográficas se tornam (exceto nos casos de invasões) menos relevantes, devido à crescente *interconectividade* global. No contexto de um mundo cada vez mais desterritorializado, onde as dinâmicas globais têm um impacto direto nas realidades locais, torna-se essencial que as políticas nacionais sejam capazes de responder de maneira equilibrada, adequada e eficaz às necessidades específicas de cada região e às particularidades locais. Assim, a legislação e as preocupações urbanísticas deveriam ser moldadas para reconhecer e integrar estas novas realidades, com abordagens que tratassem o território como um conceito independente, e não apenas como uma extensão da territorialidade. A complexidade da *territorialidade*, tratando-a como dinâmica e histórica, contrasta com a visão simplista do *território*[27].

25 *"Territoriality is a social construct (not quite a product), forged through interaction and struggle, and thoroughly permeated with social relations"* op. cit ELDEN, Stuart - Land, terrain, territory (2010), p. 802

26 Além disso, Lefebvre destaca a relação dialética entre produção e produtos, enfatizando que, embora uma obra possa ter qualidades únicas, um produto pode ser reproduzido exatamente e é o resultado de atos repetitivos. Também argumenta como a natureza fornece recursos para as atividades criativas e produtivas humanas, mas essas atividades transformam o ambiente natural em produtos com valores de uso específicos. LEFEBVRE, Henri - The production of space (1992)

27 ELDEN, Stuart - Land, terrain, territory (2010), p. 809

O princípio da territorialidade, apesar de ser considerado um conceito universal, está intimamente ligado ao desenvolvimento histórico dos povos e nações, sugerindo mutuações nas interpretações e significados. Stuart Elden relembra a escassez de análises sobre o termo "território", admitindo que muitas análises são superficiais e universalizam o conceito, negligenciando outros aspetos como origens, evolução e impactos no mundo contemporâneo. Há uma tendência em tratar o território, simplesmente, como um espaço físico delimitado, ignorando todas as outras dimensões, o que resulta numa compreensão limitada do território, incapaz de captar a complexidade das relações entre pessoas, poder e espaço.

Em suma, o problema da ambiguidade e falta de terminologia suficiente para determinar com clareza os termos "território" e "territorialidade", e a coexistência de, pelo menos, duas tradições conflitantes no uso dos termos - uma biológica e outra social - também complexificam o entendimento do conceito.

O problema inerente à territorialidade é que esta é, geralmente, apreciada como um fenómeno atemporal e uniforme, desconsiderando-se variações históricas e geográficas significativas, ou seja, ignorando a realidade da maioria dos lugares, como é o caso do concelho em estudo. Embora a sua concelhia extinta, este território exemplifica a complexa combinação entre territorialidade e intervenção semi-periurbana, incorporando zonas densamente residenciais, imediatamente próximas de terrenos baldios ou matos, pontuados por património material significativo, pequenas indústrias, propriedades agrícolas e outros espaços indefinidos. Assim, reconhecem-se dinâmicas e diversidades que coexistem e interagem dentro do mesmo contexto histórico e geográfico. No caso de Santa Cruz de Riba Tâmega (território composto pela província e pelo poder local), constroem-se cenários, numa necessidade urgente de revisitar e expandir a análise do conceito de território, considerando os seus mecanismos e a variedade das manifestações. Isso implica reconhecer que o território não é apenas um pano de fundo para a ação política e económica, mas um elemento ativo que molda e é moldado por essas atividades, refletindo a dinâmica de poder e as relações sociais em diferentes contextos.

# MAPAS E OS SEUS CONTRIBUTOS

*"O mapa é um significado, sem significante. Desaparece na operação visual e intelectual que desdobra o seu conteúdo. Assim que é aberto, ele revela o mundo aos olhos de quem sabe lê-lo. O olho não vê, ele constrói, ele imagina o espaço. O mapa não é um objeto, mas uma função."*[28]

Ao digitar as palavras-chave "Santa Cruz de Riba Tâmega" no motor de pesquisa na *internet*, encontram-se, aproximadamente, cerca de uma dúzia de resultados sobre o tema, sendo que a informação se torna facilmente redundante. No fundo local, os artigos publicados são avulsos e dispersos. Entre eles é possível encontrar apenas um mapa inédito que representa Santa Cruz de Riba Tâmega na sua plenitude, elaborado por José Rodrigues[29].

Partindo deste princípio, estabeleceu-se que a elaboração do Mapa de Santa Cruz de Riba Tâmega constitui o verdadeiro exercício desta dissertação. Porém, dada a dificuldade deste desafio, constatou-se que não é possível fazê-lo através de um único mapa. Assim como elabora Lefebvre: "*a ideia de que um pequeno número de mapas ou até mesmo um único mapa (e singular) possa ser suficiente, só se aplicaria numa área de estudo especializada, cuja autoafirmação dependeria do isolamento do seu contexto*"[30]. Assim, a leitura do território que se irá seguir, consciente das suas múltiplas facetas espaciais, converge na elaboração de diversos mapas ilustrativos.

Como visto anteriormente, o concelho em estudo (re)organiza-se, atualmente, num conjunto de freguesias distribuídas por vários concelhos. De modo a conseguir construir a sua narrativa, tanto pelo seu cariz histórico, como pela procura de respostas às problemáticas associadas ao ordenamento do território, sugere-se conduzir o diálogo através de um conjunto de mapas, que propõem frisar diferentes camadas de leitura e perspetivas de análise. Assim, lançam-se posturas e olhares estratégicos sobre determinados assuntos temáticos. Esta abordagem resulta numa polissemia de mapas que tenciona decifrar, gradualmente, as pistas para a leitura e compreensão deste território como um todo, esclarecendo, peça a peça, o modo como a apropriação humana se territorializou e se construiu. O reconhecimento das características por diferentes camadas permite a compreensão esquematizada de um lugar, que já não existe da mesma forma administrativa e politico-estrutural, como outrora. Esta forma de aproximação é também passível de ser aplicada, de forma idêntica, a outros territórios e áreas de estudo onde se procure questionar e descodificar as razões que estão por trás da fixação e permanência em determinados espaços. O objetivo é tentar ir além da convencional leitura cronológica de um tema histórico deste teor.

Em 'Thinking about maps', Rob Kitchin explica que os mapas, enquanto objetos com um extenso passado, incorporam uma variedade de formatos que contribuem para a teorização dos elementos espaciais da cartografia. Por um lado, são capazes de oferecer precisão e veracidade, mas por outro, revelam-se inevitavelmente como materializações de algo simbólico e abstrato. Como abstrações, os mapas simplificam e representam o espaço físico, e a sua interpretação está sujeita a escolhas cartográficas, sistemas de projeção e, também, a subjetividade do observador. Kitchin explica que a natureza dos mapas consiste numa representação do mundo que não está totalmente formada e, por esse motivo, o seu trabalho nunca está completo. Os mapas são transientes, contingentes, relacionais e dependentes do contexto, servindo, não apenas para representar e compreender distribuições espaciais, mas também para facilitar a navegação de um ponto para outro. Assim, Kitchin entende que a teoria dos mapas é um campo complexo, influenciado por várias dimensões, como a distinção mente-corpo, a questão da singularidade do conhecimento geográfico e a visão dos mapas como textos, discursos ou práticas. Emergem debates sobre se os mapas são holísticos ou fragmentários, estocásticos ou regulares, naturais ou culturais, objetivos ou subjetivos, funcionais ou simbólicos, entre outros.

Em "L' Empire des cartes", Christian Jacob tenta desconstruir a típica definição de mapa - uma representação plana da terra e das suas regiões - definição que considera limitada. Argumenta que os mapas são mais do que simples reproduções; são construções ponderadas, que refletem as escolhas e interpretações dos cartógrafos e devem ser vistos como artefactos culturais, carregados de significados específicos. Identicamente a Kitchin, concorda que o mapa transpõe a índole objetual, pois beneficia de uma abstração significativa, que depende sempre do seu observador.

28 JACOB, Christian - L' Empire des cartes (1996), p. 29
29 Consultar **Anexo 1.**
30 LEFEBVRE, Henri - The production of space (1992) p. 86

Ao utilizar mapas como recurso de estudo, é possível representar, ainda que subjetivamente, a interação entre o natural e as intervenções humanas no território, com inclusão de derivações temporais, casos de dúvida ou incerteza e dinâmicas mais complexas do que aquelas que poderiam ser obtidas apenas por cartografia ou métodos de representação convencional. Os mapas proporcionam um verdadeiro palimpsesto, visual e esquemático, sobre diferentes aspetos do território em causa, incentivando um campo de interpretação mais profundo e multidimensional.

*"Maps, oh maps! (...) sometimes in my sleep, I find myself walking on a map-like space, searching for a place I can at last call my own. But it always sends me to another one, similar to it, but further away. Lonely people have always a map in their head."*[31]

31 Etel Adnan, The Infinite Cartography of Etel Adnan - exhibition San Gimignano, (2013)

# MAPAS EM PORTUGAL

A história cartográfica de Portugal, de forma brevíssima, está intimamente ligada à sua expansão marítima. É difícil dizer com certeza qual terá sido, oficialmente, o primeiro mapa de Portugal. Contudo, conhecem-se tentativas anteriores de representação do território peninsular, ainda que não nos moldes modernos do mapeamento. Exemplos incluem: o "Itinerário de Antonino Pio", no século III, que detalha estradas e cidades romanas, incluindo regiões da Península Ibérica; ou o "Beato de Liébana", no século VIII, com ilustrações do mundo conhecido (*mappa mundi*); o "Atlas Catalão", no século XIV, e as "Cartas Portulanas" no século XIII, marcos da cartografia medieval, que destacam a detalhada representação da costa ibérica; a obra de Ptolomeu e os mapas de Al-Idrisi, no século XII, que contribuíram para o entendimento geográfico da Península Ibérica.

Mais tarde, o manuscrito "O Livro das Fortalezas" da autoria de Duarte de Armas, executado entre 1509-10, por iniciativa de D. Manuel I, veio contribuir com uma leitura mais realista do território português. Não se tratando propriamente de mapas cartográficos, a obra contém desenhos de, ao todo, 56 castelos fronteiriços do Reino de Portugal, que combinam plantas, com vistas panorâmicas e mostram os percursos, distâncias, acessos, terreno, cursos de água, construções e outras características relevantes das fortalezas. Apesar de não constar nenhuma representação do caso de estudo em questão, o manuscrito é um recurso iconográfico valioso para entender a estrutura da arquitetura militar da época.

Um dos mapas mais antigos de Portugal será talvez o "Mapa de Fernando Álvaro Seco", elaborado em 1560, que compila, pela primeira vez, centenas de cidades e vilas, sendo já visível uma maior densidade populacional na costa. Também aparecem destacadas as sedes episcopais e a rede hidrográfica com todos os rios pertencentes ao Reino (com exceção do Minho, Tejo e Guadiana, que se estendem para o interior da Península)[32]. Enfatiza-se que, neste mapa, estão incluídos os Coutos de Travanca e Mancelos, áreas administrativas religiosas pertencentes ao concelho em estudo, que aparecem mencionadas como *"Travanco"* e *"Manhufre"*, respetivamente.

O "Mapa da Provincia de Entre Douro e Minho", levantado entre 1794 e 1795, representou cartograficamente a antiga divisão administrativa de norte de Portugal, destacando as características geográficas e a administração territorial da época. Em relação ao caso de estudo, este mapa apresenta os Coutos de Travanca e Mancelos, a Honra de Vila Caiz e praticamente todas as Paróquias pertencentes ao concelho.

Sobre a região em estudo destaca-se, ainda, alguma cartografia desenvolvida durante as invasões francesas, como o "Mapa da Defesa da Ponte de Amarante", que mostram a trama da *Vila d' Amarante*, nos eventos da defesa da Ponte de São Gonçalo, em 1809.

Em 1865, ocorreu a primeira representação moderna do país, com a implementação da "Carta geographica do reino de Portugal: dividida por províncias, distritos e concelhos". Este mapa surge após a reforma estrutural e judicial do território, após as tentativas liberais em centralizar e modernizar o país. Repare-se que, nesta data, são notáveis as transformações administrativas relativas à extinção do concelho em estudo, registando-se o novo concelho de Amarante com uma área muito mais alargada.

Entre os finais do século XIX e inícios do XX, são editados vários mapas, como o "Mappa Physico e Politico do Reino de Portugal", de A. Vuillemin, editado, em 1876. Assim como outros, este mapa, embora mais detalhado que os seus antecessores, ainda apresentava algumas imprecisões no relevo, refletindo os limites da precisão cartográfica. A verdadeira exatidão só seria alcançada anos depois, com o advento da tecnologia de imagens por satélite, representando o verdadeiro avanço na evolução da cartografia moderna.

Século III

**Itinerário de Antonino Pio** - Descrições de estradas e cidades do Império Romano, incluindo partes da Península Ibérica.

Século VIII

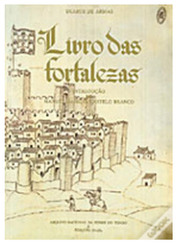
**Beato de Liébana** - Manuscritos medievais com ilustrações do mappa mundi, representando a visão medieval cristã do mundo, incluindo a Península Ibérica e até o Rio Minho e o Rio Douro.

Século XIII

**Cartas Portulanas** - Mapas náuticos da Europa, que incluem também a costa da Península Ibérica. Foram representados os lugares costeiros perpendicularmente à linha da costa, para não obstruir as áreas marítimas, bem como uma rede de linhas coloridas, para indicar direções, juntamente com uma escala gráfica, para auxiliar a determinação de rotas e distâncias entre portos.

Século XIV

**Atlas Catalão** - Um marco da cartografia medieval, com ênfase no Mediterrâneo e representações da Península Ibérica.




1509-1510

**O Livro das Fortalezas** - Desenhos de Duarte de Armasde, com representação de 56 castelos fronteiriços do Reino de Portugal.

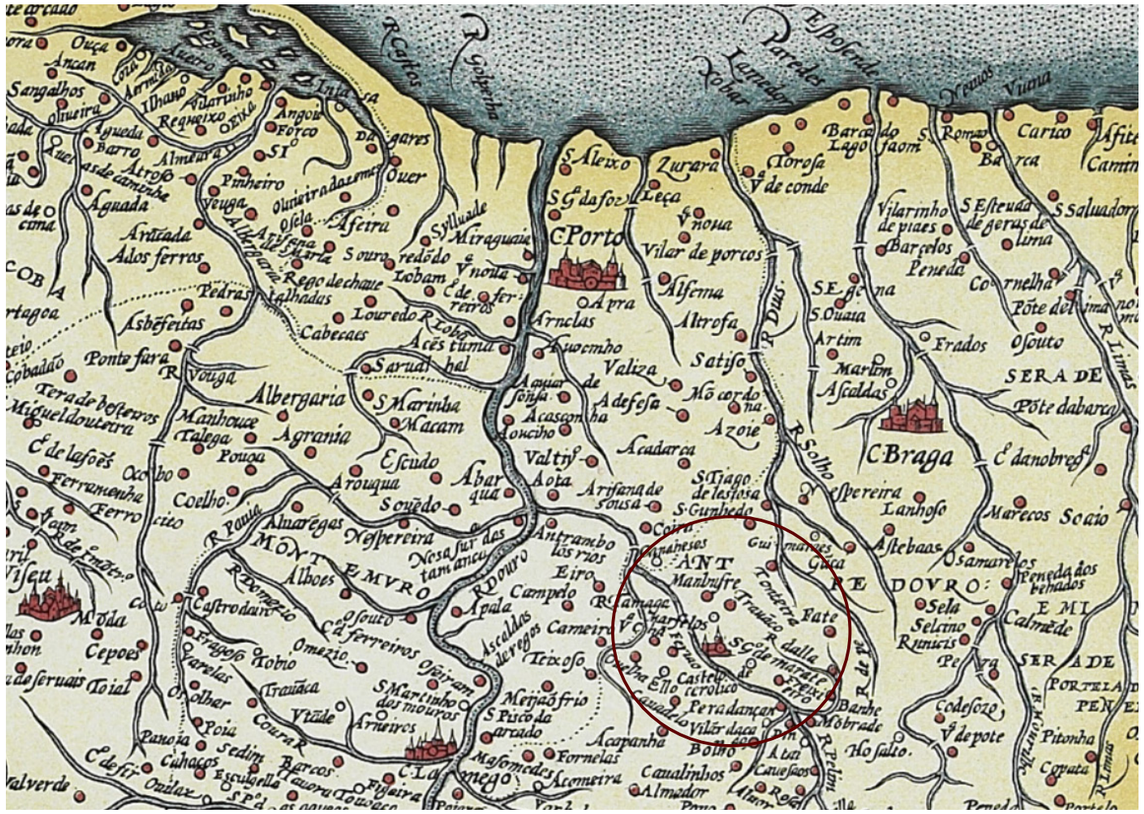
1560

**Mapa de Fernando Álvaro Seco** - Compila centenas de localidades portuguesas, destacando sedes episcopais e a rede hidrográfica.

1794-95

**Mapa da Provincia de Entre Douro e Minho** - Representou cartograficamente a antiga divisão administrativa de norte de Portugal.

32 Comissão Nacional Et. Al - Cartografia Impressa dos Séculos XVI e XVII (1994), p. 12


R. Cestas
R. Gosenha
Esposende
Varedes
Lamedo
Xobar
Vianna
S. Alexo
Zurara
Leça
Barca do Lago
Carico
Vilarinho de piaes
Barcelos
Penella
Cornelha
Pote de lima
Frados
Osouto
SERA DE
Pote dabarca
Vnoua
Vilar de porcos
Miserna
Atrofa
Satiso
Valiza
Adefesa
Azoie
Acadarca
Arnelas
Apra
Ascaldas
Martim
Artim
Souzia
SE
Braga
Lanhoso
Marecos Socio
Asebaas
Osamares
Penedados benados
DOVRO
Sela
Selcino
Rimicis
Codeçoze
Vdepote
Pitonha
Cayata
Barbe
Mobrade
Ho salto
Fornelas
Caualinhos
Almador
Acoreira
Fate
Manhufre
Trauanca
Castello
Peradancas
Vilar daco
Bouro
Atan
Caneiros
Arnoia
Arnoso
Teixoso
Ascaldas dereigos
Campelo
Eiro
Antrambos los rios
Almaregas
Nespereira
Albergaria
Agrania
Manhouce
Talega
Pouoa
Escudo
Arouqua
Souzedo
Abar qua
Coelho
Ferramenthe
Ferro
Cepoes
Moda
Castrodaire
Alboes
Vrtade
Sedim
Cuhacos
Barcos
Figueira
Mesomendes
Meijaofrio
Pisco da arcado
Martinho dos mouros
Omezio
Ferreiros
Trauanca
Fragoso
Robio
Varelas
Roria
Paroia
Valverde
Ondaz
Sangalhos
Oliueira
Aguada
Barro
Almoura
Atrofa
Pinheiro
Veuga
Oliueira daserma
Oselo
Afeira
Ouer
Angoi
Forco
SI
Artiada
Aldos ferros
Pedras
Lalhadas
Asbefeitas
Louredo
Caberaes
Acés tumia
Ponte fiara
Vouga
Sarual
Tera de bosteiros
Miguel douteira
Coelho
Ouiça
Ancan
Vlhano
Aldarinho
Regueixo
Aguada
Redondo
Lobam
Rego de chaue
Loboa
Aquiar de Sousa
Acascenha
Aoucinho
Valtis
Aota
Arisana de sousa
S. Gunhedo
Cairo
Antrambos los rios
Eiro
Campelo
Ascaldas dereigos
Cameiro
Teixoso
Castello
Peradancas
Vilar daco
Bouro
Atan
Caneiros
Manhufre
Trauanca
Fate
Barbe
Mobrade
Ho salto
Fornelas
Caualinhos
Almador
Acoreira
Codeçoze
Vdepote
Pitonha
Cayata
Lanhoso
Marecos Socio
Asebaas
Osamares
Penedados benados
DOVRO
Sela
Selcino
Rimicis
Calmede
SERRADE
PORTELA
PENEDA

# O MAPA ELEMENTAR

Este trabalho poderá não ter profundidade suficiente para recontar todos os enigmas da história de Santa Cruz de Riba Tâmega, mas tentará propor uma abordagem de decomposição das suas camadas, através de um desenrolar de mapas que se querem mostrar personalizados e que só fazem sentido no contexto em questão, quando interpretados à luz de pontos de vista particulares. O conjunto de mapas atribui significados a uma representação de um território complexo, por vezes até controverso, por força das suas geografias, vestígios, lendas e histórias.

Optou-se por começar com o Mapa Elementar, onde se representa o concelho através da unidade administrativa mais simples, a freguesia. No decorrer da leitura, os nomes das freguesias serão referidos repetidamente, por isso, esta escolha consciente visa facilitar a aproximação do leitor com a toponímia da região. Reitere-se que a representação desta unidade, tanto formalmente, como no seu título, segue o padrão antecedente à "Reforma Administrativa de União de Freguesias" devido à considerável inconveniência, do ponto de vista conceptual, que esta reforma introduz no cruzmaneto de dados bibliográficos e cartográficos. Assim, para a realização deste estudo, optamos por desconsiderá-la, uma vez que em nada contribui para a vigorante complexidade evolutiva da administração do concelho ao longo dos séculos, onde serão realçadas outras reformas mais significativas e interações entre diferentes agentes e práticas locais.

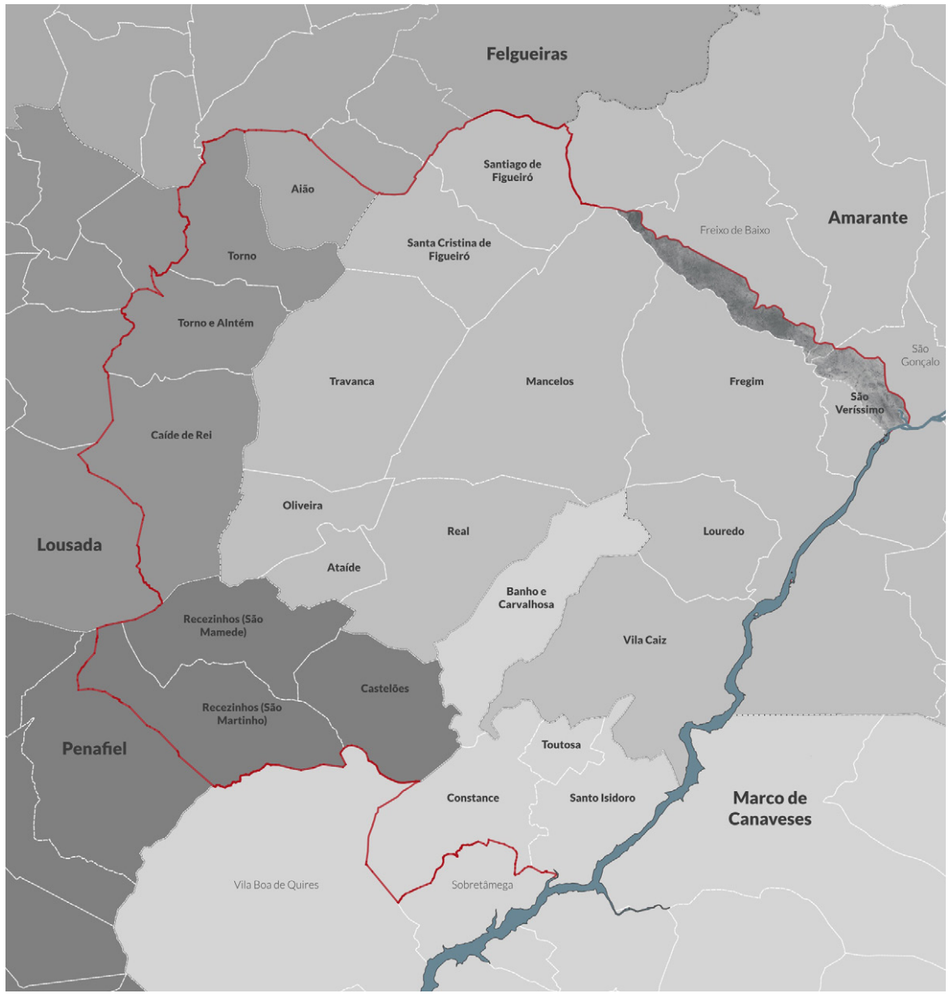
Assim, o mapa Elementar serve como ponto de partida essencial para compreender a estrutura territorial basilar de Santa Cruz de Riba Tâmega, mas não pretende ilustrar a sua estrutura primordial, neste estágio. Em vez disso, a paróquia, considerada a unidade organizacional mais antiga e estável, tanto em termos administrativos, quanto religiosos, servirá como alicerce para este entendimento. Derivada da paróquia, a freguesia estabelece-se como um espaço de pertencimento, enraizado numa estrutura social e administrativa desenvolvida ao longo dos séculos. Historicamente, a identificação com uma localidade estava intimamente ligada à filiação a um senhor e à vida comunitária sob a alçada da paróquia, reforçada por interações económicas e a filiação diocesana. A consciência de uma identidade concelhia, tal como a conhecemos hoje, só começou a formar-se no século XIX, após a extinção deste e outros concelhos. Neste período, a freguesia passou a ser reconhecida como a unidade fundamental, dentro de uma malha administrativa, judicial e fiscal abrangente, marcando uma evolução na sensação coletiva de pertencimento e na organização territorial. Assim, a freguesia representa mais do que um mero espaço geográfico, simbolizando também, um conjunto de relações sociais, culturais e administrativas.

No Mapa Elementar, para além da representação dos limites de freguesias, foi assinalado (com preenchimenro) o caso de incerteza da indefinição no perímetro a norte do concelho. Primeiramente, foi necessário estabelecer um contorno fronteiriço, de forma a situá-lo no espaço, ainda que figurativamente. Uma vez que não há disponível nenhum mapa antigo com essa representação clara, procedeu-se ao cruzamento e listagem de todas as fontes bibliográficas disponíveis sobre as freguesias que incorporavam o concelho. Por sua vez, a essência administrativa do território em estudo é, por vezes, tão incerta e complexa, que levou à necessidade de adotar um metodologia integrada, para objetivar dados avulsos. Sabendo que julgados, concelhos e senhorios foram poderosos núcleos estruturantes da vida do país, que organizavam a produção, o consumo e todo o quotidiano das populações e comunidades rurais; o conhecimento da administração está pendente da documentação produzida pelas antigas autoridades autárquicas, da justiça ou representantes do rei e dos senhores leigos e eclesiásticos ou religiosos. Assim, para se chegar a esta sintetização optou-se por uma comparação de vários documentos, respetivos a diferentes períodos da história[33], cujos títulos se enumeram: "Foral de Santa Cruz de Riba Tâmega", outorgado por D. Manuel I[34], "Cadastro do Minho de 1527"[35], "As Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no Ano de 1726"[36]; "Memórias Paroquiais de 1758"[37]; "Nova Organização dos distritos administrativos do reino: Decreto de 6 de Novembro de 1836"[38]; "O Minho Pitoresco de 1886"[39]; e vários "Livros de Eleições e Actos da Câmara de Santa Cruz de Ribatâmega", de 1664, 1801 e 1813, fornecidos pelo estudo desenvolvido por José Rodrigues[40].

33 Consultar **Apêndice 1.**
34 Consultada cópia no arquivo local.
35 Consultado através de Apresentação Geográfica do Concelho de Amarante, Entremuros (1990), p. 11
36 Consultado diretamente em CRAESBEECK, Francisco - As Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no Ano de 1726.
37 Consultado online e excertos transcritos provenientes de várias fontes.
38 Consultado no Arquivo Municipal do Porto (online).
39 Consultado diretamente em VIEIRA, Augusto - O Minho Pitoresco de 1886.
40 Consultado em RODRIGUES, José - O Concelho de Santa Cruz de Ribatâmega nos Séculos XVIII e XIX (1998), p. 96

A partir da análise dos dados, constatou-se que o número mediano de freguesias que correspondem às atuais é de 22, como ilustrado no mapa abaixo. No entanto, é importante esclarecer que, quanto ao perímetro das freguesias, admitem-se oscilações no seu passado. Adicionalmente, existiram duas freguesias, entretanto subvertidas - Passinhos, em Vila Caiz; e São Veríssimo, em S. Gonçalo.

Por último, nos capítulos subsequentes, a dissertação utilizará terminologias estipuladas para designar as freguesias e os lugares alusivos aos cinco concelhos contemporâneos. Por exemplo, a designação de "Vila Meã", que, atualmente, faz parte do quadro administrativo de união de freguesias, será consistentemente referida como um lugar pertencente à freguesia de Real, nuances que são essenciais para entender a organização atual deste território, proporcionando uma base sólida para a formulação de todos os mapas que se seguirão.




**Mapa 3 - Mapa elementar de Santa Cruz de Riba Tâmega**

0 1 2 km

| | |
|---|---|
| Escala | 1:100 000 |
| Base | Concelhos e freguesias DGS |
| Perímetro | Gerado no QGIS |

# BIBLIOGRAFIA PARTE I


ADNAN, Etel - The Infinite Cartography of Etel Adnan - exhibition view Galleria Continua, San Gimignano, 2013

BRAGANÇA, Pedro - Lugares de habitar entre a terra e o mar: apontamentos sobre temas do território no entre Douro e Minho, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto [dissertação de mestrado], 2014

BRAGANÇA, Pedro, OLIVEIRA, Marta - Estrutura do território e assentamento popular - A região do Porto ao longo dos tempos [apresentação de Istambul a um ensaio], 2015

BRANCO, Rui Miguel C. - O mapa de Portugal: Estado, Território e Poder no Portugal do Oitocentos, Ed. Livros Horizonte, 2003

DOMINGUES, Álvaro - Castro Laboreiro - Identidade em Fuga, in Quem somos os que aqui estamos? Castro Laboreiro e Lamas de Moura. Coord. Daniel Maciel e Álvaro Domingues. Ed. MDOC Festival internacional de Documentário de Melgaço, 2023

DOMINGUES, Álvaro - Lugar, memória e utopia, [manuscrito não publicado], 2022

DOMINGUES, Álvaro - Vida no campo. Ed. Dafne Editora [Porto], 2012

ELDEN, Stuart - Land, terrain, territory - in Progress in Human Geography, 2010

ELDEN, Stuart - The birth of territory, the University of Chicago Press, Chicago and London, 2013

ENGBERG-PEDERSEN, Anders - Literature and Cartography; Theories, Histories, Genres, The MIT Press [Cambridge, Massachusetts, London, England], 2017

Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, et. al - Cartografia Impressa dos Séculos XVI e XVII: Imagens de Portugal e Ilhas Atlanticas, Arquivo Municipal do Porto, 1994

Et.Al - Instituto Geográfico do Exército - Portugallia Descripto 2006

GILLES, Clément - Manifiesto del Tercer paisaje, [Éditions Sujet/Objet, Paris, 2004] Editorial Gustavo Gili, SL, Barcelona, 2007

GREGITTI, Vittorio - The form of the territory, publicado em AD Profile #59, 1985

JACOB, Christian - L' Empire des Cartes. Approche théorique de la cartographie à travers l'histoire. Année, 1996

KITCHIN, Rob - Thinking about maps, in Rethinking Maps, New Frontiers in Cartographic Theory by Martin Dodge, Rob Kitchin, Chris Perkins, Routledge, 2011.

LEACH, Neil - Belonging: towards a theory of identification with place, artigo em Perspecta 33:126-133, 2002

LEFEBVRE, Henri - The production of space. Donald Nicholson-Smith (Translated by), 1992

MADUREIRA, Ana - Paisagem revisão de conceitos e práticas, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto [tese de doutoramento], 2013

PALLASMAA, Juhani - Os Olhos da Pele, A arquitetura e os sentidos Bookman, Porto-Alegre, 2011

RODRIGUES, José - O Concelho de Santa Cruz de Ribatâmega nos Séculos XVIII e XIX, in Actas do Congresso Histórico 98, Volume IV, 1998

TÁVORA, Fernando - Lição das Constantes Lusiada, Revista Ilustrada de Cultura, volume 1, número 2, em Novembro 1952) P.7

TOPALOVIC, Milica - "The architecture of territory? (excerto de "Architecture of Territory – Beyond the Limits of the City: Research and Design of Urbanizing Territories," aula apresentada na ETH Zurich a 30 de Novembro de 2015), in CARTHA II, 2016

TOPALOVIC, Milica, et al. - Arcadia, Peloponnese, Architecture of Territory, European Countryside [ETH Zurich D-ARCH ] 2016


**Webgrafia**


Álvaro Domingues - Destruição, Registos do trauma da perda do Portugal Rural (2011) [https://www.revistapunkto.com]

# PARTE II

A ARQUITETURA DO VALE

*"Era uma casa de lavoura que ficava num vale. Minha mãe dizia que o lugar não tinha horizonte, mas a mim parecia-me bem. Não gosto de lugares descobertos onde tudo se avista e nada se inventa."*[41]

| Neolítico | Idade do Bronze | Idade do Ferro | Séc. I a.C - Séc I d.C | 1115 | 1220 | 1726 | 1886 | Séc XX | 1955 | 1989 | 2004 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| (V° a IV° milénio A.C.) Provável datação para os dólmens construídos na serra da Aboboreira. | Redes densas de povoados fortificados são estabelecidas, inicialmente nas altas serras. | Os assentamentos começam a aproximar-se das bacias fluviais (Rio Tâmega). | Alguns povoados mantém-se ativos, prosperam e passam por um processo de romanização (caso de Tongobriga). | Primeira menção ao termo "Riba Tâmega". | Primeira menção de Vila Meã nas Inquirições de D. Afonso II como "Villae Mediane". | Francisco Craesbeek menciona o Monte de Santa Cruz e o seu castelo, que estiveram na origem do nome do concelho. | Augusto Vieira descreve uma ermida e vestígios de fortaleza no Monte de Santa Cruz. | António Costa clarifica a existência de uma capela e ruínas do castelo no Monte de Santa Cruz. | Descoberta de uma necrópole romana em Real, Vila Meã. | Construção da Barragem do Torrão, modificando significativamente a rede hidrográfica do rio Tâmega. | Surgiram mais vestígios no lugar do Vilarinho e foram realizados trabalhos de escavação (os primeiros tinham sido realizados em 1909). |

41 Agustina Bessa-Luís - Contos Amarantinos (1992), p. 3

# A GEOMORFOLOGIA

*"Sem esta terra funda e fundo rio*
*Que ergue as asas e sobe em claro voo;*
*Sem estes ermos montes e arvoredos*
*Eu não era o que sou."* [42]

*Rio, vale, cota* - constituem os pilares geomorfológicos do caso de estudo.

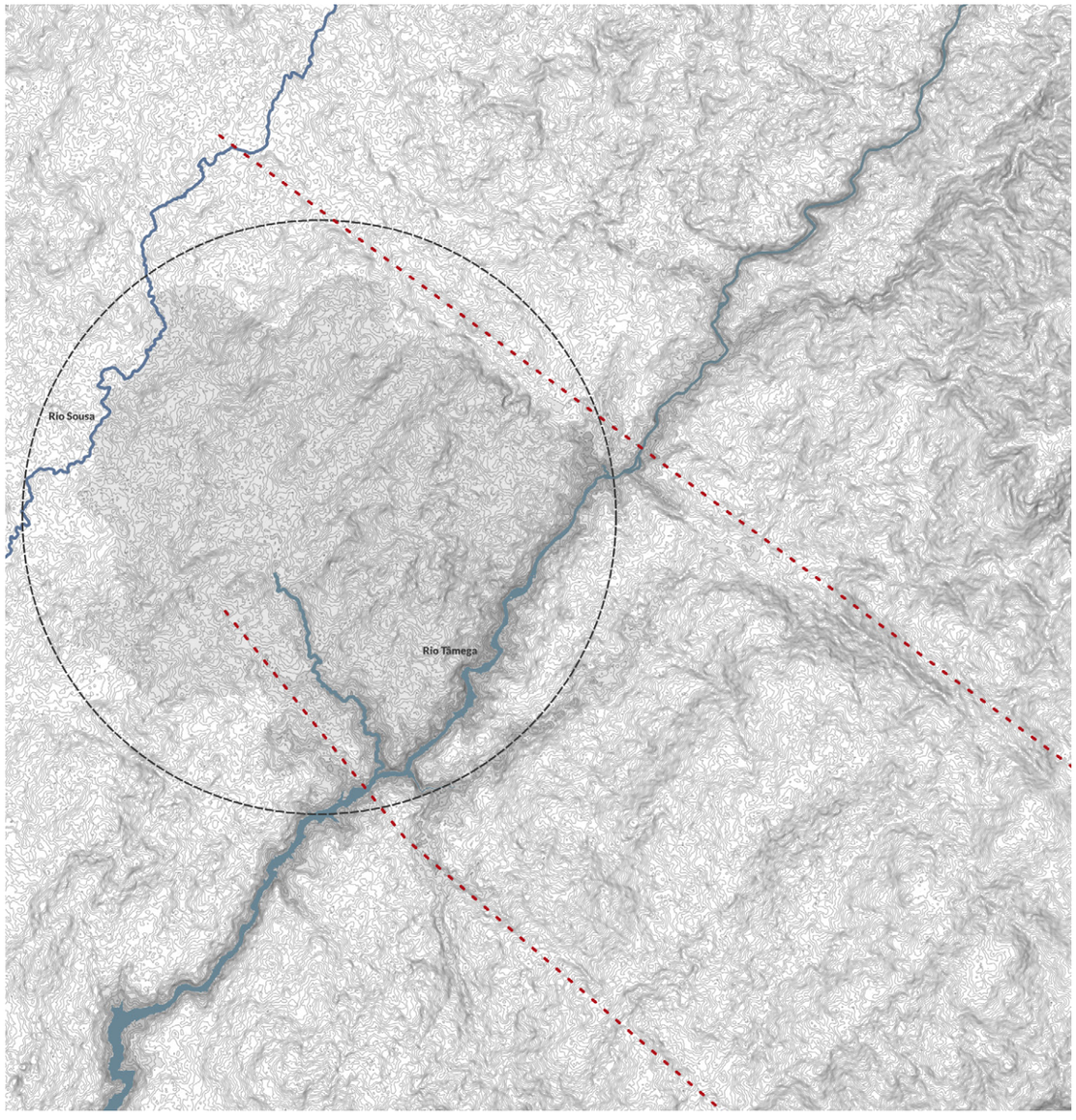
A região do antigo concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega insere-se na sub-região do Tâmega e Sousa, cuja geomorfologia e as suas particularidades se revelam favoráveis ao desenvolvimento da presença humana desde tempos remotos, comprovada por vestígios de ocupações e tipologias diversificadas. A presença dos principais rios Douro, Sousa e Tâmega, e os seus afluentes, criou condições naturais desejáveis para a fixação humana. Inicialmente, a preferência dava-se pela localização em altos montes, evidenciada pelos castros remanescentes. No entanto, com o passar do tempo, houve uma transição gradual para a valorização dos vales e planícies, que promoveu avanços significativos em diversos domínios, como a construção de vias e o desenvolvimento de pólos urbanos.

Considerando que estudar um concelho com uma área tão vasta implica desafios para uma análise do território como um todo, procurou fazer-se uma síntese das características geográficas que melhor mostram a essência do caso de estudo. O território do antigo concelho posiciona-se na margem direita do rio Tâmega, onde a configuração é mais plana do que a margem esquerda e apresenta, essencialmente, uma natureza granítica, segundo a Carta Geológica de Portugal. Relativamente à topografia, apresenta zonas de altitude equilibradas, que não excedem os 600 metros.

O território assume uma situação de *interflúvio*, neste caso entre os rios Tâmega, a leste, e rio Sousa, a oeste. A região que se estende entre os rios organiza-se em vales paralelos longitudinalmente e relativamente equidistantes, que são cortados transversalmente pela formação de duas depressões assimétricas[43]. Assim, tanto a sul como a norte, o concelho delimita os seus retalhos fronteiriços próximos destas *superfícies fraturadas*[44], uma vez que a bacia do rio Tâmega, estendendo-se desde as *altas montanhas do Pascoaes,* até ao fundo do rio, foi sendo nivelada ao longo do tempo pela erosão natural, formando uma região irregular. Este processo formou duas depressões assimétricas no terreno, com variações de profundidade entre os rios Tâmega e Sousa, condicionando a paisagem à situação de sucessivos vales encaixados. "*Foi nesta grande falha, assinalada no mapa geológico de Portugal, que o cruzamento com o vale do Tâmega, também ele de fractura, originou a pequena bacia onde está instalada a cidade de Amarante*"[45].

Na envolvente, as imponentes serras do Marão, Aboboreira e Baião, atuam como barreira natural. O seu clima atlântico e analogamente ameno influencia o modo de vida local, apresentando alternâncias entre as estações, com os silêncios gelados e névoas no inverno, e o sopro abrasador dos dias de verão. As temperaturas também flutuam ligeiramente entre picos e leitos protegidos - por exemplo, no caso da sede do concelho, no lugar de Vila Meã, onde se registam indicadores de precipitação mais baixos, em relação ao resto do concelho de Amarante. Este fenómeno pode ser atribuído ao rio Odres, que nasce no Tâmega e cria uma bacia secundária, resguardada pelos vales circundantes.

Essencialmente, a natureza impõe o modo de vida e o ser humano, por sua vez, intervém nela. Fora das sedes municipais, a vida é dominada pelo ar puro e abundância de águas cristalinas e permanece, ainda, profundamente ligada à terra, marcada por forças naturais, tradições e fatores culturais.




**Mapa 4 - Esquema geomorfológico do ex-concelho**

0 2,5 5 km

| | |
|---|---|
| Escala | 1:150 000 |
| DEM | ASTER GDEM (Isolinhas 10 m) |
| Rede hidrográfica | DGT |
| Linhas de depressão | Gerado no QGIS (autora) |
| Contorno do concelho | Gerado no QGIS (autora) |

42 PASCOAES, Teixeira de. - Canção duma Sombra (1907), p. 52

43 *"Para além daqueles dois grandes alinhamentos de fractura, bem marcados, destaca-se um sem número de outras fracturas que, não só condicionam a rede hidrográfica, como também estão relacionadas com os movimentos de blocos que foram responsáveis pela irregularidade e diversidade da topografia da região, na qual se destaca o conjunto elevado do maciço do Marão."* MARQUES, et. Al - Apresentação Geográfica do Concelho de Amarante, Entremuros (1990), p. 6

44 idem, pp. 6 - 7

45 idem

*"Chega-se, de carro ou a pé, e os olhos encharcam-se do Tâmega que abre os dois braços a envolver a guiga longa que é a ínsua dos Frades com os seus amieiros, salgueiros e freixos. As da cor do bronze milenário espadanam, brancas e luminosas, nos açudes trazendo memórias da Galiza, nevoeiros e sussurros de perdidos tempos. Nas eras pagãs, teve altares de adoração, porque os deuses nasceram dos medos (...)*

*Um rio milenário, como qualquer deus, não morre facilmente por decreto ou interesses pessoais. Subrepticiamente flui nos genes dos humanos.*

*Se a vitalidade do Tâmega fazia mover moinhos de cereais e linho - arqueologia industrial não preservada -, se transportava toros de árvores, se lavava as roupas dos habitantes, se dava as lenhas para a lareira, se as redes traziam pregões matinais de peixe, tudo isso permanece ainda com a estética da paisagem e os versos de Pascoaes. O desporto é dos canoístas, passeios fluviais e concursos de pesca. Com a ameaça contínua dos interesses comezinhos e tão discutíveis a desenharem o estrangulamento e domesticação do deus Tâmega, os devotos tamacanos, que são multidões, começam a vir às ruas e praças e não haverá barragens que impeçam o ímpeto indomável."*

*Manuel Amaral*[46]



2.1

A GEOMORFOLOGIA



46 ANÉGIA (Coord.) - Amarante: uma ponte entre a história e a natureza (1997), p. 19

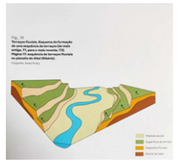
*"Rio de muitas várzeas, de muitas pontes e muita vida. Receptivo para muitos ribeiros, regatos e córregos de montanha. Rio sagrado!"*[47]

O rio Tâmega desenha-se como uma artéria urbana, viva e pulsante, delimitando o concelho em estudo ao longo de toda a sua margem direita. De origem galega, o rio desempenha um papel vital na nomenclatura e no desenvolvimento da região, desde que adentra Portugal pela zona de Chaves. Ao longo do seu curso, no sentido nordeste-sudoeste, batizou diversas freguesias e concelhos, incluindo os concelhos desaparecidos de Gouveia de Riba Tâmega e, claro, Santa Cruz de Riba Tâmega[48].

O Tâmega contribui desde cedo para a fertilidade das terras por onde passa, até chegar a Entre-os-Rios, onde desagua no rio Douro. A sua influência estende-se não apenas ao relevo, mas também ao clima e à vegetação. Além disso, a proximidade dos terrenos ao rio caudaloso confere vigor às encostas, proporcionando maior humidade na região ribeirinha e favorecendo o desenvolvimento de atividades, como as moageiras, pesca, e artes correlatas[49]. Esta característica reforça uma expressão visual muito forte, designada por *terraços fluviais*, ou seja, antigos leitos e margens de rio que a incisão dos vales deixou em posição lateral[50]. Este fenómeno transmite a sensação do rio se situar, quase, numa fenda profunda. Apenas nas margens imediatamente adjacentes ao rio (ou no terraço 1) é possível avistá-lo amplamente, enquanto que ao caminhar sobre os terraços superiores a perceção da sua forma torna-se cada vez mais intermitente. O terraço 1, protegido dos ventos do Norte, tornou-se um lugar propício ao cultivo em socalcos ou leiras para a plantação da vinha[51]. Também por esse motivo, foi possível recolher um maior número de depósitos arqueológicos, principalmente romanos, nos terraços próximos ao rio Tâmega, achados que serão mencionados mais à frente.

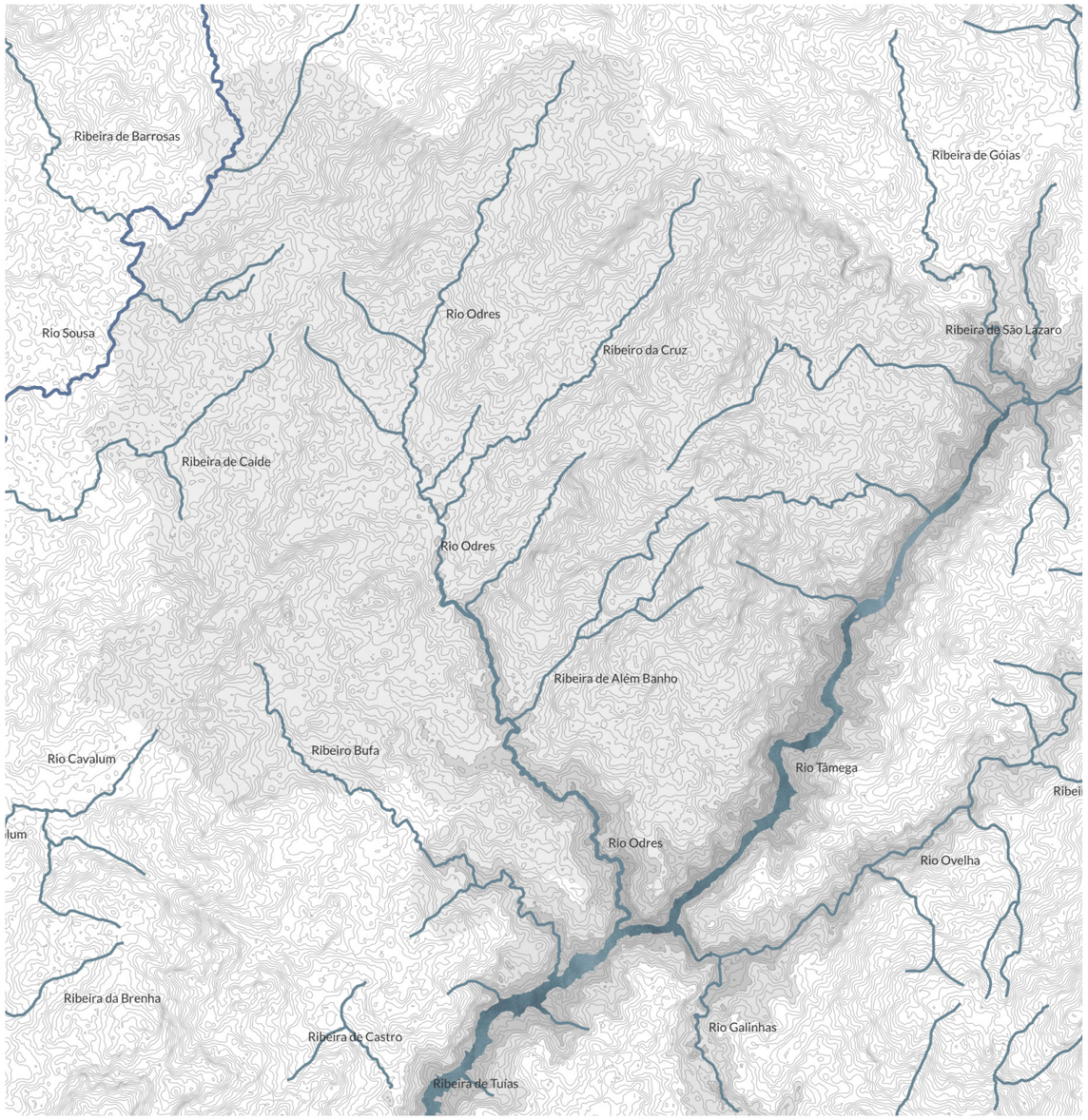
Quanto à travessia do rio Tâmega, facilitada naturalmente pelas suas pontes, esta também se fazia, no passado, através das barcas. As embarcações, normalmente geridas por moleiros, eram vitais para o transporte entre margens. No percurso do Tâmega - entre Alpendorada e Amarante -, foram detetados, até finais da década de 60, cerca de 13 lugares de passagem, por meio de barcas, entre as duas margens[52].

Toda a região em estudo é caracterizada pela sua rica rede hidrográfica, incluindo ribeiros e pequenos cursos de água que rasgam o território, facilitando múltiplas formas de adaptação humana e agrícola. Em Vila Meã forma-se o vale do rio Odres, afluente do Tâmega, que cria uma vasta área de várzea protegida, em que o relevo suave e ondulado, com altitudes variando entre 150 e 450 metros, realça a aptidão agrícola da região para a horticultura, produção de cereais, linho e viticultura.



Por último, o rio Tâmega esteve sempre associado a uma forte tradição balnear e propriedades terapêuticas, especialmente nas águas termais da Senhora do Vau, em Gatão, um local de romarias e devoção mariana pela proteção contra doenças[53]. Desde 2019, as Termas de Amarante disponibilizam tratamentos termais e programas de bem-estar, mantendo viva esta tradição.

47 ANÉGIA (Coord.) - Amarante: uma ponte entre a história e a natureza (1997), p. 20
48 Assim como Vilela do Tâmega, Fiães do Tâmega, Santo Aleixo de Além Tâmega, Santo Isidoro de Riba Tâmega e Santa Maria de Sobretâmega, idem
49 SOEIRO, Teresa - Estruturas moageiras, pesca e navegação no Baixo Tâmega - Amarante, p. 255
50 ZILHÃO, João - Portugal na Idade do Gelo (2023), p. 13
51 ANÉGIA (Coord.) - Amarante: uma história entre a ponte e a natureza (1997), p. 45
52 ANÉGIA (Coord.) - Marco De Canaveses: Entre Douro e o Tâmega, onde começa o Marão, (1997), p. 26
53 SOEIRO, Teresa - Estruturas moageiras, pesca e navegação no Baixo Tâmega - Amarante, p. 256




**Mapa 5 - Rede hidrográfica e afluentes do rio Tâmega**

0 1 2 km

N

| | |
|---|---|
| Escala | 1:100 000 |
| DEM | ASTER GDEM (Isolinhas 10 m) |
| Rede hidrográfica | DGT |

Um aspeto essencial a abordar é o impacto da ação humana, ao longo dos anos, no rio Tâmega. Intervenções como a construção de barragens alteraram significativamente a rede hidrográfica e a morfologia das suas margens. A barragem do Torrão, localizada entre as freguesias de Alpendorada (Marco de Canaveses) e de Rio de Moinhos (Penafiel), é, talvez, a mais relevante para o caso de estudo. Esta infraestrutura foi construída em 1989, com múltiplos propósitos, incluindo a regulação de fluxo, abastecimento de água e produção de energia hidroelétrica. Durante o período de construção, a comunidade expressou alguma resistência contra o avanço do projeto. Alguns cidadãos dedicaram anos à publicação de artigos que alertaram sobre os riscos para a área urbana e o meio ambiente, incluindo inundações e alterações no nível das águas. Para além disso, incluíram reflexões sobre perdas culturais e naturais, como ilhas e praias fluviais[54].

Como se veio a confirmar, a construção da barragem do Torrão teve um impacto profundo na paisagem como a conhecemos hoje, alterando o curso natural do rio e modificando as margens adjacentes, com maior impacto na região de Sobretâmega, no Marco de Canaveses. Neste lugar, a barragem contribuiu para a formação de um reservatório alargado, uma autêntica albufeira artificial, que afetou tanto as comunidades ribeirinhas, como os *habitats* naturais, condicionado estruturas como moinhos e azenhas, e eliminando percursos ao longo da marginal do rio[55].

Uma das consequências mais surpreendentes foi a submersão total da ponte de Canaveses. Antes da construção da barragem, esta ponte servia como um importante e antigo ponto de travessia sobre o Tâmega. Com a subida da água no reservatório, a ponte ficou totalmente submersa, tornando-se parte do património subaquático. Em 1988 uma nova ponte foi inaugurada[56].

A perda da ponte de Canaveses parece-nos significativa de mencionar, já que, neste caso, o rio (*objeto natural*) e as suas travessias (*objeto construído*), estão intimamente e ancestralmente relacionados. A desafiadora necessidade humana que levou à construção da ponte, acabou destruída por intervenções que resultam na perda simbólica dessa ligação histórica, e deu lugar a uma estrutura vulgar, que não captura o mesmo interesse arquitetónico da sua antecessora.

No mapa da página seguinte, foi marcada a alteração do caudal num troço do curso do rio, baseada nas cartas militares dos anos 1937 e 2024 (destacando-se que também foi considerada a de 1997, mas a configuração hidrográfica já é muito próxima da atual). Compreende-se que a configuração do rio e das suas margens anteriores terão sido muito mais estreitas no passado, sobretudo aquando dos acontecimentos retratados ao longo dos primeiros séculos de ocupação no concelho em estudo.

As alterações na rede hidrográfica do rio Tâmega, devido à construção de barragens, refletem o equilíbrio desafiador entre desenvolvimento e conservação. Este fenómeno não é exclusivo ao Tâmega, porém ressalta as potenciais consequências de grandes projetos de infraestrutura no património cultural e ambiental. Por um lado, essenciais para a geração de energia hidroelétrica, as barragens contribuem para a matriz energética renovável do país, auxiliando o controlo de cheias e inundações (um antigo problema regional no caso de estudo).

No momento de redação desta dissertação, tornou-se conhecido que o projeto de uma outra barragem - barragem de Fridão - talvez ainda mais polémica pelas possíveis consequências adversas, não será levado adiante, o que representa, para todos os efeitos, uma vitória para a região, especialmente para os amarantinos[57].

54 Consultar **Anexo 2** para leitura na íntegra.

55 PEDRO, António - Adeus Tâmega, Adeus rio, Adeus Amarante! (1997), p. 7

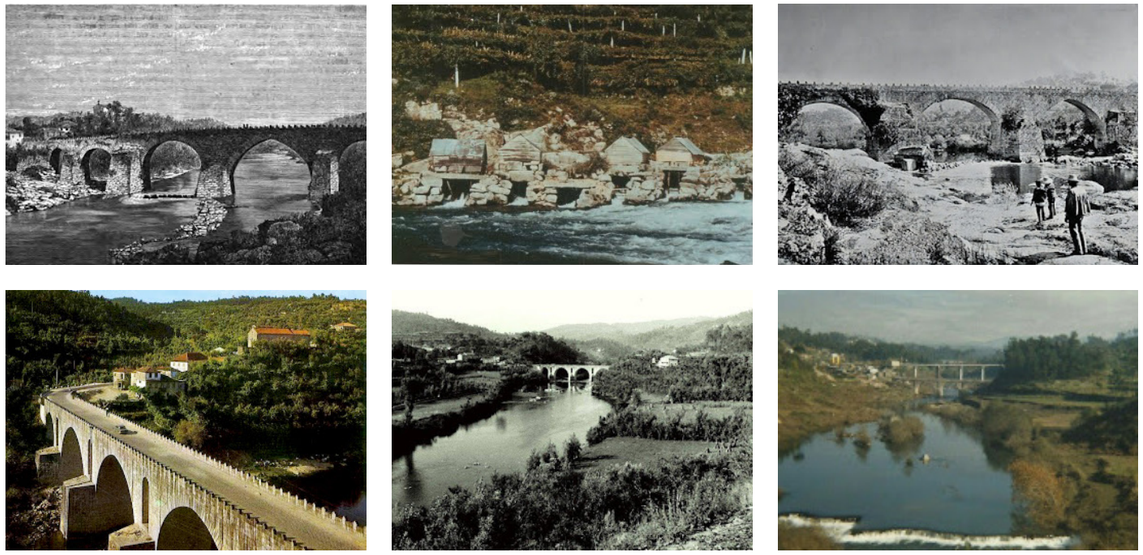
56 Consultar **Anexo 3** para leitura na íntegra.

57 *Em 2024, o Estado português terá de pagar 218 milhões de euros à EDP devido à barragem do Fridão, após perder um recurso no Supremo Tribunal Administrativo. A controvérsia soma-se a outras discussões políticas, como o não pagamento de IMI pela venda de barragens e os riscos ambientais para Amarante, levantados por organizações em 2018, realçando que um eventual colapso da barragem causaria uma onda de 14 metros que atingiria o centro de Amarante em 13 minutos.* [https://eco.sapo.pt/2024/02/16/supremo-decide-estado-obrigado-a-pagar-218-milhoes-a-edp-por-causa-do-fridao/]





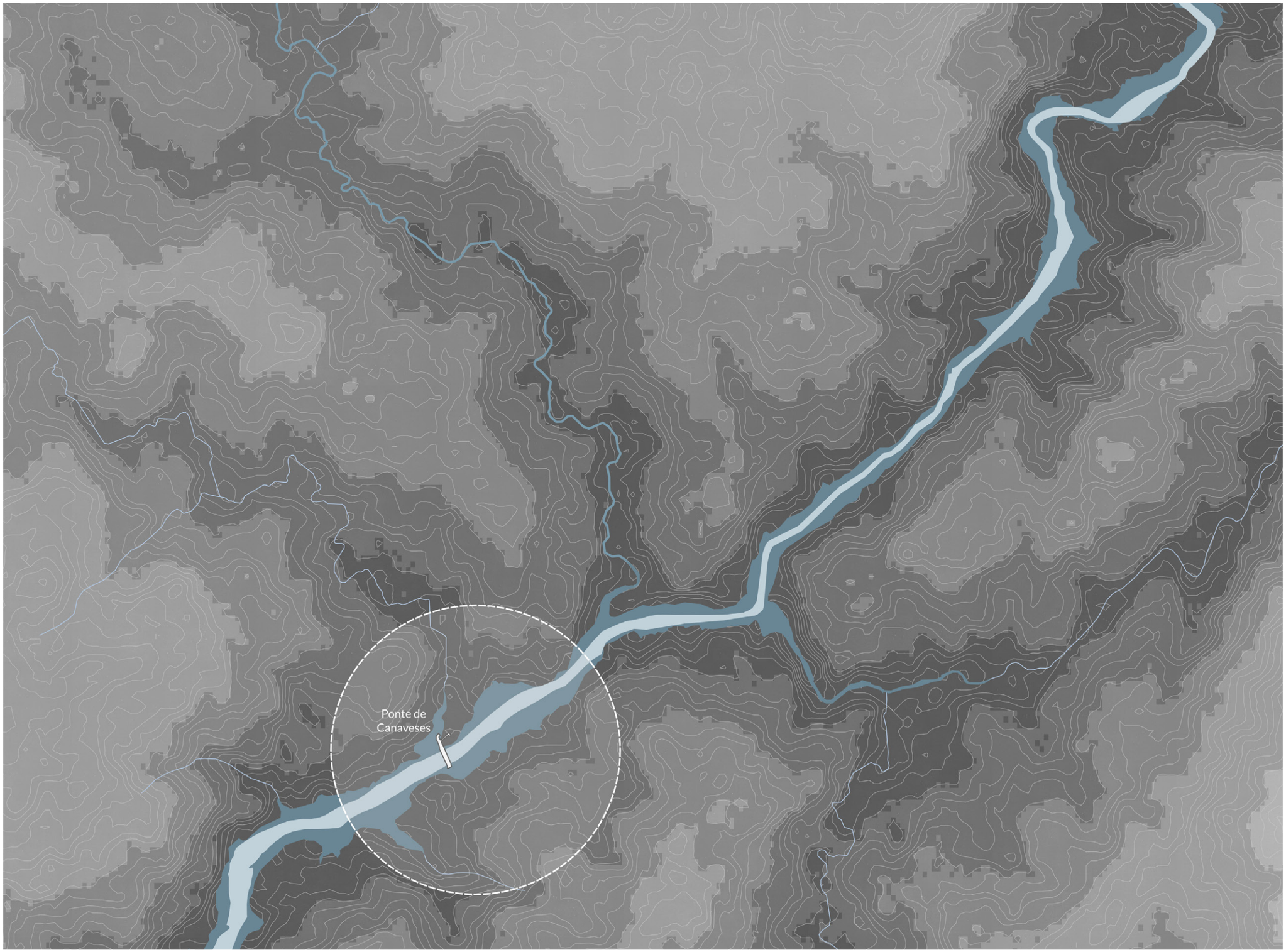
*"Os que vierem e não conheceram esta Amarante que vamos afogar, não deverão sentir a perda das margens, das árvores, das azenhas, dos penedos, das 'guigas' pequenas, as lavadeiras, os banhistas...*
*Mas esta mocidade que fomos nós, só voltaremos a vê-la no postal e na recordação saudosa. É uma parte da nossa terra que morre! É uma parte de nós que morre!"*[58]



Compilação de fotos da Ponte Medieval demolida, da esquerda para a direita:
1. Ilustração do seu aspeto primitivo;
2. Estruturas magoeiras perdidas;
3. Melhoramento da ponte na década de 40;
4. Ponte alargada, possibilitando a passagem de veículos;
5. Impacto na paisagem;
6. Sobreposição da ponte demolida sobre a albufeira atual;
7 e 8. Ponte já em submersão com a subida das águas;
9. Tentativa de destruição com explosivos dos detritos da ponte afundada.

*"Constituía um conjunto com as igrejas paroquiais de Santa Maria, junto da entrada na margem direita, e de S. Nicolau, junto da entrada na margem esquerda (v. PT01130721014), e o Cruzeiro do Senhor da Boa Passagem (v. PT01130721012), também à entrada da ponte, junto da igreja de Santa Maria. Quando foi demolida apareceram restos de uma ponte mais antiga, de provável fábrica romana, ocultados pela construção medieval e moderna."* (DGPC)

58 Palavras do Padre Luís Coutinho, op. Cit PEDRO, António. - Adeus Tâmega, Adeus rio, Adeus Amarante! (1997), p. 8

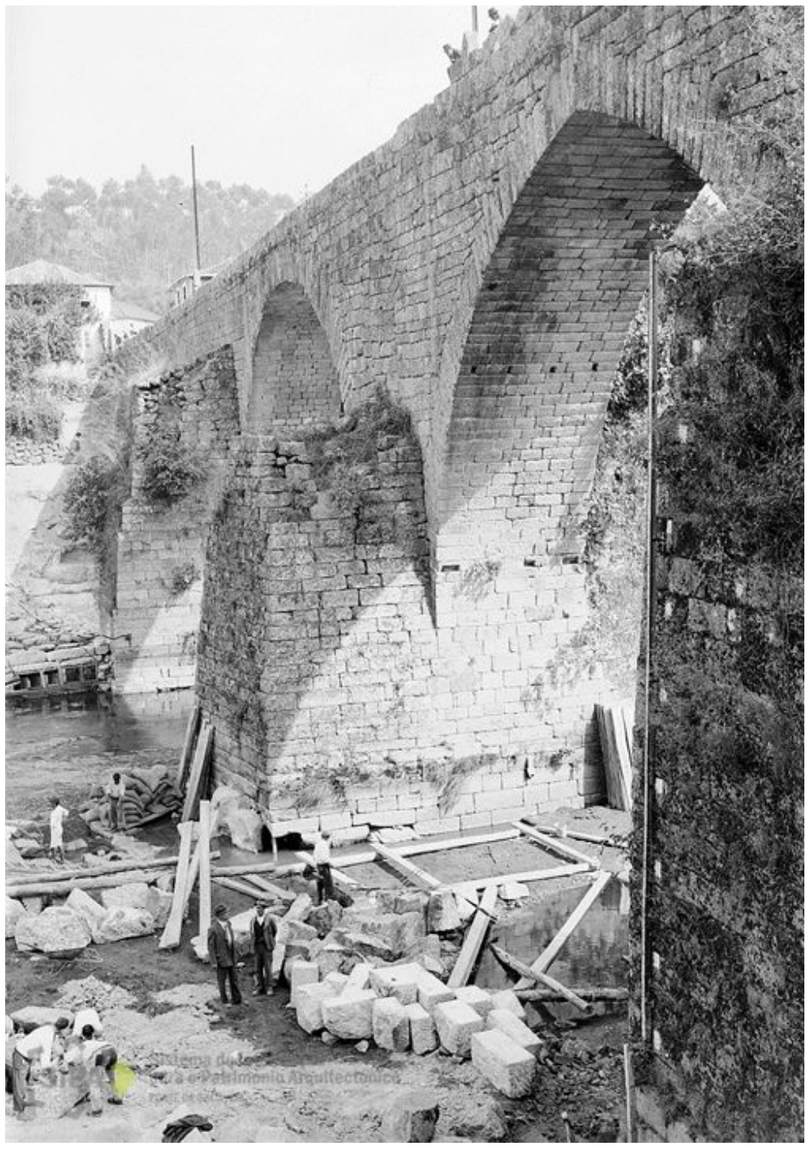



**Mapa 6 - Transformação da hidrografia e margens do rio Tâmega entre 1937 e 2024**

| | |
|---|---|
| Escala | 1:20 000 |
| Base | Cartas militares 124, 112 e 113 (georreferenciadas) |
| DEMS | ASTER GDEM (Isolinhas 10 m) |

0 750 1 500 m

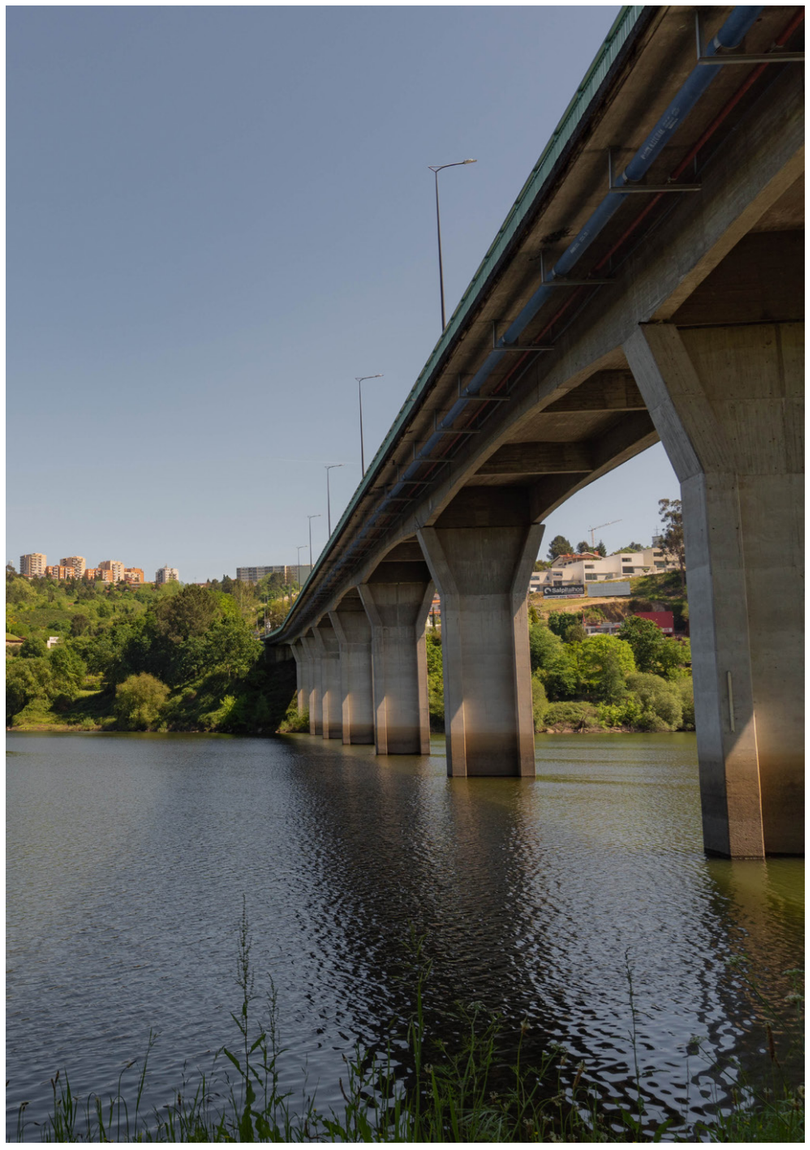
N



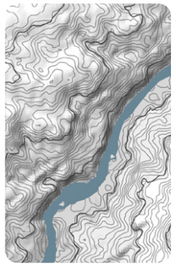
Ponte de Canaveses, em obras durante a década de 1940.
SIPA.FOTO.00055530 (DGPC)



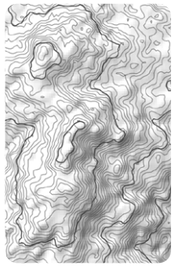




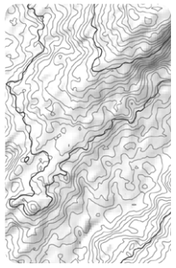
Nova Ponte de Canaveses, após a subida das águas na albufeira de Sobretâmega, em 2024.



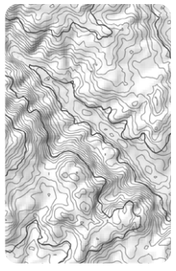
VALE EM VÁRZEA



VALE EM DECLIVE



VALE AIROSO



VALE FECHADO

*"O povo opõe a ribeira dos vales largos, terra de milho, vinha e fruta, que formiga, de gente em casais disseminados na verdura dos campos, prados e bouças, a montanha, onde o pinhal, o vinho e o milho rareiam a população se aglomera em aldeias à volta de campos de centeio, vastos terrenos de pastagem e, sobretudo, enormes extensões de penedia estéril."*[59]

O território onde se insere o concelho, embora não sendo dominantemente montanhoso, apresenta um relevo vigoroso, com uma sucessão de vários vales encaixados, que conferem paisagens complementares e distintas. Estar no leito do vale transmite, por vezes, uma sensação de campo visual muito reduzida, ao passo que, subindo à crista, torna-se possível avistar o horizonte sem limites.

Em modo de esquematização, e como forma de simplificar a compreensão do território, classificaram-se em quatro categorias os diferentes tipos de vales: *várzea, declive, airoso e fechado;* formando, assim, a base da arquitetura do vale. Esta classificação, derivada de uma análise intuitiva e informal, foi elaborada a partir de observações e sensações visuais recolhidas durante visitas de campo.

O vale em várzea, adjacente ao rio Tâmega e, em menor medida, ao Odres, destaca-se pela vivacidade da água, que alimenta o solo num extenso lençol marginal produtivo, pintado de um verde vibrante. Esta área, caracterizada pela forte atividade humana, vê a sua ocupação concentrar-se nas partes mais baixas das encostas, enquanto as zonas superiores dão espaço a pinhais, matas e pastagens[60].

Apesar do vale onduloso apresentar maioritariamente uma topografia regular, salientam-se alguns cumes bem definidos, com vertentes de declive acentuado, que resultam em vistas abrangentes em alguns pontos culminantes. Destaca-se o monte de Santa Cruz, à cota de 540 metros de altitude, perfazendo a área rochosa mais alta da margem direita de Riba Tâmega. No seu topo, salienta-se um cabeço granítico castelejo, cuja posição estratégica oferece vistas panorâmicas de todo o vale do Tâmega, enquadrado pelas Serras do Marão, Aboboreira, Baião, Mondim e Celorico de Basto. Neste topo, as formas de relevo transmitem uma sensação de dureza, acentuada pelo cimo áspero e inóspito, com sinais de menor atividade e organização urbana, assim como rara prosperidade agrícola[61]. Aqui, acentua-se a grandeza do vale, face ao rio que corre, no fundo.

Num corte transversal entre os vales, observa-se uma maior concentração populacional nos cumes menores, exemplificado pela linha de festo entre as freguesias de Vila Caiz e Fregim (Amarante), nas elevações das freguesias de Banho e Carvalhosa (Marco de Canaveses) ou, ainda, de Aião e Torno (Felgueiras). Estas áreas, com proeminência mais definida que o vale fechado, mas menos íngreme que o vale em declive, localizam-se em altitudes elevadas, porém próximas aos rios principais, conferindo uma atmosfera de vale airoso, com temperaturas agradáveis e vistas amplas numa grande extensão do território próximo.

Por último, a conjuntura de vale fechado diz respeito aos territórios concentrados em áreas de baixa altitude, onde entram os territórios de Mancelos, Travanca, Figueiró e Vila Meã (Amarante). Tendem a ser planaltos circundados por outras colinas onde, repentinamente, a visibilidade dos arredores se torna limitada, devido às suas encostas suaves e menos pronunciadas, em contraste com a área de várzea. Nas 'Memórias Paroquiais' é dito que a freguesia de Ataíde (Vila Meã) *"está situada em vale entre montados dos moradores dela, que não tem matos altos mas sim baixos, que servem para os estrumes e adubos de suas fazendas (...) os ditos montes não são muito altos e deles se não descobre povoação alguma porque as povoações que há são as vilas de Amarante e Arrifana de Sousa [Penafiel]"*[62]. Este ambiente de avistamento reduzido intensifica-se, promovendo não apenas um controlo mais protegido das terras, mas também uma espécie de isolamento social, ou antes, de recato, ideal para o estabelecimento de organizações monásticas, cuja influência e relevância serão exploradas ulteriormente.

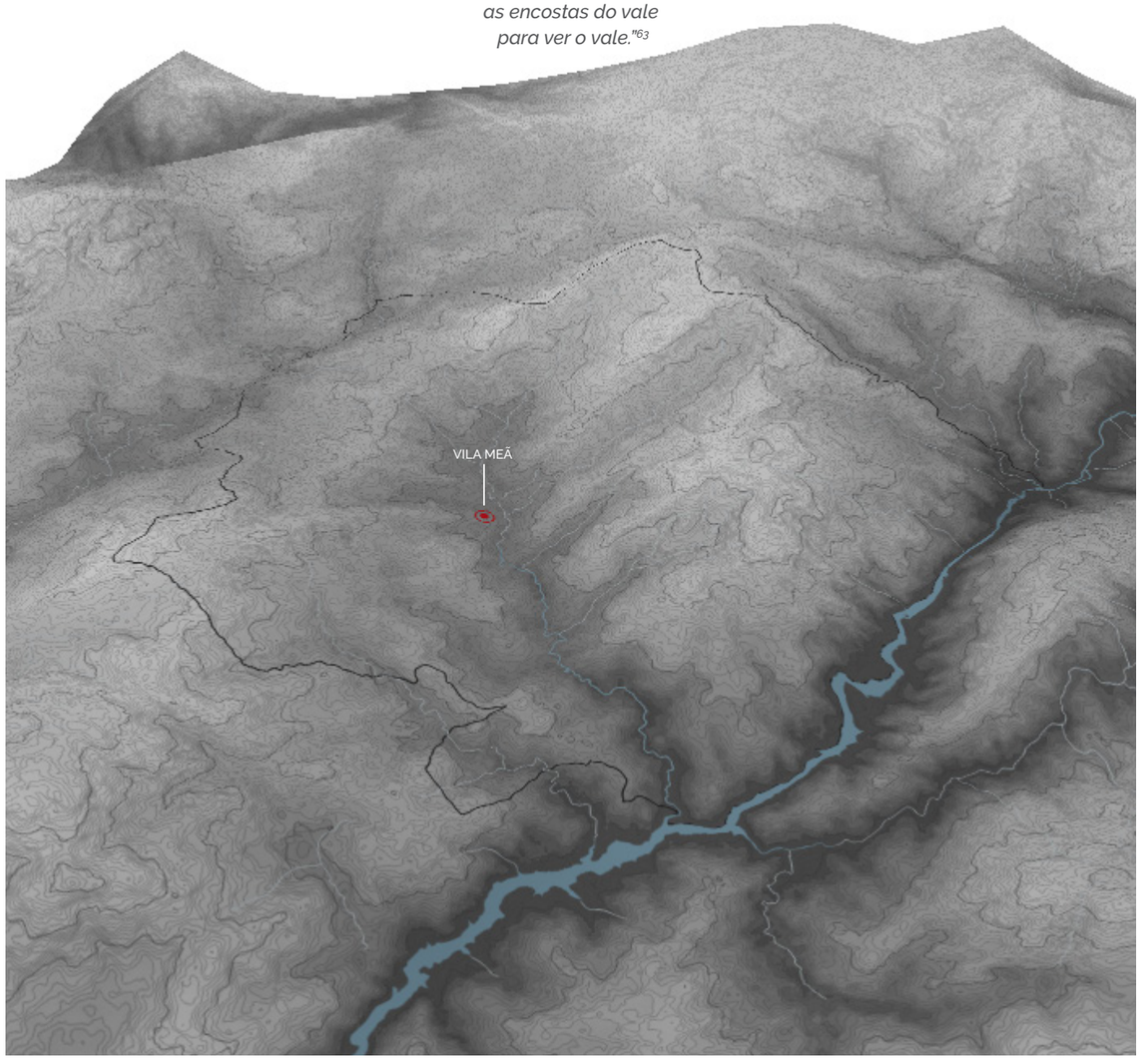
59 RIBEIRO, Orlando [1993] op. Cit MATTOSO, José - Portugal: O Sabor da Terra (2011), p. 101
60 DIAS, Ana - As secções do vale em Caldas do Moledo: a metamorfose do lugar e do tempo nas paisagens arquitectónicas do Douro (2018), p. 18
61 ABREU, Alexandre Cancela - Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal (2004), p. 89
62 Memórias Paroquiais de Vila Meã (1758), segundo transcrição e leitura atualizada de António José Queiroz





*"Morar num vale é isto:*
*o que se avista*
*e o que se imagina*
*para lá*
*dos cerros da serrania.*

*Por vezes*
*é preciso subir*
*as encostas do vale*
*para ver o vale."*[63]



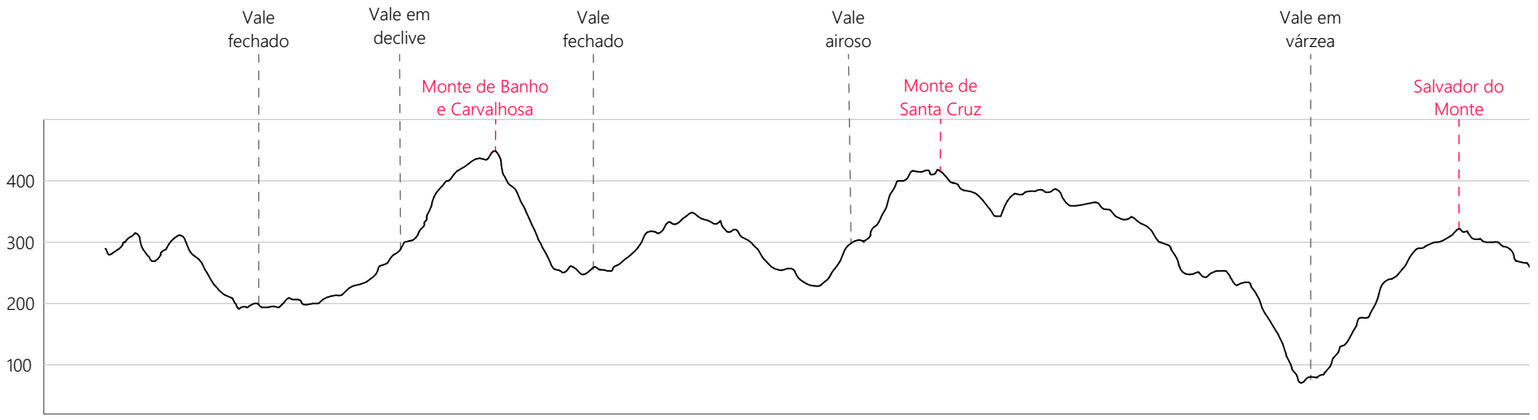

**Mapa 7 - Vista tridimensional do território, incluindo perímetro do concelho e marcação de Vila Meã**

0 1 2 km

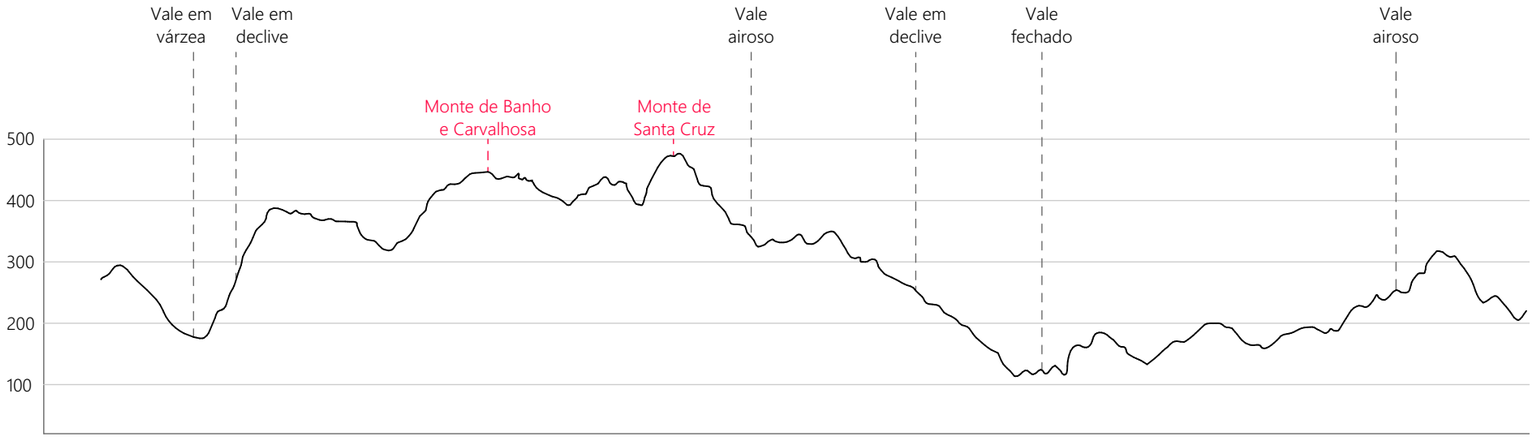
N

| | |
|---|---|
| DEM | ASTER GDEM (Isolinhas 10 e 100m) |
| Rede hidrográfica | DGT |
| Render 3D | Gerado pelo QGIS 3D VIEW |

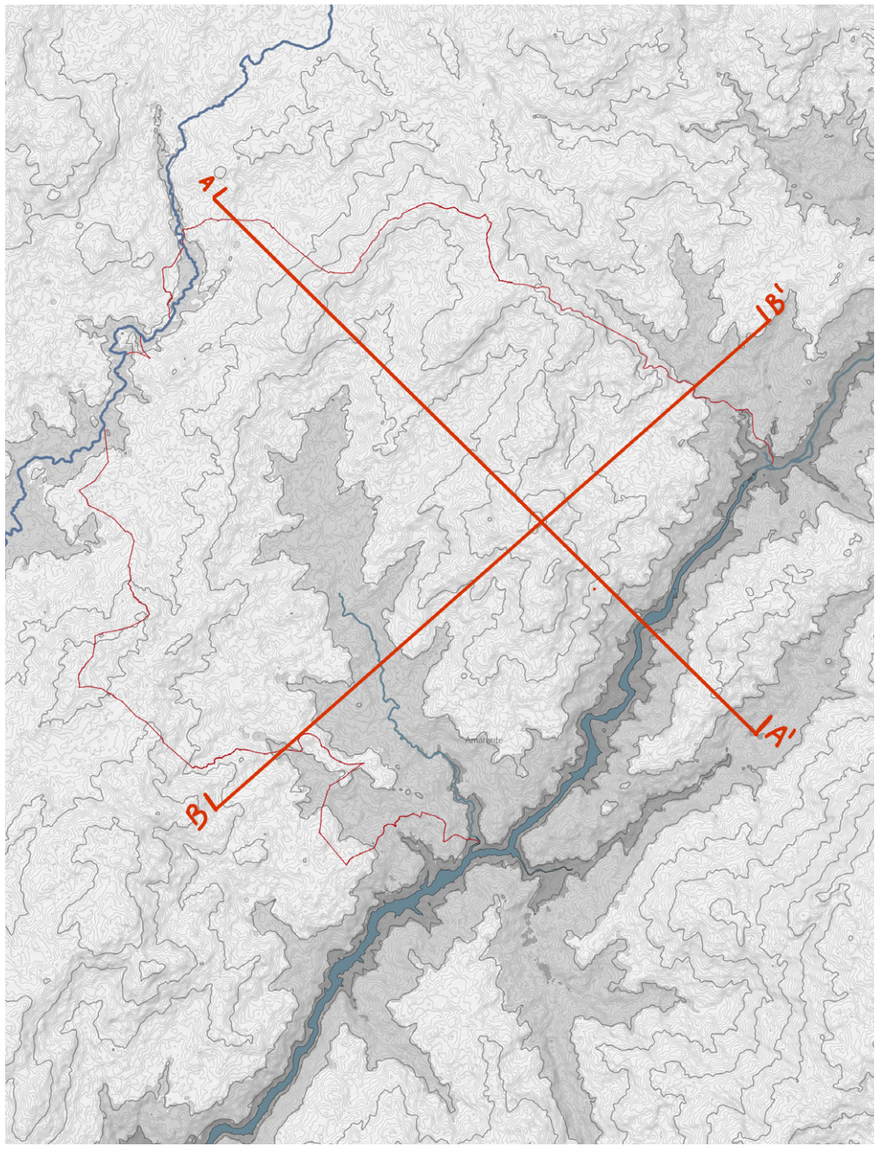
63 BORGES, Anabela - Amaranthine (2023), p. 16




Corte transversal A - A'




Corte longitudinal B - B'




Mapa e Cortes 8 - Categorias subjetivas do vale

0 1 2 km

N

| | |
|---|---|
| Escala | 1:100 000 (cortes) |
| DEM | ASTER GDEM (Isolinhas 10 m) |
| Rede hidrográfica | DGT |
| Perímetro do concelho | Gerado no QGIS (autora) |

# A TOPONÍMIA

*"Existem muitos topónimos que nasceram dos nomes que em tempos remotos foram dados a fontes, serras, rios, planícies, etc., mas temos muitos outros que resultaram da existência de povoados, campos agrícolas, poços, acampamentos de pastores, sepulturas... Muitas dessas antigas evidências da atividade do Homem desapareceram sem deixar marca, e delas muitas vezes nada resta além de um nome que teimosamente resiste à passagem do tempo."*[64]

Antes de avançarmos para os primeiros assentamentos humanos, considera-se pertinente explorar alguns aspetos da toponímia do concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega. A maioria dos topónimos portugueses nascidos da língua falada pelo povo rural permitem enraizar as suas origens e significados, e refletem a evolução da língua falada pela população que os criou[65]. Christian Jacob reflete sobre a toponímia como uma expressão preciosa da relação entre o ser humano e o território, onde os nomes dos lugares são, simultaneamente, *motivadores de identidades físicas ou simbólicas da paisagem*[66]. Assim, questionar a toponímia pode ajudar a revelar informações sobre a história, geografia e até construção imaginativa de um território, embora algumas interpretações possam ser meramente especulativas.

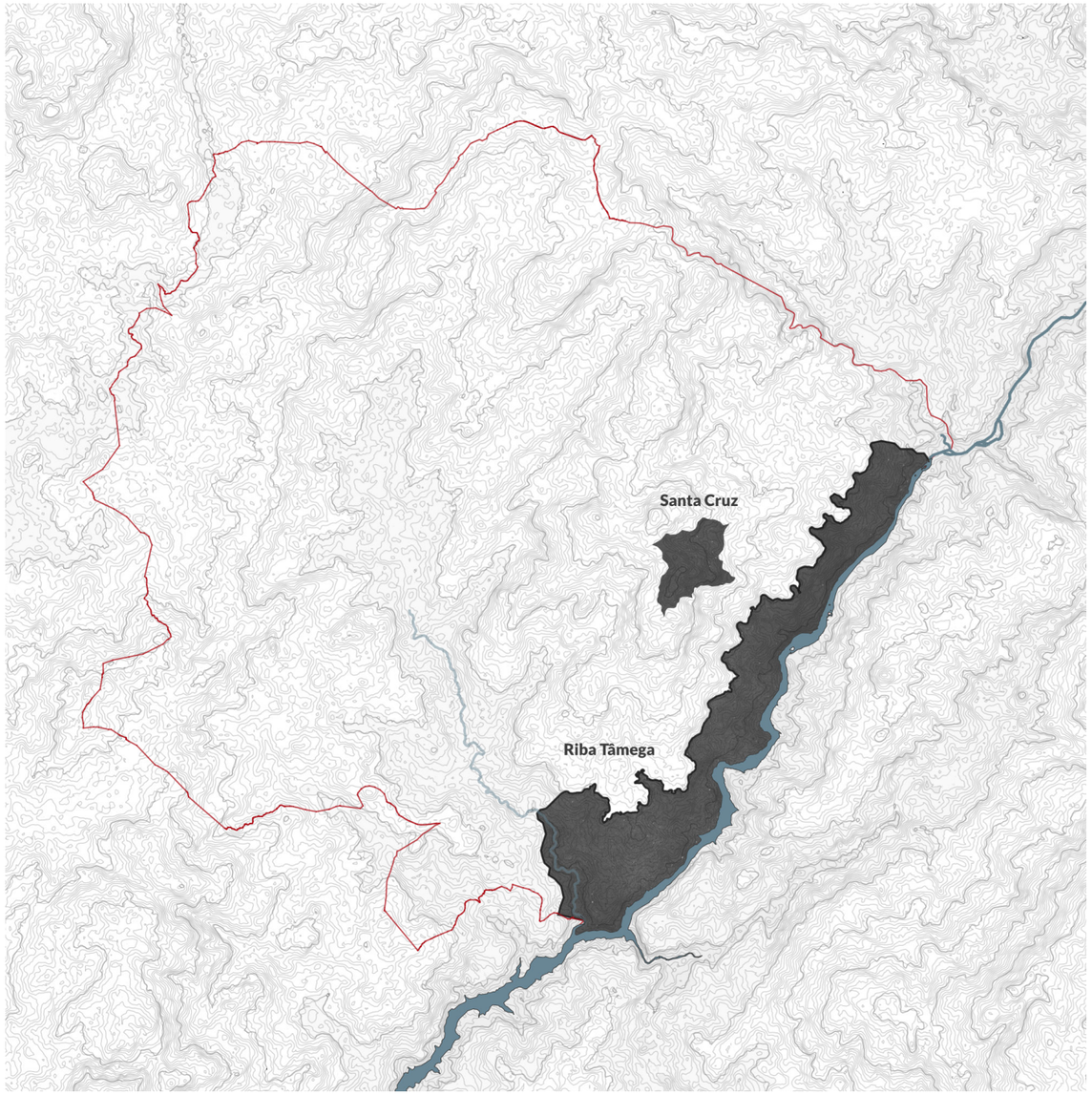
- Riba - refere-se a margens elevadas ou encostas íngremes de um rio, equivalente a "arriba" e "ribanceira". Com significados variados, pode indicar tanto uma colina próxima a um rio, alterando o contorno da margem, quanto a áreas ao longo da costa, como em "Terras de Riba Côa" ou "Ribamar", denotando proximidade com o mar[67].

- Riba Tâmega - designava na Idade Média uma vasta zona marginal do rio Tâmega onde se situavam várias 'terras' ou 'julgados', incluindo Santa Cruz de Riba Tâmega[68]. De igual forma, existiu o concelho de Gouveia de Riba Tâmega, localizado na margem oposta do rio. O 'Arquivo Distrital do Porto' refere ainda que a freguesia de Santo Isidoro foi designada no passado como Santo Isidoro de Riba Tâmega[69]. A primeira referência ao Santo Isidoro de Riba Tâmega terá sido em 1115, o que significa que a denominação 'Riba Tâmega' já estaria em uso nesta data.

- Santa Cruz - este topónimo está relacionado à atribuição do nome de um antigo monte, conhecido como Serras de Santa Cruz ou Montes de Santa Cruz, que se localiza entre as atuais freguesias de Louredo e Vila Caiz, em Amarante. Segundo algumas referências bibliográficas, também há indicação que o nome poderá ter estado relacionado com as ruínas de um castelo, outrora construído no topo deste mesmo monte, bem como uma antiga capela ou ermida.

64 ALMEIDA, Fernando - Apontamentos sobre toponímia portuguesa (2020), p. 10
65 idem, p. 7
66 JACOB, Christian - L' Empire des cartes (1996), pp. 30 - 37
67 "riba", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, [https://dicionario.priberam.org/riba] [consultado em 15-11-2022] *"está associado à margem elevada do rio, uma costa alta e escarpada, sinónimo de ARRIBA, e RIBANCEIRA . A palavra tem alguma polissemia, i.e., além de significar margem elevada de um rio, colina sobranceira de um rio que modifica o perfil da margem, costa elevada e fragosa, ribanceira, o mesmo que acima, por cima ou ainda costa escarpada, no caso de costa de ribas, significa ao longo de, como por exemplo em Terras de Riba Côa ou em Ribamar, terras à beira ou borda do mar."*
68 QUEIROZ, António José – Vila Meã, uma terra com história... [https://vila-mea.webnode.pt/]
69 Arquivo Distrital do Porto, Paróquia de Santo Isidoro [Consultado em 18-11-2022] [https://pesquisa.adporto.arquivos.pt/details?id=478117]






**Mapa 9 - Síntese da explicação do nome 'Santa Cruz de Riba Tâmega"**

0 1 2 km

N

| | |
|---|---|
| Escala | 1:100 000 |
| DEM | ASTER GDEM (Isolinhas 10 e 100 m) |
| Rede hidrográfica | DGT |
| Perímetro do concelho | Gerado no QGIS (autora) |
| Zona de Riba Tâmega e Monte de Santa Cruz | Gerado no QGIS (autora) |

Eis o que é referido a esse respeito na bibliografia consultada:

*"he concelho grande, mas montanhoso; derivado o seo nome de huma alta serra e castello, que houve antiguamente, na freguesia de Santa Maria de Fregim"*[70]

*"e he este monte muito aspero e inhabitavel e lhe chamão ao citio o castelo de Santa Crus, donde se derivou o nome deste concelho."*[71]

Francisco Craesbeek faz referência à alta serra e ao castelo, que apontam diretamente para o Monte de Santa Cruz. A freguesia de Santa Maria de Fregim, contudo, não está correta. Não se inviabiliza a possibilidade de as configurações das freguesias serem diferentes em 1726, ou talvez se trate de um simples lapso. Este equívoco não é de grande importância, visto que Fregim é, e sempre foi, uma freguesia vizinha de Vila Caiz.

*"Aquém está, sobre a nossa direita, o monte de Santa Cruz, que deu o titulo ao antigo concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega, coroado pela ermida e pelos vestígios de uma velha fortaleza."* [72]

Desta vez, José Augusto Vieira refere, para além dos Montes de Santa Cruz, uma ermida e os vestígios de uma velha fortaleza, o que levanta algumas questões, que serão aprofundadas posteriormente no capítulo do Castelo Roqueiro.

*"(...)do concelho de Unhão para a mesma parte do Sul se continua o de Santa Cruz de Riba Tâmega, que tem o nome de uma capela desta invocação que está no alto do Monte aonde chamam os castelos de Santa Cruz e mostram ruínas de que os houve."* [73]

Assim escreve António Costa, já no século XX, desta vez referindo-se indubitavelmente à capela e às ruínas do castelo, que levaram à formação do nome de Santa Cruz.

O nome do concelho foi caindo gradualmente em desuso, após a sua extinção, mas perdura até aos dias de hoje através da rua de 'Santa Cruz de Riba Tâmega', situada nos antigos paços do concelho, em Vila Meã, e nas Ruas de Santa Cruz, adjacentes ao monte com o mesmo nome. No contexto em questão, não conseguimos relacionar absolutamente o termo "Santa Cruz" com a cruz historicamente utilizada durante as Cruzadas ou pela Ordem dos Templários. Podemos arriscar associá-la ao período da Reconquista Cristã, como símbolo da luta contra os muçulmanos e como emblema da fé cristã, que uniu o país durante a formação da nação portuguesa. Neste contexto, era frequente assinalar o local conquistado erguendo uma cruz, quase sempre em madeira, que podia evoluir para um cruzeiro. A presença de muitos outros locais, com características morfológicas semelhantes, denominados também com o topónimo "Santa Cruz", manifestam um vínculo à nacionalidade portuguesa, que pode ser visto como uma expressão da formação da identidade nacional, encapsulando várias camadas de significado.

De qualquer forma, é importante destacar que não foi encontrada nenhuma referência direta sobre o termo "Santa Cruz" em documentos anteriores ao século XVIII. Embora tais referências possam existir, não podemos descartar a possibilidade de que a designação 'Santa Cruz' tenha sido atribuída posteriormente, por motivos associadas ao cristianismo.

70 CRAESBEECK, Francisco - Memórias ressuscitadas da província de Entre Douro e Minho (1726), p. 154
71 idem
72 VIEIRA, Augusto - O Minho pitoresco (1886), p. 423
73 COSTA, António - Do concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega (1979), p. 107



Entre as freguesias que compunham o restante concelho, são antigos os seus topónimos, alguns oriundos dos diversos períodos de ocupação, outros relacionados com características físicas e geográficas eminentes. Fernando Almeida relembra que, por vezes, a explicação tradicional que atribui à toponímia nomes de pessoas nem sempre está correta, e deve ser questionada com uma análise lógica. Defende que essa situação pode, sim, ocorrer em áreas de colonização recente, como no Brasil, onde a eliminação dos povos indígenas deixou espaços vazios que foram preenchidos por uma nova população[74]. No entanto, em regiões antigas como o sul da Europa, defende ser extremamente raro que um nome pessoal seja registado na toponímia, a menos que se verifiquem condições muito específicas e excecionais, por exemplo, se um topónimo inclui o nome "João", é mais provável que esse nome tenha origem na característica geográfica de estar numa área plana, e não esteja relacionado ao nome de alguém[75]. Para além disso, recorda que também são raros os casos de fitotopónimos, devido à ubiquidade e à longevidade de certas espécies, uma vez que uma árvore simbólica pode morrer em poucas centenas de anos, desaparecendo com ela o seu topónimo, se este não se generalizar pela região. Outros topónimos relacionados com a pastorícia estarão ligados à segregação dos pastores e gados nos campos agrícolas, com a localização de baldios nos limites dos territórios, longe das aldeias. As terras sem dono ou de propriedade coletiva, resultaram em palavras como "baldio", do termo fenício "blday" [baladeai], significando "região de todos" ou "região de qualquer um", refletindo territórios tradicionalmente comuns, contrastando com apropriações individuais. "Balsas" e "Bouças" referem-se a áreas de fraca apetência agrícola, originando-se de "bls" hebraico, que significa "arranhar", e denotam matos densos e silvados. Em suma, Almeida conclui que os nomes dos lugares rurais se originaram dos habitantes locais, usando a sua língua nativa e referindo-se a elementos familiares, sem serem influenciados por línguas estrangeiras provenientes dos invasores[76]. Não concorda que os topónimos possam ter tido origem, exclusivamente, no latim ou no árabe, ignorando por completo a realidade social e cultural do local preexistente, já que a antiga língua do povo deverá estar na base do verdadeiro significado da toponímia, podendo ter evoluído com as influências das invasões. Alice Cardeira e Maria Fernandes parecem colmatar com um ponto de vista coeso, dizendo que o território português desenvolveu uma estabilidade demográfica desde a época pré-romana, onde as correntes migratórias ter-se-ão feito sentir, principalmente, nas zonas de mais intensa urbanização. As grandes regiões entre as cidades, por outro lado, conservaram grupos agro-pastoris de antigo assentamento. Assim, as variantes dialetais das classes mais cultas impõem-se nas áreas mais densamente urbanizadas, enquanto as regiões rurais conservam formas arcaizantes[77].

Devido à escassa bibliografia sobre os topónimos presentes no concelho, é difícil de elaborar uma análise tão científica sobre o assunto. Observam-se, de facto, evidências de influências romanas e árabes na região, que conforme mencionado pelas autoras Cardeira e Fernandes, sugerem que a interação entre a geografia humana e a intensa ocupação histórica durante estes períodos, tanto como no período da Reconquista e no repovoamento subsequente, promoveu a expansão de dialetos galego-portugueses de norte para sul. Simultaneamente, identificar-se-ia uma dinâmica de sul para norte, caracterizada pela introdução de topónimos árabes e moçárabes[78].

Um dos mais antigos e importantes topónimos é **Ataíde**. A designação associa-se, por vezes, ao árabe "*Al-Ta'id*", que pode significar "atalaias" ou "villae" fortificadas[79], mas são as Inquirições de 1258 que pela primeira vez referem a Paróquia com o seu Orago: "*Sancti Petro de Taindi.*" (S. Pedro de Ataíde)[80]; No caso de estudo, porém, parece estar relacionado com o nome de uma família nobre, assunto que será retomado posteriormente. A freguesia de **Santo Isidoro**, caracteriza-se como hagiotopónimo,

74 ALMEIDA, Fernando - Apontamentos sobre toponímia portuguesa, 2020, Toponímia portuguesa, p. 9
75 idem, pp. 9 e 10
76 idem, pp. 46 e 47
77 CARDEIRA; FERNANDES - Notas sobre toponímia portuguesa medieval (2017), p. 171
78 idem
79 SILVA, João - Castros, Castelos, Torres e seus Sucedâneos em Amarante (1998), p. 458
80 ANÉGIA (Coord.) - Amarante: uma história entre a ponte e a natureza (1997), pp. 109 - 114

*"porventura ligado a cultos pagãos muito antigos. Aliás, a topografia confirma a antiguidade do seu povoamento. A sede da paróquia ocupa o cume de um monte de grande declive, rodeado pelo Tâmega e por um ribeiro afluente dele"*[81]. **Aião** parece derivar da origem germânica, devendo o seu nome aos Suevos, e depois deve ter passado pela designação de *"Agilio"* (ano de 509), "*Aion*" (em 1041) e mais tarde "*Aiam*" (1220). O topónimo de **Vila Caiz** é objeto de algumas teorias. Segundo Pinho Leal, Caiz vem do árabe *"cafi"*, uma medida de grãos usada antigamente, mas parece que estará antes relacionado com o patronímico "*Quedici*", do nome pessoal "*Queda*", muito usado ainda no século XI[82].

O topónimo **Caíde** está relacionado a uma lenda, seguramente anterior à nacionalidade, depois da queda de um Rei do seu cavalo, no local onde foi construída a Casa da Quintã. A teoria mais plausível, porém, é que Caíde deriva de *"Kaid"*, uma palavra árabe para chefe ou alcaide, indicando uma possível origem sarracena do lugar durante o domínio árabe. Esta versão parece conciliar as tradições populares com evidências históricas[83].

Quanto à ocupação romana, questionam-se topónimos como **Mancelos**, que parece derivar de *"Minutiellus, diminutivo de Minutius"*, um nome romano[84]; ou a freguesia de **Constance**, cujo topónimo é um genitivo de *"Constantius"*, do latim *"constantii"*; a proveniência do nome poderá vir da dominação romana ou dos primeiros séculos pós-Reconquista Cristã[85].

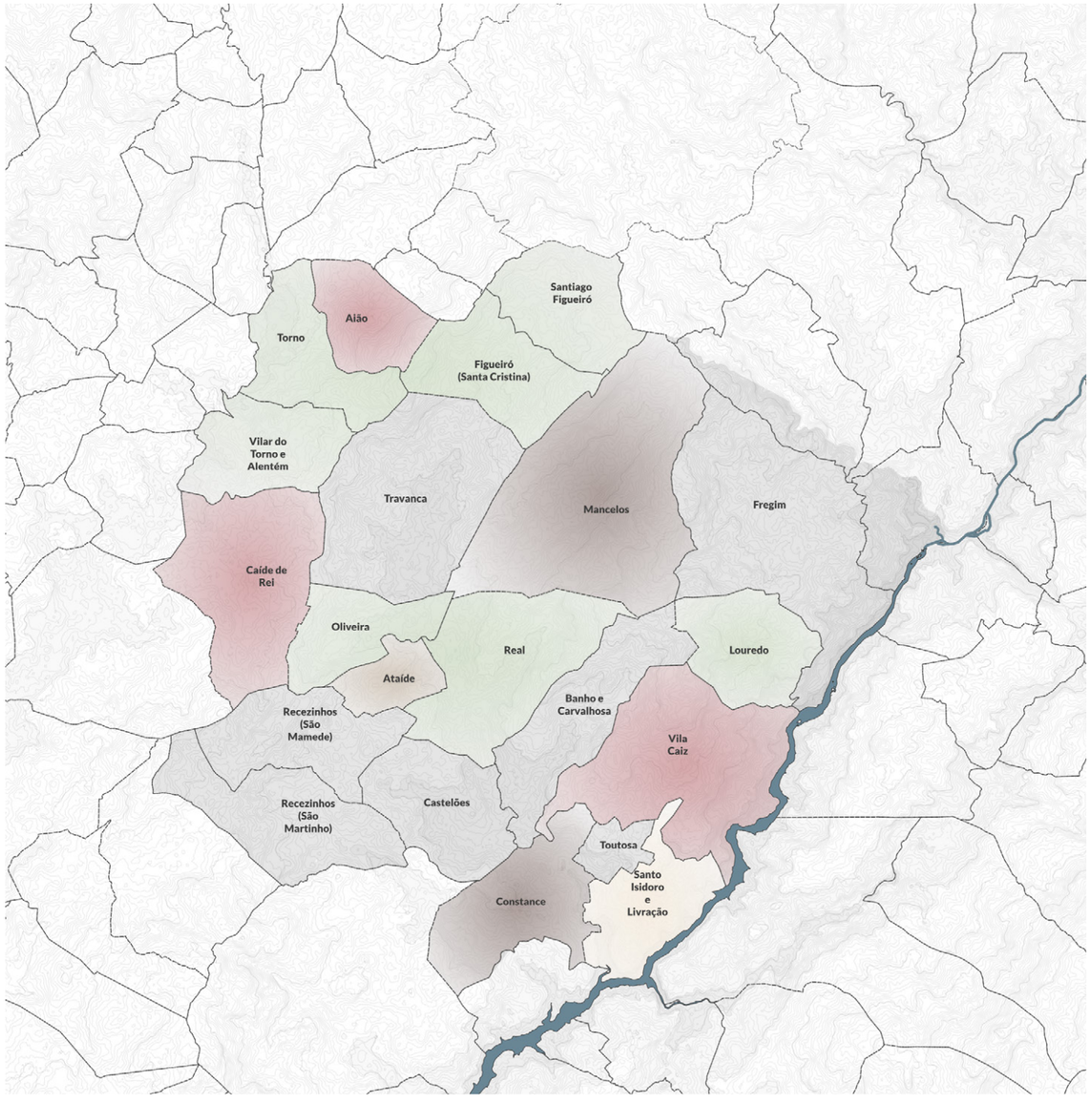
Quanto a topónimos ligados a fatores geográficos, regista-se a freguesia de **Louredo**, significando lugar plantado de *loureiros, loureiral*[86], ou o topónimo de **Figueiró** que é um diminutivo de figueira, que surge em documentos do século XIII como "*Figueirola*", ou seja, *figueirinha ou figueira pequena*[87]. O caso da freguesia de **Real**, estranhamente, não parece estar ligado à realeza, mas antes a *"rial"*, um conjunto de várias nascentes, derivação clara de "*rigu*"[88]. Por último, topónimo **Torno** deverá referir-se a alguma nascente importante na época da denominação (anterior ao século XII) e nada tem a ver com *"forno"*, uma vez que ainda no século XVI se encontra a expressão *"torno de água"*, havendo um pequeno tributário do rio Barosa, chamado Torno, que nasce num sítio que era chamado no século XVII *"os Torneiros"*[89].

O topónimo de **Vila Meã**, antiga sede do concelho, parece ser um pouco mais complexo, indicando, sem grandes dúvidas, uma posição intermédia entre vários lugares. Assim como outros casos com este nome, o topónimo parece significar - *vila do meio, vila mediana ou vila de meação*. No caso em estudo, Vila Meã aparece referida, talvez pela primeira vez, nas Inquirições Gerais de 1220, ordenadas por D. Afonso II, como *"Villae Mediane, in ecclésie Sancti Salvatoris"* [Vilas medianas, na igreja de Santo Salvador]. Neste caso, confirmam que o termo "*Villae Mediane*" já estava em uso, com origem no latim. O termo "villare", que evoluiu para "villae", designava uma pequena aldeia ou lugarejo, tipicamente um conjunto de edificações que formavam o núcleo central de uma propriedade agrícola. No entanto, o termo "Villae Mediane", aqui usado no plural, traduz-se para "vilas do meio" ou "vilas medianas". Esse entendimento modifica ligeiramente a compreensão da hipótese inicial deste estudo e, por isso, será objeto de análise mais detalhada posteriormente. Nos próximos capítulos, aprofundaremos essa questão e faremos referência a outros topónimos relevantes que, embora provenientes de características já desaparecidas, ainda sobrevivem através dos nomes, preservados numa espécie de *arqueologia da linguagem*.

81 MACHADO, Rosário - Rota Do Românico. Volume 2 (2008), p. 12
82 ANÉGIA (Coord.) - Amarante: uma história entre a ponte e a natureza (1997), pp. 195
83 SILVA, Isabel (Coord.) - Dicionário Enciclopédico das Freguesias de Portugal. (1996), p. 249
84 idem, p. 162
85 idem, p. 271
86 *"Segundo a 'Tentativa Etimológica', do Dr. Pedro Ferreira, Louredo, tal como Lordelo ou Lourosa, vem do latim laureus, o louro e o loureiro, que deu lauretum - bosque de loureiros, (...) uma espécie vegetal, que viria a desaparecer da maior parte das nossas povoações."* idem, p. 200
87 idem, p. 196
88 A topografia concorda também com esta tese. A região é de um vale muito estreito, dominado ao Nordeste por cumes ou cabeços facilmente defensáveis pelos pré-históricos. ANÉGIA (Coord.) - Amarante: uma história entre a ponte e a natureza (1997), p. 173
89 SILVA, Isabel (Coord.) - Dicionário Enciclopédico das Freguesias de Portugal. (1996), p. 250








**Mapa 10 - Atribuição toponímica das freguesias de Santa Cruz de Riba Tâmega**

0 1 2 km

N

| | |
|---|---|
| Escala | 1:100 000 |
| DEM | ASTER GDEM (Isolinhas 10 m) |
| Rede hidrográfica | DGT |
| Concelhos e freguesias | DGT |
| Zona de Riba Tâmega e Monte de Santa Cruz | Gerado no QGIS (autora) |

# OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

*"No alto das serras do Norte, no litoral, no fundo dos vales, nas planícies ou nas terras vermelhas do Sul, estão sempre presentes as marcas de um povoamento intenso. Mesmo nos lugares mais recônditos, onde aparentemente estamos sós, há uma linha onde a vegetação rasteira não cresce e é definida a linearidade de um caminho sem fim ou um muro que une territórios habitados."*[90]

Na região ampla e acidentada que se estende entre o Tâmega e o Sousa, a abundância de águas cristalinas e a fertilidade dos solos fabricou o cenário perfeito para a fixação dos primeiros assentamentos humanos. Em grande parte do território, verificou-se uma ocupação densa desde a Idade do Bronze e intensificando-se durante a Idade do Ferro.

Contrariamente às expectativas iniciais, foi possível identificar um considerável número de assentamentos relacionados com o antigo concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega. A descoberta destes sítios foi apoiada por artigos avulsos do arquivo local, e posteriormente, verificada nas visitas de campo. A maioria dos casos foram, também, confirmados pelo Portal do Arqueólogo.

A região entre Tâmega e Sousa tem principal incidência entre os 200 e os 400 metros de altura. Por isso, os primeiros assentamentos não aconteceram aqui, mas antes nas altas serras da Aboboreira. A imponência geográfica desta serra revela, ainda hoje, um conjunto de monumentos megalíticos, constituídos por *dólmens* funerários, estrategicamente localizados, que dominam a paisagem e revelam práticas culturais e crenças relacionadas com a morte e a celebração dessas práticas[91]. Na margem direita do rio, destacamos a Anta de Santa Marta, em Penafiel, popularmente designada por Forno dos Mouros, que consiste numa *anta* ou *dólmen* com câmara coberta e corredor, ao qual corresponderia uma mamoa de grandes dimensões[92].

Primordialmente, as comunidades indígenas e nómadas da Península Ibérica viviam de forma dispersa, mas, por vários motivos, passaram a ter de se implantar em posições naturalmente defensivas e fortificadas. Assim, durante a Idade do Bronze, desenvolve-se uma densa rede de povoados fortificados que demonstram já avançados sistemas de defesa e estratégias de ocupação e que valorizam a localização em montes altos, ou colinas, dificultando o acesso e favorecendo a defesa[93]. Tendiam a situar-se fora dos vales, nos planaltos montanhosos, como são exemplos: a Serra dos Campelos (Lustosa, Lousada), o Monte Mózinho (Penafiel) ou a Mamoa da Portela do Monte (Vila Boa de Quires, Marco de Canaveses).

Nos séculos seguintes, a fixação passa a aproximar-se da bacia fluvial, com os principais assentamentos situados ao longo dos vales fluviais do Minho, Ave, Sousa e Tâmega[94]. Assim, sugere-se uma transição para as áreas próximas aos rios, possivelmente em busca de melhores condições para uma agricultura mais diversificada e apropriada para a alimentação de rebanhos de gado[95]. A decisão do abandono ou continuidade dos assentamentos na Idade do Bronze esteve ligada às vantagens locais e ao desenvolvimento comunitário. As áreas com terras favoráveis à agricultura propendiam a manter os povoados ativos até ao primeiro milénio, com alguns casos a experienciar uma significativa evolução e profunda romanização, entre os séculos I a.C. e o século I d.C. As novas fundações, especialmente os chamados "castros agrícolas", visando a exploração dos vales, e algumas outras relacionadas com a exploração mineira, levaram a um aumento triplo do número de povoados[96]. Em todo o caso, os sítios arqueológicos deste longo período evidenciam a relação entre os seus ocupantes, a morte e a natureza, comprovando um cenário de transformação intencional da paisagem.

90 MATTOSO, José - Portugal: o sabor da terra (2011), p. 8
91 ANÉGIA (Coord.) - Amarante: uma história entre a ponte e a natureza (1997), pp. 39 - 40
92 Anta de Santa Marta [https://www.cm-penafiel.pt/visitar-penafiel/monumentos/monumentos-nacionais/anta-da-portela/]
93 COELHO, Armando - A evolução do habitat castrejo (1995), pp. 506 - 508
94 ANÉGIA (Coord.) - Amarante: uma história entre a ponte e a natureza (1997), pp. 39 - 40
95 *"verificou-se, em geral, uma implantação ex novo dos povoados em pontos estratégicos situados segundo uma diversidade topográfica, com realce para posições em remates de esporões, de altitude média, visando primordialmente o controlo das bacias fluviais, em relação com as zonas de aptidão agrícola e exploração de recursos naturais, nomeadamente mineiros, como o estanho e o ouro, e o acesso a vias de penetração e comercialização, revelando integração num sistema económico de largo espectro."*
COELHO, Armando - A evolução do habitat castrejo (1995), p. 509
96 idem, p. 519

*"Talvez seja a multiplicidade da vida, estimulada pela puridade de lugares em que ela se reproduz e pela fartura de recursos de que ela pode dispor neste paraíso de abundância e da variedade. A fertilidade da terra, sobretudo nos vales da 'ribeira', atrai os homens e permite a concentração e a sua multiplicação. A densidade de gente, por sua vez, obriga a criar toda uma espécie de atividades de subsistência, a inventar novas culturas, a diversificar o trabalho. Assim foi desde sempre."*[97]

97 MATTOSO, José - Portugal: o sabor da terra (2011), pp .108 e 109

## 1.

**Castro de Louredo**
502 m
Monte de Santa Cruz
Povoado
Louredo, Amarante

## 2.

**Castro de Quires**
484 m
São Domingos
Povoado
Vila Boa de Quires,
Marco de Canaveses

Idade do Bronze Final

## 3.

**Suvidade de Recezinhos**
285 m
-
Povoado
Recezinhos, Penafiel

## 4.

**Senhora da Graça**
447 m
-
-
Vila Caiz, Amarante

## 5.

**Castro de S. Jorge**
228 m
- -
-
Freixo de Baixo,
Amarante

## 6.

**Castro de Santa Marinha**
460 m
Santa Marinha
Povoado
Aião, Lousada /
Figueiró, Amarante

Idade do Ferro

## 7.

**Castro de Alvim**

192 m
Alvim
Povoado
Santo Isidoro, Marco
de Canaveses

## 8.

**Castro de Coura**

279 m
Castro do Coura
-
Vila Caiz, Amarante

## 9.

**Castro de Ladoeiro**

541 m
Ladoeiro
Povoado
Manhufe, Amarante/
Banho e Carvalhosa,
Marco de Canaveses

Idade do Ferro com Romanização

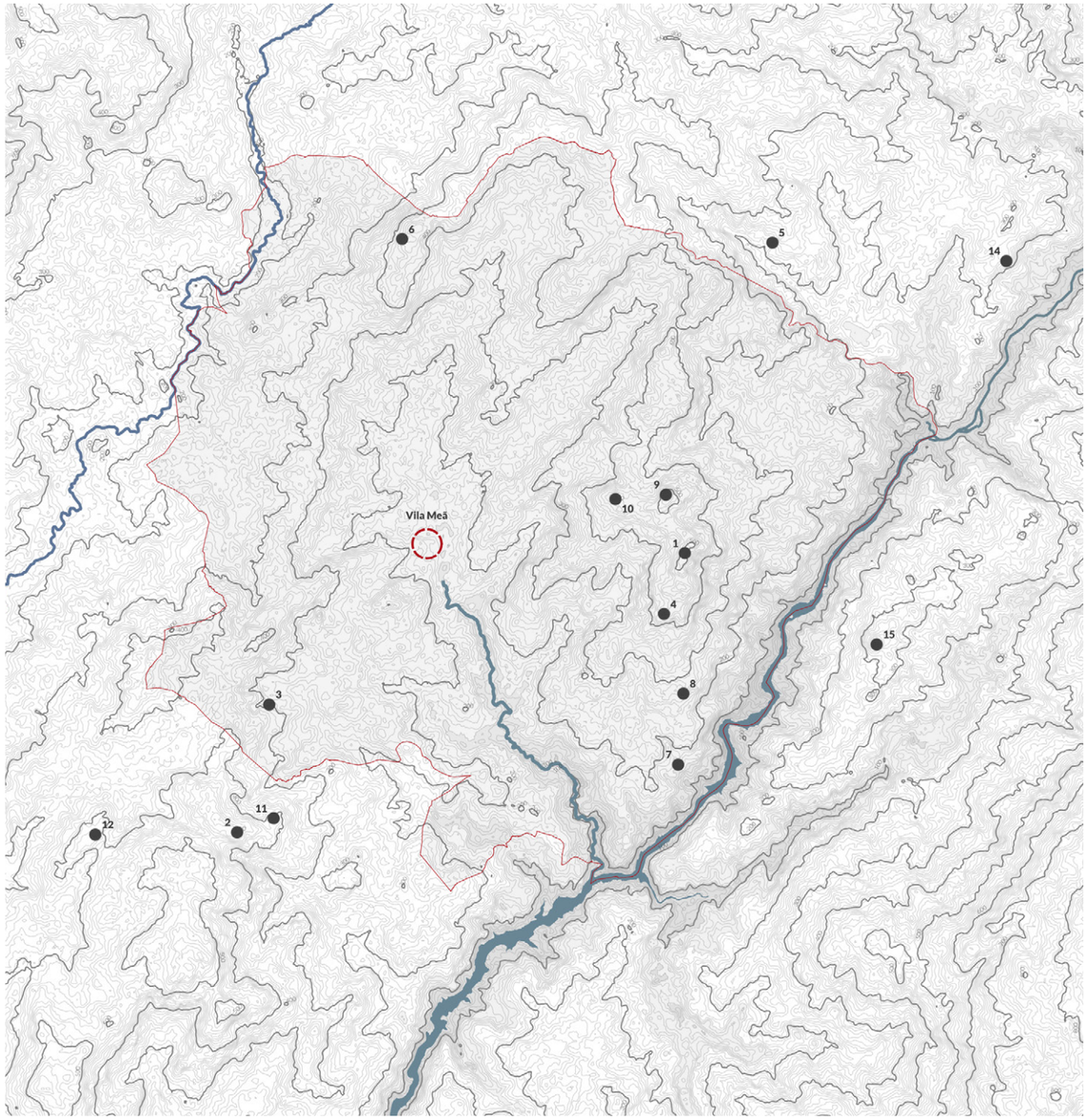
## 10.

**Banho**

350 m
-
-
Real, Amarante /
Banho e Carvalhosa,
Marco de Canaveses

Desconhecido






**Mapa 11 - Mapa de assentamentos dos sítios arqueológicos**

| | |
|---|---|
| Escala | 1:100 000 |
| DEM | ASTER GDEM (Isolinhas 10 e 100 m) |
| Rede hidrográfica | DGT |
| Mapeamento dos pontos | Gerado pelo QGIS (autora) |
| Contorno do concelho | Gerado pelo QGIS (autora) |

0 1 2 km

N

Na página anterior, ilustra-se o Mapa dos Sítios Arqueológicos, relativos ao território em estudo. Revelam-se diversos povoados, maioritariamente da Idade do Ferro, distribuídos ao longo da margem direita do rio Tâmega.

De forma a perceber melhor o contexto que impulsionaria, mais tarde, a formação do concelho, procurou-se decifrar estas primeiras expressões de ocupação urbana, através da compilação de bibliografia, acompanhada por tentativas de verificação no local destas marcas do *habitar*. A toponímia local, com referências a *"Castros, Crastos e Castelos"*, ajudou a sinalizar alguns destes assentamentos quando a bibliografia se mostrou insuficiente para a realização de um mapeamento claro. O contributo dos trabalhos desenvolvidos pelos arqueólogos João Silva, Joana Valdez-Tullett e José de Pinho, foram fundamentais para complementar informações sobre estes sítios. A Planta de Salvaguarda do Marco de Canaveses também foi um importantíssimo documento gráfico para a identificação cartográfica dos assentamentos pertencentes a este município. Com estes contributos, foi possível proceder-se à identificação e mapeamento de mais registos do que era inicialmente espectável[98].

De seguida, apresenta-se uma breve explicação sobre cada caso, organizando-os em três categorias distintas: as cotas baixas, médias e altas.

Nas imediações do rio Tâmega, assinalaram-se os Castros de Alvim (Santo Isidoro) e Coura (Vila Caiz). Ambos com altitudes próximas dos 200 metros, mostram indícios de uma posterior romanização, embora com evidências materiais escassas ou de difícil acesso.

No caso de **Alvim**, apesar de alguns populares terem recolhido materiais cerâmicos no passado, há uma forte possibilidade de o local ter sido destruído devido à grande densidade de habitações recentes[99]. A palavra "Alvim" é muito diferente dos outros topónimos castrejos, podendo o nome ser atribuído à influência romana, proveniente do latim *"Albini"*, que designava a vila ou o lugar de Albinus[100].

Em **Coura**, a única estrutura claramente identificável é um lagar cavado na rocha granítica, com referências históricas que sugerem uma utilização prolongada do local, possivelmente até ao período medieval[101]. Pinho Leal, a propósito de algumas antiguidades na freguesia de Vila Caiz, disse *"há n'esta freguezia o monte das Costeiras, sobranceiro ao Tâmega, - monte que tem de notável um penedo denominado Penedo da Moura com um lagar, uma lagareta e uma lagarinha - tudo obra dos mouros, segundo reza a tradição"*[102]. José Augusto Vieira também alude ao mesmo lagar, sugerindo, equivocamente, que poderia tratar-se de um *dólmen* ou *menhir arruinado*. Reconhece, contudo, que a tradição o identifica como lagar dos mouros devido à sua forma[103]. Teresa Soeiro, sem datar o objeto, acrescenta alguns detalhes à sua estrutura[104].

Nas cotas médias assinalam-se os castros de Recezinhos (Recezinhos São Martinho), Santa Marinha (Aião) e São Jorge (Freixo de Baixo).

A **Suvidade de Recezinhos** encontra-se destruída, embora o espólio recolhido tenha revelado a sua antiga importância e sucessiva ocupação no tempo, desde épocas castrejas, talvez até desde o Bronze[105].

O Povoado Fortificado de **Santa Marinha** implanta-se no monte com o mesmo nome. Para além de um evidente sistema defensivo, composto por dois panos de muralha, e de uma posterior romanização, demonstra ainda sinais de atividade humana[106]. O topo deste monte possui um domínio visual muito extenso para os lados do Sousa, abrangendo zonas tão longínquas como a Penha (Guimarães) ou o Sameiro (Braga). A arqueóloga Joana Valdez-Tullett levanta a hipótese de se tratar de um *Oppidum*[107].

O **Castro de São Jorge**, implantado num pequeno outeiro do monte conhecido pelo hagiotopónimo, está associado a um antigo culto relacionado com a reconquista cristã[108].

Nas cotas mais altas situam-se os Castro de Louredo (Louredo), Senhora da Graça (Vila Caiz), Monte Crasto (Mancelos) e Ladoeiro (Manhufe / Banho e Carvalhosa).

Na região entre Louredo e Vila Caiz, destaca-se o mais importante aglomerado orográfico para o caso de estudo. Conhecido por **Castro Velho** ou **Castelo Velho**, localizado na Serra de Santa Cruz, organiza-se por um conjunto de entalhes rochosos, que sugerem assentamentos antigos, provavelmente associados à reconquista cristã[109]. José de Pinho esclarece o seguinte: "*foi num destes morros (...) que uma pequena tribo lusitana se fixou por um tempo mais ou menos longo, ou dele se serviu como reduto ou simples posto de observação*"[110]. Acrescenta ainda que, devido à abundância de afloramentos graníticos, apenas na área noroeste seria possível construir as típicas casas redondas castrejas, a menos que se levantassem estruturas simples em espaços abertos entre as rochas, onde hoje crescem giestas brancas. Contudo, não existem provas claras acerca da presença de habitações ou muralhas defensivas. João Silva reitera que alguns entalhes deveriam servir para o assento de estruturas, pétreas ou de madeira, e atesta a existência de um pequeno recinto[111].

O **Monte da Senhora da Graça** ergue-se à altitude de 470 metros, num local de soberbo e estratégico domínio visual. Na plataforma do topo do monte prominente, situa-se a Capela de invocação à Senhora da Graça. Baseado em informação oral, Lino Dias[112] supõe ali a existência de um antigo reduto castrejo, mas as constantes alterações topográficas que o sítio vem padecendo, devido a trabalhos relacionados com arranjos da Capela, dificultam a comprovação dessa ocupação proto-histórica, relacionável com um povoado fortificado, onde houve, inclusivamente, notícias de terem surgido casas de planta redonda na abertura de caboucos[113].

Entre as freguesias de Mancelos e Louredo, à cota de 509 metros, identifica-se o Monte Crasto. Lino Dias designa-o como **Castro de Banho**[114], mas sem evidências de quaisquer vestígios. Parece comprovar-se a sua existência, sugerida pela toponímia, morfologia e proximidade ao complexo de Santa Cruz e ao monte de Pidre.

Por último, no morro granítico de **Ladoeiro**, com a cota mais alta de 541 metros, encontra-se um lugar que deu abrigo a um povoado proto-histórico com evidências de ocupação até pelo menos ao século II[115]. Apresenta fortificações compostas por duas muralhas e ruínas de construções antigas. O local encontra-se em risco devido a obras e escavações que levam a danos arqueológicos.

98 Consultar **Apêndice 2** para listagem completa.
99 Ficha de Sítio_ SIS1 in Planta de Salvaguarda Patrimonial de Marco de Canaveses
100 Porto Editora - Alvim no Dicionário infopédia de Toponímia [em linha]. Porto: Porto Editora. Disponível [https://www.infopedia.pt/dicionarios/toponimia/Alvim]
101 SILVA, João - Castros, Castelos, Torres E Seus Sucedâneos Em Amarante (1998), p. 468
102 LEAL, Pinho - Portugal Antigo e Moderno (1886), p. 680
103 SOEIRO, Teresa - Penafiel: o Tâmega de ontem (1887) p. 424
104 Foi cavada uma pia trapezoidal com rebordo e um canal que direciona o líquido para uma lagareta retangular mais baixa à frente, além de um segundo canal conectado a uma prensa adjacente, indicando uma construção possivelmente em madeira" op. cit. SOEIRO, Teresa - Monte Mozinho: Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana (1984), p. 43
105 idem
106 *"Verificam-se também alguns sinais de actividade humana tais como fossettes ou covinhas, sulcos meandriformes, ou uns quadrados lavrados na rocha, lado a lado, com uns picotados no interior e cuja função é ainda incerta"* VALDEZ-TULLETT, Joana - Périplo pelo Património Arqueológico de Amarante (2010), p. 15
107 *"Pela sua dimensão, amplitude visual e características do sistema defensivo, poderá supor-se que este povoado seja, na verdade, um Oppidum, do qual dependeriam os restantes pequenos assentamentos existentes no seu território de influência."*, idem
108 SILVA, João - Castros, Castelos, Torres e seus Sucedâneos em Amarante (1998), p. 465
109 idem, pp 468 - 469
110 PINHO, José - Castros do Concelho de Amarante (1979), p. 17
111 SILVA, João - Castros, Castelos, Torres e seus Sucedâneos em Amarante (1998), pp 468 e 469
112 *"(...) de acordo com relato oral que recolheu do finado professor Arnaldo Marques, destacando o facto de o ponto orográfico em causa possuir largo horizonte visual sobre o território envolvente, permitindo visibilidade directa até à serra de Montemuro."* idem, p. 472
113 Existe alguma cerâmica na encosta que poderá ser castreja, segundo Portal do Arqueólogo.
114 *"Por se encontrar muito próximo, para norte, dos limites com esta antiga freguesia do concelho de Marco de Canaveses (hoje oficialmente designada Banho e Carvalhosa)."* - Segundo Lino Dias (1995), op. cit SILVA, João - Castros, Castelos, Torres e seus Sucedâneos m Amarante, (1998), p. 472
115 *"Conforme indicado por cerâmicas e uma moeda de Galieno de 261-268"* in PORTELA, Helena - Necrópoles romanas do concelho de Amarante e o caso de Real (1998), p. 404

01

CASTRO DE LOUREDO
(PORMENOR)

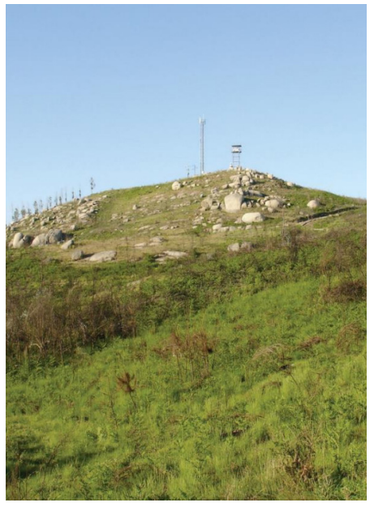
02

CASTRO DE QUIRES
(PORMENOR)

04

SENHORA DA GRAÇA
(TENTATIVA DE AVISTAMENTO)

09



CASTRO  DO LADOEIRO
LOUREDO/MANCELOS

10

CASTRO DE BANHO / PIDRE
(VESTÍGIOS DE MURALHAS)

06

CASTRO DE SANTA MARINHA
AIÃO

08

CASTRO DO COURA (TOPONÍMIA)
VILA CAIZ

13

CASTRO DE S. DOMINGUES
CRISTELOS

15

SEPULTURA
SALVADOR DO MONTE

16

ANTA DA ABOBOREIRA
BAIÃO

*"Monumentos que o povo ainda hoje chama de arcas, orcas, mamoas, mamoncelos, quando não pedras de mouros e outros nomes povoados de imaginário e de lendas. Pedras vivas que testemunham, de certo, uma especial relação dos mortos com a vida e com o seu dia a dia. Pedras que nos fazem entrar no mundo da religiosidade e das crenças destes nossos antepassados."*[116]

A bibliografia relativa ao estudo de Castros em Amarante[117] refere uma série de outros povoados, tais como Louredo das Almas (Salvador do Monte), Castro do Ladário (Gatão), Castro de Locaia (Jazente), que optámos por dar nota e considerar no mapeamento.

Todavia, entre as freguesias de Banho e Carvalhosa e Real, às cotas intervaladas entre 210 e 350 metros, sobressai um conjunto que consideramos ser uma espécie de reduto, constituido por três assentamentos próximos, situados no mesmo monte. O primeiro, que intitulamos de "Castro de Real", aparenta ser um assentamento retangular, que se destacou visualmente durante as visitas de campo, cujo acesso foi feito através do Cemitério de Banho, denominado pelo topónimo "Rua da Bouça Bolida". Um pouco mais para sul, num lugar com o topónimo "Rua da Ermida", escrutinam-se pavimentos muitos antigos e construções de carácter primitivo, com aglomorados dispersos e pequenos muros ortogonais fragmentados. Percorrrendo a mesma via, de suspeita expressão antiga, para sul e agora descendo para a freguesia de Real, destaca-se um outro aglomerado granítico saliente, de topónimo "Outeiro Meão". Estes três lugares, que ocupam o mesmo monte de Banho e Carvalhosa, não apresentam qualquer suporte bibliográfico, embora as visitas de campo tenham demonstrado indícios de possíveis investigações passadas ou a decorrer (com marcações de fios entre esteios). Contudo, não foi possível obter confirmações sobre qualquer pesquisa ou corroboração do seu estado com as entidades locais[118].

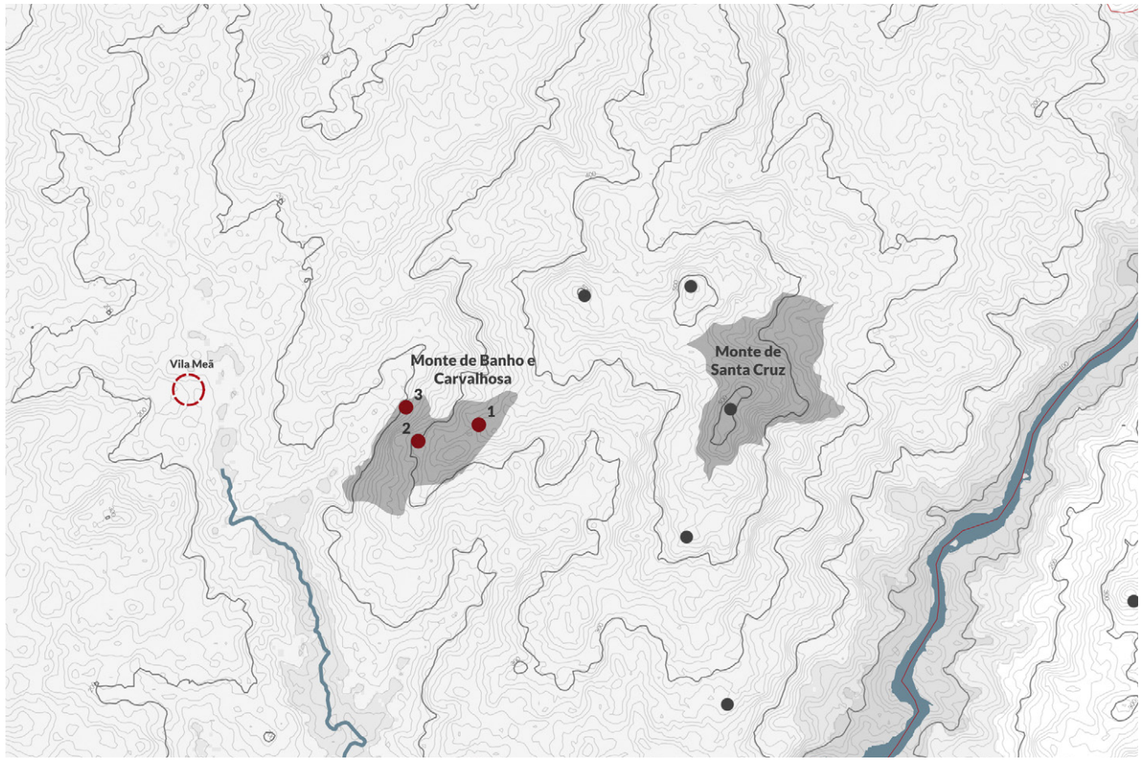
Para se decifrar o território contemporâneo é essencial compreender as relações primordiais entre a rede de assentamento e circulação. Como será explanado no capítulo seguinte, estes povoados são pontos basilares que vão estar na origem da formação de locais conscientes, apoiados em relações geográficas, produtivas, defensivas, de proximidade e vizinhança.

A investigação destes assentamentos no caso de estudo evidencia a complexidade das práticas humanas, destacando-se a seleção estratégica, em locais de difícil acesso, que reforça a necessidade de proteção e abrigo. Para além disso, a identificação de reduzidos vestígios no substrato indígena do Tâmega, rico em recursos metalúrgicos, justificou a escolha de locais táticos, que viriam a ser densamente povoados[119]. As inscrições e tradições locais, como práticas religiosas e antropónimos, bem como a descoberta de artefactos romanos em muitos assentamentos, evidenciam que a área continuou habitada e ativa durante o domínio romano.

As visitas aos sítios mencionados foram realizadas informalmente. Sem uma base sólida em arqueologia, a interpretação e leitura correta destes locais apresenta vários desafios. No entanto, na maioria dos casos, os vestígios permanecem lá e são visíveis - seja em fragmentos de muralhas e pequenos recortes de construções, seja em elementos esculpidos pela mão humana, como pias ou canais de água, ou, ainda, na presença subtil de formas geométricas, que dificilmente seriam obras da natureza. Para além disso, a situação geográfica é a maior testemunha neste tipo de aproximações[120].

Expressa-se alguma preocupação pela falta de reconhecimento destes locais arqueológicos, sobretudo pelo seu estado de abandono. Com o tempo, enfrentam diversas ameaças como a intervenção das pedreiras ilegais, exaustivas plantações de eucalipto, construções residenciais indevidas, corridas de veículos motorizados e os frequentes incêndios na época de verão - situações que comprometem significativamente a sua preservação. É nossa convicção que, se houvesse uma valorização com escavações apropriadas, poderiam transformar-se em pontos de interesse público, integrados em atividades de lazer e educação cultural para a comunidade.

116 ANÉGIA (Coord.) - Amarante: uma história entre a ponte e a natureza (1997), p. 32
117 Reunida e publicada por José de Pinho - Castros do Concelho de Amarante (1979)
118 Consultar **Apêndice 3.**
119 SILVA, Pedro - Povoamento Proto-Histórico do alto Tâmega: as mudanças do I milénio a.C. e a resistência do substrato indígena, FAUP [Dissertação de Mestrado] (2012), p. 22




**Mapa 12 - Possíveis assentamentos no Monte de Banho e Carvalhosa / Real**

0 750 1 500

N

| | |
|---|---|
| Escala | 1:50 000 |
| DEM | ASTER GDEM (Isolinhas 10 e 100 m) |
| Mapeamento pontos | Gerado pelo QGIS (autora) |
| Mapeamento montes | Gerado pelo QGIS (autora) |

# POR VIAS ROMANAS

*"Passamos hoje por um caminho que tem nele marcado outras pegadas, e ocorrem-nos histórias doutras idades. Por deserto que esteja o campo e frio o sol, o tempo está presente e nos penetra de sabedoria e de fortaleza. A única solidão é aquela que não tem passado."*[121]

Durante o período romano, a ocupação na área do antigo concelho foi fortalecida, acumulando vestígios que, subtilmente, persistem até à atualidade. As condições geomorfológicas contribuíram para uma ocupação densa durante este período, influenciada também pela continuidade de assentamentos proto-históricos, anteriormente referidos, que já se encontravam concentrados um pouco por toda a região do Tâmega. Para além disso, os vestígios da presença romana mostram-se aparentes, tanto pela experiência de habitar, mas, particularmente, pela experiência de caminhar, encontrando-se no chão que pisamos um extenso legado de antigas vias romanas.

Nas proximidades do caso de estudo localiza-se a estação arqueológica do Freixo, no Marco de Canaveses, lugar onde as escavações, iniciadas em 1980, revelaram as ruínas bem preservadas de Tongobriga. O sítio inclui um núcleo castrejo, evidenciado pela construção de termas monumentais pré-romanas[122], conhecido como 'Capela dos Mouros', termo atribuído pela população local para as ruínas expostas. Assim sendo, já no final do séc. I, início do séc. II, Tongobriga surge como *civitas*, com crescente preponderância sobre a região envolvente[123]. Para além de um programa complexo - termas, fórum, uma área residencial e uma necrópole - destaca-se a sua importância como ponto de cruzamento do sistema viário, de onde partiam e convergiam vários itinerários.

A via principal começava no rio Douro, com rumo a Braga, cruzando várias outras ligações secundárias e percorrendo pontos relevantes do povoamento romano, nomeadamente: para nordeste, em direção a Amarante (Lomba), rumo à travessia da Serra do Marão; para sudoeste, rumo à travessia do rio Douro junto do *vicus* de Várzea do Douro; para nascente, em direção a Porto Manso no Douro, com rumo a Castro Daire, Viseu; e para nascente, em direção ao Porto, onde se ramificam outras ligações que cruzam o território em estudo[124].

Desta forma, na área do futuro concelho, rastreiam-se um conjunto destas vias romanas, que partem de Tongobriga em direção a outras cidades romanizadas. Os trajetos parecem preferir seguir o cume das colinas, serpenteando-as a uma cota constante, mas evitando, geralmente, os picos montanhosos e aproveitando a visibilidade sobre o fundo rio e o vale. Os caminhos são relativamente próximos uns dos outros, mantendo uma distância equilibrada, que lhes confere uma rede local de controlo e proximidade.

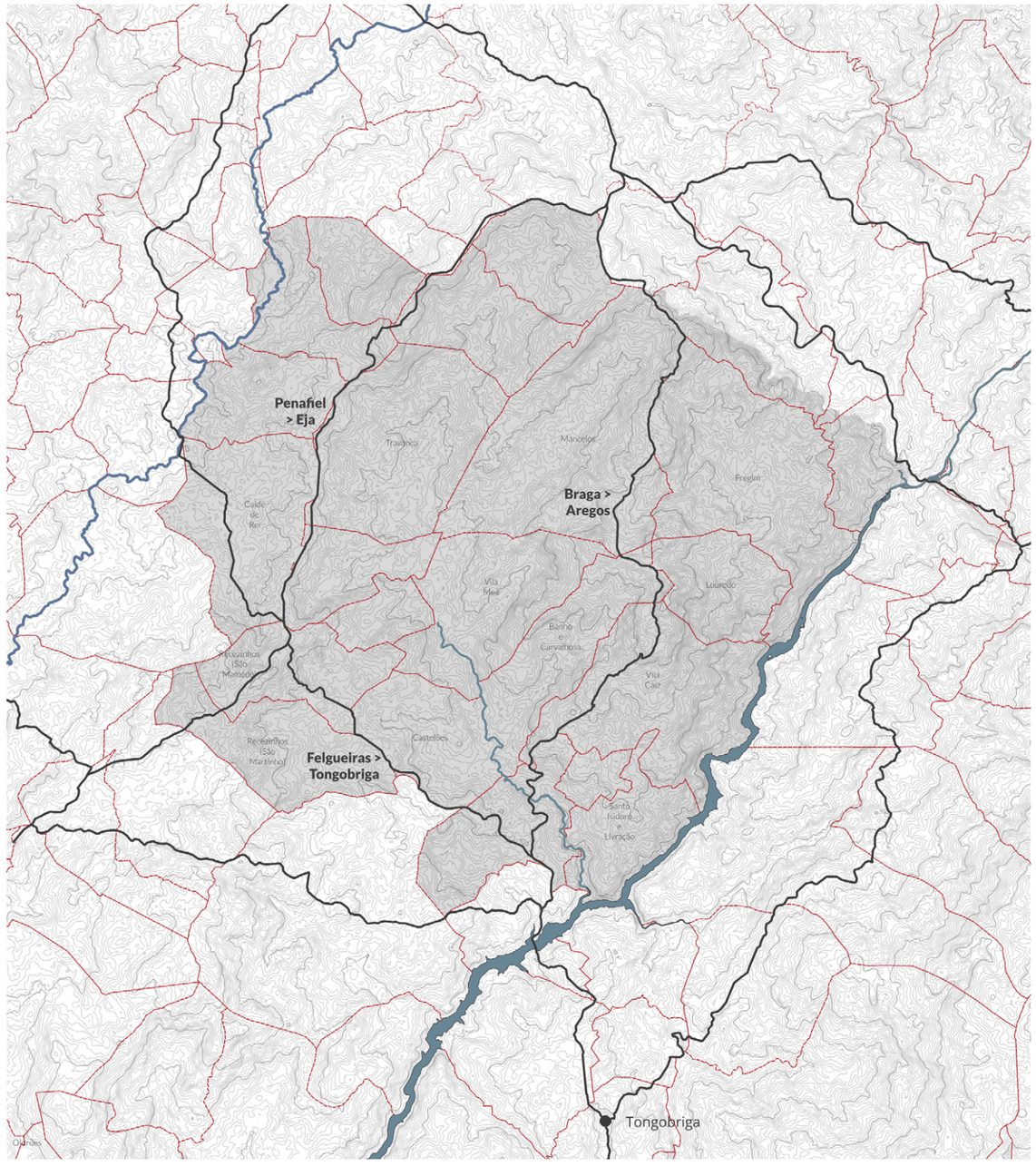
Repare-se que não parece ser coincidência o facto de a disposição das vias anunciadas percorrerem, transversal e longitudinalmente, as zonas que eventualmente viriam a ser os limites formais do concelho de Santa Cruz. Não se pretende, com isto, sugerir que as estradas romanas fossem consideradas, por si só, elementos fronteiriços. Contudo, em algumas situações, os caminhos tendiam a acompanhar fronteiras naturais, como rios: caso da via Penafiel > Eja, que percorre paralelamente o rio Sousa; via Felgueiras > Tongobriga; via Braga > Tongobriga > Aregos, que atravessa, diagonalmente, as linhas de festo na zona de maior altitude, onde já se encontravam os núcleos fortificados nas serras de Santa Cruz e no monte da Senhora da Graça de Vila Caiz. Desta forma, os trajetos sugerem uma interação intencional com o território, podendo, de maneira indireta, contribuir para futuras delimitações administrativas.

121 BESSA-LUÍS, Agustina - A mãe de um rio, (1971) p. 9

122 Tongobriga. (s.d.). As Origens de Tongobriga [https://www.tongobriga.gov.pt/]

123 *"A estrutura castrejo-romana criada em Tongobriga, possivelmente pelo imperador Augusto, amadureceu política, administrativa e economicamente, resultando daí a instalação de uma cidade. A escavação permite dizer que no final do séc. I, início do séc. II, Tongobriga surge como civitas, com preponderância sobre a região envolvente. A construção das termas no final do séc. I, do fórum na 1ª metade do séc. II e demais edifícios públicos identificados, corresponde ao objetivo de dotar este centro urbano de equipamentos coletivos que, pela sua monumentalidade e riqueza arquitetónica, impusessem Tongobriga como centro de atração e decisão. Junto ao fórum estavam as termas públicas, construídas em Tongobriga no final do séc. e posteriormente remodeladas. Atualmente, em Tongobriga, fruto de muitos anos de estudos e trabalhos de escavação e recuperação do património, podemos visitar o Fórum, a zona habitacional e o Centro Interpretativo. A própria aldeia, Freixo, é um local muito acolhedor e bem recuperado e está classificada como "Aldeia de Portugal."* Tongobriga. (s.d.). Tongobriga Romana [https://www.tongobriga.gov.pt/]

124 SOUTINHO, José - Mapa das vias romanas (s.d) Itinerários [https://www.viasromanas.pt]




**Mapa 13 - Mapa da concordância entre as vias mais conhecidas (a preto) e limites administrativos atuais de freguesias (a vermelho)**

| | |
|---|---|
| Escala | 1:100 000 |
| DEM | ASTER GDEM (Isolinhas 10 e 100 m) |
| Concelhos e freguesias | DGT |
| Mapeamento de vias | Gerado pelo QGIS (autora) |
| Contorno do concelho | Gerado pelo QGIS (autora) |

As vias descritas anteriormente são, unanimemente, legitimadas pela bibliografia consultada para este estudo[125]. Muitas delas evoluíram de tal forma que se conservam, até hoje, como estradas nacionais, ainda que em certos segmentos se possam perceber ligeiros vestígios de muros rasteiros e pavimentos de pedra que comunicam a sua origem antiga. No entanto, em quase todas as localidades existem evidências de trajetos alternativos, muitas vezes secundários, que por falta de investigação ou divergências entre autores, acabam por não ser levados em consideração.

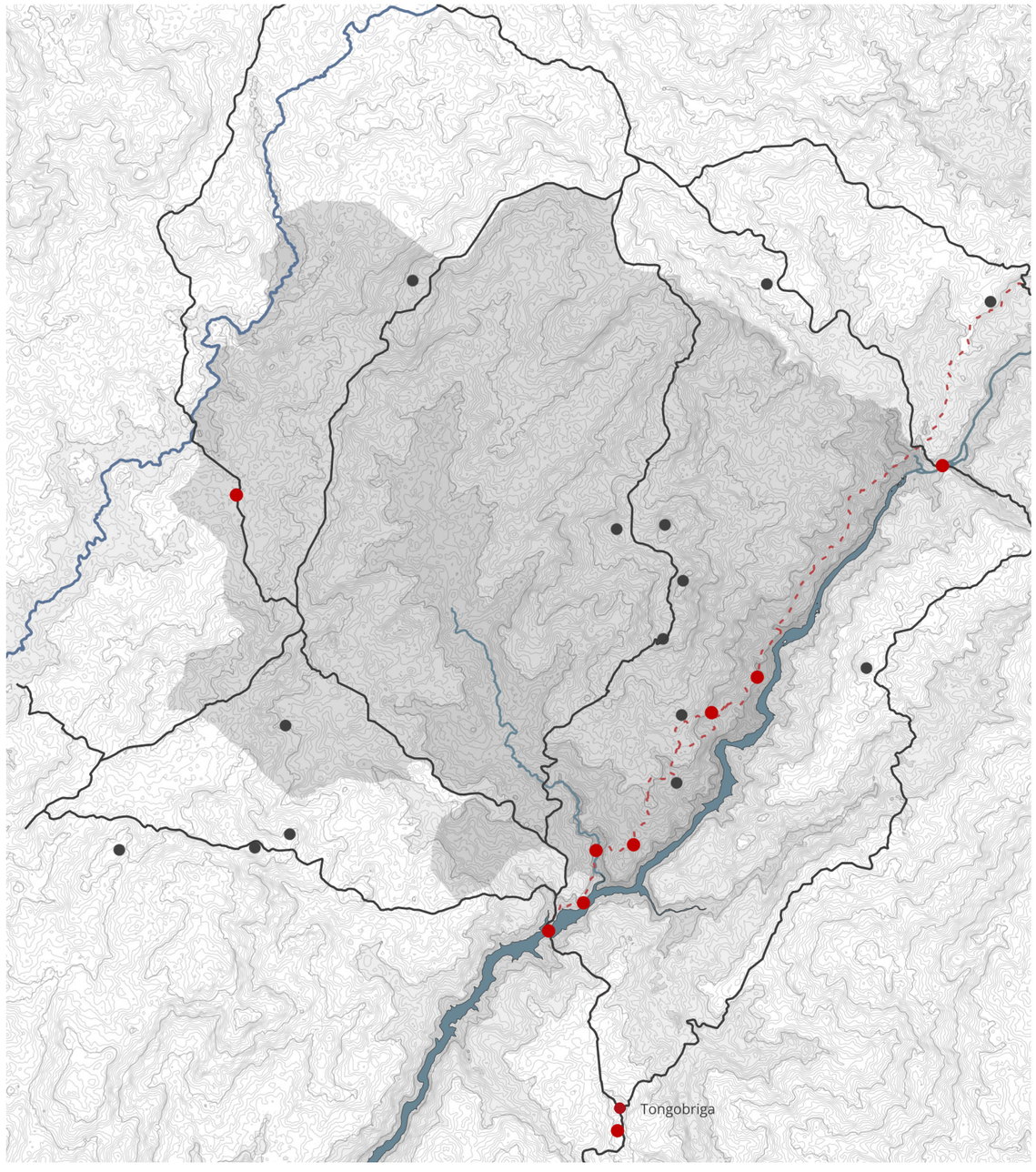
No caso de estudo, este itinerário possível seguiria paralelo ao rio Tâmega, partindo de Tongobriga em direção a Amarante, situando-se ao longo da margem direita do rio, na região de Riba Tâmega. São reduzidas as fontes bibliográficas que mencionam esta via, pela falta de registos e pela dificuldade de leitura no atual território[126].

Primeiramente, José Pedro Soutinho não representa esta via no seu Mapa das Vias Romanas, mas atribui-lhe uma nota, explicando a possibilidade de existir uma via rumo a Amarante, partindo da ponte romana em Sobretâmega (agora desaparecida), e seguindo pela margem direita do rio Tâmega, percurso medieval que já estaria em uso na época romana[127].

No artigo resultante, após as escavações em propósito de uma estela funerária romana encontrada em Vila Caiz (Amarante)[128], os autores esclarecem o seguinte: *"julga-se possível, não se contando com propostas prévias, ter existido uma ramificação, que também afluía à ponte romana de Sobretâmega (Marco de Canaveses), que procurava a direcção de Amarante, seguindo, genericamente, entre as curvas de nível dos 120 e 160 metros de altitude, com passagem pelas freguesias marcoenses de Santo Isidoro e Toutosa e as amarantinas de Vila Caiz, Louredo, Fregim e São Gonçalo. Dela se aproximariam as Caldas de Canaveses, com exploração em época romana, e a necrópole associada, descoberta no século XIX aquando da abertura da estrada Canaveses-Livração, as, já citadas, ocupações relacionadas com Alvim e com a área envolvente ao lugar de Coura e, inclusive, o arqueossítio a que atribuímos a epígrafe que apresentamos neste estudo. Na Idade Média este traçado ter-se-ia mantido em uso, firmando-se o percurso pela construção da ponte medieval do Bairro, bem como pela edificação da igreja românica de Santo Isidoro"*[129].

Na Monografia referente a Santo Isidoro (Marco) acrescenta-se: *"paralelo ao curso do Tâmega seguia uma via que Almeida (1968) diz descer de Caldas de Vizela até Entre-os-Rios (Penafiel). Embora tenhamos algumas reservas quanto ao traçado desta via e à sua origem romana, parece certo que ao longo do Tâmega seguia, pelo menos, uma importante estrada, como evidenciam as cartas do século XVIII e XIX. A de Lourenço Homem da Cunha (1808) salienta a estrada que, pela margem direita, descia à embocadura com o Douro, e o Mapa da provincia d'Entre Douro e Minho..., de Custódio Vilas Boas (1865), sublinha a ligação pela margem esquerda, através de Vila Boa do Bispo até Santa Clara do Torrão. De resto, Santo Isidoro encontrava-se no trajeto de Amarante a Sobretâmega, onde a estrada derivava para este, pela ponte de Canaveses, ou em direção a Penafiel, no sentido contrário"*[130]. No mesmo volume, em relação às igrejas de Sobretâmega e São Nicolau, elabora-se o desenvolvimento urbano da vila de Canaveses por intervenção do rio Tâmega, cujo curso, no sentido nordeste-sudoeste, se atravessou ante um importante canal de circulação humana no sentido oeste-este[131]. A presença do rio, apesar de se tratar de uma divisão natural, foi aproveitada desde cedo pelo homem, como fronteira e passagem, contribuindo para o crescimento do núcleo povoado entre as duas paróquias. Acerca da via em questão acrescenta-se: *"A posição das Igrejas matriciais de ambos os povoados: Canaveses e o seu prolongamento na margem direita de Sobretâmega, corroboram a importância desta via, abrindo para ela as fachadas dos seus templos. Todavia, já antes da consolidação do cristianismo, este local constituía um dos canais de penetração que ligava a costa ocidental da península ao seu interior, percurso humano estimulado pela grande obra da romanização"*[132].

125 Consultar **Apêndice 4**.
126 Consultar **Apêndice 5**.
127 idem
128 REDENTOR; SOUSA; GONÇALVES - A propósito de uma estela funerária romana de Vila Caiz (Amarante), pp. 58 - 59
129 idem
130 MACHADO, Rosário - Rota Do Românico. Volume 2 (2008), p. 11
131 idem, p. 89
132 idem




**Mapa 14 - Mapa das vias mais conhecidas (a preto) e itinerário provável de Riba Tâmega (a vermelho)**

0 1 2 km

N

| | |
|---|---|
| Escala | 1:100 000 |
| DEM | ASTER GDEM (Isolinhas 10 e 100 m) |
| Mapeamento pontos | Gerado pelo QGIS (autora) |
| Mapeamento de vias | Gerado pelo QGIS (autora) |
| Contorno do concelho | Gerado pelo QGIS (autora) |

Posto isto, dedicou-se uma maior atenção a esta ramificação secundária, que atravessa Riba Tâmega pela margem direita, considerando que uma articulação viária tão precoce constitui um elemento formal de importância para a investigação. Atualmente,  esta zona é constituída por uma variedade de condicionantes urbanas com grande densidade habitacional, bem como a presença da autoestrada e a antiga linha férrea do Tâmega, agora fragmentada. Estas intervenções refletem-se num traçado de ruas muito complexo e, por isso, optou-se por percorrer o possível itinerário a pé, numa extensão de 8 quilómetros.

Assim, o trajeto teve início em Sobretâmega (Marco de Canaveses), onde outrora se erguia a ponte perdida de Canaveses. Com prováveis origens romanas[133], alguma estrutura de atravessamento já estaria em uso, precisamente para facilitar a travessia do Tâmega, nas ligações entre Tongobriga e a área ribeirinha. Vários autores atribuem as Caldas de Canaveses como motivo maior para a existência desta via, mas não podemos esquecer o estatuto de Tongobriga, cuja dimensão parece suficiente para justificar um ramal[134]. Embora não se conheça com rigor o traçado desta via, confirma-se que a velha ponte de Canaveses foi, inegavelmente, um ponto intermédio que perdurou como lugar de travessia principal sobre o rio Tâmega.

Já na margem direita, o percurso principia-se paralelo ao rio Tâmega. Aqui não se encontram mais quaisquer vestígios do trajeto, devido à inundação causada pela albufeira. Por isso, corta-se pela nacional 312, em direção às Caldas de Canaveses. Atualmente, em conversão para unidade hoteleira, as Caldas teriam sido *vicus* termal, com necrópole, descobertas pelos Romanos, no ano 110 d.C., sob o domínio do Imperador Trajano, sendo então denominadas "Aquae Tamacanae", devido à proximidade do Tamaca (rio Tâmega)[135].

O caminho continua, agora, para norte, até cruzar com o rio Odres, na ponte românica do Bairro[136]. Aqui destacam-se os antigos moinhos, ainda de pé. Depois, seguiu-se por Forcado até Santo Isidoro, onde há registos de um casal / necrópole no lugar do Castro em Alvim, identificado nesta investigação, mas cujos vestígios já não se avistam. Quanto à Igreja de Santo Isidoro, Jaime González atribui à tradição romana a escolha dos símbolos decorativos de profusão do falo, na segunda música, uma prática que também é associada à reminiscência do paganismo, e que persistiu com traços clássicos na iconografia da Idade Média, especialmente na época românica[137].

Posteriormente, volta a subir-se até Toutosa. Aqui, as incertezas do caminho são maiores, já que as transformações urbanas são várias e recentes. Segundo a bibliografia, o caminho deveria seguir pela Rua do Coura, aproximando-se do povoado fortificado no lugar do Castro, mas a interseção com a autoestrada impossibilita uma aproximação. Enigmaticamente, neste ponto notou-se a sensação de que o percurso se afasta significativamente do rio Tâmega, apesar de atingir apenas a cota de 210 metros - por isso, essa sensação não passa de uma ilusão.

Rapidamente, volta a descer-se pela Rua do Padrão, em direção ao Vilarinho, onde se descobriu recentemente um complexo agrícola romano, localizado na freguesia de Vila Caiz. Tudo parece indiciar que, no local de Vilarinho, durante os séculos II e IV, se erguia uma notável "villae", estrategicamente posicionada numa área bem irrigada e com declive acentuado sobre o rio Tâmega, com abundância de pequenos cursos de água, nascentes e uma exposição solar favorável, que garantiam condições excelentes para o cultivo de vinhas, oliveiras e produtos hortícolas. Inicialmente, foram detetados e recolhidos alguns vestígios arqueológicos, especialmente material cerâmico, aquando da terraplanagem para a construção da estação ferroviária de Vila Caiz em 1909[138]. Mais tarde, em 2004, surgiram vestígios antigos debaixo do solo e foram realizados mais trabalhos de escavação onde começaram a

133 MACHADO, Rosário - Rota Do Românico. Volume 2 (2008), pp. 89 - 90

134 idem

135 *"António Monteiro, fundado em comparações e conjeturas, assevera que esta ponte faria parte da "via Tamacana" (palavra que alguns consideraram ver como origem para o topónimo Canaveses), situando a sua construção durante os reinados de Trajano e Adriano (98-138 d.C.) - período coincidente com o apogeu construtivo em Tongobriga",* idem, p. 91

136 DGPC - Ponte do Bairro. Número IPPA 00000485

137 MACHADO, Rosário - Rota Do Românico. Volume 2 (2008), p. 17

138 *"Junto ao apeadeiro de Vila Caiz, onde terá aparecido a estela funerária de Meidutius, actualmente encontram-se na Quinta da Pena e não são visíveis no local"* BAIRALIM, Susana - Vilarinho, o chão que pisamos, 2008, p. 219

ALBUFEIRA DO MARCO

CALDAS DE CANAVESES

MOINHO DO RIO ODRES

PONTE DO ARCO

SANTO ISIDORO

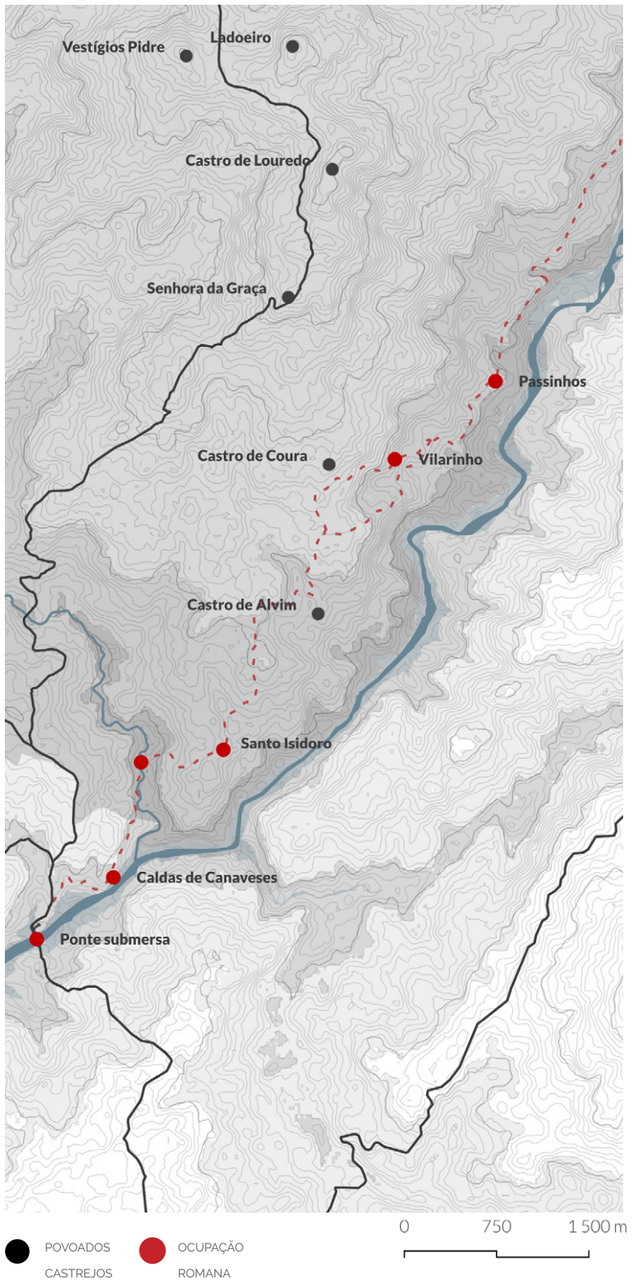
TRAJETO

TRAJETO PERTO DE ALVIM

VILARINHO

TRAJETO NA ANTIGA LINHA

CAPELA DE PASSINHOS




**Mapa 15 - Aproximação ao itinerário provável de Riba Tâmega (a vermelho)**

| | |
|---|---|
| Escala | 1:50 000 |
| DEM | ASTER GDEM (Isolinhas 10 e 100 m) |
| Mapeamento pontos | Gerado pelo QGIS (autora) |
| Mapeamento de vias | Gerado pelo QGIS (autora) |

surgir vários colunelos[139]. Encontrou-se ainda o que parece ser um *Praefurnium*, compartimento onde se alimentava a fornalha, a partir do qual o ar quente circulava sobre o chão dos balneários romanos, que sugere ter tido um arranque de arco em pedra[140]. Analisando todos os vestígios cavados podemos considerar estarmos perante um *Hipocausto* (banhos quentes) de termas privadas, pertencente a uma casa rústica senhorial, do século II, III e IV, depois de Cristo, que explorava toda a zona agrícola até ao rio Tâmega. Outros numerosos vestígios teriam sido, entretanto, cobertos ou destruídos[141].

O percurso pedonal concluiu-se na capela de Passinhos, que já foi sede de Paróquia. Daqui o caminho deverá seguir rumo ao povoado fortificado do Ladário, em Gatão (Amarante), onde entronca no Itinerário Braga > Régua.  Existem duas rotas possíveis até à chegada a Gatão: uma, caminhando pelas cotas mais altas de 300 m, passando por Retorta, Carreira, Louredo, Fregim e Gatão; e outra, numa cota muito mais baixa, percorrendo a longa Rua do Tâmega, que nos parece mais plausível, devido às menores oscilações altimétricas e à significativa extensão desta rua.

Ao longo do percurso, foi possível observar alguns fragmentos esparsos de blocos de pedra que ladeiam o caminho, mas apenas em troços muito reduzidos. A toponímia, com casos como - *Rua da Devesa, Rua de Sequeiros / Sabugueiros, Rua das Bouças, Outeiro, Portela* - apontam para uma ocupação de longa data. Partes do itinerário foram intersectando o delineamento da antiga linha ferroviária, cuja construção e posterior desmantelamento podem ter comprometido os vestígios originais da via existentes na área. Para além disso, as contínuas modificações no traçado e a construção de habitações dificultam a compreensão desta antiga via. No entanto, a descoberta do local do Vilarinho valida a necessidade de uma rota, na tentativa de aproximar essa "villae" a Tongobriga e a Gatão. A confirmação desta "villae", que se encontrava completamente enterrada, levanta a questão sobre quantos outros sítios arqueológicos ainda estarão por descobrir. Para além disso, a existência de uma *civitas* ainda mais desenvolvida, em Tongobriga, sugere que os restantes vestígios arqueológicos apontados poderão estar parcialmente explorados por falta de recursos para investigação, pois sabe-se que a maioria dos sítios arqueológicos, na região de Amarante, foi descoberta acidentalmente, durante a construção de valas e habitações. Porém, a ausência de estudos de forma sistemática, com métodos de escavação científica, resulta na perda de informações valiosas[142].

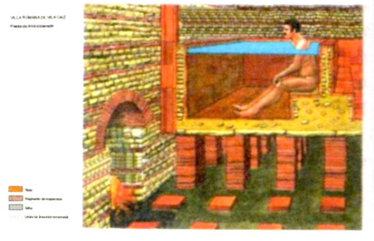
O conjunto de vias assinaladas, quer as mais conhecidas como a menos notória de Riba Tâmega, deixa de fora o núcleo que, posteriormente, se tornaria a sede do concelho, em Vila Meã.

Apesar de confirmada a existência de uma necrópole em Real[143] (Vila Meã), descoberta em 1955, tudo indica que ainda não havia motivos para a fixação de um núcleo habitacional naquele lugar, devido à sua posição em vale isolado, com pouca relevância estratégica de visibilidade. Ao contrário do que indicam alguns artigos locais, a presença de uma necrópole, em território vilameanense, não indica necessariamente uma ocupação romana, pois podem haver outras explicações para a localização da escolha para um sítio funerário. Assim sendo, as necrópoles podiam ser construídas no exterior dos povoados e concentrar-se próximas das vias[144], seguindo uma prática comum no Império Romano em estabelecer cemitérios ao longo das principais vias de acesso às cidades ou assentamentos. Esta disposição permitia que as procissões fúnebres seguissem um caminho definido até ao local de sepultamento, fora dos espaços habitacionais, mantendo assim as práticas funerárias separadas das áreas de vivência diária, conforme ditavam as normas de saúde e as crenças religiosas romanas[145].

139 *"colunas compostas por vários tijolos sobrepostos equidistantes (de 40 cm), 4 deles assentando diretamente no lajeado cerâmico",* idem, p. 220
140 idem, p. 221
141 idem p. 222
142 O contexto histórico de Tongobriga foi revelado pelo arqueólogo Martins Sarmento, que encontrou uma inscrição com o nome da cidade. No entanto, as escavações significativas só ocorreram a partir de 1980, quando o arqueólogo Lino Tavares Dias iniciou um ciclo de quase duas décadas de escavações no local.
143 Incluída no Portal do Arqueólogo. Vila Meã. Sítio 11860
144 VALDEZ-TULLETT, Joana - Périplo pelo Património Arqueológico de Amarante (2010), pp. 22 e 23
145 (s.d.) Época Romana. Bracara Augusta Vias. Morte e Religião. O mundo dos mortos. [https://www.museuddiogodesousa.gov.pt/]

PAVIMENTO ROMANO
NO TROÇO DO ITINERÁRIO

LUGAR DO VILARINHO
PLANTA DA ZONA ESCAVADA
E IMAGEM DEMOSNTRATIVA
DO HIPOCAUSTO, ZONA DE
FORNALHA E CALDARIUM



Ademais, ressaltamos que não se deve confundir o aparecimento de um artefacto funerário na igreja de São Salvador de Real com a confirmação de um povoado primitivo[146]. O símbolo contido nessa estela, uma espiral (comum na época castreja), apesar de antigo, não deve ser associado ao período romano, devendo antes representar um símbolo que caracterizava o defunto, possivelmente um membro da hierarquia eclesiástica. A DGPC menciona este arcossólio primitivo[147], mas data a edificação inicial da igreja no século XIV. Na fachada lateral sul ainda se aprecia um arcossólio com sarcófago, cuja tampa ostenta uma espada gravada, o que denuncia o estatuto social de quem aí se fez enterrar[148].

Para além disso, os vestígios da necrópole romana foram encontrados junto à Igreja Paroquial e não à igreja de São Salvador de Real. A necrópole de Real, sem estudo arqueológico, devido à falta de escavações e acompanhamento, foi mencionada pela primeira vez por Bairrão Oleiro em 1956[149], que a identificou como uma necrópole romana tardia[150], com a presença de alguns artefactos, como moedas, e foi descoberta durante obras de construção de um bairro social[151], semelhante à estudada por José Fortes, na freguesia da Lomba (Amarante)[152]. Foi confirmada por Helena Portela, que a localiza numa pequena encosta de declive pouco acentuado, próxima da Igreja Paroquial de Real[153].

Estas circunstâncias sugerem que outros fatores, alheios a uma fixação precoce, foram determinantes para a escolha da sede do concelho, num período mais tardio. O mapeamento demonstra ainda que o local da necrópole se encontra notavelmente afastado das vias de ligação Braga > Régua, pelo que se coloca a possibilidade de algum trajeto ao longo do rio Odres, mas a base bibliográfica não sustenta esta hipótese. Apesar de muitos artigos sobre a história de Vila Meã assumirem que a origem da vila esteja ligada a uma "villa" agrária primitiva, provavelmente da época romana - tese que se defende com a datação das moedas encontradas em 1955[154] -, achamos mais plausível a possibilidade de ter existido uma via que atravessava os montes de Banho e Carvalhosa, onde identificámos, anteriormente, vestígios e pavimentos antigos, embora sem qualquer estudo publicado. Esta via, que seguiria pelo cume montanhoso deste monte, permite um avistamento claro da cadeia montanhosa paralela, a nascente, onde se localiza o Castelo de Santa Cruz, Castro de Louredo e Castro da Nossa Sra. da Graça de Vila Caiz. Na verdade, este monte faz a separação física entre os montes de Santa Cruz e os vales de Vila Meã. Portanto, esta via não só valida a existência dos presumidos redutos defensivos, como sugere uma continuidade que poderia, muito bem, passar pela necrópole de Real, atravessar o rio Odres e seguir em direção inconclusa até intersetar na via Tongobriga > Braga > Porto. Esta hipótese é meramente especulativa, mas muito sugestionada pela toponímia e morfologia destes caminhos, identificando-se a Rua das Bouças, Rua das Covas e Rua do Outeiro Meão. Em teoria, os locais arqueológicos deveriam situar-se, quase sempre, em confinidade com a rede viária, mas sem testemunhos documentais torna-se muito difícil pressupor o percurso de uma via e a sua datação concreta, pelo que deixamos apenas a nossa despretensiosa suposição.

146 Consultar **Anexo 4.**

147 *"(...) com moldura em toro, abrigando uma tampa tumular decorada com cruz e motivos em espiral"* - DGPC Igreja Paroquial de Real. IPA.00004823.

148 *"A estela funerária que deve proceder do interior do templo, e que está em mau estado de conservação, mantém ainda os símbolos que caracterizam o defunto, membro da hierarquia eclesiástica. É uma estela muito rural e emotiva, e condensa significados bem antigos, como a espiral, comum, na altura castreja do Noroeste Peninsular (as estelas eram pedras verticais monolíticas, em que os antigos faziam inscrições ou esculturas)"*, idem

149 É ainda referido pelo autor que foram recolhidas cerca de 40 peças de cerâmica de tipologia variada. A configuração atual do bairro, que sofreu, recentemente, intervenções de construção de caves nestas casas, expôs ainda mais artefactos fúnebres, cujo destino é desconhecido. PORTELA, Helena - Necrópoles romanas do concelho de Amarante. O caso de Real (Vila Meã), p. 405

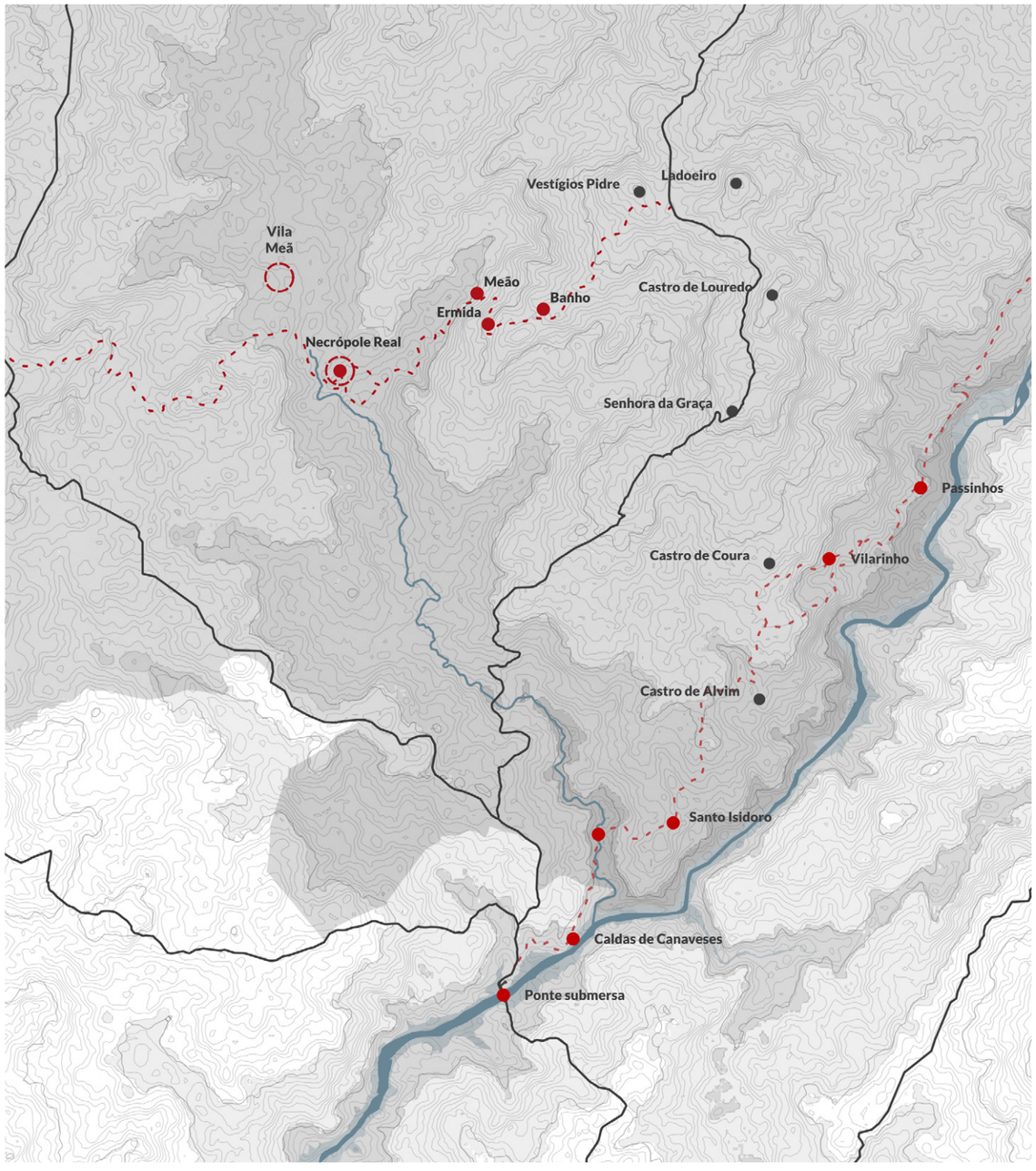
150 *"Sem escavações detalhadas, a cronologia da necrópole de Real, baseia-se em artefatos isolados. Um prato de terra sigillata hispânica, similar a achados em Conimbriga dos séculos III a V, e cinco moedas datadas entre 313 e 348 d.C. sugerem o uso principal da necrópole no século IV. A ausência de informações sobre os túmulos limita a análise a uma perspetiva geral, mas confirma a datação tardia, proposta inicialmente por Bairrão Oleiro"* idem, p. 417

151 No seguimento de seu projecto estatutário a Instituição manteve e atribuiu habitação social no seu Bairro Brasil, privilegiando famílias mais carecidas. idem

152 Bairrão Oleiro ao comparar a necrópole de Real com a da Lomba e sugerindo a sua semelhança, leva-nos a crer que a tipologia das sepulturas e o ritual de enterramento praticado seriam os mesmos, ou seja, fossas circulares associadas ao rito da incineração. idem, p. 403

153 idem, p. 404

154 Do século IV ficou aqui uma necrópole à margem da via romana e, juntamente a ela, muitos objectos de olaria e outros utensílios e moedas da época dos imperadores Cláudio II e Constantino, idem




**Mapa 16 - Mapa da via proposta nos montes de Banho e Carvalhosa / Real (ainda que com incerteza na sua definição)**

| | |
|---|---|
| Escala | 1:50 000 |
| DEM | ASTER GDEM (Isolinhas 10 e 100 m) |
| Mapeamento pontos | Gerado pelo QGIS (autora) |
| Mapeamento de vias | Gerado pelo QGIS (autora) |

# O CASTELO ROQUEIRO

*"Encontram-se, aqui e ali, neste ou naquele penedo, sulcos longitudinais, interrompidos ou não, degraus isolados, cantos de degraus e, a pouca distância do castro um penedo furado, onde o povo diz ser o açougue dos mouros, olhando o orifício como prisão dos bois."*[155]

Ao longo da dissertação foram sendo feitos apontamentos sobre o castelo e a serra de Santa Cruz, que serão aprofundados neste capítulo. É importante esclarecer que a descoberta desta estrutura castelar não foi imediatamente óbvia, dada a escassa informação disponível. Para além disso, a sua existência não faz parte do conhecimento geral entre os amarantinos. Assim, o primeiro contacto com este sítio arqueológico foi, de certa forma, uma revelação surpreendente.

O castelo situa-se numa estreita faixa de terreno escalvado e pedregoso, com cabeços graníticos acentuados. Formalmente, situa-se na freguesia de Louredo (Amarante), mas muito próximo da fronteira com as freguesias de Vila Caiz (Amarante), Banho e Carvalhosa (Marco de Canaveses), por isso é que, por vezes, aparece referido como castelo de Vila Caiz.

As suas fundações podem ser observadas no topo do monte, no pico cónico, a uma altitude de cerca de 530 metros. Devido à sua localização privilegiada, a presença de uma fortificação não admira, pois permite uma vista amplamente panorâmica sobre o vale do rio Tâmega, delimitado pelas serras envolventes. O próprio cume castelejo é também um marco visível a partir de vários pontos da região, sobretudo do centro histórico de Amarante (antiga *Vila d' Amarante*) e da margem oposta do rio Tâmega.

Acredita-se que a menção mais antiga e fidedigna sobre este lugar terá sido relatada por Francisco Craesbeeck, em 1726, nas suas 'Memórias Ressuscitadas', explicando que *"em hum alto monte estão vestigios que nelle estivera hum castello, que os mouros fizerão, e inda se achão pedras lavradas e algumas pias e no outeiro alguns buracos, a modo de dornas, aonde disem que os mouros deixarão seos thesouros, quando os deitarão fora de Portugal; e he este monte muito aspero e inhabitavel e lhe chamão ao citio o castelo de Santa Crus, donde se derivou o nome deste concelho"*[156]. Mais tarde, em 1886, uma passagem do Augusto Vieira no seu 'Minho Pitoresco', adita *"aquém está, sobre a nossa direita, o monte de Santa Cruz, que deu o título ao antigo concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega, coroado pela ermida e pelos vestígios de uma velha fortaleza. É delicioso o panorama que se descobre de lá, tanto para este lado em que vamos, como para a bacia do Tâmega, em que assentam as povoações de Villa Cahiz e Passinhos"*[157].

Posto isto, a origem deste reduto remonta a um passado distante, anterior à formação do próprio país, muito provavelmente ligado à ocupação árabe-muçulmana na região, mais precisamente, entre a incursão muçulmana do século VIII e a Reconquista cristã até o século XI, época que ficou marcada pela edificação de numerosas fortificações entre Douro e Minho[158]. Estas estruturas serviam como pontos estratégicos de proteção e defesa, erguidas tanto por muçulmanos, quanto por cristãos, na incessante disputa e controlo dos territórios. Nem sempre eram fortificações permanentes, podendo conter habitações, por vezes construídas com pequenas estruturas ocasionais em madeira, o que parece ser o caso nos montes de Santa Cruz[159].

155 PINHO, José - Castros do concelho de Amarante (1979), p. 20

156 CRAESBEECK, F. - Memórias ressuscitadas da província de Entre Douro e Minho (1726), p. 154

157 VIEIRA, Augusto - O Minho pitoresco (1886), p. 423

158 *"A origem do castelo, na acepção restrita do termo, enquanto estrutura muralhada definindo pequeno espaço onde se concentra uma guarnição de soldados, deve procurar-se nos primórdios do processo da Reconquista Cristã, encetado por D. Afonso I das Astúrias a partir dos meados do século VIII. No entanto, no estado actual dos nossos conhecimentos, é ainda difícil localizar com precisão no tempo o aparecimento destas novas estruturas. Sabemos que o Entre-Douro-e-Minho possuía, nos finais do século X e no século XI, uma rede bastante densa de castelos, na sua maioria fruto da iniciativa das populações locais."* BARROCA, Mário - Do castelo da Reconquista ao Castelo, p. 91

159 *"As covinhas são ou isoladas, ou associadas a pias de degraus as escavações de forma um tanto retangular, dão umas leves ideias dos lagares de mouros (Portugália, pág. 606), mas não o eram decerto, e talvez servissem para firmar alguns postes de madeira ou pedra na vedação de um pequeno recinto, visto que as paredes de algumas dão, em parte, alinhamento com cortes que atravessam em todo o comprimento a parte superior de dois penedos terminais, embora esses cortes que dão acesso a pequenos degraus abertos na rocha estejam em diferentes planos de nível."* in PINHO, José - Castros do Concelho de Amarante (1979), p. 18

VISTA NA DIREÇÃO SUL DO
CASTELO NOVO DE SANTA CRUZ

Ao visitar o terreno, a localização do castelo é, preliminarmente discreta, podendo passar despercebida ao observador comum, pois restam apenas vestígios ténues do seu aglomerado granítico. O acesso é dificultado por uma estrada de terra, que se deteriora com a chuva. Ainda assim, depois de identificado o cume cónico castelejo, torna-se possível avistá-lo desde outros pontos do território próximo. A presença de antenas de comunicação no topo dificultou a subida ao cume, para além de refletir a transformação da paisagem e alguma falta de esforços para a sua conservação. Contudo, a sua importância para o caso de estudo levou a um esforço de tentativa de compreensão deste lugar e, por esse motivo, foram realizadas quatro visitas de campo ao local.

A presença de um castelo é, desde logo, comprovada através da toponímia das ruas que contornam este monte - Rua dos Castelos e Rua de Santa Cruz – bem como nas nominações que os residentes de Louredo atribuem, informalmente, ao local: *Castelo Velho e Castelo Novo*. O próprio topónimo Rua dos Castelos parece apontar, etimologicamente, para a existência de mais do que um castelo. Inicialmente pensou-se que a única fonte que corroborava essa hipótese seria a tradição oral, mas a bibliografia, produzida por João Silva, veio confirmar que, de facto, se tratam de dois assentamentos diferentes: *"Nos Montes ou Serra de Sta. Cruz, no pequeno maciço orográfico sobranceiro ao vale do Tâmega, na sua margem direita, registam-se dois sugestivos microtopónimos - 'Castelo Velho' e 'Castelo Novo' - separados por umas escassas centenas de metros. O alto do Castelo Novo, mais elevado (531 metros) e setentrional, é uma aguçada crista granítica quase perfeitamente cónica, sobrelevada e destacada em relação ao planalto que se estende para norte. Ter-se-á constituído como castelo roqueiro da reconquista, cabeça da alti-medieval 'Terra de Santa Cruz', a qual, por sua vez, terá dado origem também ao desaparecido concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega"*[160].

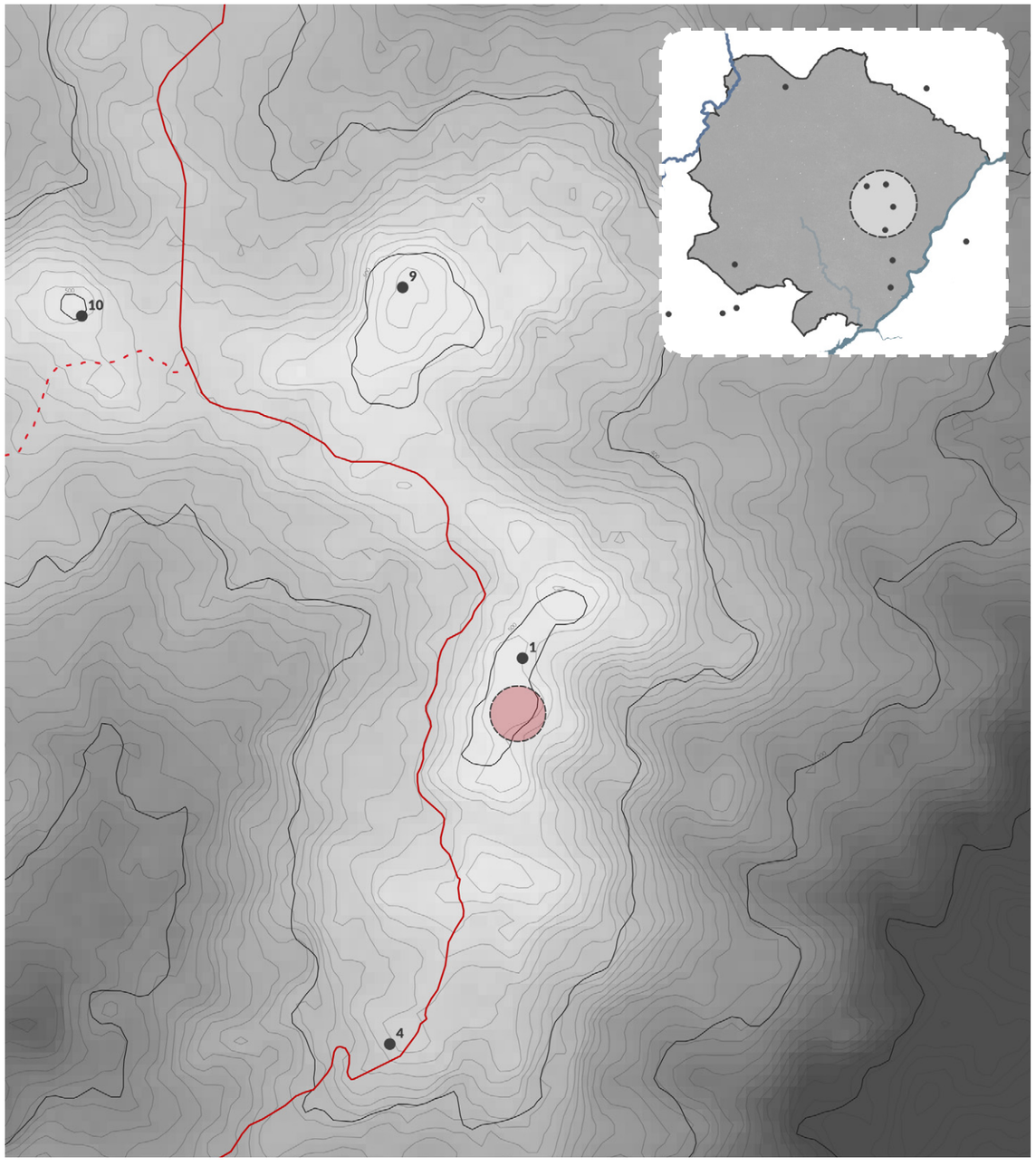
O autor explica ainda que o reconhecido arqueólogo amarantino José de Pinho, poderá ter-se equivocado ao chamar a este sítio arqueológico de Castelo Velho, que ele associa, por sua vez, à colina adjacente, com acesso mais fácil e caracterizada por um grande assentamento de rochas graníticas, arredondadas pela erosão[161]. Na verdade, parece-nos normal confundir os dois sítios, pois em toda a larga extensão dos Montes de Santa Cruz, encontram-se inúmeros vestígios isolados que demonstram contornos antinaturais, bem como delineamentos de percursos, e pedras soltas, que parecem ter caído do alto cume com o passar do tempo. Todo o monte é um enigmático local de assentamentos, onde quanto mais se percorre, mais se descobre. De qualquer forma, José de Pinho contribui para a leitura do lugar, explicando *"que uma pequena tribo lusitana se fixou por um tempo mais ou menos longo, ou dele se serviu como reduto ou simples posto de observação."*[162]. Podia ser ocupado por uma pequena tribo ou família, como parece ter acontecido no caso de Santa Cruz[163].

Ambos os autores concordam que, de facto, não restam evidências claras de estruturas pétreas, ou cerâmicas na superfície do(s) Castelo(s), levantando até a hipótese de uma ocupação na proto-história, talvez mesmo anterior à Idade do Ferro, à semelhança de outros sítios em situação de planalto elevado, como Meninas do Castro na Serra da Aboboreira (Baião) e Castro Boi na Serra de Montedeiras (Marco de Canaveses)[164]. Não podemos concordar totalmente com essa afirmação, pois os entalhes nos afloramentos graníticos demonstram, claramente, vestígios de mão humana que, sugestionam alinhamentos e estruturas intencionais. Não arriscamos, porém, a levantar uma planta deste assentamento, dadas as dificuldades de preservação, já que o sítio foi alvo de muitas alterações.



160 SILVA, João - Castros, Castelos, Torres e seus Sucedâneos em Amarante (1998), pp. 468 - 469
161 *"Na monografia editada pela ANÉGIA surge, curiosamente, uma panorâmica deste cabeço, embora o texto que acompanha a foto (da autoria de J. de Pinho) diga respeito ao Castelo Novo."* idem
162 PINHO, José - Castros do Concelho de Amarante (1979), p. 17
163 Consultar **Anexo 5** para leitura na íntegra.
164 *"que o cabeço conhecido pelo castelo velho deverá ter conhecido uma qualquer ocupação proto histórica talvez mesmo anterior à idade do ferro à semelhança de diversos outros locais em áreas de Planalto por exemplo meninas do Castro na Serra da Aboboreira e Castro Boi na Serra de Montedeiras."* In SILVA, João - Castros, Castelos, Torres e seus Sucedâneos em Amarante (1998), pp. 468 - 469






**Mapa 17 - Enquadramento do castelo no Monte de Santa Cruz**

Escala 1:15 000
DEM ASTER GDEM (Isolinhas 10 e 100 m)

250 500 m
N

Caminhos romanos (a vermelho)
Mapeamento de povoados previamente identificados (pontos a preto)
Mapeamento da área dos castelos (cículo vermelho)

Em 2006, a arqueóloga Joana Valdez-Tullett realizou um levantamento do 'Périplo pelo Património Arqueológico de Amarante'. Apesar dos recursos limitados para a investigação, refere que os vestígios do castelo de Santa Cruz são muito reduzidos, e não transcrevem a ideia romântica mental que se costuma ter de um castelo. Para além disso, explica que será provável que este sítio arqueológico tenha desempenhado as funções de um castelo cabeça de terra roqueiro[165]. Relata que foram encontrados diversos fragmentos cerâmicos de pasta acinzentada, mas que, infelizmente, *"o local terá sido alvo de uma escavação ilegal, levada a cabo por um curioso que das valas retirou uma série de espólio arqueológico e que esta ação pode ter comprometido um futuro entendimento arqueológico do lugar"*[166]. Por ser considerado um castelo roqueiro seria, portanto, um objeto de arquitetura militar medieval, à semelhança dos exemplos mais famosos, como Castelo de Algoso, ou de Pena Róias, estes que mantêm muitas das suas características roqueiras originais, como muralhas retangulares, torre de menagem quadrangular, cisterna e recinto da praça de armas, embora com intervenção posterior do período românico e gótico. No caso de estudo, o abandono do cume castelejo parece-nos ter sido precoce, pelo que a sua leitura é quase impossível.

Ajuda-nos a interpretação de Mário Barroca acerca do castelo de Trancoso, referindo que a Torre de Menagem de Trancoso não é apenas fruto de uma construção do românico, como lhe é atribuído. Pelo contrário, parece resultar do reaproveitamento de uma estrutura anterior, concebida para outras funções, que foi adaptada para Torre de Menagem pelos construtores do castelo românico[167]. Esclarece que a sua silhueta, tronco-piramidal denúncia a sua antiguidade, juntamente com caraterísticas tipicamente moçárabes, que permitem situar a sua construção no século X. Refere ainda o cariz arcaico da torre, que conseguiu sobreviver até aos nossos dias, por ter sido depois integrada dentro do perímetro do castelo românico, passando então a constituir a sua Torre de Menagem.

No caso das terras de Santa Cruz, permanece incerto o motivo que levou ao abandono dos montes defensivos e ao deslocamento para outras áreas de ocupação. Pondera-se uma situação semelhante ao caso do Castelo de Aguiar de Sousa (Paredes), que terá sido abandonado por volta do final do século XIII, motivado pelo desenvolvimento do julgado na restante extensão do território, eminentemente agrícola e pastoril[168]. Também em Santa Cruz, a justificação mais válida, continua a associar-se às fragilidades morfológicas da serra, pois, apesar da localização privilegiada e estratégica, o monte apresenta condições desfavoráveis para a continuidade de assentamentos humanos e prosperidade de atividades agrícolas - *um monte muito áspero e inabitável* -, como o caraterizou Francisco Craesbeek, em 1726.

Em contrapartida, a futura sede do concelho, localizada em Vila Meã, apresentava condições mais propícias: situada numa cota mais baixa, próxima a cursos de água, beneficiando-se de um clima mais ameno e da proteção natural do vale, descrito por Augusto Vieira um *"valle fertilissimo e risonho"*[169]. Em suma, elementos que favorecem a agricultura e a habitabilidade. Quanto aos montes de Santa Cruz, é provável que o castelo tenha sido destruído ou desmantelado após a saída dos seus ocupantes e simplesmente tenha caído em desuso e abandono ao longo do tempo.

165 *"deveria ser constituído pelos entalhes no cabeço granítico que deverão corresponder ao assentamento das estruturas que compunham propriamente a penela, com planta quadrangular demarcada nas rochas, não se excluindo a possibilidade de a estrutura ter sido feita com recurso a blocos pétreos, em detrimento da madeira."* - VALDEZ-TULLETT, Joana- Périplo pelo Património Arqueológico de Amarante (2010), pp. 27 - 28

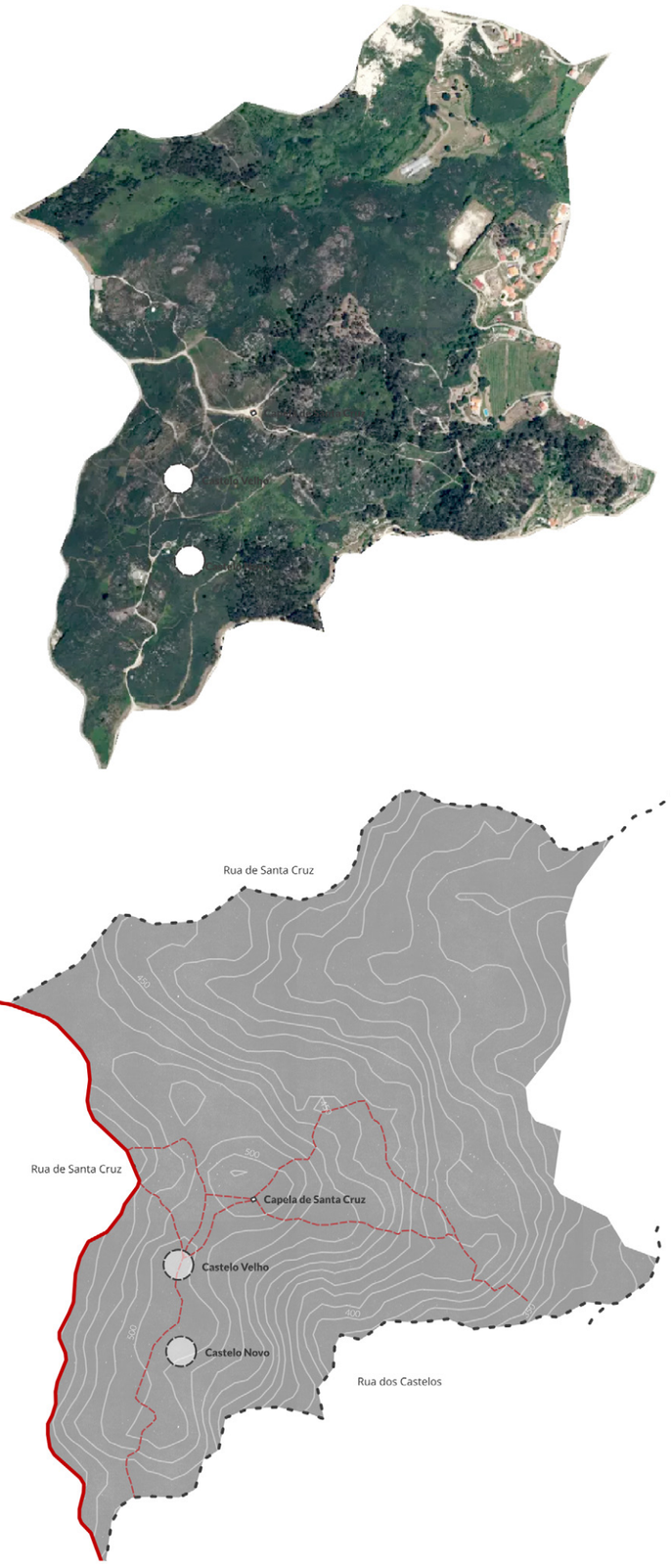
166 idem

167 BARROCA - Do castelo da Reconquista ao Castelo (1991), p. 96

168 MACHADO, Rosário - Rota Do Românico. Volume 3 (2008), p. 102

169 VIEIRA, Augusto - O Minho pitoresco (1886), p. 423





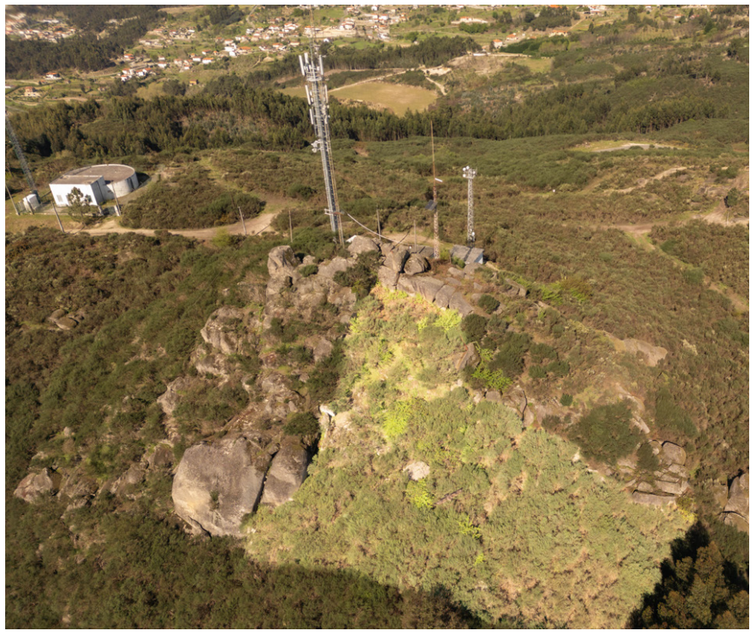

Mapa 18 - Mapeamento dos castelos, capela de Santa Cruz e toponímia

2.5

VISTA AÉREA DO CASTELO VELHO DE SANTA CRUZ
COM PERÍMETRO CIRCULAR CAUSADO PELA EROSÃO NATURAL

2.5

O CASTELO ROQUEIRO



VISTAS AÉREAS E DEMARCAÇÃO DO POSSÍVEL
PERÍMETRO DO CABEÇO CASTELEJO

PORMENORES DA "TORRE" E DEGRAUS IDENTIF-
CADOS PELO ARQUÓLOGO JOSÉ DE PINHO

VISTA AÉREA E DEMARCAÇÃO DA POSSÍVEL
MURALHA LATERAL COM "VARANDA"

EM CIMA, VISTA DO PAVIMENTO QUE  UNE OS DOIS CASTELOS
EM BAIXO, PORMENORES DAS "PIAS E DORNAS"
(COM VISTA PARA O CASTELO NOVO NO FUNDO)

No mesmo monte, encontra-se uma capela homónima, conhecida como Capela de Santa Cruz, que não está, até à data, catalogada na DGPC. Na fachada, um brasão com armas de D. João V confere-lhe um ar solene, e confirma que a construção deve datar do século XVIII. A sua orientação conduz o pórtico de entrada para leste e o altar para poente, uma configuração que não conseguimos justificar logicamente, porque contraria o acesso natural do trajeto até ao cume onde se insere. Durante muito tempo, a Capela também manteve as suas portas abertas. Atualmente, apenas as janelas permanecem desprovidas de qualquer caixilharia, conferindo-lhe um aspeto de verdadeira capela selvagem, no ermo do monte.

Como exposto anteriormente, o topónimo "Santa Cruz" está presente em muitas localidades de Portugal, inclusive em situações de encastelamento semelhantes ao caso de estudo, como Santa Cruz de Arcos de Valdevez, ou Santa Cruz de Vilariça. O termo parece estar relacionado com a reconquista e a formação da nacionalidade portuguesa, mas associam-se-lhe também raízes religiosas, com o despertar do cristianismo, durante o período de expansão cristã. Pode também derivar de igrejas ou santuários dedicados à Cruz e, por esse motivo, alguns locais preservam outros topónimos como Cruzeiro ou Igreja Velha (normalmente referindo-se à igreja Matriz, que antecede a Igreja Paroquial Nova).

Na bibliografia local, constatou-se uma associação intrigante entre a Paróquia de Real e uma Ermida nos Montes de Santa Cruz: *"A razão do primitivo nome deve estar relacionada com a existência de uma Ermida, muito remota, que viria a servir de Paróquia. Referem as Inquirições [1258]: Ecclesie Sancti Salvatoris ejusdem loci* [igreja São Salvador deste lugar]"[170]. De seguida, o autor faz a seguinte alusão: "*Ainda hoje se podem observar no Monte de Santa Cruz vestígios de uma edificação*"[171]. Esta associação aparenta ser falaciosa, primeiramente se considerarmos a distância que separa a Igreja do Salvador de Real (ou Igreja Velha) e a Capela de Santa Cruz (cerca de 2,5 km) mas, sobretudo se considerarmos que a cronologia da Igreja de Real aponta uma edificação apenas no século XIV, ou seja, posterior às Inquirições. Ainda assim, este assunto foi suficiente para despertar o nosso interesse. Recordemos que Augusto Vieira tinha feito alusão a uma *"ermida e fortaleza no monte de Santa Cruz, que deu o título ao antigo concelho"*[172], mas, certamente, estaria já a referir-se à capela atual, erguida no século anterior à sua passagem.

Não foi possível enumerar nenhum topónimo, antigo ou atual, relacionado com "Ermida", a não ser o caso de "São Romão da Ermida"[173], antigo nome da freguesia de Carvalhosa (hoje, Banho e Carvalhosa). Curiosamente, este local preserva a toponímia de uma Rua da Ermida, próxima dos já mencionados assentamentos não identificados no Monte de Banho e Carvalhosa. Porém, todas estas localizações são consideravelmente distantes umas das outras, não parecendo haver uma correlação direta entre elas, mesmo que todos os elementos inquietantes estejam presentes - Santa Cruz, Igreja Velha (Real) e Rua da Ermida. Acreditamos que falta uma peça-chave que justifique a verdadeira atribuição do nome de "Santa Cruz" ao monte e, mais tarde, ao concelho.

Atualmente, a Capela de Santa Cruz insere-se na freguesia de Louredo, que é servida pela Igreja Paroquial - um edifício de construção recente, com cemitério, localizado na cota mais baixa da freguesia. Os dois edifícios comportam escalas semelhantes, apesar de orientações opostas, e têm visibilidade entre si. Não foi possível obter esclarecimentos acerca da Capela de Santa Cruz, à exceção de que permanece em desuso, tendo sofrido algumas obras de manutenção em 2015, quando, alegadamente, as imagens do altar-mor foram transferidas para a Igreja Paroquial. Provavelmente, o templo antigo foi substituído pela Igreja Nova, porque exíguo, ou por nunca ter chegado a haver qualquer relação entre os dois, insinuando um carácter menos teológico à capela de Santa Cruz.

No terreno, elementos evocativos sugerem uma estrutura retangular de pequenas dimensões, caracterizada por um empilhamento, com vestígios de muro e pedras com cavidades e pia. Esta estrutura está perfeitamente alinhada com o caminho que dirige à Capela de Santa Cruz, mais visível nas imagens satélite de 2018 e drone, mas tal pode não passar de uma mera coincidência. Na ausência de referências bibliográficas, estas interpretações permanecem especulativas, mas decidiu deixar-se o apontamento.

170 Nas mesmas Inquirições, é citado, o lugar de Rial, o que confirma que a referida Paróquia de São Salvador era mesmo a de Real. Aliás, se tal não fosse suficiente, as próprias Inquirições de 1220 denominavam a Freguesia de São Salvador de Rial. ANÉGIA (Coord.) - Amarante: uma história entre a ponte e a natureza (1997), p. 174

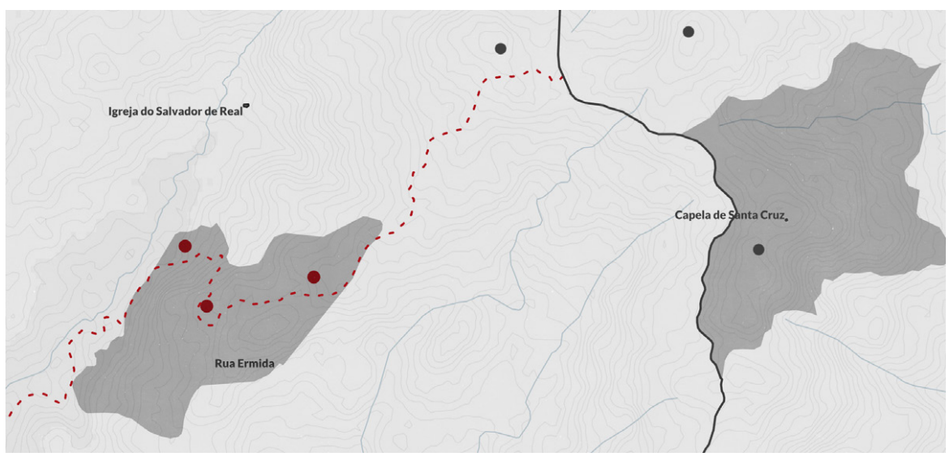
171 idem

172 VIEIRA, Augusto - O Minho pitoresco (1886), p. 423

173 Consultar **Apêndice 6.**

CAPELA DE SANTA CRUZ
COM OS SEGUINTES PORMENORES:
TRAJETO;
BRASÃO DE D. JOÃO V;
VISTA TRASEIRA;
FOTO AÉREA COM OS DOIS CASTELOS
NO FUNDO;

**Mapa 19 - Mapa esquemático entre a distância da Capela de Santa Cruz e a Igreja do Salvador de Real**



# 2.5

CAPELA DE SANTA CRUZ
E POSSIBILIDADE DE UMA ERMIDA MAIS ANTIGA OU ASSENTAMENTO GRANÍTICO, SUGERIDO PELO ALINHAMENTO DO TRAJETO E ENTALHES NO BLOCO GRANIÍTICO.

O CASTELO ROQUEIRO

2.5

Foi possível compreender que o castelo de Santa Cruz deveria fazer parte de uma corda defensiva ancestral, que englobaria outras estruturas castelares próximas.

Na mesma margem de Santa Cruz, destacam-se o castelo de Arnóia (Celorico de Basto), o Alto do Castelo (Penafiel), Castelo de Aguiar de Sousa (Paredes) e, possivelmente, alguma estrutura em Vila Boa de Quires (Marco de Canaveses). Questiona-se a freguesia de Castelões (Penafiel), pela sua toponímia sugestiva, mas sem identificação bibliográfica ou motivos geográficos para uma ocupação precoce. Na margem oposta, o monte cónico de Carvalho de Rei (Amarante), Castelo de Cotos, (Várzea, Marco de Canaveses) e o Monte do Castelo (Penha Longa, Marco de Canaveses). É muito provável que existam outros, que não foram encontrados a tempo desta publicação.

Tratam-se de estruturas defensivas, artificialmente construídas no aproveitamento de cumes graníticos, associados ao evento da Reconquista. No geral, os espaços interiores destas estruturas, agora praticamente desaparecidos, deveriam ser reduzidos, de forma a facilitar a defesa do reduto e a reduzir esforços de construção[174]. Barroca faz a diferenciação entre "castellos", estruturas mais complexas, e "penellas", estruturas menores construídas entre rochas. Conceptualmente, um castelo traduz-se como sendo uma *"estrutura amuralhada rodeando um pequeno pátio, servindo de abrigo a uma guarnição militar, que tem por missão velar pela segurança de um território vasto"*[175]. Deveria tratar-se de construções rudimentares, com muros pouco elaborados, procurando aproveitar, sempre que possível, as facilidades concedidas pelas condições geomorfológicas do terreno para defesa[176]. As "penellas", por sua vez, implantam-se diretamente na cota mais alta, privilegiando o campo de visão natural e o aproveitamento de batólitos graníticos para apoio das muralhas, diminuindo assim o esforço de construção[177]. Acrescenta que as "penellas", podem ser equiparadas aos castelos roqueiros do Entre-Douro-e-Minho, como sendo um dos primeiros tipos de incastelamento que se verifica em Portugal, e corresponde às iniciativas dos próprios populares para a manutenção da sua segurança, no âmbito do conturbado período da Reconquista[178].

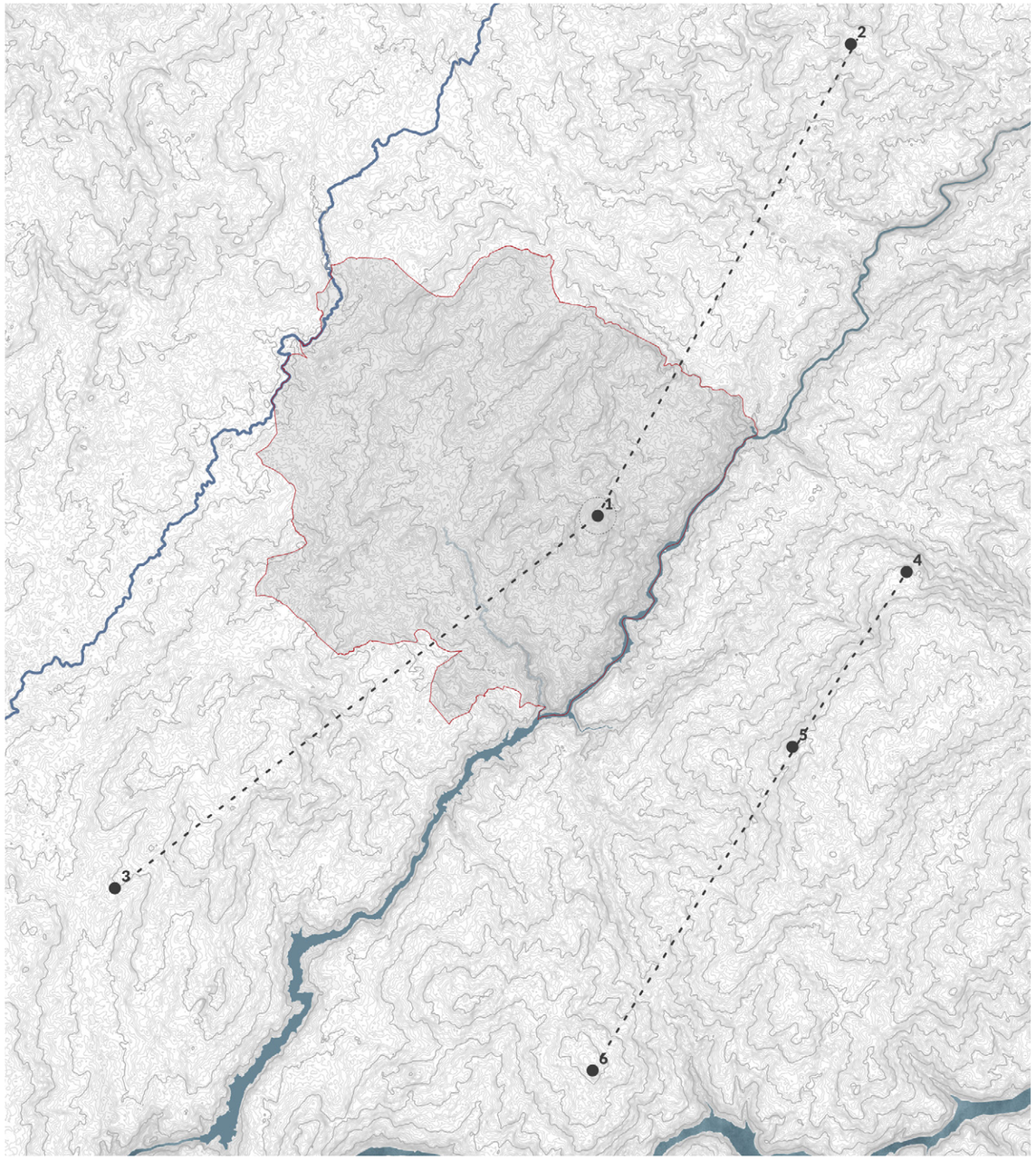
Esta distinção permite inferir que, embora ambos os termos se refiram a fortificações, "castello" possa denotar uma construção de maior envergadura arquitetónica, como as torres observadas em Trancoso, e os exemplos apresentados no mapa da corda defensiva, à exceção do Castelo de Arnoia que também teve intervenções no românico. Contudo, a diversidade de fortificações na época não se limitava apenas a estas categorias, indicando uma variedade mais ampla de estruturas defensivas, no final do século X e início do século XI.

Em todos os casos, o legado destas fortificações relembra a engenhosidade civil e militar, que pode passar despercebida ao observador comum, mas que não se esconde e inspira a reconhecer as marcas indeléveis da intervenção humana na paisagem.

| 1. | 2. | 3. | 4. | 5. | 6. |
|---|---|---|---|---|---|
| 502-512 m | 594 m | 289 m | 453 m | 543 m | 874 m |
| Castelo(s) de Santa Cruz | Castelo de Arnoia | Torre do castelo de Aguiar de Sousa | Castelo Carvalho de Rei | Castelo de Cotos | Castelo roqueiro na Serra das Montedeiras |
| Amarante | Celorico de Basto | Paredes | Amarante | Várzea | Marco de Canaveses |
| | | | | Marco de Canaveses | |

174 BARROCA, Mário - Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal 2004, pp. 90 - 95
175 idem
176 idem
177 BARROCA, Mário - Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (1990/91)
178 idem






**Mapa 20 - Mapa da corda defensiva casteleja**

0 2,5 5 km

N

| | |
|---|---|
| Escala | 1:150 000 |
| DEM | ASTER GDEM (Isolinhas 10 e 100 m) |
| Rede hidrográfica | DGT |
| Mapeamento pontos | Gerado pelo QGIS (autora) |
| Contorno do concelho | Gerado pelo QGIS (autora) |

# O MUNDO MITOLÓGICO

*"Belche notou que, no que se referia à falta de ambição da população de S. Salvador, actuavam aí dois comportamentos de projecção. Primeiro eram os mitos, muito fortes ainda, e que incluíam os espíritos, os fantasmas e certo número de decrenças curativas. Abundavam os curandeiros, espécie de agressividade desviada que se integrava no ritmo normal da sociedade."*[179]

Neste pequeno capítulo, procurou dar-se nota sobre algumas lendas e mitos locais, reconhecendo que, embora não substituam a história documentada, são narrativas cujo contributo é integrante para a identidade comum. Enraizadas num simbolismo comunitário e transmitidas oralmente, de geração em geração, ou através de meios informais, oferecem perspetivas alternativas que transcendem a materialidade física e carregam em si fragmentos de alguma realidade possível, ou distorcida, que resiste ao tempo e à mudança. Assim, tentou-se ilustrar, de forma abstrata, o que não pode ser representado rigorosamente.

Começando pelo monte de Santa Cruz, as lendas associadas a penedos, ouro e passagens subterrâneas até ao rio, povoam o imaginário local. Tiveram tal presença que levaram o arqueólogo José de Pinho a ter de escrever o seguinte: *"que foi um pequeno castro não existe dúvida; tudo no-lo diz: a forma, o nome, a lenda, que aqui, como em estações idênticas, tudo atribui a mouros e mouras encantadas, sem esquecer o tal caminho subterrâneo até ao rio, neste caso forrado de ouro pela crendice popular"*. Apesar da aparente descrença, complementa: *"porém, se isto não fosse bastante, lá temos os seixos rolados, que só podiam vir do Tâmega, que tão distante corre, número suficiente de fragmentos de uma cerâmica grosseira, mas característica, que os ciprianistas põem a descoberto nas suas escavações noturnas à cata de tesouros"*[180]. É verdade que o lugar foi alvo de inúmeras escavações ilegais, certamente motivadas pela lenda. Ainda sobre o lugar do Castelo Velho, narram-se outras histórias sobre a lenda do Penedo da Moura, o Penedo da Janela, o Penedo da Cabrita e o curioso Penedo da Gruta, a que, segundo consta, um habitante colocou uma porta, servindo para armazém de materiais de lavoura e a que o povo chamou de "açougue dos mouros".

Várias lendas estão associadas a penedos, talvez porque estas formações rochosas, com a sua imponência ou formas incomuns, evocam a um sentido de mistério e admiração. Talvez por parecerem eternas e inalteradas pelo tempo, o que as torna perfeitas para histórias de tesouros escondidos ou eventos místicos. Por exemplo, no lugar chamado Felgueiras, pertencente à freguesia de Mancelos, circula a lenda do Penedo dos Namorados, onde se diz que houve ouro escondido, acessível apenas àqueles que conseguissem ler, integralmente, o Livro de São Cipriano. Uma lenda semelhante conta-se relativa ao Monte de Santa Marinha, em Aião. Não muito distante, em Vila Boa de Quires, permanece associada ao Penedo da Pegada a lenda das Sete Senhoras, que ainda se acha muito presente na freguesia. Emília Monteiro, num pequeno livro alusivo a Vila Boa de Quires, explica que *"na ladeira Vilabonense do Castro de S. Domingos situa-se o Penedo da Pegada, sítio onde Nossa Senhora apareceu aos pastorinhos que, inocentes, a correram à pedrada, tendo Ela optado por refugiar-se no monte onde hoje se venera, na Senhora da Graça (em Mondim de Basto)"*[181].

No centro histórico de Amarante, são famosas as lendas de São Gonçalo, o casamenteiro, ou a Lenda dos Diabos, mas também circulam mitos sobre presumíveis túneis subterrâneos, localizados por baixo do mosteiro de São Gonçalo, onde, conforme diz a lenda, estará enterrado o próprio São Gonçalo, num túnel que vai dar ao rio Tâmega. Mistérios que permanecem vivos entre a população e levam os curiosos em perigosas expedições, que não desistem de encontrar pistas, porém, até hoje, sem sucesso. No Marco, a lenda da Senhora Santa Maria ilustra a resistência da imagem sagrada contra a sua vontade, justificando, assim, a estranha escolha para a construção da Igreja de Santa Maria de Sobretâmega. Segundo se conta, a igreja, atribuída à Rainha D. Mafalda, após 1320, foi erguida onde a Senhora "escolheu" permanecer, próximo à margem do rio, depois de fugir repetidamente para uma árvore próxima, desafiando os esforços para mantê-la na antiga igreja matriz.

Em Real, são raros os testemunhos que expliquem a existência de um conjunto de cruzes  num outeiro próximo da Igreja Paroquial. Ao recuar nos relatos populares, percebe-se que o significado do Alto das Cruzes ultrapassa as quatro cruzes (antes cinco). Na primeira metade do século XX, acreditava-se que o local era um Calvário, onde terminava a Via-Sacra e eram deixadas velas em montinhos de terra ou pinhas, com igual devoção. Contudo, o local continua a intrigar a população, que conta histórias ligadas ao mítico Zé dos Telhados e às suas histórias de pilhagens.

Estas são apenas algumas das lendas que escolhemos enumerar. Cada uma serve como uma lembrança de que, por vezes, as verdades de um povo residem não só nos artefactos materiais, mas nas histórias que sobrevivem ao esquecimento, por serem as únicas fontes remanescentes sobre certos patrimónios, naturais ou construídos. Mesmo na ausência de evidências, uma versão da verdade persiste, imortalizada na memória coletiva. A ausência de evidências não é sinónimo da ausência de verdades. O ato de estar no mundo e habitá-lo transcende, também, a funcionalidade linear, envolvendo cenários simbólicos, forças e energias que qualificam a identidade cultural. O espaço, palimpsesto, celebra-se e reflete uma forma de glorificação, que revitaliza e confere um novo significado a espaços religiosos, da natureza e cenários mitológicos.

Mapa 21 - Mapa miniatura de alguns lugares associados a lendas

179 BESSA-LUÍS, Agustina [1980] - O Mosteiro, p. 143
180 PINHO, José - Castros do Concelho de Amarante (1979), pp. 17 - 20
181 MONTEIRO (1978), p. 48 op. Cit Planta de Salvaguarda do Marco de Caneveses

# BIBLIOGRAFIA PARTE II


ABREU, Alexandre Cancela - Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal, Universidade de Évora, Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico; coord. Alexandre Cancela d'Abreu; Volume II, Grupos de Unidades de Paisagem A-E (Entre Douro e Minho a Douro), 2004

ALMEIDA, Fernando - Apontamentos sobre toponímia portuguesa, Toponímia portuguesa, 2020

ALVES, Jorge - Marco de Canaveses, entre o Douro e o Tâmega : observação de uma rede de lugares centrais, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto [Dissertação de Mestrado], 2019

ANÉGIA (Coord.) - Amarante: uma ponte entre a história e a natureza / coord. Paulino Gomes Ed. ANÉGIA, 1997

ANÉGIA (Coord.) - Marco De Canaveses: Entre Douro e o Tâmega, onde começa o Marão, coord. Paulino Gomes Ed. Enégia, 1997

BARROCA, Mário Jorge - Aspectos da evolução da arquitectura militar da Beira Interior, in Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior. Guarda, 2000

BARROCA, Mário Jorge - Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)". Portugália, Nova Série, Vol. XXV, 2004

BARROCA, Mário Jorge - Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)", Portugália, Nova Série, Vol. XI - XII, 1990/91

BESSA-LUÍS, Agustina - Contos Amarantinos, Primavera, Edições Asa, 1992

BORGES, Anabela - Amaranthine, Ed. Busílis, 2023

CARDEIRA, Esperança; FERNANDES, Maria Alice - Notas sobre toponímia portuguesa medieval, in revista Galega de Filoxia, Monografia 11, 2017

COELHO, Armando - A evolução do habitat castrejo e o processo de proto-urbanização no Noroeste de Portugal durante o I milénio a. C., Ed. Porto : Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1995

COSTA, A. Carvalho da - Do concelho de Santa Cruz de riba Tâmega, in CARDOSO, António (ed.), Marânus, Antologia de textos sobre Amarante: a terra e as gentes, Câmara Municipal de Amarante, 1979

CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra - Memórias ressuscitadas da província de Entre Douro e Minho no ano de 1726, Ed. Carvalhos de Basto, 1993

DIAS, Ana; GARRIDO, Carla; CALIX, Teresa - As secções do vale em Caldas do Moledo: a metamorfose do lugar e do tempo nas paisagens arquitectónicas do Douro, Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura, de Arquitetura, in Revista de Morfologia Urbana, Porto, 2018

DIONÍSIO, Sant'Anna - Guia Portugal - 4° Volume (T.1): Entre Douro e Minho I - Douro Litoral (3ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian, 2003

FERNANDES, A. de Almeida - Toponímia Portuguesa: exame a um dicionário, Arouca, 1999

FERNANDES, Antóntio. - Felgueiras de Ontem e de Hoje, Edição da Câmara Municipal de Felgueiras, 1989

MACIEL, João - O lugar e a quinta de Vila Meã, do território ao edificado : ideias para uma intervenção /João Pedro Candeias Gomes Maciel Meira ; Prof. responsável Marta Oliveira [dissertação de mestrado]

LEAL, Pinho - Portugal Antigo e Moderno, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho) & FERREIRA, 1886

MARQUES, Bernardo; PEDROSA, António; PEDROSA, Fátima - Apresentação Geográfica do Concelho de Amarante, in Entremuros, N° 1, 1990

MATTOSO, José; BELO, Duarte; DAVEAU Suzanne – Portugal: O sabor da Terra, ed. Temas e Debates, 2011

PASCOAES, Teixeira de - Canção duma Sombra, as Sombras [1907], ed. Assírio & Alvim, 1996

PATRÍCIO, António - Lendas de S. Gonçalo e de Amarante - Paróquia de S. Gonçalo, 2011

PEDRO, António - Adeus Tâmega, Adeus rio, Adeus Amarante!, 1997

PINHO, José de - Castros do Concelho de Amarante, in CARDOSO, António (ed.) - Marânus: Antologia de textos sobre Amarante, a terra e as gentes. Amarante: Câmara Municipal de Amarante, 1979

Plantas de Salvaguarda Territorial. Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 2015

PORTELA, Helena - Necrópoles romanas do concelho de Amarante e o caso de Real (Vila Meã) in Amarante in I Congresso Histórico de Amarante: Actas 98, Volume III Património, Arte e Arqueologia, 1998

SILVA, Isabel (Coord.) Dicionário Enciclopédico das Freguesias de Portugal. 1° volume: Braga, Porto, Viana do Castelo. Ed. Minha Terra, 1996

SILVA, João - Castros, Castelos, Torres E Seus Sucedâneos in Amarante in I Congresso Histórico de Amarante: Actas 98, 1998

SILVA, Pedro - Povoamento Proto-Histórico do alto Tâmega: as mudanças do I milénio a.C. e a resistência do substrato indígena, Ed. Porto: Universidade do Porto. Faculdade Arquitetura [Dissertação de Mestrado], 2012

SOEIRO, Teresa - Monte Mozinho: Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana, Museu Municipal de Penafiel, 1984

SOEIRO, Teresa - Penafiel: o Tâmega de ontem, Penafiel: Boletim Municipal de Cultura, Penafiel. 3ª série, 1987

VALDEZ-TULLETT, Joana - Périplo pelo Património Arqueológico de Amarante: Resultados de um projecto de investigação, 2010

VIEIRA, José Augusto - O Minho Pittoresco: Illus. de João de Almeida, Livraria A.M. Pereira, Minho, 1886

ZILHÃO, João - Portugal na Idade do Gelo: Territórios e Habitantes, ed. Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2023


**Webgrafia**


https://eco.sapo.pt/2024/02/16/supremo-decide-estado-obrigado-a-pagar-218-milhoes-a-edp-por-causa-do-fridao/
https://www.cm-penafiel.pt/visitar-penafiel/monumentos/monumentos-nacionais/anta-da-portela/
https://www.cm-baiao.pt/viver/cultura-e-patrimonio/conjunto-megalitico-da-serra-da-aboboreira/#conjunto-megalitico-contactos
https://www.infopedia.pt/dicionarios/toponimia/Alvim
https://www.tongobriga.gov.pt/
https://www.viasromanas.pt
https://www.museuddiogodesousa.gov.pt/
https://amarantetourism.com/poi/mosteiro-de-sao-martinho-de-mancelos/
https://www.rotadoromanico.com/pt/monumentos/igreja-do-salvador-de-real/
https://www.cm-lousada.pt/pages/659

# PARTE III

ENTRE O TERRITÓRIO E O PODER

*"É o poder que permite formatar, delimitar e alargar os territórios, estruturando-os e adaptando as necessidades das comunidades que os habitam ou que a eles chegam por descoberta, invasão ou conquista. A sua apropriação e uso é condição e reforça como espaço geográfico dominado e de estruturação que os configura, organiza e mação e de poder"*[182]



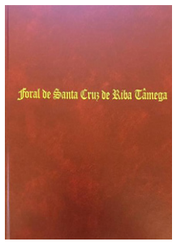


| Séc. XI | 1070-1130 | 1131 | 1143 | Século XII-XIII | 1220 e 1258 | 1513 | 1573 - ? | 1826-1834 | 1834 | 1836 | 1855 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início da Reconquista Cristã e fortalecimento do Condado Portucalense. | Administração inicial das Terras e Julgado de Santa Cruz. D. Mem Viegas de Sousa atua como castelão. Data desconhecida para a fundação do Mosteiro de Travanca. | Privilégios ao Couto de Mancelos concedidos por D. Afonso Henriques. | Reconhecida a independência de Portugal através do Tratado de Zamora. | As paróquias são formalmente organizadas, respondendo à necessidade de uma vida eclesiástica e comunitária mais estruturada. | Inquirições Gerais Afonsinas, com primeiras menções a Vila Meã. Confirmação das paróquias existentes, que se alinham em grande parte com a rede atual. | Foral Manuelino concedido a Santa Cruz de Riba Tâmega por D. Manuel I. | Provável data para a construção do pelourinho primitivo e, mais tarde, para a Casa da Câmara e Tribunal. | Guerra civil entre D. Pedro (liberais) e D. Miguel (absolutistas) pelo trono de Portugal, resultando na vitória de D. Pedro e na implementação de reformas liberais. | Convenção de Évora Monte. Decreto de D. Pedro que extingue as ordens religiosas masculinas e nacionaliza os seus bens, vendendo-os até 1843. | Reforma administrativa de Passos Manuel que reduz o número de concelhos no distrito do Porto de 53 para 20. Santa Cruz de Riba Tâmega sobrevive a esta reforma. | Extinção oficial do concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega. |

182 FADIGAS, Leonel – Território e Poder Local (2017), p. 54

# O PODER LOCAL

*"A conceção de um território como uma área delimitada sob o domínio de um grupo, como um estado, é um conceito historicamente construído. Existiram alternativas na forma de estruturar a relação entre o local e o poder, que foram combinadas de várias formas, denominadas com diversos termos, apoiadas ou contestadas, e percebidas de maneira distinta."*[183]




As vicissitudes administrativas no concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega prosseguiram numa intrincada relação entre território e questões de poder.

Segundo Stuart Elden, compreender o território implica distinguir os termos *land*, referindo-se à terra, numa relação de propriedade, com natureza político - económica, onde existe competição pelo recurso finito; e *terrain*, referindo-se ao terreno, por outro lado, numa relação de poder e de controlo sob um espaço específico, muitas vezes com uma conotação estratégica ou militar, como um campo de trabalho ou batalha. Elden aprofunda esta distinção, introduzindo o conceito de território, que engloba ambas as qualidades da terra e do terreno, mas também as ultrapassa, representando uma entidade que é tanto o palco, quanto o objeto de disputas[184]. Assim sendo, o território como instrumento político esteve sempre associado às suas características físicas e recursos, mas também às dinâmicas de poder que o modelam, requerendo uma análise da interação entre terra (recurso) e terreno (espaço de poder) na sua formação e gestão[185].

No Norte Peninsular, depois das turbulências sentidas com as invasões muçulmanas e do prelúdio da vigorosa Reconquista Cristã, já robusta durante o século XI, nasceria a criação do Condado Portucalense, sob auspícios do Reino de Leão. A proclamação da independência de Portugal em 1143, por meio do Tratado de Zamora, conferiu ao Norte um papel central no recém-formado reino, consolidando a identidade nacional através da expansão territorial para Sul.

A concessão de forais por D. Afonso Henriques formalizou ainda mais a relação entre terra e poder. Um foral, ou carta de foral, como pode ler-se no Dicionário de História de Portugal, é *"um diploma concedido pelo rei, ou por um senhorio laico ou eclesiástico, a determinada terra, contendo normas que disciplinam as relações dos seus povoadores ou habitantes entre si e destes com a entidade outorgante"*[186]. Os forais não só codificavam o uso e a propriedade da terra, como também reforçavam a autoridade do monarca ou senhorio sobre o terreno, demarcando o território sob a sua jurisdição.

No caso de Santa Cruz de Riba Tâmega, tem-se conhecimento de um foral concedido por D. Manuel I, a 1 de Setembro de 1513[187]. Assim como outros Forais Manuelinos, o de Santa Cruz detalha principalmente os deveres dos moradores das suas freguesias. Embora este seja o único foral conhecido, é muito provável que tenha existido um outro mais antigo que, seguramente, registou o estatuto político deste concelho, atribuído por um dos nossos primeiros reis. O presumível é que o primeiro foral se tenha perdido, talvez durante o terramoto de 1755, como aconteceu com muitos outros[188]. Repare-se que o Foral Manuelino contém algumas referências que comprovam a existência de um documento régio (tombo) mais antigo como, por exemplo, uma passagem alusiva às *lutosas* na freguesia de Caíde de Rei: *"Nesta freguesia se pagará por cada um destes caseiros encabeçados de lutosa dez bragais, segundo se mandou pagar pelo foral antigo da nossa Torre do Tombo"*; e ainda referente ao mesmo imposto: *"além das lutosas que atrás declarámos na freguesia de São Pedro de Caíde achamos mais nos ditos tombos antigos que se mandou pagar lutosa nesta terra de Santa Cruz."*[189].

183 *"The idea of a territory as a bounded space under the control of a group of people, usually a state, is therefore historically produced. Other ways of organizing the relation between place and power have existed, were combined in diverse ways, labeled with multiple terms, argued for and against, and understood differently."* ELDEN, Stuart - The birth of territory (2013), p. 322

184 idem

185 idem pp. 322 e 323

186 SERRÃO, Joel - Dicionário de História de Portugal (2006), p. 23

187 Foral de Santa Cruz de Riba Tâmega, Câmara Municipal de Amarante, 2008 [Consultada cópia no arquivo local]

188 Em contacto recente com a Torre do Tombo, foi-nos dito que não foi possível encontrar referência alguma à existência do foral no Índice da Chancelaria de D. Afonso II, onde se encontram registados outros forais antigos. É provável que o foral de Santa Cruz tenha desaparecido durante o terramoto de 1755, como tantos outros documentos que se encontravam na Torre do Tombo ou então que por lá ande perdido entre os muitos documentos que aí se guardam." QUEIROZ, António - Nota ao Foral da Terra e Concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega (2011) [https://vila-mea.webnode.pt/]

189 idem



O foral concedido por D. Manuel I incluia as freguesias de Ataíde, Caíde de Rei, Castelões, Ermida (hoje, Santa Cristina de Figueiró), Louredo, Oliveira, Passinhos (hoje integra Vila Caiz), Recezinhos, Real, Travanca e Vila Caiz. Curiosamente, este foral não menciona algumas freguesias que, segundo o 'Cadastro do Minho de 1527', também integravam o concelho. Entre elas estão as freguesias de Fregim, São Veríssimo, São Tiago de Figueiró, Banho, Toutosa, Aião e Vilar[190]. Também foram omitidas Mancelos (por pertencer a couto) e partes de Freixo de Baixo (que tinha 15 moradores de Santa Cruz em 1527). Salienta-se ainda a ausência de duas freguesias: Carvalhosa, então chamada São Romão de Ermida, e Santo Isidoro, erroneamente transcrito como *Santo Sinhos*, um nome inexistente[191].

A administração inicial das terras de Santa Cruz de Riba Tâmega é atribuída a D. Mem Viegas de Sousa (1070-1130), que terá exercido funções de *castelão* no castelo de Santa Cruz[192]. Este título implica um cargo governativo na gestão do castelo, mas também a supervisão das áreas circundantes, sugerindo que o castelo ainda podia desempenhar um papel ativo na defesa e na administração local, durante este período instável, ainda que fosse apenas um local de vigia[193].

Portanto, é plausível que um dos nossos primeiros reis tenha outorgado o primeiro foral às terras de Santa Cruz, ainda que com uma configuração discrepante da versão de 1513. Poderá atribuir-se a D. Afonso Henriques e ao seu longo histórico de concessão de forais (cerca de 86) como forma de organização dos territórios sob o seu domínio. Sabe-se que o Rei terá passado pela região de Santa Cruz, hospedando-se no lugar do Paço, na freguesia de Aião, provavelmente aquando da batalha em Castelo Mau, *"rica em histórias de guerra, heróis e cavaleiros, serviu o seu território de campo de batalha no período da reconquista Cristã"*[194]. Além disso, D. Afonso Henriques atribuiu privilégios ao couto de Mancelos, em 1131, bem como às terras que lhe eram contíguas[195].

Independentemente disso, o registo de episódios bélicos e militares evidencia o papel efetivo das terras de Santa Cruz nas dinâmicas basilares da conquista política e territorial do Condado Portucalense, durante a transição para a independência e consolidação do território nacional. Tudo indica que o povoado medieval que teve origens no monte de Santa Cruz poderá, hipoteticamente, ter recebido um primeiro foral, que não sobreviveu até aos dias de hoje. Algures no espaço temporal entre este acontecimento e a atribuição do Foral Manuelino, em 1513, ficam algumas incertezas quanto à evolução da organização administrativa nas terras de Santa Cruz, sobretudo no que diz respeito à ascensão de Vila Meã a sede do concelho.

Pressupõe-se que a sede da terra e posterior julgado tenha descido do cabeço castelejo ao lugar de Vila Meã, mas durante muito tempo não compreendíamos como esta transição se procedeu. Seguramente após a expulsão dos mouros, e com a linha de batalha a movimentar-se mais para Sul, deixou de haver necessidade de defesa do castelo. Assim, a premissa anteriormente referida parece justificar a descida dos altos montes em favorecimento de condições geomorfológicas mais estáveis e protegidas pelo vale, possivelmente motivada pela presença de algum núcleo primitivo em desenvolvimento.

190 Revisitar **Apêndice 1.**

191 QUEIROZ, António - Nota ao Foral da Terra e Concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega (2011) [ https://vila-mea.webnode.pt/products/nota-ao-foral-da-terra-e-concelho-de-santa-cruz-de-riba-tamega/]

192 FERNANDES, António - Felgueiras de Ontem e de Hoje, (1989), pp. 50 - 52

193 *"O rei D. Afonso Henriques, confirmaria D. Mem Viegas de Sousa como governador da terra, regalia extensível aos seus descendentes"* ANÉGIA (Coord.) - Amarante: uma ponte entre a história e a natureza (1997), pp. 66-67

194 *"(...) rica em histórias de guerra, heróis e cavaleiros, serviu o seu território de campo de batalha no período da reconquista Cristã. No lugar do Paço, um dos mais típicos da freguesia esteve hospedado D. Afonso Henriques"* TAVARES, Pedro – Felgueiras: 500 anos de Concelho, (2015), p. 77

195 FERNANDES, António - Felgueiras de Ontem e de Hoje, (1989), pp.50 - 52

# A LINHAGEM DOS ATAÍDES

*"Havia quatro gerações que as tias conheciam as famílias dos seus arredores, suas quedas, suas fraquezas, alguns segredos, e sobretudo a tara snobe que caracteriza tanto a burguesia provinciana."*[196]

Fundamentalmente, a escolha de Vila Meã como sede do concelho permaneceu um mistério até quase ao final desta investigação, uma vez que poucos fatores indicavam uma ocupação precoce ou a relacionavam a eventos históricos notáveis.

Como foi mencionado previamente, Vila Meã aparece referida pela primeira vez no início do século XIII, nas tão importantes Inquirições Gerais de 1220, ordenadas por D. Afonso II, como *"Villae Mediane, in ecclésie Sancti Salvatoris"*, referindo-se às vilas do meio na Igreja de Santo Salvador (em Real). As Inquirições funcionaram como inquéritos reais, que visavam auditar bens e direitos da coroa, fortalecendo o poder real e centralizando a administração, enquanto preveniam abusos sobre propriedades e jurisdições da coroa. Ora, assim sendo, neste caso confirma-se que o termo *"Villae Mediane"* já estaria em uso, associado a um conjunto incerto de várias "vilas", sendo cada uma delas derivação tardia de villa romana, isto é, unidades de habitação e produção situadas na Alta Idade Média, e que mais tarde evoluíriam para casais, quintãs e quintas pertencentes a uma comunidade.

A esta informação somam-se registos do tomo Primeiro da Corografia Portuguesa, de António Carvalho da Costa, aquando da descoberta de uma antiga torre na freguesia de Ataíde, pertencente a Vila Meã, presumivelmente, atribuível aos séculos XII ou XIII, que diz o seguinte: *"Aqui está a Quinta, & Casa de Ataíde, em que houve Torre, que se desfez , & he illustre solar desta illustre familia , descendente por varonía de Dom Moninho Viegas o Gasco, que ganhou o Porto, da qual he senhor Dom Manoel de Azevedo & Ataíde. Dom Martim Viegas de Ataíde foy o primeiro que asim se appellidou, por ser senhor destá Torre, & Casa, do qual defendem. (...) E toda esta Fregueíia foy Honra dos Ataídes."*[197].

Cerca de duas décadas depois, Francisco Craesbeeck retomaria o assunto, escrevendo: *"o autor da Corografia faz mençõo haver na freguesia huma torre que se desfez (...); e a quinta, que lhe pertence anda aforada a veradores, que pagam certos foros aos herdeiros de D. Manoel de Azevedo Athaíde, senhor hoje deste solar de Athaíde (...)"*[198]. De seguida, Craesbeeck situa a Torre e antiga Honra de Ataíde, fazendo-a corresponder à Quinta do Pinheiro, *"em que estava a Capella de Nossa Senhora"*[199].

O contributo destes autores é importantíssimo para a compreensão da evolução deste território, já que a família Ataíde foi uma das mais antigas e ilustres famílias da nobreza portuguesa. Os seus membros desempenharam papéis ativos na história de Portugal, participando na administração do reino, nas descobertas marítimas e na expansão ultramarina portuguesa. Apesar de algumas divergências entre historiadores sobre as origens exatas da linhagem, há um consenso de que o sobrenome Ataíde parece derivar efetivamente da freguesia de S. Pedro de Ataíde, pertencente ao antigo julgado de Santa Cruz de Riba Tâmega[200]. As Inquirições Gerais de 1258 revelam que Martim Viegas terá sido o primeiro senhor da Honra de Ataíde[201]. Mais tarde, o seu neto Gonçalo Viegas de Ataíde teve a senhoria da Honra, confirmada por D. Dinis, no ano de 1290[202].

As referências históricas indicam que os descendentes desta família possuíam várias propriedades e detinham direitos de padroado, incluindo diretamente os mosteiros de Mancelos, Freixo e Bustelo, *"mas a presença dos de Ataíde estava referenciada com outras freguesias do julgado de Santa Cruz, como em S. Martinho de Recezinhos (um casal), em S. Paio de Oliveira (um casal dos cavaleiros de Ataíde), em S. Salvador de Real (dois casais e uma quintã), em S. Romão de [Banho e Carvalhosa] (um casal), em*

196 BESSA-LUÍS, Agustina [1948] - Mundo Fechado, p. 47

197 COSTA, António Carvalho da, [1650-1715] Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, Tomo 1, CAP. XXV. Do Concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega (1706-1712), pp. 129-133

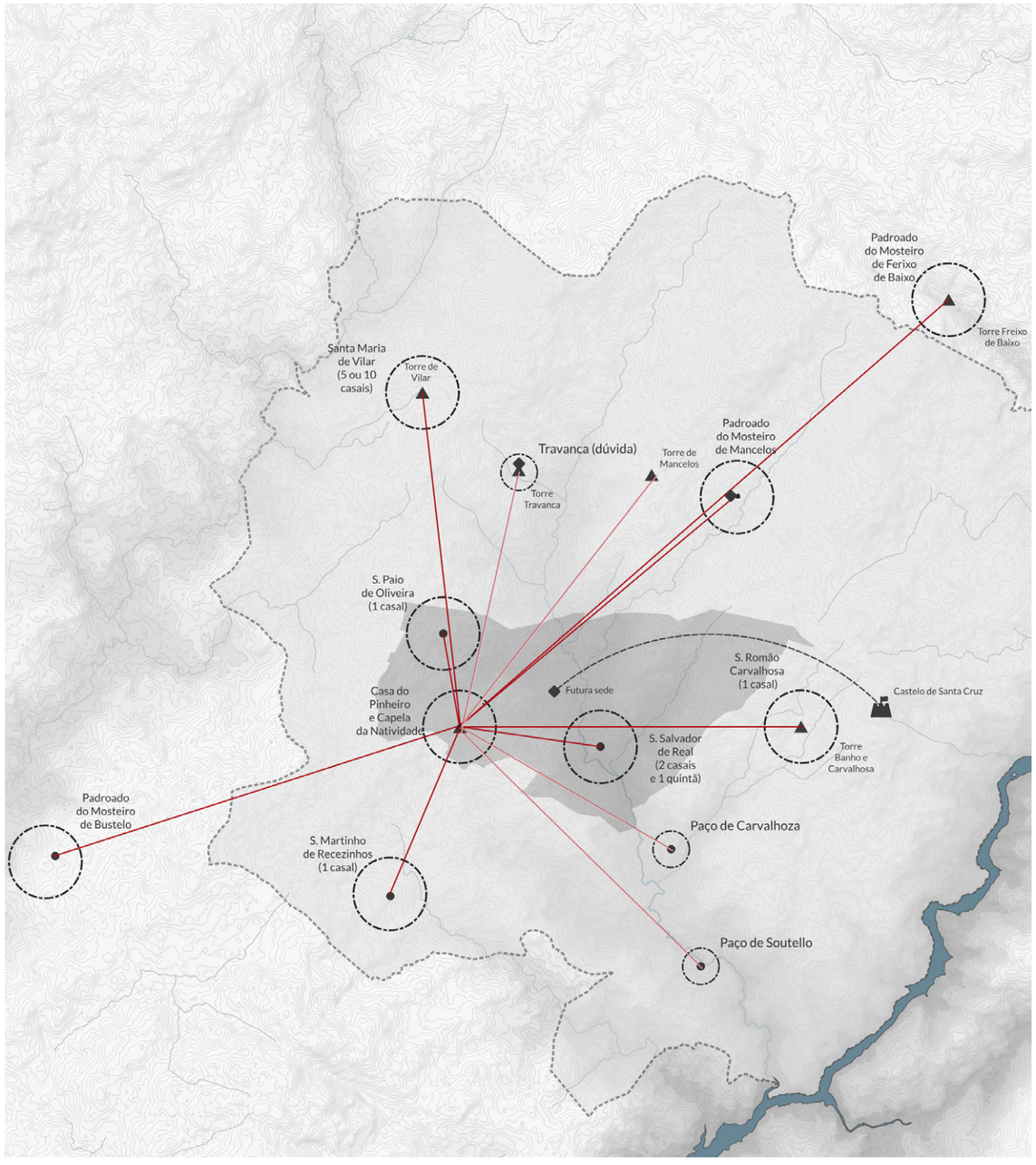
198 Consultar **ANEXO 6**. CRAESBEECK, Francisco - Memórias ressuscitadas da província de Entre Douro e Minho (1726), p. 158

199 idem

200 Op. Cit SEIXAS, Miguel Metelo de; Teles, João Bernardo Galvão (2008-01-01). "Em redor das armas dos Ataídes: a problemática da família heráldica das bandas" [https://en.wikipedia.org/wiki/Ata%C3%ADde_family]

201 A origem da família Ataíde pode ser documentada desde o século XII, sendo o seu progenitor Egas Duer (c. 1140 – c. 1180), um fidalgo do Condado de Portugal (e provavelmente membro da primitiva Casa de Riba Douro) cujo filho, Martim Viegas, foi o 1° Senhor da Honra de Ataíde, localizada no que era então o condado de Santa Cruz de Riba Tâmega (perto da atual Amarante), na região norte portuguesa de Entre Douro e Minho.

202 idem




**Mapa 22 - Mapa das possíveis "villaes" e padroados com descendência direta dos Ataídes. Assinalaram-se as áreas de Paços e Casais (alguns com torres antigas), bem como o Castelo de Santa Cruz e os atuais limites de Vila Meã (a cinzento).**

| | |
|---|---|
| Escala | incerta, intencionalmente |
| DEM | ASTER GDEM (Isolinhas 10 e 100 m) |
| Mapeamento pontos | Gerado pelo QGIS (autora) |
| Contorno do concelho | Gerado pelo QGIS (autora) |

*S. Mamede de Alentém (um casal), e em Santa Maria de Vilar (cinco dos dez casais da freguesia)."*[203]. Mais uma vez, esta informação é particularmente valiosa, porque permite entender a expansão da distribuição das propriedades pelo território. A este propósito, os locais referidos relativos a casais e quintãs - unidades de exploração agrícola durante o sistema feudal da Idade Média -, coincidem, na sua maioria, com a localização de torres senhoriais muito antigas ou desaparecidas, conforme evidenciado pela toponímia e documentação histórica (tema que será desenvolvido no capítulo sobre Torres Senhoriais). Para além dos casos documentados existem muitos lugares que preservam a toponímia de Casal, Casais Novos, Paço ou Quintas / Quintãs. Francisco Craesbeeck dá-nos notícia de outros lugares associados a esta descendência, já no século XVIII, como o *Passo de Carvalhoza*[204] e o *Passo de Soutello* (com Capela) *que foi da Rainha D. Mafalda*[205], ambas que cremos conseguir ter identificado.

Confirmando que D. Martim Viegas de Ataíde terá sido o progenitor dos principais ramos da família Ataíde, as Inquirições Gerais de D. Dinis revelam que as duas gerações seguintes, ou seja, os netos e bisnetos de Martim Viegas, mantiveram a linhagem da Honra, durante a segunda metade do século XIII e o início do séc. XIV. Porém, o seu filho mais velho, D. João Martins de Ataíde, não teve filhos legítimos, sendo que o seu filho bastardo, Gil Anes, deu origem a uma nova ramificação dos Ataídes, apelidados de Vilela[206]. Com o passar do tempo, o património dessa linha familiar dispersou-se pelos julgados de Penafiel e Lousada. A influência dos Ataídes estendeu-se por várias gerações, mantendo laços hereditários e administrativos significativos através de casamentos e heranças, até a extinção dos morgadios em 1863. A linhagem principal dos Ataídes acabou no século XVIII; após várias transições, a representação genealógica do título prosseguiu com descendentes relacionados até ser abolida depois do processo dos Távoras[207].

No ano de 1706, A. Carvalho da Costa confirmava que o proprietário da referida Quinta do Pinheiro era D. Manuel de Azevedo de Ataíde e Brito (1649-1721), nesta época senhor da Honra de Barbosa, em Penafiel[208]. Segundo as Memórias Paroquiais, os Senhores de Barbosa possuíam um hospital na ermida de Nª. Srª. da Natividade, junto à antiga torre de Ataíde, que administravam e sustentavam à sua custa[209]. Para certificar estes factos, Augusto Vieira, na sua passagem por estas terras, terá ouvido pelos locais que Ataíde provinha do nome godo *"Atanagildo, que se diz havê-la fundado em meados do século VI"*[210], na dita Alta Idade Média; mas, mais importante, informa que: *"Athayde é conhecida de todos os povos dos arredores, por causa da sua ermida da Senhora da Natividade ou Senhora do Pinheiro, por elles muito festejada, e que, apenas se notam os vestígios d'esse edifício."*[211]. Quanto à quinta do Pinheiro, estaria arrendada a moradores que pagavam foro aos herdeiros dos Ataíde[212]. Salienta-se que, neste período, o apelido patronímico Ataíde era mantido pelos proprietários da dita Quinta (na época, Senhores de Barbosa) e não pelos residentes que habitavam efetivamente a Quinta. Desta forma, obtivemos confirmação do Presidente da Junta de Vila Meã que, segundo o seu conhecimento, não parece haver ninguém com o sobrenome Ataíde em Vila Meã, persistindo o título da linhagem unicamente como nome da feguesia.

Consequentemente, ao reunir todas as informações, esperava-se localizar facilmente a Quinta do

203 Op. Cit PIZARRO, Santo Mayor - Os bens - Património da linhagem das primeiras gerações na região de Amarante (1998), p. 33

204 Novamente retemos para o **Anexo 6** : *"Ali falla tambem da freguesia de Santa Ouvaia (da qual não há hoje memoria), entendemos seria a freguesia de Santa Eulalia de Constancia, en que está a quinta do Passo de Soutello, que devia de ser destes fidalgos e depois se venderia, como de proximo se anda para vender esta dos Athaides às religiosas do Carmo desta villa de Guimarães."* CRAESBEECK, Francisco - Memórias ressuscitadas da província de Entre Douro e Minho (1726), pp. 158 - 159

205 idem, pp. 150-151

206 PIZARRO, Santo Mayor - Os bens - Património da linhagem das primeiras gerações na região de Amarante (1998), p. 33

207 Op. Cit. [https://en.wikipedia.org/wiki/Ata%C3%ADde_family]

208 A posse da quinta e da honra de Ataíde entrara na sua família na geração do seu quarto avô D. João de Azevedo (c. 1430 - 27.07.1517), que teve filhos com D. Joana de Castro (1460 - 1532), neta do 1.º conde de Atouguia e herdeira das Honras de Ataíde e de Barbosa.

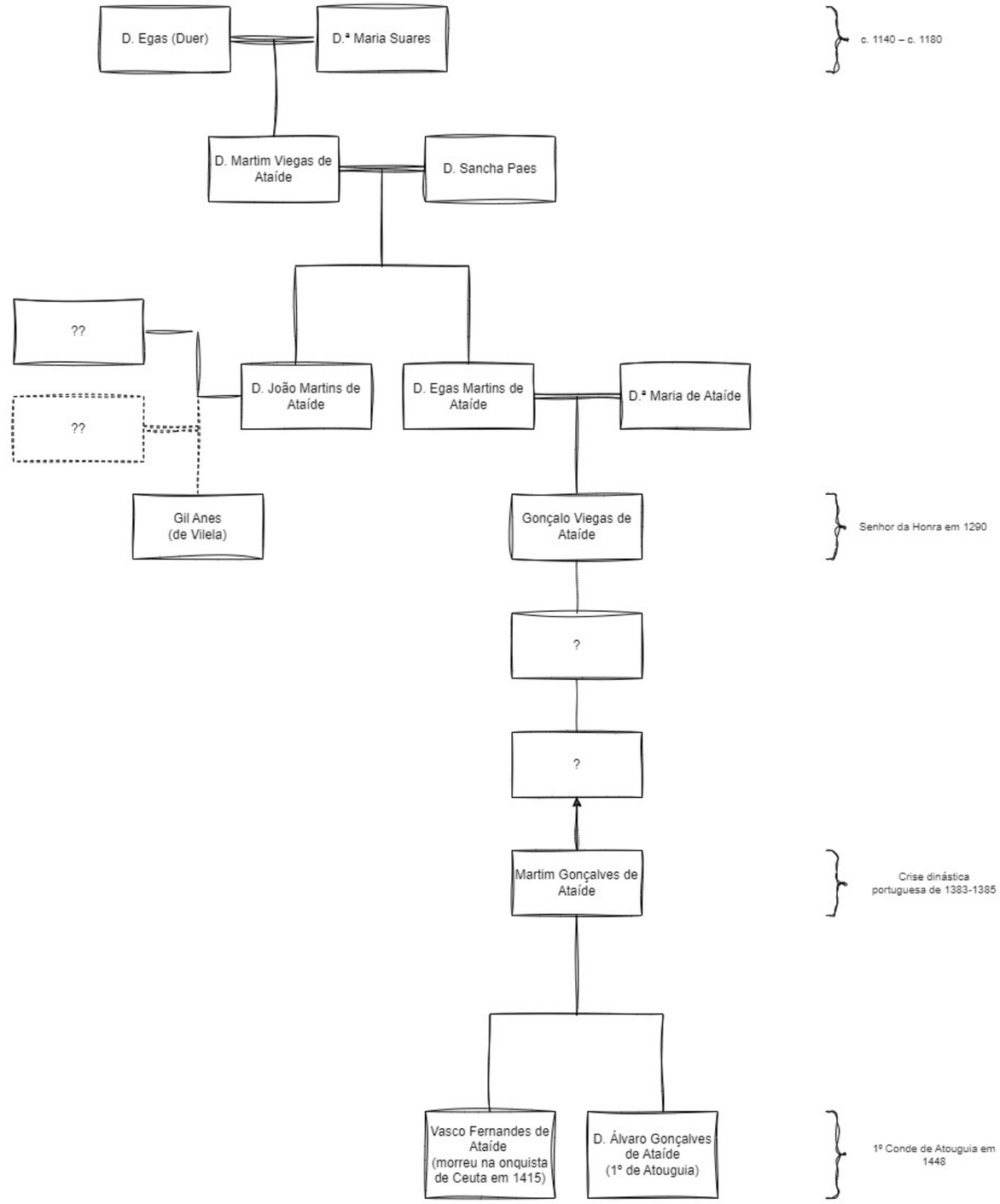
209 Op. Cit [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ata%C3%ADde_(fam%C3%ADlia)]

210 VIEIRA, Augusto - O Minho pitoresco (1886), p. 419

211 idem

212 Memórias Paroquiais de Vila Meã (1758), Transcrição e leitura actualizada de António José Queiroz [https://vila-mea.web-node.pt/freguesias/ataide/]



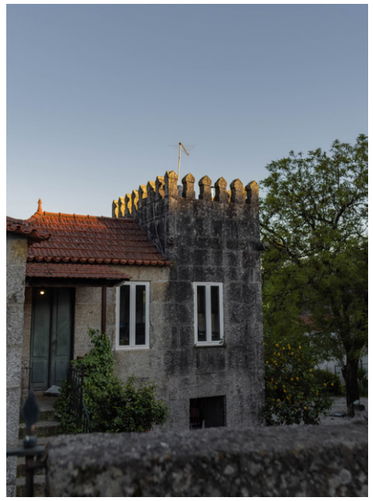



TENTATIVA DE RECRIAÇÃO DA ÁRVORE GENEALÓGICA DAS PRIMEIRAS GERAÇÕES DA FAMÍLIA ATAÍDE
ADMITEM-SE LACUNAS PELA DIFICULDADE DE INTERPRETAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO.

Pinheiro e a Capela da Natividade. No entanto, a visita de campo destinada a confirmar estes dados insólitos provou ser mais complicada do que o antecipado, surpreendentemente, pois nenhum dos locais está assinalado nos serviços de mapas *online*, ao contrário de muitas outras quintas e solares de renome. Assim, o elemento prévio da investigação foi a pesquisa toponímica pela Rua do Pinheiro, que nos guiou até ao local, e no qual não tínhamos, honestamente, muitas expectativas de encontrar o que quer que fosse. Para nossa surpresa, a Quinta do Pinheiro não só permanece habitada, como mantém erguida uma torre. Ao conversar com os proprietários, jovens e pouco informados sobre o passado da propriedade, confirmaram que realmente se tratava da Quinta do Pinheiro, a única em Ataíde e Vila Meã. Desconheciam, porém, qualquer ligação da Quinta ao seu passado e não tinham conhecimento de ter havido uma capela no local. A torre, acreditam ter sido reconstruída no final do século XX. A respeito da Capela da Natividade, que se pensava perdida, foi possível identificá-la com a ajuda da comunidade local, que confirmou também a romaria a ela destinada, que ocorre anualmente a 8 de setembro. Estranhamos a localização da capela, separada da Quinta do Pinheiro por cerca de 500 metros, ou seja, não está inserida na propriedade como a documentação parecia sugerir. Por isso, consideramos uma reconstrução ou trasladação da mesma, pois a atual posiciona-se num eixo central entre os eixos de Recezinhos e Ataíde, enquanto a Quinta do Pinheiro se localiza num vale profundo.

Relembremos que a menção de uma Honra Medieval de Ataíde não aparece atestada no foral de 1513, e permanece escassa na documentação recente, por isso, apresenta-se como uma peça-chave para a compreensão da dinâmica territorial e administrativa do concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega. Para além disso, considera-se que a bibliografia local sobre Vila Meã tende a sobrevalorizar a teoria da sua origem a partir da evolução de um núcleo primitivo ligado à necrópole romana, descoberta em Real - uma probabilidade que já foi debatida e em nada contraria a veracidade de uma ocupação precoce (inclusivamente pela menção a *"Atanagildo"*, nome godo, do séc. VI). No entanto, parece-nos haver uma tendência em estabelecer um salto cronologicamente exagerado entre a necrópole romana e o foral de 1513, sem uma tentativa de compreensão das dinâmicas de urbanização intermédias da Idade Média. Esta dificuldade deve-se, certamente, à ausência de um primeiro foral, que deverá ter registado a ascensão deste lugar ao poder, influenciada pela gestão da Honra de Ataíde.

Este enquadramento histórico, embora fragmentado e incompleto, sugere uma possível fusão da Honra com o Julgado de Santa Cruz. A Honra deverá ter começado a acumular casais e propriedades em diversos territórios, como forma de garantir a ocupação dos mesmos e alargando os perímetros para tais dimensões que ultimariam na criação do concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega, a receber foral em 1513. Poderá ser esse o motivo, precisamente, pelo qual o Foral Manuelino apresenta lacunas quanto à integração de certas Paróquias no concelho, que viriam a ser corrigidas em documentos posteriores, como no 'Cadastro do Minho de 1527'. O aumento da povoação terá acompanhado um desenvolvimento urbano, inicialmente relativamente indefinido, até à formação das primeiras Paróquias rurais, precursoras das atuais Freguesias. Chega-se a um consenso de que as *"villae mediane"* constituem o organismo basilar para a definição do ordenamento territorial do concelho, concluindo que não houve exclusivamente uma única "vila ao meio", mas antes várias que, com a uniformização e com o passar do tempo, devem ter evoluído para o termo Vila Meã.



EM CIMA, QUINTA DO PINHEIRO
EM BAIXO, CAPELA DO PINHEIRO (N.ª SR.ª DA NATIVIDADE)
AMBAS EM ATAÍDE

| Séc. IV | Séc. VI | 1066 | 1131 | 1220 | 1258 | 1290 | Sécs. XII ou XII | 1513 | 1863 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Data atribuída à necrópole romana encontrada em Real, no Bairro do Brasil. | Suposições sobre a evolução do nome godo "Atanagildo" para Ataíde. | Possível data apontada para a fundação do mosteiro de Travanca (ou alguma construção pré-monástica). | D. Afonso Henriques concede privilégios ao couto de Mancelos e às terras adjacentes. | Inquirições Gerais de D. Afonso II mencionam Vila Meã como "*Villae Mediane, in ecclésie Sancti Salvatoris*", em Real. | Inquirições Gerais de D. Afonso III mencionam os descendentes dos Ataídes com casais em Mancelos, Freixo e Bustelo e outras freguesias do julgado de Santa Cruz, como em S. Martinho de Recezinhos, em S. Paio de Oliveira S. Salvador de Real, em S. Romão de Carvalhosa, em S. Mamede de Alentém, e em Santa Maria de Vilar. | Gonçalo Viegas, neto de Martim Viegas, teve a senhoria da Honra confirmada por D. Dinis neste ano. | Data atribuível à construção da Torre na Quinta do Pinheiro, ligada à Honra dos Ataíde e seus descendentes. | Concessão do Foral Manuelino às terras de Santa Cruz de Riba Tâmega por D. Manuel I, trazendo incertezas sobre a evolução administrativa prévia de Santa Cruz, particularmente sobre o papel de Vila Meã como sede do concelho. | Extinção dos morgadios em Portugal; a influência da família Ataíde continua através de heranças e casamentos. |

# COUTOS, HONRAS E BEETRIAS

*"Talvez a fidelidade entre as casas de S. Salvador, possivelmente todas elas ramificações dum tronco comum, estabelecesse aquela estreita amizade sem passado, sem cicatrizes, como a simples consciência duma origem que se prolongava até ao último repouso sem deixar lugar a fissuras."* [213]

Dentro dos limites formais do concelho, o território era composto por subdivisões administrativas independentes: o Couto de Mancelos, o Couto de Travanca, a Honra de Vila Caiz e, possivelmente, outras honras desparecidas, como a de Ataíde e de Santo Isidoro[214].

Os coutos eram uma área territorial com privilégios concedidos pelo Rei a uma igreja, ou mosteiro, que lhe garantiam autonomia jurídica e fiscal, ou seja, ficavam isentos do poder dos juízes e de obrigações tributárias. Após o século XII, as comunidades monásticas do Entre Douro e Minho passaram por mudanças significativas, com a concentração do poder em abadias e o surgimento de igrejas seculares dependentes de mosteiros maiores. Estas abadias destacavam-se pelo domínio fundiário, organização senhorial e poder da escrita, permitindo a acumulação de bens ao longo das gerações e o registo de propriedades. Os privilégios oferecidos atraíam lavradores para as terras coutadas, que recebiam isenções e direitos especiais em troca do trabalho de transformar terras incultas em áreas agrícolas produtivas. Ao mesmo tempo, a administração da justiça pelos senhores, enquanto salvaguardava os seus interesses patrimoniais, contribuía para a autonomia económica, administrativa e judicial desses pólos, promovendo um forte desenvolvimento nas regiões mencionadas[215]. Estes privilégios só viriam a ser progressivamente diminuídos no decorrer do período das Reformas Liberais. Em Santa Cruz de Riba Tâmega, os coutos de Travanca e Mancelos eram detentores de direitos através das ordens monásticas, cujos edifícios e extensões foram testemunhos da importância dessas terras coutadas.

Por outro lado, as honras eram áreas cujas propriedades pertenciam a um nobre ou senhor do clero, desfrutando de privilégios especiais, como isenções fiscais. Podiam abranger várias aldeias ou terras adjacentes, administradas por um senhor feudal ou donatário, exercendo autoridade sobre os seus habitantes. No caso de Vila Caiz - a honra que mais perdurou -, esteve sob o domínio absoluto da terra por um nobre, que a fazia sua propriedade privada, subtraindo-a inteiramente ao domínio do Rei[216]. A sua localização privilegiada, associada aos montes primitivos de Santa Cruz e ao alto da Nossa Senhora da Graça[217], juntamente com as descobertas de vias e vestígios romanos no lugar de Vilarinho, contribuíram para que se tornasse, desde cedo, num local de importante influência.

A sua condição de honra é documentada em diversos registos históricos[218]. Terá tido origem entre os séculos X e XI, sendo os Sousas ou Sousãos os seus primeiros senhores conhecidos[219]. O senhorio terá passado por várias gerações desta família, cujas Inquirições de 1258 confirmaram a posse de Vila Caiz

213 BESSA-LUÍS, Agustina [1980] - O Mosteiro, p. 163

214 Não foi aprofundada, mas há notícia na Monarchia Portugueza, segundo Francisco Menezes.

215 MESQUITA, Ana Sofia - A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des) usos do Património [dissertação de mestrado] (2019), p. 59

216 PINTO, Eliseu - Vila Caiz (Amarante) Monografia (1998), p. 6

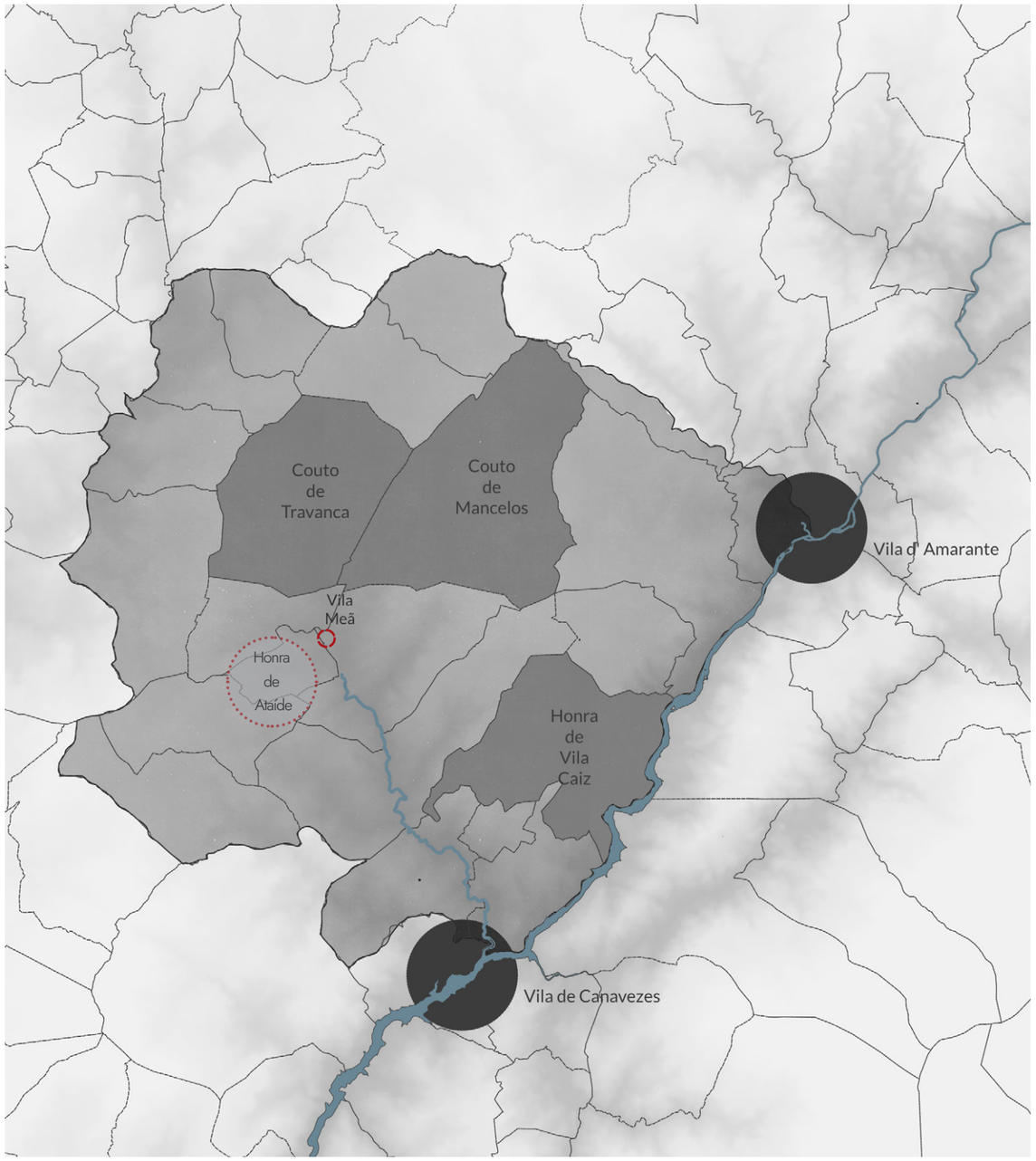
217 *"A capela de Nossa Senhora da Graça, santuário cuja origem se ignora, sabendo-se apenas que tivera eremitas em tempos afastados, não os tendo já, porém, em 1721, por o não permitirem os arcebispos de Braga. (...). Em nossos tempos caíu a ermida em abandono, de que veio tirá-la o padre António Augusto Pinto de Magalhães, conseguindo pelos seus esforços realizar uma transformação completa da vetusta ermida, a ponto de fazer dela um dos mais belos santuários marianos do Minho."* idem

218 *"Em diversos documentos aparece expressa (...), por exemplo, numa carta de D. Afonso IV, datada de 1342, na qual se escreve 'Onrra de villa queuiz'; no foral de 1513, em que se designa por 'Honra de Villa Cayce'; no livro do Tombo de Santa Cruz de Ribatâmega que mandou efectuar El-Rei D. Filipe, em 1596, destinado a efectuar o levantamento das 'rendas, tributos, penções, jurisdições, officios, padroados das igrejas e demais cousas'; nas Memórias Paroquiais de Vila Caiz em que o abade dali dizia, em 1758 'satisfazendo a ordem... recomendada por sua Majestade que Deus guarde, faço saber que esta terra é Honra que compreende a mesma freguesia e algumas casas das vizinhas'. Nas Memórias Ressuscitadas de Entre Douro e Minho do ano de 1726, a Honra de Vila Caiz aparece ali como pertencendo à Correição de Guimarães, conjuntamente com quatro vilas, catorze concelhos (entre os quais o de Santa Cruz de Ribatâmega), dezasseis Coutos e apenas mais duas Honras: a de Ovelha e a de Sepães. Tal expressão ainda aparece referenciada no livro de 'Condenações de Almotacés da Honra de Vila Caiz' dos anos de 1824 a 1832".* PINTO, Eliseu - Vila Caiz (Amarante) Monografia (1998), p. 7

219 D. Egas Gomes é o primeiro a ser reconhecido com este título, embora o seu pai, Gomes Echigaz, já possuísse vastas terras que abrangiam várias localidades, incluindo Santa Cruz de Ribatâmega e Vila Caiz. Idem, p. 8








**Mapa 23 - Coutos de Travanca, Mancelos, Honra de Vila Caiz, Honra de Ataíde (com indefinição) e beetrias da Vila d'Amarante e Vila de Canavezes**

0 1 2 km

N

| | |
|---|---|
| Escala | 1:100 000 |
| Rede hidrográfica | DGT |
| Mapeamento áreas admin. | Gerado pelo QGIS (autora) |
| Contorno do concelho | Gerado pelo QGIS (autora) |

aos descendentes de D. Mendo de Sousa, conforme testemunho de habitantes locais[220].

A existência das honras, que proliferaram por todo o Reino, está relacionada com histórias de abusos e violência. Oliveira Martins informa que os nobres forjavam títulos e inventavam doações para estenderem os seus territórios, resultando em conflitos físicos e desastrosos. A situação tornou-se tão caótica que D. Dinis tomou a decisão de abolir, em 1309, todas as Honras criadas após o ano de 1290[221]. As honras anteriores a essa data foram então designadas como *"Honras Velhas"* ou *"Não Devassas"*, como são os casos, também, da honra de Vila Caiz, Ataíde e outras.

Após a extinção do concelho de Santa Cruz de Ribatâmega em 1855, Vila Caiz passou a ser uma freguesia do concelho de Amarante, eclesiasticamente pertencente à Diocese do Porto. No decorrer desta investigação, verificou-se que alguns documentos afirmam erroneamente, talvez por lapso, que Vila Caiz foi sede do concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega, com pelourinho e câmara velha. Além disso, é referido que a honra, depois de extinta, pertencia aos Senhores Donatários de Unhão (Felgueiras). Essas informações não são corretas e foram corrigidas, com base em fontes bibliográficas mais confiáveis, para além das descobertas decorrentes do processo de investigação

Abreviadamente, a Honra de Vila Caiz distinguia-se dos Coutos de Travanca e Mancelos, pois nestes o Rei dispensava os seus moradores do pagamento de impostos e taxas[222]. Além disso, diferenciava-se da beetria, pois nestas eram os habitantes que escolhiam o seu senhorio[223].

As beetrias eram uma forma de organização, mais difusa e intermédia, entre a autonomia concelhia e a submissão senhorial. Concentravam-se principalmente no Baixo Tâmega e Além-Marão, segundo a 'Monarchia Portugueza', com deteção em várias localidades, incluindo: Amarante, Ovelha, Canaveses, Paços de Gaiolo, Resende, Tuias, Mesão Frio, Vila Boa de Quires, entre outras[224].

Segundo Francisco Menezes, na 'História antiga e moderna da sempre leal e antiquissima villa de Amarante', as *behetrias*, existiram na Península Ibérica, especialmente na Espanha Medieval, de onde provém o termo, referindo-se a povoações que tinham a particularidade de serem "livres" e de poderem escolher os seus governantes. Nas *behetrias*, o poder era centralizado num único governante, que podia ser eleito tanto pelos naturais da terra, como pelos de fora, dependendo da vontade dos habitantes da *behetria*[225]. Os líderes eram escolhidos com base na sua capacidade de defender e preservar os privilégios da comunidade. A eleição deste líder tinha de ser confirmada pelo soberano ou supremo imperante, o que sublinha o grau de autonomia destas comunidades, ainda que estivessem sob a suserania de um soberano maior. No caso da Villa d'Amarante, com uma história longuíssima, fundada, segundo a maioria dos autores, *"pelos turdetanos da Lusitânia, 360 annos antes do nascimento de Jesus Christo, nunca teve, se quer, cerca de muralhas, nem castello que a defendesse"*[226], pois não era necessário.

No concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega, os coutos e honras, como áreas territoriais autónomas, desempenharam um papel importante na organização e distribuição de terras, como sintetizado pela escritora Agustina Bessa-Luís, *casas ramificadas de um tronco comum*. Séculos mais tarde, esta dominância ainda se faria sentir, enraizando-se na terra.

Nos próximos subcapítulos iremos averiguar os casos especiais, sem esquecer o desenvolvimento do contexto românico, que florescia e acompanhava diretamente a administração dos coutos, moldando a região de forma significativa.

VISTA SOBRE A SENHORA DA GRAÇA DE VILA CAIZ
ANTIGA HONRA, E HOJE UMA DAS FREGUESIAS
COM MAIS RESIDENTES EM AMARANTE
(SEGUNDO OS CENSOS DE 2021, TINHA NESSA CONTAGEM, APENAS
19 CASAS VAGAS POR HABITAR)

220 Destacando-se figuras como Gonçalo de Sousa, D. Mendo de Sousa ("O Sousão"), e D. Gonçalo Mendes de Sousa, até chegar ao conde Gonçalo Garcia de Sousa, falecido em 1282. Na época, Vila Caiz tinha 29 casais, alguns pertencentes aos mosteiros de Paços de Ferreira, outros a Mancelos e Travanca. Além disso, dois casais eram de agricultores livres que pagavam tributos específicos à coroa. A maioria dos casais pertencia a fidalgos do século XIII, incluindo D. Gil Martins e descendentes, destacando-se também a presença de propriedades dos netos do conde D. Mendo. idem, p. 8

221 *"os nobres forjavam títulos, inventavam doações para honrarem territórios sujeitos à acção das justiças reais. Nestas causas provinham confusões inexplicáveis que a força apenas decidia. Quando o mordomo do rei ou o seu aguazil, apareciam a cobrar um tributo ou reclamar um preso, o fidalgo usurpador ou do terreno, ou do privilégio apenas, saía com os seus homens - cá por aqui é Honra! E enforcava-os, ou matava-os mais barbaramente ainda. Um porteiro, que ia fazer uma penhora, teve as mãos cortadas, e foi depois assassinado. O outro, atado à cauda de um cavalo, foi de rastos, levado a galope à volta da Honra "* MACHADO, António - Amarante Medieval. História de Portugal de Damião Peres, p. 502

222 PINTO, Eliseu - Vila Caiz (Amarante) Monografia (1998), p. 33

223 SILVA, Isabel - Dicionário Enciclopédico das Freguesias de Portugal (1996), p. 32

224 idem, p. 33

225 RIBEIRO, Daniel - Mosteiro de Santa Clara de Amarante: História, Património e Musealização [Dissertação de mestrado] (2011), p. 67

226 *"De modo, que alguas povoaçoes, villas, cidades ficaraõ, salva a subjeiçaõ maior, e mais alta aquelle Soberano, e seus descendentes, conservando muitas das suas antigas, e principaes prerogativas, e primitivo ser; entre as quaes era huma dellas, que o Rey nao podia fazer doaçaõ á algum outro Donatario da villa, ou terra que era Behetria; antes pelo contrario, o povo elegia Senhor a seu arbitrio, que os deffendesse, e conservasse nos seus privi- legois; cuja eleiçaõ confirmava o Supremo Imperante."* MENEZES, Francisco de - História antiga e moderna da sempre leal e antiquissima villa de Amarante, 1814, pp. 21 - 22

# O COUTO DE TRAVANCA

*"Estava ligado ao mosteiro por uma espécie de mística dos factos. Amava imensamente as suas pedras e os seus mistérios, nichos, ossadas, campas, escrituras de doação, e sobretudo os seus homens."* [227]

A origem do Mosteiro de S. Salvador de Travanca é repleta de incógnitas. A maioria dos autores apontam para uma data de fundação entre os séculos XI e XII, mas outros, como José Coelho dos Santos, na sua dissertação sobre este monumento, alega que poderá ter sido anterior ao século XI, enquadrando-se possivelmente num tipo de edifício monástico de pequenas dimensões, erguido pela influência de famílias senhoriais, como os descendentes dos Gascos[228], já referidos. A Monografia oficial da Rota do Românico não parece discordar: "*Mas que Mosteiro seria este? Construção de raiz? Reedificação? No local de edificação chamado 'Granja' de Travanca não poderia existir já uma pequena unidade cenobítica?*"[229]. As dúvidas aumentam após a descoberta de uma escritura, encontrada no cartório do Mosteiro de Alpendurada, que relata a doação de Moninho Viegas da "Granja" de Travanca ao seu filho Garcia Moniz, permitindo a construção de um mosteiro no local. Contudo, este documento suscita sérias dúvidas quanto à sua veracidade, apresentando lacunas em datações, nomeadamente em relação à data de chegada da família dos Gascos ao Douro, bem como da presença dominante dos mouros nesta região. A Monografia da Rota do Românico acrescenta que a data de 1066, *"proposta por Santos para a morte de D. Garcia, coincide praticamente com o Concílio de Coyanza (1055), a partir do qual se introduziram as reformas cluniacenses que o novo Mosteiro terá, com certeza, recebido"*[230]. Assim sendo, D. Garcia não poderia estar associado à construção do mosteiro. Sofia Mesquita, confiando na opinião de Santos, acredita que a génese do Mosteiro poderá ser semelhante *à das pequenas igrejas ligadas a famílias senhoriais que usufruíam das mesmas como um espaço de culto privado e que contribuíram, de certa forma, para o desenvolvimento de um cenóbio de caráter agrícola e senhorial*[231]*;* e que são muito comuns na região em estudo. Retifica que a administração deste templo terá ficado sob a responsabilidade dos descendentes do instituidor, seja este quem for.

A verdade é que existem muitas dúvidas quanto à essência da sua verdadeira formação, o que acrescenta algum encanto à sua história. Até a escritora Agustina sobre isto escreveu, referindo *"o tempo de D. Múnio Viegas, o Gasco, donante da Quinta de Travanca a seu filho D. Garcia, que possivelmente aí edificou o mosteiro, se não morreu antes em peleja com os mouros, na Foz do Douro."*[232]. O que é certo é que, a partir do século XIV, o Mosteiro de S. Salvador de Travanca e a comunidade beneditina que lá viveu, beneficiaram dos direitos e privilégios do Couto próprio, que o tornaram independente em relação às políticas do concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega. O Abade do Mosteiro era a figura de maior poder político, jurisdicional, administrativo e económico do Couto.

Deste modo, o Mosteiro estabelecia as relações socioeconómicas, paroquiais e espirituais entre a comunidade beneditina e a comunidade interna, mas também com aqueles que interagiam com o Mosteiro. Fosse localmente ou remotamente, através de diferentes formas de interação, a administração da terra acontecia num quadro de *enfiteuse*, onde eram identificadas em quais freguesias os moradores detinham o domínio útil das propriedades do Mosteiro e pagavam os respetivos foros[233]. No caso de Travanca, a *enfiteuse* era uma prática predominante onde os moradores locais detinham o domínio útil das terras e pagavam foros em troca do direito de uso e usufruto dessas terras. Esta relação era regulada por contratos específicos que estabeleciam as condições de pagamento, uso da terra e outras obrigações. Por outro lado, as relações com as comunidades mais distantes podiam envolver trocas comerciais ou até questões jurisdicionais[234].

Na aspiração pela clausura, os monges beneditinos procuram uma vida distante do bulício das urbes,

227 BESSA-LUÍS, Agustina [1980] - O Mosteiro, p. 132
228 Op. Cit MESQUITA, Ana Sofia - A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do Património [dissertação de mestrado] (2019), p. 53
229 MACHADO, Rosário - Rota Do Românico. Volume 2 (2008), p. 242
230 idem
231 MESQUITA, Ana Sofia - A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des) usos do Património [dissertação de mestrado] (2019), pp. 53 e 54
232 BESSA-LUÍS, Agustina [1980] - O Mosteiro, p. 107
233 MESQUITA, Ana Sofia - A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des) usos do Património [dissertação de mestrado] (2019) p. 18
234 idem, p. 23

**Mapa 24 - Representação da área monástica de S. Salvador de Travanca**

Escala 1:5000

0 750 1 500 m

N

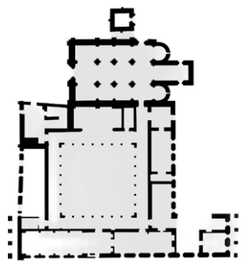
dedicando-se ao contacto íntimo com a natureza, com a saúde e a pureza espiritual, que permitissem, simultaneamente, um trabalho agrícola sustentável para o complexo monástico. Após a adoção das medidas estabelecidas no Concílio de Coyanza, a comunidade religiosa de Travanca recebeu influências diretas sobre a organização funcional da arquitetura e o ordenamento do espaço, interno e da envolvente[235]. A organização espacial privilegiava a igreja, o claustro e a cerca como elementos vitais da funcionalidade e a ordem monástica[236]. De acordo com o Tombo de 1651, a cerca era descrita como um local dentro de muros altos, repleto de campos, hortas, pomares, laranjais, vinhas, olivais, devesas e moinhos que usavam as águas que vinham do casal Novo[237]. Portanto, a origem da cerca fortifica a necessidade de criar um espaço delimitado e protegido para as atividades dos monges beneditinos, tanto em termos práticos de sustento e produção agrícola, como em termos simbólicos de retiro do mundo exterior[238]. Alguns troços da cerca ainda são observáveis na atualidade[239].

Mais tarde, já no século XX, é novamente a escritora Agustina quem melhor nos informa sobre as transformações ocorridas no Mosteiro, pois experienciou em primeira pessoa essas mudanças, enquanto vivia a sua juventude no vale de Salvador. Começa por referir frei Domingos Teixeira, *"eleito abade do mosteiro em 1578, quando este foi alforriado pelo cardeal D. Henrique (...). Essa data sinistra para o reino [data da Batalha de Alcácer Quibir] trouxe ao vale de S. Salvador a exortação propícia à sua prosperidade. Até aí, as rendas do convento beneditino eram devoradas pelos seus padroeiros, homens de guerra que despojavam os mosteiros dos seus bens em troca dos serviços prestados à coroa. Mas, na alvorada do grande desastre histórico de 1578, o vale respirou, liberto da expropriação dos usurpadores. A grande propriedade do mosteiro, com os seus muros caiados de branco, recebeu novas benfeitorias. Plantaram-se hortas e jardins, o rio Odres serviu a energia dos moinhos que apareceram e se multiplicam nos suaves barrocais, entre precipícios amenos de granito. (...) Aquilo que foi para a nação uma catástrofe tão vasta que tomariam por inaceitável, para o mosteiro e as terras foi uma libertação. O vale dentro de um anel de pinhais, sempre um pouco sobrevoado por nevoeiros, o que o tornava encoberto aos olhos dos viajantes da estrada real, adquiriu uma identidade muito própria. No mosteiro estabeleceu-se uma escola de humanidades, e ensinavam lá mestres de Vila do Conde e de Coimbra. (...) A lavoura, com os aforamentos feitos ao mosteiro e depois remidos, deu origem às casas agrícolas (...)"*[240].

Em 1834, temos notícia de que o Mosteiro era um edifício amplo, que refletia a organização típica dos mosteiros beneditinos. No piso térreo, possuía a igreja e sacristia, o refeitório, a despensa, o recibo, a cozinha e a cavalariça. O claustro central conectava essas áreas com o salão comum, a casa do capítulo, livraria, e quartos de hospedaria. O piso superior abrigava as celas conventuais, a sala do capítulo, a livraria, a enfermaria e outras dependências, incluindo seis monumentais varandas e galerias, que Agustina Bessa Luís tão bem retrata: *"Das altas varandas descobria-se o vale de S. Salvador todo picado de telhados novos. (...) Viam-se chegar pelo portão, entre as searas de milho já alto, as pessoas que vinham à novena. ... Tinha sucesso, amava aquela terra imóvel e agachada em volta do seu convento."* E que: *"Para encurtar a viagem, toda a gente da freguesia preferia devassar a quinta maltratada em que se erguia o mosteiro com as suas varandas como prateleiras a que faltassem o anteparo e os objetos aí contidos. (...) Passaram a portinha baixa talhada no muro [referindo-se à cerca]"*[241].

Posteriormente, *"a quinta maltratada"*, demonstrava as alterações dramáticas enfrentadas no país, quando o mosteiro começa a adentrar um estado de decadência até ser classificado como Monumento Nacional, momento que lhe permitiu beneficiar de uma intervenção de restauro na década de 1930, visando recuperar a sua forma original e destacar a sua importância histórica, conforme os princípios de

235 Op. Cit (Machado, 2014: 242) idem, p. 42
236 Op. cit (Rocha, 2011: 52) idem p. 43
237 *"(...) medida da dita cerqua pela parte de fora comessa junto a capela major pela parte do nascente faz em circuito redondo mil e quinhentos e trinta e nove varas ate vir dar sempre em redondo acabando na casa da renda na parte do norte"* (Tombo 1651), idem, p. 44
238 idem, p.44 - 48
239 A dissertação da Sofia Mesquita elabora através de uma tabela (Transformações do espaço envolvente do Mosteiro de S. Salvador de Travanca entre 1755 e 1822) as constantes obras de manutenção de que o mosteiro foi vítima, durante este espaço de tempo, que convidamos a consultar
240 BESSA-LUÍS, Agustina [1980] - O Mosteiro, p. 40
241 idem, p. 201



conservação da época exigidos pela DGEMN (atual DGPC). Mais uma vez, segue o belo relato, vivido por Agustina: "*O silêncio, sobretudo, que emanava, parecia provir do seu esgotamento íntimo, das suas corrupções esquecidas, dos seus ritos desvirtuados. Nesse tempo, por alturas de 1935, não havia ainda qualquer projecto em curso para refazer o mosteiro. O abade Cândido interessava-se unicamente pelo restauro da igreja romana [querendo dizer, românica] (...), enamorava-se pelo que ele chamava a sua obra, e até as ossadas descobertas dentro das grossas paredes lhe davam uma sensação de triunfo e de porfia recompensada. Eram esqueletos de monges, todo um ossário que se pulverizara em grande parte.*" [242]; "*os altares tinham sido desmontados para se observar a traça primitiva. O púlpito também já não existia. Das frestas laterais das naves vinha uma luz enfaixada de raios azulados. Noémia passou entre eles a mão, como para receber estigmas. O rosto, colorido pelo calor e o esforço de subir a costeira, foi aos poucos esfriando. Ela encostou-se a um dos pilares e ficou sobre a sua cabeça a gárgula rampante dum grifo, a cauda em dardo e as unhas curvas. Dantes, tudo isso estava coberto de cal e não se viam as figuras medonhas. O povo temia esses esgares monstruosos e nunca se habituara à depuração posta pela brigada defensora dos monumentos.*"[243].

As fotos arquivadas pela DGPC que retratam o período de transformações do mosteiro são realmente fascinantes. Porém, concluídas as obras no Mosteiro, por volta de 1939, faltava atribuir-lhe uma função *"e durante alguns anos arrastou-se o caso. Ora o achavam próprio para uma escola agrícola, com a sua parte de terras muradas, ora viam ali um recinto ideal para uma colónia penal. Por fim, foi decidido conceder o mosteiro ao Ministério da Saúde, que instalou no grande edifício restaurado um asilo de doidos. O facto foi primeiro mal recebido, mas, como todo o pessoal auxiliar foi recrutado nas aldeias próximas e porque os doentes não eram perigosos e até prestavam serviços aos lavradores mais carecidos de mão-de-obra, acabaram por habituar-se à ideia um pouco humilhante de ver o mosteiro de certa maneira degradado."*[244]. Assim foi, na segunda metade do século XX. Adaptaram-se as instalações monásticas de Travanca a um Instituto de Regeneração de Menores, que Agustina relembra com ironia, por ter sido, primeiramente mal recebido pela população, mas, mais tarde, até aclamado[245]. E foi nesta função de Hospício, que Belchior, a personagem principal da narrativa de Agustina, encontrou no Mosteiro a inspiração necessária para escrever o seu livro, pois ali se resumia todo o problema da hominização: *"havia nos doidos essa necessidade de composição de um personagem, acesso a uma cultura em sincronia com a História."*[246] . Esta função esteve em curso durante 50 anos. Adicionalmente, serviu a comunidade local como cadeia e escola, onde muitos dos habitantes de Travanca aprenderam a ler e a escrever. Em 2010 o Mosteiro do Salvador de Travanca foi integrado, oficialmente, na Rota do Românico. Em 2013-2014 foram realizadas obras de tratamento, arranjos e conservação do interior e do exterior da Igreja e da Torre, depois, do adro[247].

Em 2020, foi divulgado que o Mosteiro de S. Salvador de Travanca será transformado numa unidade hoteleira, com cerca de 40 quartos, após incitativa do concurso Revive (programa dos Ministérios da Economia, Cultura e Finanças com a colaboração das autarquias locais). O projeto é adjudicado ao francês Jean-Claude Frederic Frajmund, e, até à data, as obras ainda não estão concluídas, nem há muitas informações sobre o estado do projeto[248]. A notícia foi bem recebida, demonstrando uma oportunidade única de intervenção necessária na parte do edificado que, ao contrário da igreja e da torre, ainda não recebeu a devida atenção. Paralelamente, é agradável imaginar as possibilidades de intervenção deste espaço, à semelhança da proposta de requalificação do Convento de Saint-François, do gabinete Amelia Tavella Architectes, nomeada para o prémio Mies van der Rohe, em 2024.

242 idem, p. 21
243 idem, p. 19
244 idem, p. 107
245 "No mosteiro ficavam os casos de demência global ou demência orgânica, estados impuros em que o fundo mental era de tal modo intrincado e confuso que não se podia exactamente qualificar de modo clínico." idem, p.108
246 idem
247 Conservação geral, no âmbito da Rota do Românico, das coberturas, dos paramentos e dos vãos da Igreja e da torre; trabalhos de conservação dos pavimentos da Igreja e dos vestíbulos, bem como dos madeiramentos das escadas e do pavimento da torre; remodelação do espaço de celebração, incluindo o mobiliário da Igreja e espaço do coro." MACHADO, Rosário - Rota Do Românico. Volume 2 (2008), p.273
248 LUSA - Mosteiro românico de Amarante vai acolher hotel de quatro estrelas (2023) [https://www.publico.pt/2020/02/07/fugas/noticia/mosteiro-romanico-amarante-vai-acolher-hotel-quatro-estrelas-1903243]

Foto CM AMARANTE (Pedro Costa)

# O COUTO DE MANCELOS

*"Erguido na orla da veiga do ribeiro da Cruz, Mancelos é assim testemunho do interesse que os poderes senhoriais e eclesiásticos tinham em explorar convenientemente uma região onde se cruzavam limites e jurisdições."*[249]

Falemos agora sobre o Mosteiro de São Martinho de Mancelos. A sua fundação transporta-nos até ao século XII, embora o topónimo deste lugar pareça derivar de um nome romano, o que sugere a possibilidade de uma ocupação anterior, que não conseguimos confirmar, a não ser pela passagem, não tão próxima, da via romana, rumo a Braga.

O Mosteiro terá sido fundado por Mem Gonçalves da Fonseca e Maria Paes Tavares, algures em 1110 [250], porém o documento mais antigo em que é referenciado data-o de 1120, onde é mencionada a existência do convento durante uma disputa de limites com o burgo[251]. Este é um acontecimento a valorizar, sendo que as disputas de limites territoriais eram comuns na Idade Média, sobretudo entre comunidades vizinhas, envolvendo questões de propriedade, impostos, direitos de uso da terra e outros interesses territoriais. Não tendo informações concretas sobre o que ocorria na envolvente de São Martinho de Mancelos na época, só podemos supor que se desenvolvia um burgo, com dimensão tal , para poucas décadas depois, vir a receber foral.

Desta forma, a comunidade monástica beneficiou de uma série de privilégios e concessões. Em 1131, D. Afonso Henriques concedeu carta de couto ao Mosteiro e às terras adjacentes, fornecendo-lhes um estatuto especial de autonomia. Este privilégio impulsionou o desenvolvimento económico e social da comunidade ao permitir que exercessem controlo sobre as suas terras e recursos. A feira semanal, que atraía comerciantes de toda a região envolvente, também favoreceu o papel do mosteiro na organização paroquial e agrícola[252]. Para além disso, em 1220, D. Sancho I concedeu foral à freguesia de Mancelos, o que também pode ter beneficiado indiretamente o Mosteiro de São Martinho.

A história do Mosteiro de Mancelos ficou marcada por episódios de incursões e violências durante o século XV, demonstrando as tensões e os desafios enfrentados pela comunidade. A transferência entre a Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho para a Ordem dos Pregadores e a divisão dos dízimos entre os conventos de São Domingos de Vila Real e São Gonçalo de Amarante, em 1540[253], exemplificam a complexidade das relações eclesiásticas e territoriais. Assim, com cerca de 30 km² de área, este Couto foi um importante centro de poder durante o período medieval. A sua administração continuou a modificar-se ao longo do tempo, tornando-se legado aos dominicanos por D. João III em 1542, com confirmação pelo Papa Paulo III.

Mais uma vez, à semelhança do Couto de Travanca, embora territorialmente ambos os coutos tenham pertencido sempre ao concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega, só foram oficialmente integrados administrativamente nesse concelho em 1855. Até então, tanto Mancelos quanto Travanca constituíam

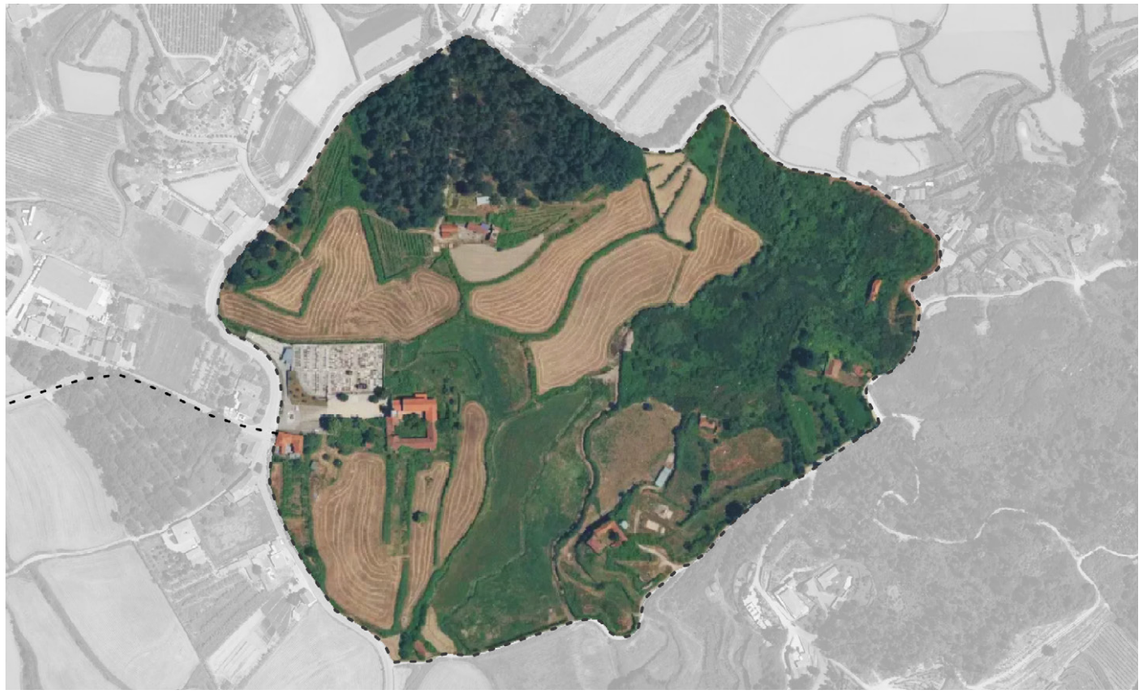
249 MACHADO, Rosário - Rota Do Românico. Volume 2 (2008) p. 352

250 *"O Couto de Mancelos, junto com o Mosteiro de São Martinho de Mancelos e sua jurisdição, foi estabelecido no ano de 1120 por Mem Gonçalves da Fonseca e sua esposa, Dona Maria Paes de Tavares. Inicialmente, foi entregue aos Cônegos Regulares de Santo Agostinho, que o administraram até 1542. Nesse ano, o Rei Dom João III concedeu o Couto de Mancelos e o Mosteiro de São Martinho aos Religiosos de São Gonçalo de Amarante, membros da Ordem de São Domingos, uma doação que foi confirmada pelo Papa Paulo III através de um breve papal."* ANÉGIA (Coord.) - Amarante: uma história entre a ponte e a natureza (1997), p. 121

251 O termo "burgo" pode ter diversos significados, conforme definido no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa: "Fortificação que servia de abrigo às populações situadas fora das muralhas. Castelo, mosteiro ou casa nobre rodeados por muralhas de proteção. Povoação que se desenvolveu junto a fortificação, castelo, mosteiro ou casa nobre rodeados por muralhas. Arrabalde de uma cidade ou vila. = ARREDORES" [https://dicionario.priberam.org/burgo]

252 ANÉGIA (Coord.) - Amarante: uma história entre a ponte e a natureza (1997), p. 162

253 *"Na primeira metade do século XV, sofreu frequentes incursões, roubos e violências sobre o seu domínio fundiário sobre os próprios edifícios do mosteiro, por parte de nobres e senhores da região. Talvez tenha sido esta situação que levou o papa Nicolau V a conceder este mosteiro a D. Fernando da Guerra, que ocupou o cargo de comendador de 1453 a 1467. Foi entregue à Ordem dos Pregadores em 1540. Metade dos seus dízimos foram destinados ao convento de São Domingos de Vila Real e a outra metade atribuída ao de São Gonçalo de Amarante"* - SOUSA, Bernardo - Ordens religiosas em Portugal : das origens a Trento (2006), p. 190



**Mapa 25 - Representação da área monástica de S. Martinho de Mancelos**

Escala 1:5000

0 750 1 500 m

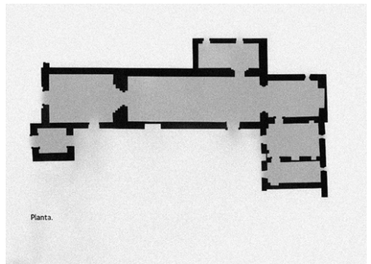
N

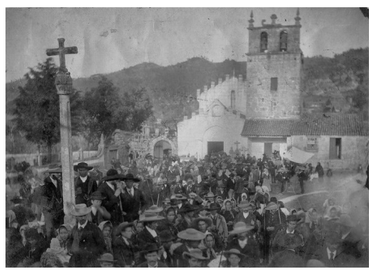
entidades administrativas independentes na região[254]. Até ao século XIX, o Mosteiro e os seus arredores ficaram sob a jurisdição da diocese de Braga, passando mais tarde para a diocese do Porto, marcando uma notável mudança eclesiástica. De destacar também que o topónimo de Couto de Mancelos aparece nas 'Cartas da Província de Entre-Douro-e-Minho', em diversas datas.

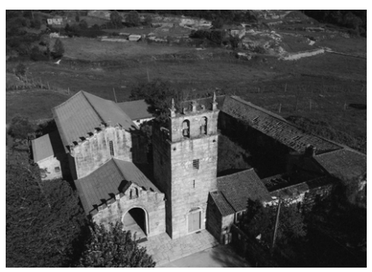
Arquitetonicamente, o Mosteiro implanta-se numa paisagem com características idênticas aos vales previamente descritos, com destaque para um território estranhamente isolado, mas muito fértil, às margens da veiga do Ribeiro da Cruz, afluente do Rio Odres. Mais uma vez, o Mosteiro não pode ser desassociado do seu vale. O local deu origem a um centro impulsionador de atividade agrícola e de organização paroquial, testemunhando um caso de profunda relação entre o cenóbio e a paisagem envolvente, que ainda hoje predomina e pode ser sentida. A atividade agrícola é caracterizada pela rotatividade do uso de pequenas parcelas que rodeiam o mosteiro e que, juntamente com a pastorícia, indicam uma utilização intensiva destes terrenos. Ao contrário do caso de Travanca, não há menção a quaisquer vestígios de uma cerca que, certamente, terá existido em torno do cenóbio, mas que a Monografia aponta para uma configuração de cerca, baseando-se em limites paisagísticos, estruturas arbóreas de bordadura dos terrenos envolventes, e a presença natural do Ribeiro da Cruz.

Durante as décadas de 1960 e 1970, no processo de obras, houve uma atenção especial à fachada da sacristia (originalmente a sala do capítulo) voltada para o antigo claustro, onde foram realizadas sondagens nos arcos, concluindo-se que não era possível encontrar uma solução para o restauro dessa fachada. Considerou-se então a possibilidade de abrir os arcos quebrados para criar um alpendre suportado pelos cachorros existentes na fachada e pelos pilares correspondentes. O claustro, entretanto, acabou desaparecido. Destaque também para um arcossólio, situado na nave da igreja, na fachada sul. Este elemento arquitetónico pode ter tido uma função funerária ou memorial, sendo decorado com motivos singelos e símbolos como uma cruz e dois ginetes[255].

Atualmente, o Mosteiro continua a ser um ponto de referência religiosa e cultural na freguesia de Mancelos, incorporado na Rota do Românico em 2010.

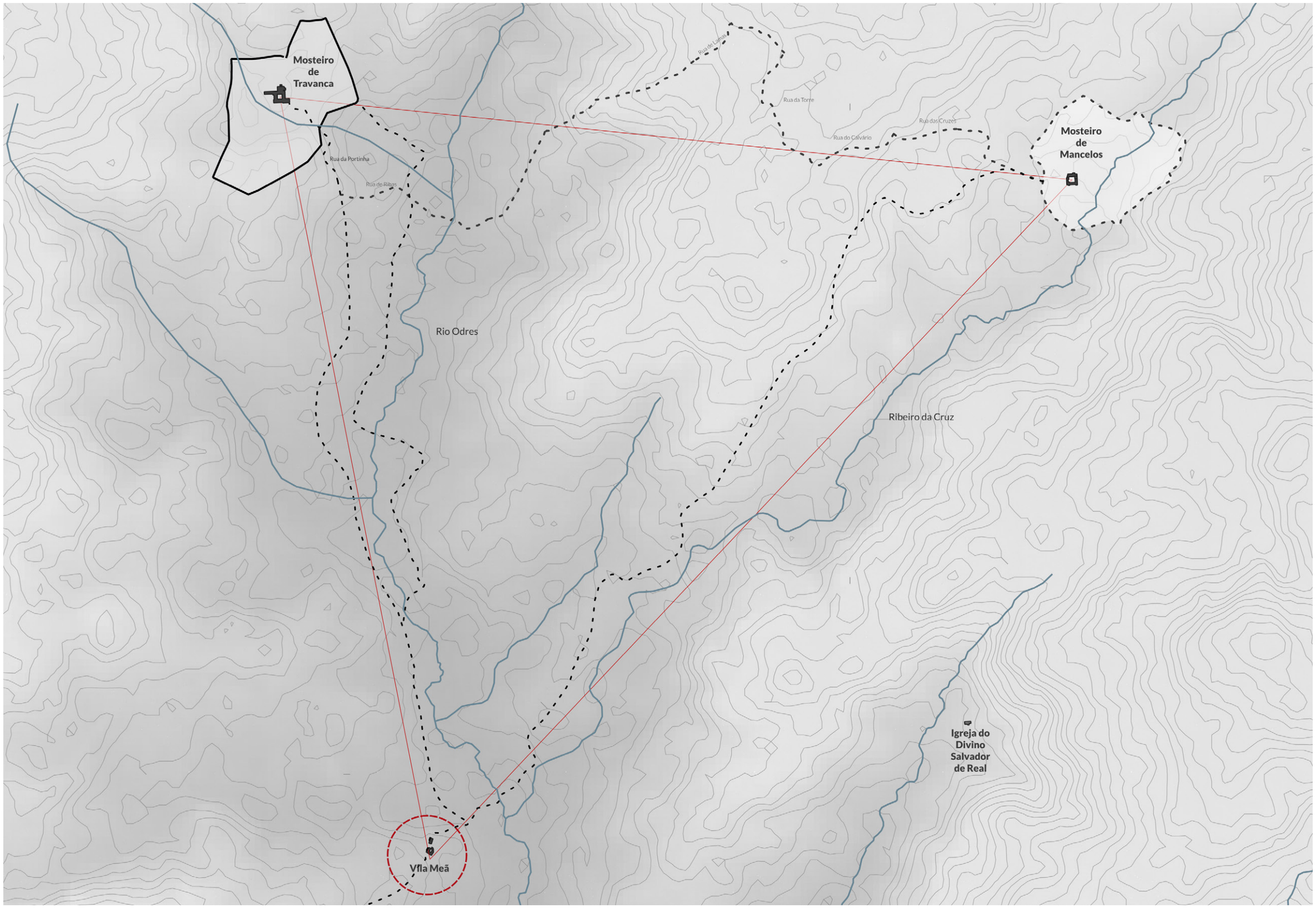






254 O documento menciona especificamente o "concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega" ao abordar a influência administrativa e territorial sobre o Couto de Mancelos durante o período moderno. Destaca que, na Idade Média, Mancelos pertencia às Terras de Sousa e, posteriormente, enquanto couto, esteve sob a influência do concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega.

255 MACHADO, Rosário - Rota Do Românico. Volume 2 (2008) p.360




3.5

**Mapa 26 - Esquema da triangulação das distâncias entre os Mosteiros de Travanca, Mancelos e Vila Meã (sede concelhia)**

Escala 1:15 000
Mapeamento de percursos e triangulação gerados pelo QGIS (autora)

Este mapa ilustra uma triangulação equidistante entre três centralidades, cujos caminhos possuem toponímia tipicamente antiga, seguindo um alinhamento paralelo aos ribeiros. Importa notar que, embora Vila Meã não existisse ainda como sede concelhia, no séc. XII (ao contrário dos mosteiros), provavelmente era por estas vias que se acedia às várias "villaes" existentes na época. Por último, a Igreja do Divino Salvador de Real, construída mais tarde (séc. XIV), também se encontra situada ao longo de um ribeiro.

3.5

# A ROTA DO ROMÂNICO

*"Se algum estilo arquitectónico domina na região de Amarante, é certamente o Românico. Na verdade, existe uma rede importante, de monumentos românicos espalhados pela região, atestando a importância desta e a passagem por ela dos célebres Caminhos de Santiago. Era em lugares desertos ou encruzilhadas na periferia de zonas habitadas que se erguiam, servindo de lugares de reunião, acolhimento e defesa. Alguns tiveram uma vida efémera, não resistindo à passagem dos anos. Outros porém resistiram, fixando comunidades de ordens monásticas."*[256]

Para compreender a evolução do ordenamento territorial em Santa Cruz de Riba Tâmega, é essencial abordar o Românico, numa perspetiva de movimento artístico mas, sobretudo, como propulsor para uma nova organização do território.

Considerando a já referida apropriação dos vales dos rios Douro, Sousa e Tâmega para as formações primordiais da fixação humana, fica claro que esta ocupação de longa data se iria refletir numa progressão constante de movimentos. Os antecedentes geográficos dos concelhos que compõem a atual denominada sub-região da Rota do Românico[257] favoreceram a implantação de edifícios, sobretudo após o processo da romanização. Ou seja, tendo já lançadas as melhores posições estratégicas, a proximidade a rios, a orografia do território e o acesso a vias de comunicação, é natural que a implantação se aproximasse destas potencialidades geográficas, que é precisamente o que se verifica no caso de estudo. Contudo, noutros casos, sentiram-se alguns "*avanços e recuos, deles derivando interrupções construtivas e consequentes atualizações. A deslocação da população para locais de mais baixa altitude poderá justificar o facto de a fábrica românica ter ficado inconclusa em algumas situações*"[258], como lembra o caso Capela da Senhora da Livração de Fandinhães (Marco de Canaveses).

A Rota do Românico, tal como a conhecemos hoje, emerge como um projeto moderno, voltado para a valorização patrimonial e o desenvolvimento turístico, nascido da colaboração entre diversos municípios do Norte de Portugal e entidades regionais e nacionais. Relembre-se que nunca chegou a existir uma rota propriamente dita mas, durante a Idade Média, desenvolveu-se uma rede de monumentos aproximados por diversas rotas de peregrinação, com o importante destino para os fiéis cristãos em Santiago de Compostela. Assim sendo, o projeto atual da Rota do Românico teve como objetivo principal garantir a investigação e conservação dos monumentos que se encontram dispersos pela sub-região, ação que foi cumprida com êxito[259].

A arquitetura românica emergiu na Europa Medieval como elemento unificador, utilizando as mesmas formas e modelos na arquitetura, escultura e outras artes, refletindo a necessidade de formalização simbólica, para justificar a fé. Na estrutura social da Idade Média, as classes privilegiadas detinham poder militar, económico e social, mantendo estreitas relações com a realeza, enquanto o povo constituía a base da sociedade, com limitadas oportunidades de ascensão. Dentro da nobreza, os guerreiros centrais lutavam para expandir os territórios, recebendo cuidados e apoios nos mosteiros, quando feridos. O clero, por sua vez, exercia atividades religiosas e assistenciais.

Para se concretizar uma leitura do panorama românico na região em estudo, é importante considerar o contexto inerente às peregrinações a Compostela. Xosé Lois Garcia destaca o dinamismo das classes dominantes em Cluny e no Midi francês, que organizaram o *Camino de Santiago* e exerceram influência no ocidente peninsular. Pode-se até dizer que o nascimento da nacionalidade portuguesa é atribuído a esse poder, com apoio de influências francesas, principalmente da Aquitânia e Borgonha, na busca pela dominação da Espanha cristã[260]. A ascensão da arquitetura românica de Compostela em Portugal é evidente nas obras dos grandes mestres, como Bernardo o Velho e o Jovem, Esteba e Mateo, difundindo as suas escolas e estilos na região recetiva a essa influência[261]. A sub-região do Tâmega e Sousa, situada em áreas próximas a rotas de peregrinação, recebeu essa influência de forma acentuada, desenvolvendo a sua própria expressão autóctone, muitas vezes independente dos estilos santiagueses. Assim, a região em estudo foi também um ponto de passagem para os peregrinos que seguiam em direção a Santiago, assinalada pelo caminho antigo da "Rua Salamanca Caminho", e atualmente o percurso "Caminho de Torres"[262]. Os monumentos românicos presentes ao longo dos caminhos serviam não apenas como locais de culto, mas também como pontos de encontro e abrigo[263]. As grandes vias romanas vigentes no território em estudo contribuíram para a evolução de ligações até importantes centros, como Lugo, Astorga, Porto, e Coimbra, fortalecendo a sua posição como recetor do formato compostelano[264].

A presença dos Hospitalários na região do Tâmega também enalteceu a prática da peregrinação a Santiago de Compostela. A Ordem de São João de Jerusalém, também conhecida como Hospitalários, teve um impacto determinante no apoio e acolhimento aos peregrinos que percorriam os caminhos, contribuindo para a dinamização do noroeste peninsular. Na região em estudo foram fundadas algumas albergarias a mando de D.ª Mafalda, caso de Canaveses e da já mencionada Capela da Natividade de Ataíde. A atuação dos Hospitalários não se limitava apenas ao apoio dos peregrinos, envolvendo também a gestão de hospitais, albergues e outras instituições de assistência aos viajantes[265].

Na interpretação dos edifícios românicos, na região em estudo, manifesta-se, por sinal, que a arquitetura é distinta em cada margem do rio Tâmega. A margem direita apresenta uma arqueologia mais rica e um românico com traços universais, mais ornamentados, onde se erigiram os principais mosteiros (Mancelos, Travanca, Bustelo, Freixo de Baixo e Telões). Por sua vez, a margem esquerda mostra características mais simplistas e modestas, possivelmente devido à escassez de recursos económicos e ao acesso a materiais, dificultado pela proximidade das serras (casos de Gondar, Lufrei e Jazente). Para além disso, a presença de mais eremitas na margem esquerda do rio também contribuiu para a construção de igrejas mais remotas, que refletem a procura pelo isolamento espiritual[266]. Em geral, na região, o Românico apresenta-se como um estilo robusto e sóbrio, marcado pelo áureo granítico, aproveitando a abundância local desta matéria-prima. Os pórticos, arcos e capitéis, ostentam a sua ornamentação pedagógica, com cenas bíblicas e lições da vida, fazendo uso da simbologia do envolvente rural para educar visualmente uma população que não sabia ler[267].

A preponderância de certas linhagens da burguesia também se fez sentir mais acentudamente no lado direito do rio, destacando-se os Ataídes, os Ribadouro, os Garcias, os Paio, os Mem Viegas, entre outros, que fomos apontando. Estas classes dominantes protagonizaram a construção de muitas infraestruturas essenciais, desde a fundação de mosteiros, à edificação de igrejas, capelas e memoriais que seguem os princípios construtivos românicos, contribuindo para a singularidade desta forma de arte no território em estudo. Por isso, estas famílias, aliadas a ordens religiosas, bispos e outros intervenientes, acabariam por ter um impacto notório na organização territorial e religiosa da região, consumando um inegável contributo na solidificação do reino e na formação da nobreza portuguesa. Ressalve-se que os vestígios da Idade Média não se esgotam nas igrejas e mosteiros, existindo bons exemplares de arquitetura civil, ermitérios, sepulturas e memoriais, nos vales do Tâmega e do Sousa, que em conjunto, ilustram uma região excecionalmente rica, de vital importância para o estudo deste estilo em Portugal.

256 PINTO, Eliseu - Vila Caiz (Amarante) Monografia (1998), p. 7

257 A Rota do Românico é um projeto turístico-cultural, que reúne, atualmente, 58 monumentos e dois centros de interpretação, distribuídos por 12 municípios dos vales do Sousa, Douro e Tâmega (Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Resende), no Norte de Portugal.

258 MACHADO, Rosário - Rota Do Românico. Volume 1 (2008), p. 383

259 Consultar APÊNDICE 8.

260 GARCIA, Xosé - Simbologia do Românico de Amarante (1997), p. 12

261 idem, pp. 13 - 15

262 [https://amarantetourism.com/poi/caminho-de-torres/]

263 CUNHA, Arlindo - A Toponímia e a História na reconstituição dos Caminho Medievais (1998), p. 128

264 *"Os percursos portugueses de peregrinação jacobita, incluindo os Caminhos de Santiago, não possuíam um caminho unificado como o 'caminho francês' ou 'via francigena'. No entanto, a estrada Lisboa-Valença, passando por diversas cidades como Santarém, Tomar, Coimbra, Porto, Barcelos e Braga, era uma das rotas utilizadas pelos peregrinos em direção a Santiago de Compostela"*. idem, p. 121

265 idem, p. 122

266 *"Podem distinguir-se, na região de Amarante, dois núcleos de Românico bem diferenciados, um em cada margem do rio. Na margem direita, temos construções mais exuberantes, de que são bons exemplos o mosteiro de Travanca, a igreja de Mancelos, a igreja de Real a igreja de Telões, o mosteiro de Freixo de Baixo e a igreja de Gatão. Na margem esquerda, com menos recursos económicas e de matéria-prima, os monumentos são mais modestos, merecendo ainda assim visita a igreja de Jazente, a igreja de Lufrei e o mosteiro de Gondar."* GARCIA, Xosé - Simbologia do Românico de Amarante (1997), pp. 12 - 13

267 idem

# PARÓQUIA E ORGANIZAÇÃO

*"O tempo os lugares, as pessoas os ritos fazem parte de todo um quadro bíblico símbolos que se eternizam e se decompõem milhares de partículas que se vão reagrupando, sempre e sempre, e recontando os mesmos sofrimentos e desesperanças."*[268]

Nos capítulos anteriores, abordou-se a presença de poderes centralizados, como coutos e honras, que estavam abrangidos por privilégios independentes. No entanto, dentro da vasta área do concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega, também se foram desenvolvendo, paulatinamente, pequenos núcleos urbanos organizados em torno das Paróquias. A palavra "Paróquia" simboliza, informalmente, "vizinhança" ou "comunidade local". No contexto eclesiástico, refere-se à divisão territorial elementar da Igreja Católica, por norma associada a uma igreja específica e supervisionada por um pároco.

No caso do concelho em estudo, outrora um território caraterísticamente rural e disperso, as Paróquias fundaram pontos urbanisticamente estruturantes que ultrapassavam o âmbito religioso, desempenhando uma participação ativa na prestação de serviços públicos e comunitários, como hospitais, asilos, orfanatos e cemitérios. Para além disso, mantinham registos de batismos, casamentos e óbitos de toda a população. Sem embargo, a compreensão das Paróquias como espaço organizador da vida religiosa torna-se um tema complexo e desafiador, levantando-se questões quanto à sua fundação e quanto ao impacto transformador na coesão e identidade comunitária, especialmente após o Período da Reconquista. *Será que as Paróquias partiram de entidades menores e autónomas, ou já estariam em evolução gradual antes deste período? Seriam instituições dinâmicas e adaptativas ao longo do tempo?*

Entre os vários pontos de vista, Almeida Fernandes expõe a sua opinião sobre função e evolução da Paróquia, durante os períodos suevos e visigóticos em Portugal. Justapõe argumentos de diversos autores que, muitas vezes, são conflituosos no modo como interpretam o documento *"Parochiale Suevum"* - texto eclesiástico do século VI, atribuído ao rei suevo Teodemiro, um dos mais antigos registos sobre a estrutura eclesiástica e territorial na região do norte português e galego. Abreviadamente, Fernandes expressa algum ceticismo sobre a interpretação tradicional e a validade das teses que atribuem a proliferação de paróquias independentes apenas ao período da Reconquista, como singulares a este período. Argumenta que, anteriormente, diversas mudanças já estavam em curso e que o sentido lógico deveria ser a continuidade funcional e adaptativa das paróquias, ao longo do tempo, em vez de ver na reconquista um momento exclusivo de transformação. Ou seja, argumenta que a transição já estava em andamento durante a era visigótica e que não faz sentido afirmar que a invasão muçulmana teria preservado essa tendência de proliferação, enquanto outras estruturas eram subvertidas[269]. Desta forma, Fernandes sugere que nos períodos suevo e visigótico ocorreram as adaptações mais críticas na estrutura do território e das futuras paróquias, que evoluíram para instituições voltadas para a necessidade de resposta à constante transformação das populações, oferecendo serviços religiosos e assistência espiritual e social[270]. Aquando isto, desenvolvia-se uma relação de interdependência entre paróquias e dioceses na organização eclesiástica e administrativa[271].

O autor critica a ideia de continuidade diocesana com base na existência de um "colonato episcopal" desde os fins do século VIII, argumentando que esta alegação é limitada e não prova a continuidade anterior à conquista muçulmana, além de se referir apenas a poucas e pequenas propriedades perto de Braga. Acredita que essas propriedades foram adquiridas por meio de presúria, ou seja, pela conquista ou ocupação de terras sem dono, e não representam uma prova sólida de continuidade diocesana. A continuidade de práticas e titularidades eclesiásticas, particularmente antes e depois da conquista muçulmana justifica, na opinião de Fernandes, a permanência de certos santos mártires como patronos, que provam a continuidade das práticas e instituições eclesiásticas antigas.

O ceticismo quanto às provas para afirmar a continuidade das instituições, antes e após a conquista muçulmana, parecem estar de acordo com o território em estudo. Em poucos casos verificamos uma continuidade direta da evolução dos lugares pré-reconquista, tornando-se mais evidente que algumas paróquias tenham começado do zero, ou seja, criadas em novos lugares, sem uma estrutura eclesiástica pré-existente, onde a população local crescia a ponto de justificar a criação de uma nova unidade

268 BESSA-LUÍS, Agustina [1942] - Deuses do Barro, Prefácio, pp.12 e 13
269 FERNANDES, A. de Almeida - Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas, Arouca: (1997), p. 59
270 idem, p. 37
271 idem, pp. 22 36

LARGO DA LIVRAÇÃO
TOUTOSA, MARCO DE CANAVESES

paroquial: "*Na base dessas vilas novas, estariam intenções meramente programáticas, frequentemente ligadas à presúria ou à necessidade de garantir um povoamento mais extensivo do território, isto é, uma fixação e consagração cultural da reconquista cristã*"[272]. A fundação de uma nova paróquia envolvia a nomeação de um pároco, a construção de uma igreja ou capela para os serviços religiosos, a definição dos limites territoriais da paróquia e a organização da vida eclesiástica e social local. Só com o passar do tempo é que essas novas paróquias se devolviam e se integravam numa estrutura mais ampla da organização eclesiástica. Noutras situações, desenvolviam-se os "Pallatium" (paços) de onde surgiam as "Villae"[273]. Admite-se de um modo geral, que as "Villae" tivessem servido como quadro de base à fundação de muitas paróquias rurais, que foi certamente o experienciado no caso do território de Santa Cruz de Riba Tâmega[274]. Esta distribuição urbana resultava, por vezes, em localizações aparentemente incomuns para o posicionamento das igrejas, pois eram construídas em locais centrais entre as várias comunidades ou vilas existentes. Assim, as "villaes" medievais formavam uma organização própria, numa espécie de aro-rural, ordenando residências, campos agrícolas, oficinas, mercados e estruturas religiosas. Na tese de doutoramento de Luísa Trindade, é referido que ao longo do(s) eixo(s) viários se agregam as parcelas individuais, em princípio tantas quanto o número de famílias previstas[275]. Refere também num outro estudo acerca da habitação e da sua reduzida dimensão que *"para contornar a escassez de espaço recorria-se, em determinadas situações, ao chamado «assentamento de casas», ou seja, à junção de várias unidades habitacionais que, ainda que sem ligação direta entre si, se encontravam na posse de uma só família ou locatário"*[276].

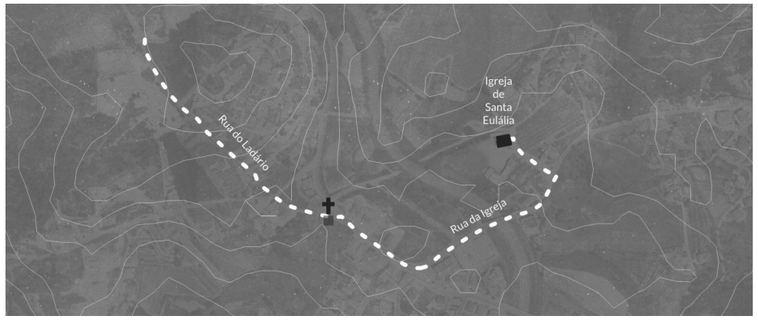
As igrejas paroquiais desempenham o papel de preâmbulo entre as dinâmicas administrativas. Eram o elemento ordenador do espaço e do tecido urbano, fortalecido com o surgimento das confrarias, inicialmente nas cidades e, posteriormente, espalhando-se para o meio rural durante o século XIII. *"As comunidades rurais, quer pela sua própria natureza, quer em virtude das imposições do meio geográfico, quer por causa das condições impostas pelo regime senhorial, não criam qualquer vínculo normal umas com as outras. Pelo contrário, cultivam a rivalidade e a concorrência."*[277]. Uma confraria era, então, uma associação religiosa, formada por membros leigos da Igreja Católica, que se uniam para promover a devoção ao seu santo padroeiro, realizar obras de caridade, cuidar dos doentes e necessitados, e participar em atividades religiosas. Essas confrarias contribuíram para uma coesão individualizada das comunidades rurais, pois envolviam a colaboração entre os habitantes na vida comunitária. O único elemento que permitia ultrapassar a fronteira mental dessa compartimentação era a prática das procissões a santuários situados no cruzamento de caminhos, ou, no caso de capelas castrais, localizadas em montes, que também se podiam tornar pólos devocionais com romaria, onde assentamentos antigos sacralizados, muito relacionados com os povoados em seu redor, foram escolhidos para o remate do percurso de procissões e ladaínhas, sobretudo das ladaínhas de Maio. É por esta razão que há altos de montes onde se situam castros ou castelos, conhecidos por Ladário(s), que geralmente finalizavam o trajeto da procissão, depois de partir da igreja principal, passar o cruzeiro e chegar ao Ladário. Registam-se no caso de estudo este tipo de situação, pelo menos em Louredo, Constance e Gatão, como se ilustra nos esquemas. Contabiliza-se também um considerável número de topónimos relacionados ao Calvário, como por exemplo, o lugar onde foi construído o externato de Vila Meã, em Real, por ser tradição muito antiga que a ele vinha, desde a igreja de S. Salvador de Castelões, a procissão do Senhor dos Passos[278].

Nas romarias são preservadas formas de culto quase pré-históricas, toleradas pela igreja oficial por corresponderem a impulsos do inconsciente coletivo que apelavam a todos - aos camponeses na procura de cura e fertilidade, e aos nobres de diversas categorias. Estas práticas evocavam um ambiente festivo, que se preserva, de diferentes formas, até hoje. Para além disso, os locais de confraria serviram como espaços para a realização de feiras, onde a troca de bens adquire uma conotação quase religiosa[279].

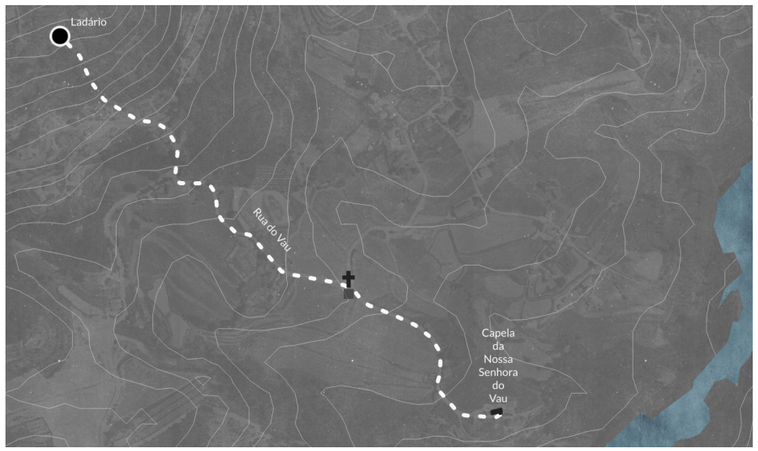
272 BRAGANÇA Pedro - Lugares de habitar entre a terra e o mar: apontamentos sobre temas do território no entre Douro e Minho (2014) p. 110
273 idem, p. 37
274 Op. Cit idem, p. 109
275 TRINDADE, Luísa - Urbanismo na composição de Portugal, (2009), p. 139
276 TRINDADE, Luísa - A Casa Corrente em Coimbra, dos Finais da Idade Média aos Inícios da Época Moderna (2002), p. 38
277 SILVA, Isabel (Coord.) - Dicionário Enciclopédico das Freguesias de Portugal. (1996), introdução
278 QUEIROZ, António José - Vila Meã, uma terra com história... [https://vila-mea.webnode.pt/]
279 ANÉGIA (Coord.) - Amarante: uma história entre a ponte e a natureza (1997), p. 65



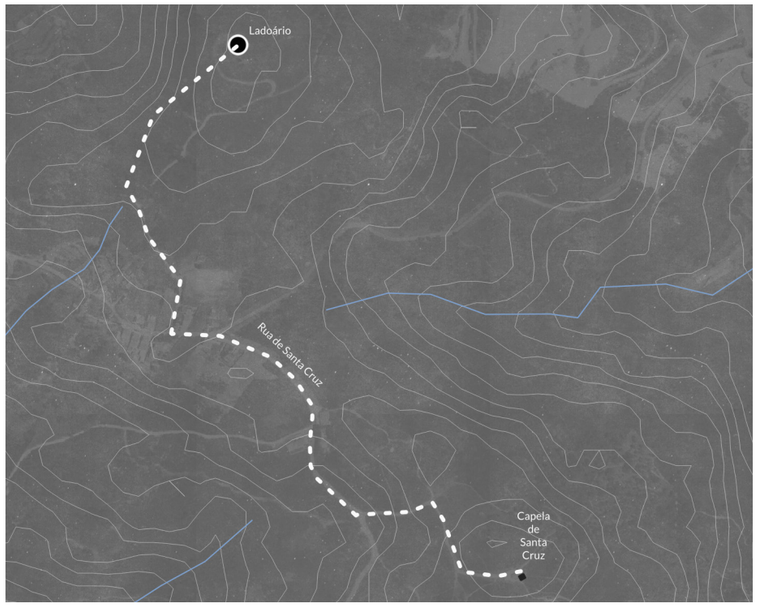





CASO 1.
CONSTANCE:
PERCURSO IGREJA - CRUZEIRO - RUA DO LADÁRIO (SEM POVOADO CONHECIDO)




CASO 2.
GATÃO:
PERCURSO CAPELA - CRUZEIRO - POVOADO DO LADÁRIO




CASO 3
LOUREDO:
PERCURSO CAPELA - RUA DE SANTA CRUZ - POVOADO DO LADOÁRIO

**Mapa 27 - Três casos exemplificativos do percurso ao Ladário**

Escala 1:10.000
Percursos e objetos mapeados gerados pelo QGIS (autora)

N

0 250 500 m

O processo exato e os caminhos através dos quais o cristianismo chegou e se estabeleceu na Península Ibérica são complexos. No entanto, é amplamente aceite que os invasores visigodos e suevos tiveram um papel crucial na oficialização e disseminação desta dinâmica. Os povos, embora fossem poucos e estivessem dispersos, adaptaram-se bem à vida agrícola e rural que encontraram, impondo uma nova conceção do espaço. A presença da Igreja, por meio de um templo aglutinador, foi a forma de se estabelecer um padrão para dividir e melhor organizar territorialmente as povoações. A partir do templo formavam-se juridicamente as Paróquias, que respondiam a determinada comarca, estas sendo divisões territoriais administrativas de maior importância, que existiram até meados do século XIX[280]. Eram constituídas por um conjunto de concelhos ou vilas e dirigidas por um juiz de comarca, que tinha a responsabilidade de administrar a justiça em nome do rei. As comarcas estavam subordinadas às províncias, que por sua vez estavam subordinadas ao reino, até serem extintas em 1832, aquando da criação dos distritos[281].

Assim, as freguesias provenientes das paróquias distribuíam-se como micro-espaços, dos quais a comunidade fez parte integrante. Só muito lentamente se adquiriu aquilo que, a partir do século XIX, se começou a tomar conscientemente como concelhia autónoma. A emergência duma unidade abrangente de todo o território, nas suas teias administrativas, judiciais e fiscais, é, apesar de tudo, muito recente: "*Séculos e séculos decorreram em que era muito mais viva a consciência de se pertencer, primeiro a um senhor eclesiástico, e só depois a uma paróquia, ou seja, a uma pequena comunidade de vizinhos. Quando muito, a consciência supra-local, era adquirida pelas relações económicas e comerciais regionais, ou pelo conhecimento de se pertencer a uma Diocese.*"[282].

ANDOR GRANDE NAS FESTAS DA NOSSA SENHORA DA APARECIDA
EM TORNO, LOUSADA

CENÁRIO DA IGREJA PAROQUIAL
DE SANTIAGO DE FIGUEIRÓ, AMARANTE



280 ANÉGIA (Coord.) - Amarante: uma história entre a ponte e a natureza (1997), p. 69
281 idem
282 SILVA, Isabel (Coord.) - Dicionário Enciclopédico das Freguesias de Portugal. (1996), introdução

*"De uma maneira geral, a paróquia do Entre-Douro-e-Minho delimita-se pelos cumes das elevações que a cercam, por velhos caminhos e pelas vias fluviais mais importantes. A sua área é relativamente pequena. Quando se organizam nos séculos XII e XIII, as freguesias exigiam uma média de 15 a 20 agricultores, necessários para assegurar económica e religiosamente uma vila eclesial. Nesta altura a freguesia já se apresenta como um espaço muito bem definido, englobando uma área, contígua, ou não, destinada a campos de cultivo, o ager, outras áreas ocupadas por soutos de carvalhos e de castanheiros, reservada à criação de gado suíno, fundamental na economia e na alimentação, outra de monte, ou seja, áreas de matos destinadas à pastorícia e à criação de gado."* [283]

Mais uma vez, a formação das paróquias parece ter sido condicionada pela variabilidade geográfica, pela interseção de vários fatores demográficos e económicos, bem como pela intervenção da nobreza laica e eclesiástica. Neste sentido, foi realizado um mapeamento de quase todos os edifícios religiosos presentes no concelho, incluindo as Igrejas Paroquiais, mas também um conjunto de capelas desconhecidas, consideradas menos estudadas ou, em alguns casos, totalmente não inventariadas pela DGPC, por se encontrarem extintas ou em ruína[284].

De acordo com Paula Costa e Joana Lencart[285], a análise de certas fontes documentais (como as Memórias Paroquiais, Francisco Craesbeeck, etc), pode apresentar dificuldades na interpretação e contabilização das igrejas num determinado lugar, por fazerem uso frequente do plural, enquanto a documentação avulsa ou oral permite identificar um número superior de outras igrejas o que foi exatamente o que aconteceu no caso de estudo onde, na maioria das vezes, apenas as igrejas paroquias estão inventariadas na DGPC. Por isso, fez sentido combinar fontes documentais e orais para o estudo e identificação de edifícios religiosos, ainda que sirvam apenas como base de registo documental para futuras investigações. Dada a extensão do trabalho, não foi possível ir além de uma listagem e mapeamento de 26 casos, o que impossibilitou a elaboração detalhada de cada caso e a atribuição de distinções claras entre cronologias, casos de capelas, ermidas, ruínas e memoriais.

Em muitos casos rurais não é feita referência ao orago, possivelmente porque eram vistos apenas como elementos administrativos e não como espaços devocionais. No caso de estudo, a igreja paroquial está presente em todas as freguesias, apresentando-se como modelo principal e exibindo uma localização central. Muitas vezes, a igreja paroquial era construída no local onde existia uma edificação anterior, geralmente uma igreja ou capela mais antiga e significativa da área. Com dimensão intermédia em relação às matrizes e às capelas, podiam ser construídas em qualquer lugar dentro dos limites da paróquia que serviam, embora tivessem tendência a acompanhar o crescimento da própria população, tornando necessário um local de culto mais próximo e unificador. No caso de estudo, nenhuma igreja paroquial foi elevada ao estatuto de matriz.

As capelas, por outro lado, eram construções de dimensões menores e equilibradas, dispersas pelos aglomerados rurais ou implantadas em lugares ermos, onde as relações extraordinárias com a Natureza *favorecem o encontro do Céu com a Terra*[286]. Podiam ser dedicadas a um santo ou santa em particular; ou estarem associadas a uma família nobre importante da região. Não é de estranhar que estes pequenos templos de refúgio se tenham sacralizado e folclorizado, estando frequentemente envoltos em lendas e aforismos.

No caso das igrejas não inventariadas ou documentadas, como são exemplo a Capela de Santa Cruz ou a Capela do Pinheiro, permanecem incertezas quanto à sua antiguidade ou metamorfoses. Na restante listagem, ressalta um número de capelas que foram recuperadas através de obras de manutenção, em fases distintas da história. Nestes casos, embora não documentadas, são altamente estimadas pela comunidade, que continua a prestar devoção, decorá-las e dedicar-lhes festas e romarias. O único caso de ruína que conseguimos observar é a Capela da Nossa Senhora da Guia, em Oliveira. Porém, há notícia de umas quantas desaparecidas ou demolidas como, só no caso isolado de Vila Meã: as Capelas da Nossa Senhora da Luz, Menino Deus, Santa Comba. Há ainda casos mais difíceis de interpretar, como cruzeiros e o caso do Memorial da Livração.

283 MACHADO, Rosário - Rota do Românico do Vale do Sousa; (2008), p. 40

284 Consultar **APÊNDICE 7**. (Durante o período de escrita desta dissertação, foi possível verificar que vários casos deram entrada nos dados da DGPC, porém apenas com título e localização, sem informações adicionais)

285 COSTA; LENCART - As Igrejas das Ordens Religioso-Militares entre 1220 e 1327 (2017), p. 68

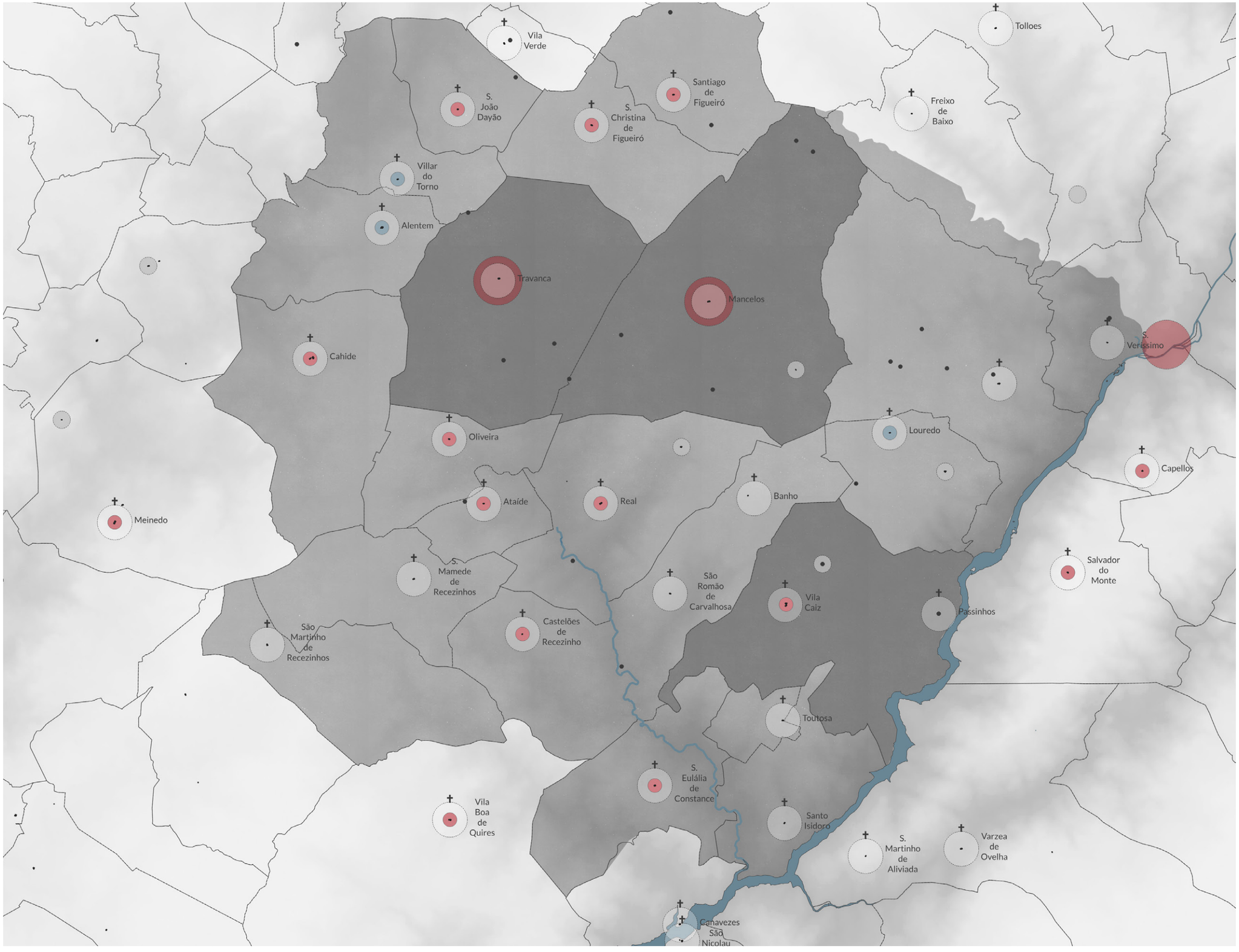
286 ANÉGIA (Coord.) - Amarante: uma história entre a ponte e a natureza (1997) p. 89



No que diz respeito à conservação de monumentos, Alois Riegl faz distinção entre as intervenções exercidas pelo clero rural e urbano, explicando que a tendência de *"regotização"* dos monumentos (prática de restaurar ou modificar monumentos antigos para fazê-los parecer mais góticos do que originalmente eram) ocorre, principalmente, entre o clero rural, por ser mais propenso a valorizar e aderir às formas tradicionais e históricas, talvez devido a uma relação mais forte com a herança e os valores conservadores nos ambientes menos influenciados pelas tendências contemporâneas que predominam no clero urbano, onde essa prática é mais contida ou até rejeitada[287]. Esta comparação parece-nos pertinente, pois foi essa a sensação transmitida durante o levantamento dos 26 casos de objetos pouco conhecidos, relembrando que para esta contagem não foram incluídas capelas pertencentes a quintas ou solares, exceto a capela da Saudade, que parece estar inserida na propriedade Acácio Lino, embora não tenhamos conseguido confirmar.

CAPELA DE SÃO BRÁS
REAL, AMARANTE

287 RIEGL, Alois - O Culto moderno dos monumentos: a sua ess~encia e a sua origem (2014), p. 83








**Mapa 28 - Representação das Paróquias, capelas intermédias e capelas pouco conhecidas**

Objetos Gerados pelo QGIS (autora)
Freguesias DGT

Neste mapa, as paróquias de Santa Cruz de Riba Tâmega e áreas adjacentes são representadas por círculos médios em cinza claro. As paróquias que incluem a toponímia 'Rua da Igreja' são destacadas em vermelho, enquanto os topónimos associados aos santos patronos dessas igrejas são indicados em azul Os pontos pretos assinalam capelas menos conhecidas, cujos detalhes são aprofundados no **Apêndice 7.**

3.7

PARÓQUIA E ORGANIZAÇÃO

*"O essencial da mobilidade efectuava-se, assim, no interior da paróquia ou dentro do campo sonoro do sino da igreja, coração da aldeia, que poderia ouvir-se, sendo um bom sino, a umas duas léguas de distância, o que já implicava a travessia dos limites da comunidade local, mas poucas vezes os do concelho."* [288]

Por vezes surgem alguns equívocos sobre a relação entre a localização das paróquias e as vias de comunicação, atribuindo-se uma importância superior às questões de mobilidade da população. Teoricamente, as estradas desempenharam um papel necessário na vinculação entre comunidades e foram a razão de influência para a escolha de assentamentos e desenvolvimento espacial das paróquias. Contudo, essa relação não se aplicava nas distâncias muito longas entre locais, questionando como se relacionavam, verdadeiramente, os povoados das várias paróquias.

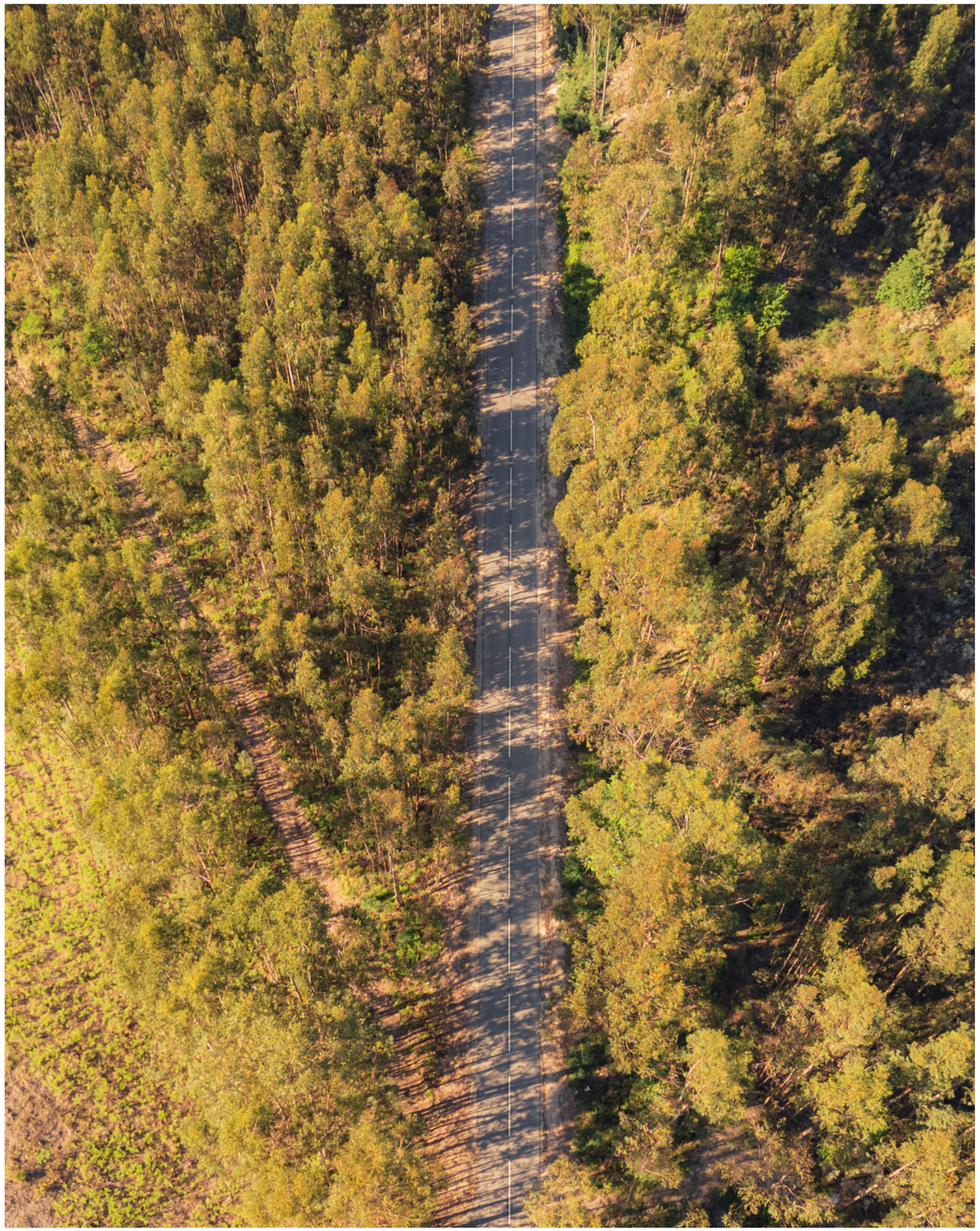
A ideia do *"Grand tour"*, nascida primeiro entre a aristocracia, depois conquistada pela burguesia e hoje praticamente democratizada, em nada reflete o mundo mental que regia as comunidades de há 500 ou 800 anos. Viajar era perigoso e dispendioso. Mesmo a ideia difundida pela promoção turística recente, que veicula uma Idade Média de peregrinações a Santiago de Compostela (Espanha), a Roma (Itália) ou a Jerusalém (Israel), é profundamente falaciosa. Assim, "*o homem medieval não se lançava em jornadas que implicassem a rutura com os laços familiares ou com a segurança da sua casa e da sua comunidade*"[289]. No contexto medieval, o camponês valorizava, primeiramente, uma rede local de caminhos integrados entre a sua aldeia e as propriedades do seu termo, seguida de caminhos de média distância que o levassem à igreja, a outras povoações da paróquia e à sede do concelho. As vias regionais, que saíam do município, eram vistas como perigosas, muitas vezes sujeitas a portagens e à presença de agentes institucionais como coletores de impostos ou, ainda, frequentadas por figuras perigosas, marginais, salteadores e ladrões. "*As carvalheiras, os pinhaes, as vinhas, os campos de semeadura, succedem-se ininterruptamente. Sobre Pidre, ha depois um intervallo de sinistra aridez, com as lendas de roubos e assassinatos da serra de Pidre, uma bella commoção artística para cortar os enthusiasmos da paysagem*"[290].

A ideia moderna de que as estradas uniam todas as pessoas é, potencialmente, herética, sendo que essa não era a realidade entre o camponês comum que, como refere António de Oliveira: *"para lá da fronteira da paróquia da sua pátria ficava, na verdade, a terra do outro, do estranho, de quem não pertencia à comunidade, o que não era vizinho, não era morador"*[291]. Aqui entram em vigor os termos *"Midgard"*, associado ao mundo doméstico, fértil e benigno do centro; e *"Utgard"*, relativo a uma zona hostil e desconhecida que rodeia o centro, considerada origem de todos os males e desgraças[292].

Ainda assim, no período da Idade Média, a mobilidade foi um tema importante, construindo-se infraestruturas como "*obras de assistência, empedrar caminhos lamacentos, edificar pontes e instituir barcas de passagem gratuita*"[293], gestos vistos tanto como um ato de caridade, quanto uma necessidade política, sendo que *"num reino em construção, o poder passava cada vez mais por chegar rapidamente aos domínios ou fazer executar as ordens com a celeridade pedida a um bom aparelho fiscal e judicial "*[294]. Não obstante, a rede paroquial fixada no século XI, posteriormente documentada nas principais Inquirições do séc. XII, é já muito coincidente com a rede atual. Os condicionalismos geográficos do povoamento mantiveram-se, sustentando a sua respetiva continuidade. No fundo, são estes povoados considerados como o *"filli ecclesiae"*, sem grandes preocupações de delimitação fronteiriça entre si, mas suficientemente congregados à volta do seu "campanário" que estão na real origem das nossas freguesias: *"o termo Paróquia como o de Freguesia, são ambos de origem religiosa, embora o vocábulo Paróquia nunca se tenha tornado popular, enquanto que o de Freguesia, terminou por ser oficializado após a implantação da República"*[295].

288 Op. Cit Oliveira, (1995: 263) MACHADO, Rosário - Rota Do Românico. Volume 2 (2008), pp. 245 e 246
289 idem
290 VIEIRA, Augusto - O Minho Pitoresco (1886), p. 424
291 Op. Cit Oliveira, (1995: 263) MACHADO, Rosário - Rota Do Românico. Volume 2 (2008), pp. 245 e 246
292 SILVA, Isabel (Coord.) - Dicionário Enciclopédico das Freguesias de Portugal. (1996), Cap. introdutório
293 ANÉGIA (Coord.) - Amarante: uma história entre a ponte e a natureza (1997) Cap. Uma vila com três terras, pp. 60 - 88
294 idem
295 SILVA, Isabel (Coord.) - Dicionário Enciclopédico das Freguesias de Portugal. (1996), Cap. introdutório





ESTRADA DE PIDRE
MANCELOS, AMARANTE

# AS TORRES SENHORIAIS E MONÁSTICAS

*"Distinguiam-se mal as velhas mansões com torreão, entre acácias pretas; e o palacete de Josefina parecia sumido numa faixa de nevoeiro, como se trouxesse à cinta um véu de paladino."* [296]

Na área do concelho emergem algumas torres medievais emblemáticas que serviam, respetivamente, como fortificações residenciais para a nobreza ou como construções religiosas e defensivas para comunidades monásticas.

Segundo Teresa Soeiro, estas torres encontravam-se, geralmente, em *"pequenas colinas alçadas a meia-encosta ou mesmo no sopé dos pequenos vales, profundos e encaixados, conformados pela rede hidrográfica"*[297]. Acrescenta que a presença de topónimos relacionados com Torres, nem sempre garante a existência de torres senhoriais baixo-medievais, até porque foram comprovados documentalmente alguns casos, entretanto desaparecidos, onde não restaram testemunhos toponímicos. Francisco Menezes confirma que, no início do século XIX, *"há muitas casas com o nome de 'Torre' de que não há indicio nenhum dellas, (...) porque em tempos antigos só não se dava o nome de 'Paço' ou de 'Torre' a casa que não tivesse esta, e não fosse honrada."*[298]. No concelho de Santa Cruz, foi possível identificar e diferenciar alguns casos com suporte bibliográfico, sobretudo, o desenvolvido por João Silva.

Acerca do registo toponímico, serve de exemplo a Quinta da Torre (Banho e Carvalhosa), que hoje se encontra totalmente recuperada e ativa. Revelava, no passado, várias estruturas habitacionais arruinadas e de apoio à exploração agrícola, numa muito suave colina de localização privilegiada, estendendo-se em seu redor os respetivos campos de cultivo[299]. Supõe-se a existência da torre pela toponímia que se preserva, Rua da Torre. Acreditamos que este local possa ter sido um dos casais atribuídos à linhagem de Ataíde.

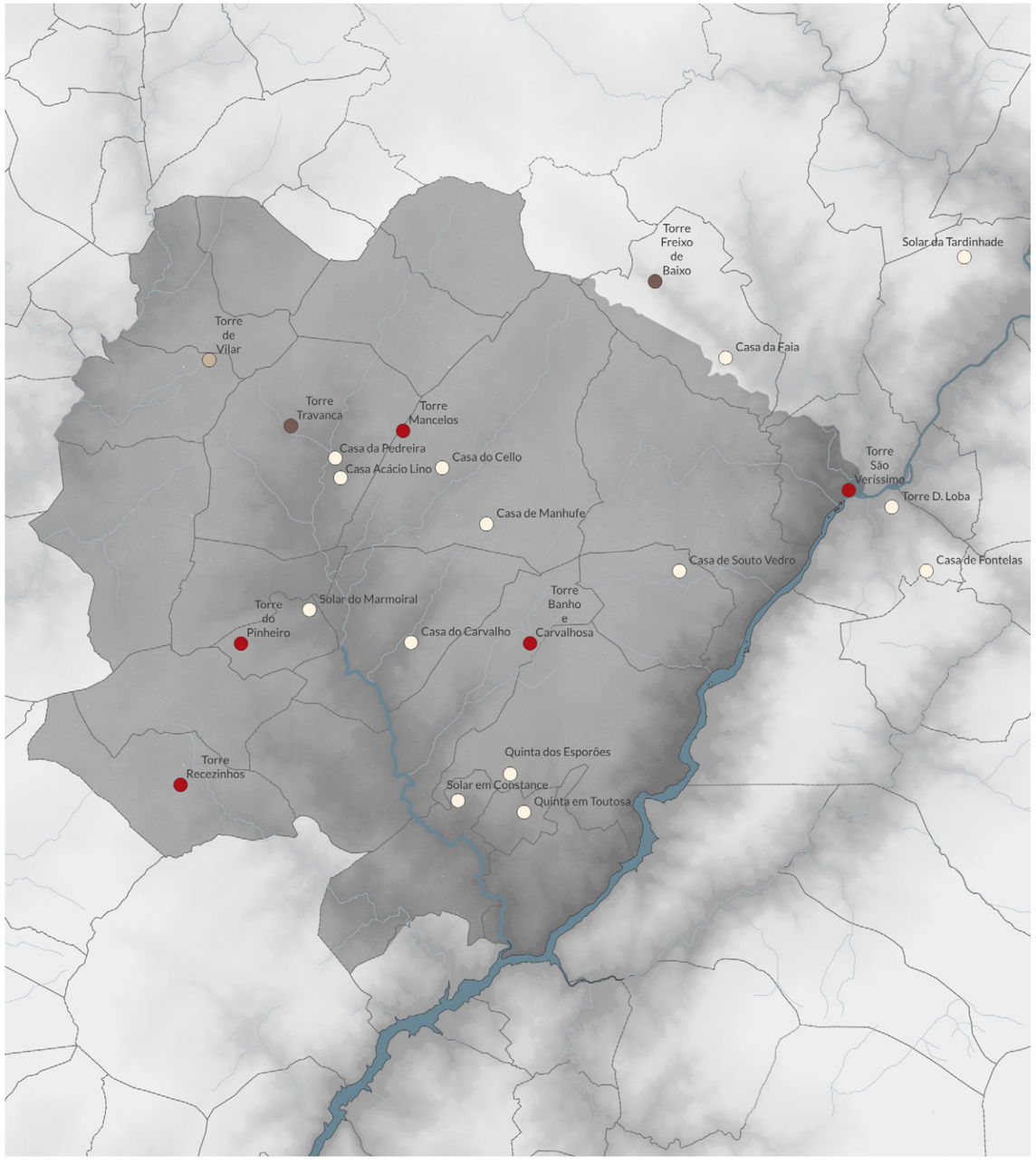
Em Mancelos, surge um caso semelhante: a Quinta da Torre. Situar-se-ia numa colina, cercada por campos de cultivo, com várias estruturas habitacionais e de suporte à agricultura, que estão atualmente em ruínas, impossibilitando qualquer entendimento de leitura da torre. Ainda assim, o topónimo da extensa Rua da Torre permanece evidente, confirmando a sua antiga presença[300].

Na antiga freguesia de S. Veríssimo, adjacente ao riacho de São Lázaro, encontra-se um antigo local conhecido como Torre, onde se identifica com muita dificuldade um cunho medievo de algumas estreitas e tortuosas vielas[301]. Na mesma freguesia, a Casa de Morleiros situada perto do centro urbano de Amarante, datada do século XVIII, destaca-se pelo seu brasão e capela. Foi mencionada por Craesbeeck, em 1726, como detentora de um oratório e próxima da histórica Casa de Sá, que pode remeter a uma antiga residência senhorial, relacionada etimologicamente com o termo "sala". A arquitetura local, muito típica em assentamentos e afloramentos graníticos, sugere a importância histórica e, até, potencial associação do nome "Torre" à romanização[302]. A freguesia de São Veríssimo, atualmente extinta, e integrada na freguesia de São Gonçalo, ainda mantém a sua Igreja Paroquial de traços românicos, posicionada na encosta, acima do lugar da Torre.

Na freguesia de Ataíde, no lugar já mencionado da Quinta do Pinheiro, ergueu-se outrora uma torre senhorial atribuível aos séculos XII ou XIII, confirmada pela 'Corografia Portugueza' e pelas 'Memórias Ressuscitadas'. O arqueólogo João Silva descreveu-a, no final da década de 1990, como uma *"humilde propriedade com seu edifício habitacional, de modestas proporções e cunho arquitectónico oitocentista"* [303]. Acrescenta ainda que *"o dito edifício integra um pequeno torreão, de sabor romântico, quiçá erguido em recordação da medieval estrutura"*, como havíamos confirmado na visita de campo[304].

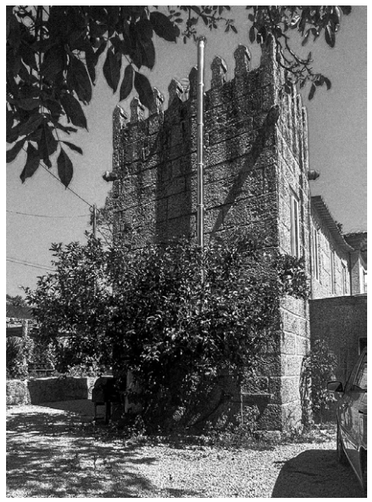
Ainda sobre toponímia relativa a ruas da Torre anota-se um caso em Recezinhos (São Martinho) e vários casos realtivos a ruas do Paço, como por exemplo a Quinta do Paço Soutelo, em Banho e Carvalhosa, referida por Craesbeeck.

296 BESSA-LUÍS, Agustina [1980] - O Mosteiro, p. 201
297 SOEIRO, Teresa - op. Cit. SILVA, João - Torres Senhoriais Monásticas (1998), p. 473
298 MENEZES, Francisco de - Historia antiga e moderna da sempre leal e antiquissima villa de Amarante (1814) p. 20
299 SILVA, João - Torres Senhoriais Monásticas (1998), pp. 473 - 476
300 idem
301 idem
302 idem
303 idem
304 idem

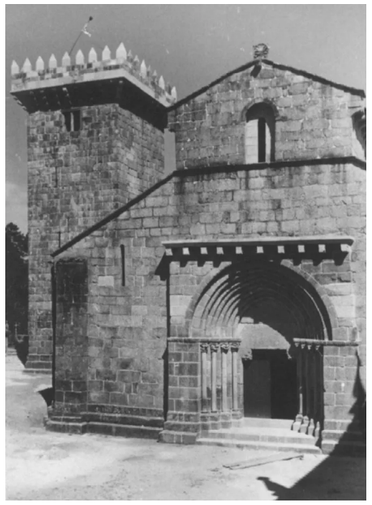



**Mapa 29 - Mapeamento das tipologias de torres identificadas**

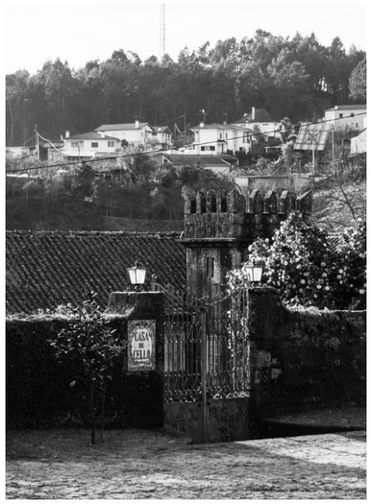
| | |
|---|---|
| Escala | 1:100 000 |
| Freguesias | DGT |
| Mapeamento pontos | Gerado pelo QGIS (autora) |
| Contorno do concelho | Gerado pelo QGIS (autora) |



TORRE RENOVADA DA
QUINTA DO PINHEIRO
ATAÍDE

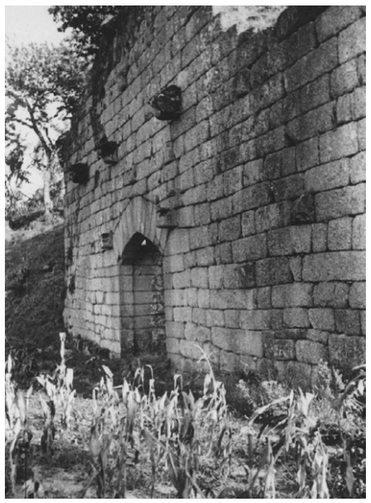


TORRE DO SALVADOR DE
TRAVANCA



TORREÃO DA CASA DO CELLO
MANCELOS

TOPONÍMIA DA "RUA DA TORRE"
MANECLOS



TORRE Dª. LOBA
PADRONELO

TOPONÍMIA "RUA DA TORRE"
BANHO E CARVALHOSA
(HOJE COMPLETAMENTE MODIFICADA)

TORRE DA CASA DO MARMOIRAL
ATAÍDE

TORRE DA CASA DO RIBEIRO
TOUTOSA

TORRE MILITAR DE VILAR
EM VILAR DO TORNO E
ALENTÉM

TORRE DA CASA SOUTO VEDRO
LOUREDO

Quanto a torres monásticas, subsistem duas torres medievais associadas aos antigos mosteiros de São Salvador de Travanca e São Salvador de Freixo de Baixo, que no caso de estudo se inserem ambas na Rota do Românico. Com tamanhos e detalhes arquitetónicos bastante diferentes, a primeira está separada da igreja a que pertence, enquanto que a segunda está posicionada no lado sul da fachada da sua igreja.

A Torre do Mosteiro de S. Salvador de Travanca, localizada a pouco mais de um metro da Igreja, foi objeto de atenção de vários autores (Craesbeeck incluiu até um desenho na sua descrição), pela sua construção medieval elegante e robusta, recuperada pela DGPC, por ser parte integrante da Rota do Românico. Historicamente, especula-se que a torre possa ter sido fundada por D. Mem Gonçalves, relacionado com a edificação da igreja, mas há também uma tradição, mencionada por Pinho Leal, que sugere que o local onde o mosteiro foi construído anteriormente abrigava uma mesquita árabe, sendo a torre parte dessa estrutura antiga. Augusto Vieira refere esta curiosidade: *"A sachristia é sumptuosa deveras, e da torre diz a tradição que existia já antes de se construir a egreja, sendo n'essa epocha a torre de uma mesquita árabe"*[305]. Contudo, a maioria dos autores considera-a uma obra do final do século XII, ou do início do século seguinte, posterior à construção da igreja românica. A torre é especialmente apreciada pelo seu portal na parede leste, com arquivoltas apontadas e um tímpano com a descrição "Agnus Dei" (Cordeiro de Deus), uma característica típica do românico na região.

Na Igreja românica de S. Salvador de Freixo de Baixo, apresenta-se, igualmente, uma torre sineira, de planta quase rigorosamente quadrangular, conectada por um pequeno muro à igreja, mas ligeiramente avançada em relação a ela. Terá servido, na época medieval, idênticos desígnios defensivos.

Neste concelho, bem como nos arredores, contam-se numerosos exemplos de torres inseridas em propriedades privadas, quintas e solares, que João Silva intitula como *"sucedâneos das torres medievais"*, por assumirem um carácter não já vincadamente senhorial e defensivo, mas ainda assim "herdeiras" a nível simbólico e formal, dos seus antepassados medievais[306]. São exemplo disso a Casa da Faia (Freixo de Baixo), Casa de Manhufe (Mancelos), Casa de Souto Vedro (Louredo), Casa Acácio Lino e Torre de Pedreira (Travanca), Solar do Marmoiral (Ataíde), Casa do Ribeiro (Toutosa) e Quinta dos Esporões (Vila Caiz); nas proximidades do concelho, o Solar da Tardinhade (Gatão), a Casa de Fontelas (Cepelos) e a Torre D.ª Loba (Padronelo). Reconhecemos a existência de muitas outras, para além das listadas no Apêndice 9, que nos escapam e não conseguimos inventariar. Geralmente, estes conjuntos habitacionais solarengos possuem brasão da família, torres de cariz romântico e também uma capela privada. Muitas foram transformados em quintas produtivas, ligadas ao enoturismo e agroturismo. Outras, no entanto, permanecem à espera de intervenção devido a disputas entre herdeiros.

Como único exemplo de torre militar no concelho em estudo, ergue-se a Torre de Vilar, localizada em Vilar do Torno e Alentém, em Lousada. Trata-se de um símbolo de poder da nobreza senhorial, constituindo um importante exemplo da *"domus fortis"* (residência fortificada). Deverá ter sido construída entre a segunda metade do século XIII e o início do século XIV, embora o primeiro testemunho desta torre esteja datado do século XV. Segundo as Inquirições de 1258, "*Sancte Marie de Vilar"* era uma Honra pertencente à família de D. Gil Martins, da família dos Ribavizela[307]. As intervenções levadas a cabo pela Rota do Românico contribuíram para a eliminação do estado de ruína da Torre de Vilar.

O regime senhorial de certas famílias, como os Viegas, Ataídes, Sousa e Ribavizela, tiveram um papel decisivo na formação política e social na fundação do reino, influenciando significativamente a organização religiosa do país. Juntamente com as ordens religiosas, bispos e outros atores, estas famílias impulsionaram a edificação de infraestruturas, como pontes e torres, a fundação de mosteiros, e a construção de igrejas, capelas e memoriais. O património das torres medievais no concelho, que segue, sobretudo, os princípios construtivos românicos, faz deste território um lugar singular para a apreciação desta forma de arte. Em alguns casos, salientam-se casos de epigrafia e outras manifestações artísticas, com assinaturas e inscrições dos seus construtores, também encontradas em algumas igrejas, pontes ou moinhos, que, evoluindo de imagens concretas para símbolos ideográficos e abstratos, refletem a interpretação mágica da vida e do trabalho na arte de esculpir a pedra na região, culminando em símbolos alfabéticos, já no período gótico[308].

305 VIEIRA, Augusto - O Minho pitoresco (1886), p. 419
306 SILVA, João - Torres Senhoriais Monásticas (1998), p. 478
307 MACHADO, Rosário - Rota Do Românico. Volume 2 (2008), p. 351
308 Maior exemplo é proveniente do estudo sobre as siglas de pedreiros na Igreja e Mosteiro de Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses).

CAPELA E TORRE DA CASA DO MARMOIRAL
ATAÍDE, AMARANTE

# ESTRUTURA E RESISTÊNCIA

*"O vale dentro de um anel de pinhais, sempre um pouco sobrevoado por nevoeiros, o que o tornava encoberto aos olhos dos viajantes da estrada real, adquiriu uma identidade muito própria."*[309]

Segundo Luísa Trindade, a atual rede urbana que conhecemos é quase sem exceção aquela que herdámos da Idade Média, se considerarmos o número dos novos núcleos urbanos e da evolução de estruturas originadas em épocas anteriores[310]. O regime senhorial da Idade Média estabeleceu o acesso ao espaço cultivado, aos recursos naturais e à repartição de rendimentos provenientes da exploração da terra. As estruturas de organização e controlo territorial, instituídas naquela época, permaneceram praticamente inalteradas até ao início do século XIX, influenciando diretamente a configuração das cidades e vilas até os dias atuais.

Em 1340, uma ordem de D. Afonso IV marcou um ponto de viragem na gestão concelhia, estabelecendo que o concelho de vereadores se reunisse semanalmente. Essa prática rapidamente se mostrou eficaz, pois já em 1352, reclamações vindas de Lisboa indicavam que os vereadores se reuniam em locais privados para decidir questões municipais. Assim, à medida que os núcleos urbanos cresciam em população e complexidade administrativa, tornava-se evidente a necessidade de uma estrutura física de apoio mais robusta para a gestão urbana, surgindo, assim, a Casa da Câmara. As antigas casas da câmara portuguesas foram organizadas para acomodar funções do poder local e da população, seguindo quase sempre uma tipologia comum em todo o Reino[311]. A crescente burocracia e necessidade de salvaguardar autonomias e privilégios exigiam um espaço próprio para armazenar símbolos concelhios importantes, como bandeiras, selos, e documentos como as cartas de foral, que anteriormente costumavam ser guardadas nos mosteiros ou igrejas[312].

No caso de Santa Cruz, nos princípios do século XVII, foram construídos os Paços do Concelho, designados também por Câmara Velha que, juntamente com o Tribunal (Casa das Donas) e o pelourinho que se ergue na sua frente, desvendam, ainda, o símbolo da organização municipal e judicial ali sediada. *"Em 1573, terá sido a provável construção do pelourinho primitivo, conforme data no tabuleiro. De acordo com alguma 'literatura cinzenta', testemunhos de pessoas, já falecidas, que nasceram pouco depois da extinção do concelho e que diziam falar pela boca dos seus pais, garantiam que ali funcionou o Tribunal (no 1.° andar) e a Cadeia (na enxovia do rés do chão). As fachadas principais (oeste) e lateral (norte) ostentam várias peças de granito trabalhado que dão um toque senhoril àquele edifício municipal, que tem sido tomado por baluarte de defesa do regresso de Vila Meã à categoria de sede do concelho, tal como sucedeu até 25 de outubro de 1855."*[313].

Luísa Trindade aponta a escassez de informações detalhadas sobre os edifícios dos Paços do Concelho nas cidades tardo-medievais portuguesas, pois apenas cerca de uma dezena de casos são referenciados documentalmente, por vezes de forma vaga e imprecisa. Ainda assim, a implantação na malha urbana e as soluções arquitetónicas adotadas para esses edifícios adaptaram-se às necessidades específicas de cada administração concelhia. Por exemplo, era comum a adaptação de moradias vulgares para a construção dos Paços do Concelho. Apesar da modéstia e exiguidade dos edifícios, a centralidade da localização era um ponto crucial. Nas primeiras décadas do século XIV, as grandes vereações escolheram a proximidade das catedrais como local de reunião. Nos casos rurais, com outro tipo de organização, as vereações nem sempre utilizaram estruturas existentes e alguns Paços de Concelho foram construídos de raiz, conforme  a necessidade, e foram sofrendo transformações e restauros. No caso de Santa Cruz parece haver notícia de assembleias passadas que aconteciam na Igreja de Salvador de Real. Os novos edifícios da Câmara mostram uma intervenção barroca, em que o terreno que a envolve constitui um quarteirão de forma, aproximadamente, triangular, com o pelourinho no centro e delimitado nas traseiras por um estreito caminho de terra que conduz ao Tribunal (no caso, este caminho chama-se hoje Rua de Santa Cruz de Riba Tâmega).

Santa Cruz de Riba Tâmega também teve forca, erguida sobre duas colunas, ainda presentes aquando da visita de Augusto Vieira e João de Almeida em 1886, que a localizam a cerca de um quilómetro da estação de comboio. Este monumento do passado, situado no alto de uma colina coberta apenas por

309 BESSA-LUÍS, Agustina [1980] - O Mosteiro, p. 40
310 TRINDADE, Luísa - Urbanismo na composição de Portugal, (2009), p. 115
311 CAETANO, Carlos - As Casas da Câmara dos Concelhos Portugueses e a Monumentalização do Poder Local (2011), p.338
312 idem, p. 743
313 BESSA, Torcato - História de Vila Meã [https://www.vilamea.com/historia/]

**Mapa 30 - Planta dos Paços do Concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega**

0 10 20 m

N

| | |
|---|---|
| Escala | 1:1000 |
| Mapeamento edifícios | OSM (BBBike) |
| Mapeamento de vias | OSM (BBBike) |
| Pelourinho | OSM (OverPassTurbo) |

urze, evoca a história sombria das execuções que ali ocorreram. Vieira contrasta a beleza da verdura dos vales próximos com a memória das mortes aflitivas que aquele local presenciou, símbolo do privilégio de jurisdição máxima e do poder local[314]. Durante o Antigo Regime, a Câmara de Santa Cruz de Ribatâmega era composta pelos seguintes cargos principais: Juiz, dois Vereadores e um Procurador, membros que compunham a estrutura interna da Câmara e exerciam funções administrativas e judiciais no concelho[315].

Ao que tudo indica, a povoação foi crescendo em torno deste núcleo e das várias *"villaes"* que evoluíram para Paróquias. A partir de finais do século XVIII, a povoação central estendeu-se ao longo da nova Estrada Pombalina (que do Porto se dirigia à Régua), absorvendo lugares periféricos. *"A sua localização, o pequeno comércio, as hospedarias e a realização de feiras quinzenais fizeram de Vila Meã um pólo de atração para as populações vizinhas"*[316]. Segundo Luísa Trindade, nas vilas medievais, as feiras e mercados, de periodicidade variada, tinham um alcance maior do que os mercados diários ou semanais, atraindo comerciantes de longe. Enquanto os mercados diários se destinavam ao abastecimento local, as feiras propiciavam um comércio mais vasto e a movimentação de uma variedade maior de mercadorias, impulsionando significativamente a economia local[317].

A estrada Pombalina, conhecida aqui como a Estrada Real (correspondendo à atual EN 15), foi um meio viário privilegiado de ligação entre a cidade do Porto até Amarante e Régua, e vice-versa. Antes da construção da ligação ferroviária do Douro e da autoestrada na década de 1990, esta via desempenhava um papel imprescindível na região.

Para o bem e para o mal, a estrada viria a cruzar o seu destino com as invasões francesas, fazendo com que Vila Meã fosse também vítima desta tragédia, onde foi cenário de escaramuças entre guerrilha minhota, auxiliar das tropas avançadas do General Silveira, e o exército napoleónico que o General Loison comandou na 2ª invasão francesa - exército este que se vingou na população, saqueando e incendiando as suas casas[318]. O evento das invasões francesas em Vila Meã não ficou tão marcado quanto o de outros lugares, como o famoso evento da defesa da ponte em São Gonçalo de Amarante. Ainda assim, Vila Meã, Manhufe e Pidre foram vandalizadas pelos soldados de Soult, tendo sido queimadas e destruídas muitas casas da Estrada Real.

A famosa invasão de Amarante foi um episódio muito marcante, especialmente o ataque sangrento de 1809, que perdurou por 14 longos dias. Lideradas pelo general Silveira, as forças portuguesas e espanholas armaram uma emboscada, detonando explosivos na ponte de São Gonçalo, enquanto as tropas francesas a atravessavam, causando muitas baixas. Este evento, conhecido como o "Banho de Sangue de Amarante", resultou em ferozes represálias para ambas as partes. No entanto, as tropas aliadas conseguiram resistir, impedindo a tomada da cidade[319]. As invasões deixaram profundas cicatrizes na região, mas também simbolizaram a resistência de luta e defesa pela liberdade.

314 VIEIRA, Augusto - O Minho pitoresco (1886), p. 409
315 RODRIGUES, José - O Concelho de Santa Cruz de Ribatâmega nos Séculos XVIII e XIX (1998), p. 91
316 QUEIROZ, António José - Vila Meã, uma terra com história... [https://vila-mea.webnode.pt/]
317 TRINDADE, Luísa - Urbanismo na composição de Portugal, (2009), p. 582
318 RIBEIRO, Daniel - Maio de 1809: há 212 anos Amarante resistiu à II Invasão Napoleónica (2021) [https://amarantemagazine.sapo.pt/sociedade/maio-de-1809-ha-212-anos-amarante-resistiu-a-ii-invasao-napoleonica/]
319 *A invasão em São Gonçalo de Amarante ficou marcada por um dos episódios mais sangrentos e conhecidos da Guerra Peninsular. Em 1809, o general francês Soult liderou um ataque a Amarante com o objetivo de cortar as linhas de abastecimento do exército português e espanhol que lutava contra as tropas de Napoleão. Amarante foi defendida pelas tropas portuguesas e espanholas, lideradas pelo general Silveira, que preparou uma armadilha para os franceses. O exército francês atravessou o Rio Tâmega através de uma ponte que tinha sido preparada pelos portugueses com explosivos. Quando a maior parte das tropas francesas estava na ponte, os portugueses detonaram os explosivos, matando muitos dos invasores. O massacre que se seguiu ficou conhecido como o "Banho de Sangue de Amarante". Os franceses responderam com um ataque feroz e sangrento, matando muitos habitantes da cidade. No entanto, as tropas portuguesas e espanholas conseguiram manter a posição e resistir aos ataques franceses, o que levou Soult a desistir da tentativa de conquistar a cidade. (...) As Invasões Francesas deixaram marcas profundas em Amarante e em toda a região. A cidade foi destruída e saqueada pelos franceses, e muitas vidas foram perdidas durante os conflitos. No entanto, a coragem e a determinação dos defensores de Amarante ficaram na memória da cidade e da região, tornando-se um símbolo de resistência e luta pela liberdade.* idem

Curiosamente, o "*Mapa da Defesa da Ponte de Amarante*" , de 1809, indica que algumas ruas ainda não existiam, ou não foram representadas intencionalmente. As principais vias simbolizam as azenhas, além de marcar a igreja da Ordem Terceira de S. Francisco, demolida, no Campo da Feira. Apesar das imprecisões, o mapa revela a configuração geral dos espaços próximos necessários para o planemanto estratégico para a defesa das invasões francesas.

# A REFORMA ADMINISTRATIVA LIBERAL

*"Vila Meã já foi sede de concelho, já teve honras e bandeiras, cavaleiros e ricos-homens. É mais antiga do que Portugal; é mais saudosa do que cem noivas de guerreiros. A pedra nela é venerável; o alecrim é brasão; o lódão é glória. Mas deixemos que o nevoeiro cubra o seu orgulho, devagar, que é bom não sermos humildes depressa, porque depressa seríamos esquecidos. E não queremos isso."*[320]

Em 1855, o concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega foi extinto, como resultado das reformas do liberalismo que, vagarosamente, reformulavam a nova estrutura do país.

O período após a morte de D. João VI, em 1826, foi marcado por confrontos entre os irmãos D. Pedro e D. Miguel na luta pelo trono de Portugal, representando os liberais e absolutistas, respetivamente. A guerra civil resultante durou até 1834, quando D. Pedro finalmente alcançou a vitória. D. Miguel, apoiado pela nobreza e pelo clero, viu os seus poderes substancialmente reduzidos com a ascensão de D. Pedro ao trono. D. Pedro, mesmo após a vitória, não descansou até erradicar um dos principais apoios do irmão, o clero. Estas reformas, impulsionadas pelo desejo de modernização e racionalização de despesas, procuravam a descentralização do poder e o aumento da eficiência administrativa a nível nacional. Foi uma era de progressiva transformação, que conduziu a uma reorganização profunda dos concelhos portugueses, com a criação de novos municípios, quer pela fusão de concelhos mais pequenos, quer pela dissolução de coutos, quer pela dissociação de freguesias de concelhos pré-existentes. Também foram criados órgãos municipais eleitos, encarregados da gestão local, incluindo a cobrança de impostos, manutenção de infraestruturas públicas e provisão de serviços essenciais, como fornecimento de água e eletricidade.

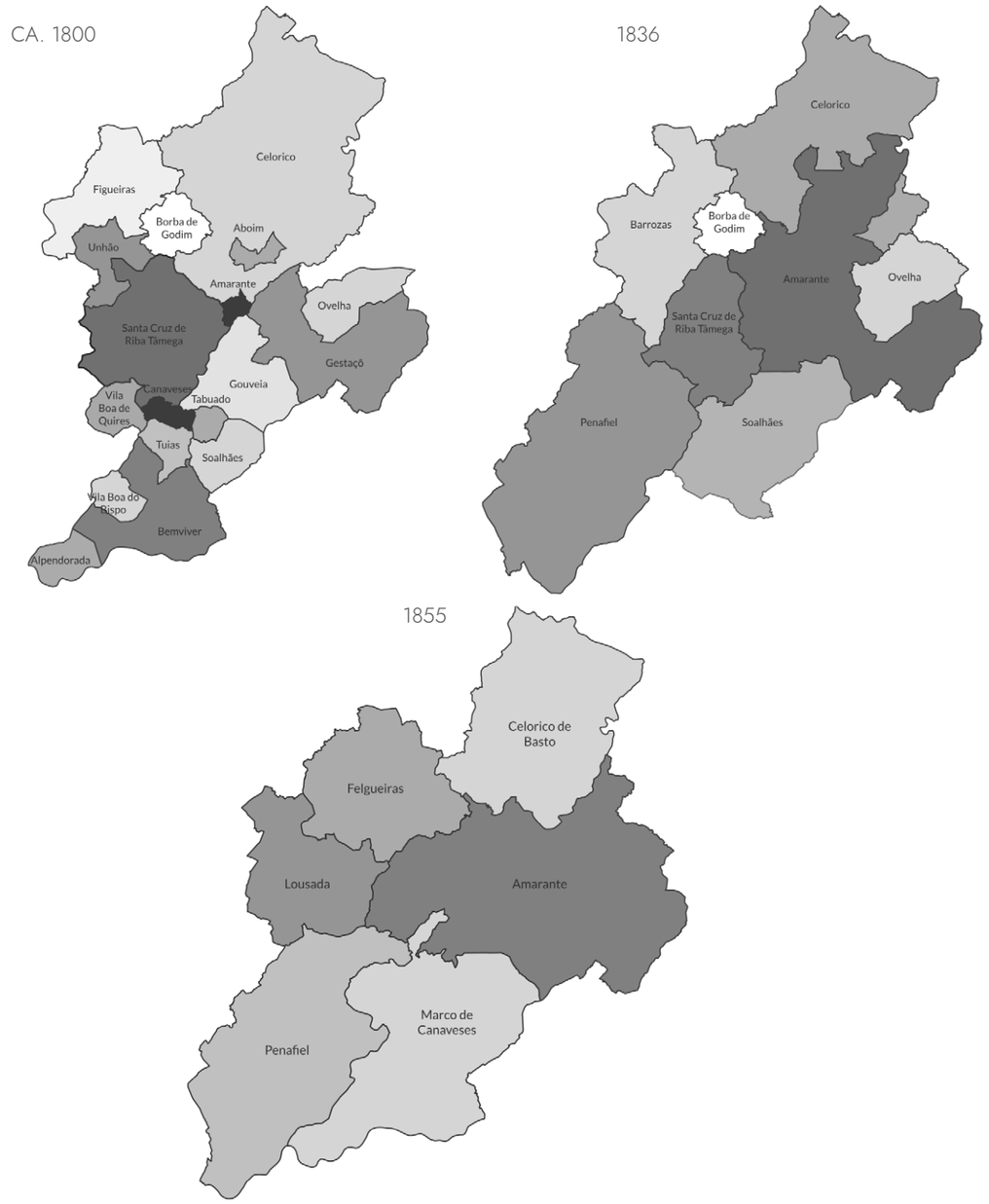
Em 1834, após a Convenção de Évora Monte, assinou o Decreto que extinguiu as ordens religiosas masculinas e nacionalizou os seus bens. A venda dos bens das ordens religiosas foi concluída por volta de 1843, sendo uma solução para a grave situação financeira decorrente da guerra civil. A extinção das ordens religiosas não foi apenas uma medida política, mas também um esforço para reduzir o poder do clero. Todas as casas das ordens masculinas, como conventos, mosteiros, colégios e hospícios, foram extintas e os seus bens nacionalizados, com exceção de objetos de culto. Tal acontecimento refletiu-se na desamortização de terras da Igreja, na redução do número de ordens religiosas, e na implementação de leis que promoviam a educação laica. Simultaneamente, enfatizou-se a importância do avanço educacional e do desenvolvimento social, atribuindo aos concelhos novas responsabilidades, como a edificação de escolas e hospitais e melhoraria das condições de mobilidade e acessos. Foi neste contexto que se deram por extintos os Coutos de Travanca e Mancelos.

Com efeito, no dia 24 de outubro de 1855, o concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega foi oficialmente extinto. Tinha chegado a essa data com 16 freguesias, nomeadamente: *Athayde, Banho, Caravalhoza, Castellãos, Constance, Figueiró (Stª. Christina), Figueiró (S. Tiago), Santo Isidoro, Oliveira, Passinhos, Real, Recezinhos (S. Mamede), Toutoza, Mancellos, Travanca, Villa Cahiz*, conforme atestam os documentos da 'Nova Organização dos Distritos Administrativos do Reino de 1836'[321]. No contexto dos documentos dos Livro de Eleições e Actos da Câmara, é mencionado que até à Revolução Liberal a organização interna do Executivo de Santa Cruz funcionava com quatro elementos e um sistema de eleição pela abertura de pelouros. No entanto, já no período vintista, surgiram expressões como vice-presidente do senado do Concelho e juiz ordinário, Presidente da Câmara do Concelho, indicando possíveis mudanças na estrutura e funcionamento das instituições locais durante as reformas liberais[322]. Surpreendentemente, o concelho sobreviveu à grande reforma administrativa de Passos Manuel em 1836, possivelmente devido à sua dimensão e estatuto. Nesta altura, o distrito do Porto, que era até então formado por 53 concelhos, foi reduzido para 20 depois da dita reforma. O processo de desagregação de Santa Cruz inicia-se em 1842 com a passagem de Aião para Felgueiras; Fregim, Louredo e S. Veríssimo para Amarante; S. Martinho de Recezinhos para Penafiel; Caíde de Rei e Vilar para Lousada[323]. Ainda assim, em 1847, Santa Cruz de Riba Tâmega continuava a ocupar o sexto lugar na lista de concelhos, com 4454 fogos distribuídos pelas suas 16 freguesias[324].

DECRETO.

320 BESSA-LUÍS, Agustina - Anto nº 1, Primavera (1997)
321 Consultar **Anexo 8.**
322 RODRIGUES, José - O Concelho de Santa Cruz de Ribatâmega nos Séculos XVIII e XIX (1998), p. 94
323 Nova Organização Dos Distritos Administrativos Do Reino: Decreto De 6 De Novembro De 1836 (Anexo 8)
324 RODRIGUES, José - O Concelho de Santa Cruz de Ribatâmega nos Séculos XVIII e XIX (1998), p. 96






**Mapa 31 - Mapa da sequência de Reformas Administrativas durante o período absolutista**

| | |
|---|---|
| Escala | 1:500 000 |
| DEM | ASTER GDEM (Isolinhas 10 e 100 m) |
| Mapeamento pontos | Gerado pelo QGIS (autora) |
| Mapeamento de vias | Gerado pelo QGIS (autora) |
| Contorno do concelho | Gerado pelo QGIS (autora) |

0 2,5 5 km
N

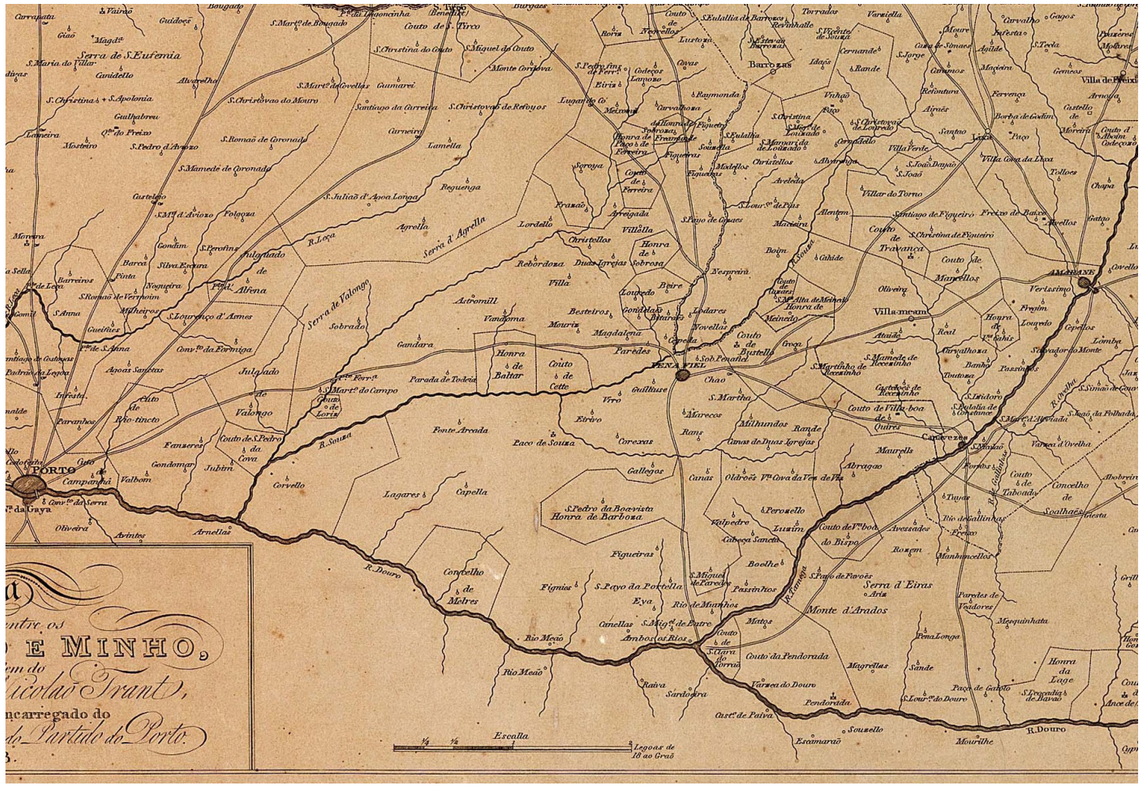
Três anos depois, a extinção do concelho parece, de facto, injustificada se considerarmos a sua longa história, extensão territorial e herança de património. À primeira vista, Santa Cruz de Riba Tâmega não se caracterizava como um candidato evidente para fusão ou dissociação, ao contrário de outros casos. No entanto, os critérios para a eliminação de concelhos durante as reformas liberais foram, principalmente, orientados pelos benefícios administrativos e económicos, enquanto garantiam aos cidadãos acesso aos serviços básicos e à participação democrática. Neste contexto, a proximidade geográfica com outros centros municipais pode ter sido um fator determinante para a fusão, já que as antigas Vilas de Amarante e Marco de Canaveses, que se localizavam contíguas ao concelho, haviam resistido às reformas liberais e começavam a estender os limites das suas fronteiras, assegurando-se como centros administrativos independentes, com elites locais bem estabelecidas, incluindo proprietários de terras e comerciantes locais[325].

Portanto, pode-se argumentar que a proximidade geográfica com outras sedes municipais poderá ter sido um fator favorável para a fusão de concelhos, visando a otimização administrativa e a elevação da qualidade dos serviços disponibilizados a um número maior de cidadãos. Além disso, a afirmação das cinco novas sedes adjacentes — Amarante, Marco de Canaveses, Penafiel, Lousada e Felgueiras - resultou numa espécie de cerco físico para Santa Cruz de Riba Tâmega, que ficou envolvida por núcleos, política e economicamente, em ascensão. À medida que o tempo ia retirando relevância administrativa a Santa Cruz de Riba Tâmega, Gouveia, Gestaçô e até a Celorico de Basto, crescia a importância económica das Villas, ainda que às unidades emergentes em seu redor não correspondesse qualquer sistema aglutinador evidente no espectro administrativo. Não deixa de ser curioso que a *Vila d'Amarante* e a Villa de Canavezes, que usufruíram do estatuto de beetria, foram as organizações que acabaram por se tornar pólos aglutinadores, em vez de resolutos; talvez por gozarem de uma certa liberdade administrativa, circunspecta a um modelo que parece ser o mais próximo do sistema democrático; mas primordialmente, por compartilharem uma posição privilegiada no território, com núcleos desenvolvidos em função do Rio Tâmega, partilhando ambas as margens ligadas por pontes históricas que, agora mais do que nunca, serviam como ligações vitais reforçadas pela estrada pombalina. Do ponto de vista religioso, também não existia qualquer unidade, porque as paróquias tinham jurisdições espaciais bem demarcadas, mas nem sempre contínuas geograficamente, fruto natural de antigas jurisdições medievais[326]. Portanto, a decisão de redistribuir as freguesias do antigo concelho, dividindo-as quase igualmente entre Amarante e Marco de Canaveses, reflete uma possível estratégia para reorganizar o território e administração, alinhando-se com os pólos urbanos mais estáveis e/ou consolidados. Importa relembrar que o concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega já se encontrava repartido, devido ao término dos coutos e honra, aquando do processo de extinção das ordens religiosas, levando ao abandono de edifícios monásticos.

No que toca a Vila Meã, sabe-se que o fim do concelho gerou fortes reações de contestação por parte da população, resultando em actos de protesto e profundo descontentamento[327], que colidiram com o desmantelamento do pelourinho e do brasão do edifício da Câmara Municipal. Estes objetos viriam a ser escondidos numa quinta particular, a Casa da Quintã, e só foram recuperados pelo município de Amarante em 1950. Os Paços do Concelho, por sua vez, ficaram ao abandono até 1960.

Algumas freguesias provenientes de concelhos e administrações independentes passaram a ficar, carnalmente e umbilicalmente unidas umas às outras, como parece ter acontecido com os ex-concelhos de Gouveia e Gestaçô, na sua união precoce à *Vila d'Amarante*. Mas o mesmo não se passou com Vila Meã. A estrutura do território e a organização social dependiam de uma identidade sensível do lugar, lógica e autossuficiente. Por essa razão, a reestruturação administrativa foi recebida pelos vilameanenses como uma medida externa, que em pouco contribuía para a sua dinâmica local e em nada alterava o planeamento do território já concebido. *"Falar ou escrever sobre agressividade numa sociedade de raiz contratual, onde a ideia fundamental era o negócio e não a administração dos territórios, parecia despropositado."*[328].

325 Nova Organização Dos Distritos Administrativos Do Reino: Decreto De 6 De Novembro De 1836 (Anexo 8)
326 ANÉGIA (Coord.) - Amarante: uma história entre a ponte e a natureza (1997) Cap. Uma vila com três terras, p. 88
327 QUEIROZ, António José - Vila Meã, uma terra com história... [https://vila-mea.webnode.pt/]
328 BESSA-LUÍS, Agustina - O Mosteiro (1980) p. 245




*"Mapa do Distrito entre os rios Minho e Douro de 1813",* feito por ordem de Nicolau Trant, encarregado do Governo das Armas do Partido do Porto. É um dos últimos a representar os limites administrativos de Santa Cruz de Riba Tâmega e a sede concelhia em *'Villa Meam'*.

# BIBLIOGRAFIA PARTE III


BARBOSA, Vilhena - Archivo Pittoresco, semanario ilustrado, 7.° Ano, n.° 36, 1864

CAETANO, Carlos - As Casas da Câmara dos Concelhos Portugueses e a Monumentalização do Poder Local (Séculos XIV a XVIII) - Volume I [Dissertação de Doutoramento em História da Arte Moderna], 2011

CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério" - As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758 - Memórias, História e Património, Braga, 2009, José Pedro Paiva, coord. - "PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM ", "Novos Estudos Volume 10, Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2017

COSTA, António Carvalho da, [1650-1715] Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens. Tomo primeyro [-terceyro] / Author o P. Antonio Carvalho da Costa..: - Lisboa : na officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & á sua custa impresso, Tomo 1, CAP. XXV. Do Concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega, 1706 - 712

COSTA, Paula; LENCART, Joana - As Igrejas das Ordens Religioso - Militares entre 1220 e 1327: das Inquirições Régias Aos Documentos Normativos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017

ELDEN, Stuart - Land, terrain, territory - in Progress in Human Geography, 2010

ELDEN, Stuart - The birth of territory, the University of Chicago Press, Chicago and London, 2013

FADIGAS, Leonel - Território e Poder Local: O uso, as políticas e o ordenamento, Edições Sílabo, 2017

FERNANDES, Antónino - Felgueiras de Ontem e de Hoje. Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras, 1989

FERNANDES, A. de Almeida - Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas, Arouca: Câmara Municipal de Tarouca, 1997

GARCIA, Xosé Lois - Simbologia do Românico de Amarante - Edições do Tâmega, Amarante, 2.ª edição, 1997

MACHADO, António Sousa - Amarante Medieval. História de Portugal de Damião Peres, Ed. do autor 1979

MENEZES, Francisco de - Historia antiga e moderna da sempre leal e antiquissima villa de Amarante, desde a sua premeira fundação ...: até ser incendiada pelos francezes em 1809, Impr. por conta do autor por T.C. Hansard, 1814

MESQUITA, Ana Sofia - A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do Património. Faculdade de Letras da Universidade do Porto [Dissertação de Mestrado], 2019

PINTO, Eliseu - Vila Caiz (Amarante) Monografia, 1998

PIZARRO, Santo Mayor - Os bens - Património da linhagem das primeiras gerações na região de Amarante in Amarante I Congresso Histórico de Amarante: Actas 98, Volume II Política, 1998

RIBEIRO, Daniel - Mosteiro de Santa Clara de Amarante: História, Património e Musealização [Dissertação de mestrado] Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011

RIEGL, Alois - O culto moderno dos monumentos: A sua essência e a sua origem. Tradução: Werner Rothschild Davidsohn, São Paulo: Perspectiva, 2014

SERRÃO, Joel - Dicionário de História de Portugal - 6 Volumes, ed. Figueirinhas, 2006

SILVA, Isabel Silva (Coord.)- Dicionário Enciclopédico das Freguesias de Portugal - 1° volume: Braga, Porto, Viana do Castelo: Minha Terra, 1996

SOUSA, Bernardo Vasconcelos (dir.) - Ordens religiosas em Portugal : das origens a Trento: guia histórico, Lisboa : Livros Horizonte, 2006

TAVARES, Pedro (coord.) - Felgueiras: 500 anos de concelho (dados e perspetivas), edição do município de Felgueiras, 2015

TRINDADE, Luísa - A Casa Corrente em Coimbra, dos Finais da Idade Média aos Inícios da Época Moderna, Câmara Municipal de Coimbra, 2002

TRINDADE, Luísa - Urbanismo na composição de Portugal, Tese de doutoramento em História (História da Arte), apresentada à Fac. de Letras da Universidade de Coimbra, 2009


**Webgrafia**


LUSA - Mosteiro românico de Amarante vai acolher hotel de quatro estrelas (2023) [https://www.publico.pt/2020/02/07/fugas/noticia/mosteiro-romanico-amarante-vai-acolher-hotel-quatro-estrelas-1903243]

QUEIROZ, António José - Nota ao Foral da Terra e Concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega, 2011

QUEIROZ, António José - [https://vila-mea.webnode.pt/products/nota-ao-foral-da-terra-e-concelho-de-santa-cruz-de-riba-tamega/]

RIBEIRO, Daniel - Maio de 1809: há 212 anos Amarante resistiu à II Invasão Napoleónica, 2021 [https://amarantemagazine.sapo.pt/sociedade/maio-de-1809-ha-212-anos-amarante-resistiu-a-ii-invasao-napoleonica/]

SEIXAS, Miguel; TELES, João - Em redor das armas dos Ataídes: a problemática da família heráldica das bandas, 2008 [https://en.wikipedia.org/wiki/Ata%C3%ADde_family]

Nova Organização Dos Distritos Administrativos Do Reino: Decreto De 6 De Novembro De 1836. Arquivo Municipal do Porto [https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/594204/]

# PARTE IV

## O MUNDO FECHADO

*"Toda a serenidade pungente do vale onde os montes, em volta, derramavam um negrume denso, fechado sobre as coisas como uma tapeçaria cujas orlas arrastavam até os feixes brancos de luar. Pedro sentiu a expressão hermética de todo o cenário, o rosto das mulheres, a eira escura, a impressão daquele silêncio que parecia esmagar todos os sons, encerrar todas as almas numa tranquilidade perfeita e um pouco inconsciente. Da terra e das criaturas, dos pobres corações sinceros em todo o impulso de sentimento, expandia-se o estranho sortilégio de um belo mundo fechado."*[329]





| 1864 | 1878 | Finais do século XIX | 1907 | 1909 | 1922 | Década de 1950 | Década de 1960 | Década de 1970 | 1990 | 1996 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início da construção da Linha do Douro. | Chegada da Linha do Douro a Vila Meã. | Vila Meã desenvolve indústrias de mortalhas para cigarros e ferraduras. | Inauguração da estação de Vila Meã, promovida pela família da Casa de Santa Cruz. | Inauguração da Linha do Tâmega até Terras de Basto. | Nascimento de Agustina Bessa-Luís. | Indústrias Tabopan (em Amarante) inovam na produção de painéis de aglomerado de madeira, pioneira na Península Ibérica. | Início do encerramento de linhas pouco rentáveis, incluindo partes da Linha do Tâmega; emigração massiva na busca por melhores oportunidades. | Implementação do PAR, enquanto se verifica o abandono e ruína da arquitetura vernacular, devido a transformações sociais e económicas. | Encerramento da linha entre Amarante e Arco de Baúlhe. | Falência das fábricas Tabopan. |

329 BESSA-LUÍS, Agustina - Anto, N 1, Amarante, Primavera, 1997

# A NOVA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

*"É na província que a alma nasce, e na grande urbe que ela se perde ou se imita."*[330]

Após a extinção do concelho, as freguesias passaram a distribuir-se entre as novas entidades concelhias, e Vila Meã passa a integrar o novo concelho de Amarante que, a passos lentos, se consolidava. Durante a segunda metade do século XIX, Amarante era ainda um espaço de ambiguidades e sobreposições, ajustando-se à expansão das novas freguesias que recebeu dos concelhos extintos de Gestaçô e Gouveia.

A incorporação de Santa Cruz, em 1855, foi marcada por tensões ideológicas, evidenciadas pela ausência de figuras proeminentes do município nas decisões políticas da nova Câmara de Amarante. É importante lembrar que o contexto nacional, particularmente após a morte de D. Maria II em 1853 e a subsequente regência de D. Fernando, juntamente com a permanência do Marechal Saldanha e do Partido Regenerador no poder, exacerbou as divisões locais. A complexidade das dinâmicas políticas fazia-se sentir tanto à escala nacional, quanto local. Apesar da proclamação teórica de autonomia local durante o primeiro Constitucionalismo, a realidade era dominada por uma legislação centralizada, com influência decisiva de decretos e decisões de órgãos superiores. O quotidiano administrativo dependia das ações das autoridades distritais e do Concelho Municipal[331], este último composto pelos principais contribuintes e responsável pela gestão territorial e eleitoral, incluindo a supervisão de orçamentos e a execução de inspeções essenciais ao desenvolvimento do concelho[332].

Paralelamente, os limites da antiga *Vila d'Amarante* foram objeto de redefinição, com vista a estabelecer até onde as regulamentações municipais deveriam ser aplicadas. O "Projeto de Postura Municipal"[333] propôs uma linha imaginária que delimitava as novas áreas do município, partindo da margem esquerda[334], já com a anexação das freguesias pertencentes a Gestaçô, Gouveia e Celorico de Basto, até aos novos limites alargados da freguesia de São Gonçalo, na margem direita. A partir de 1855, já depois da anexação de Santa Cruz de Riba Tâmega e Ovelha do Marão, a gestão do espaço transitou entre a sede urbana para as freguesias consideradas mais rurais, ampliando novamente as funções administrativas, com a distribuição das responsabilidades mais demarcada. A supervisão da Secretaria Municipal e das obras públicas, assim como a responsabilidade sobre negócios judiciais, proporcionaram uma nova complexidade da estrutura administrativa[335].

A expansão dos novos limites concelhios teve como foco o desenvolvimento de infraestruturas locais, abrangendo a manutenção de estradas existentes e a melhoria dos transportes. Em ambos os casos, Amarante e Marco, e tendo em conta a sua localização estratégica - especialmente devido às pontes de São Gonçalo e Ponte de Canaveses sobre o rio Tâmega -, facilitou-se a amplificação de várias rotas de transporte. Houve esforços significativos para melhoria das estradas, envolvendo autoridades locais em projetos de manutenção e construção, apesar dos desafios de financiamento enfrentados. A implementação das políticas nacionais, como a construção da linha ferroviária, com início em 1858, viria a ter um forte impacto no desenvolvimento local.

Durante este período de adaptação, o cenário era dinâmico e promissor, moldado por eventos históricos, reformas políticas e transformações sociais, que destacavam a complexa interação entre os processos locais e nacionais.

330 CÂNDIDO, António – O Jornal de Amarante (2000), p. 3

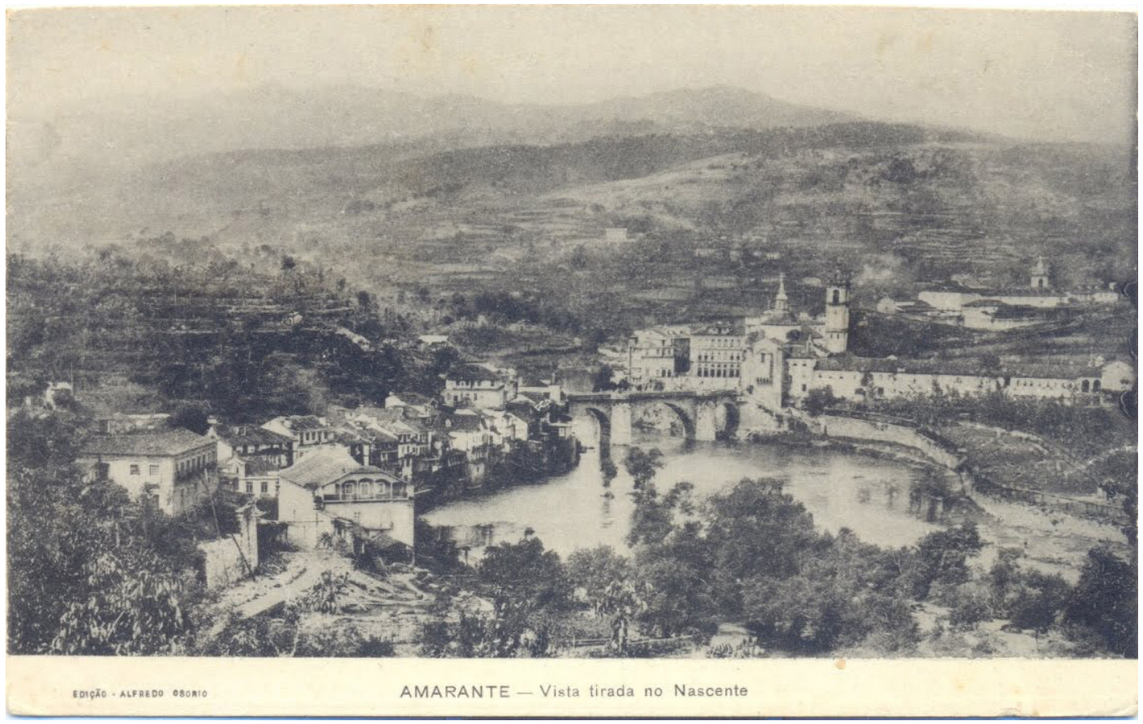
331 As decisões locais eram submetidas à aprovação do Administrador do Concelho e do Conselho Municipal, este último composto pelos 40 maiores contribuintes. RODRIGUES, José - O Concelho de Santa Cruz de Ribatâmega nos Séculos XVIII e XIX (1998), p. 9

332 idem

333 Elaborado por uma Comissão liderada pelo Dr. Bernardo da Costa Teixeira da Fonseca. idem p. 11

334 Zona da Costa Grande até Sobreiro, passando pelo Lavadouro; de Paredes na Madalena até à Ribeirinha e à Senhora do Calvário em Cepelos; de Aldar à Boavista e da Calçada ao lugar da Granja na freguesia de S. Veríssimo; do Cruzeiro de S. Veríssimo a Pinheiro d'Além e às Vendas da Estrada, e finalmente de Real à Vazeira, passando pela Tapada e Aveleda, abrangendo os lugares dentro desse perímetro, estes últimos pertencentes à freguesia de São Gonçalo.

335 O Dr. José Guedes Cardoso da Mota, por exemplo, supervisionava a Secretaria Municipal e as obras públicas, enquanto outros vereadores como Joaquim Augusto Rodrigues Coimbra e o Dr. António Pereira de Azevedo eram responsáveis pelos negócios judiciais e supervisão de obras públicas em diversas freguesias. Tais funções mostram a extensão da estrutura administrativa e a necessidade de uma supervisão detalhada para a eficácia das políticas públicas e da infraestrutura local. idem, pp. 10 e 11




POSTAL COM VISTA GERAL DE AMARANTE POR VOLTA DE 1900
COM A IGREJA E PONTE DE S. GONÇALO E O LONGO MOSTEIRO, ONDE SE EXERCEM AS FUNÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL. AO FUNDO OS MONTES DE SANTA CRUZ.

CARTA
GEOGRAPHICA
DE
PORTUGAL
PUBLICADA POR ORDEM
DE
SUA MAGESTADE
CONSELHEIRO F. FOLQUE

Segmento da "*Cartha Geographica de Portugal*", levantada entre 1860 e 1865. Faz parte de um conjunto de mapas topográficos produzidos a mando de Filipe Folque. A referida Carta diz respeito à *"Divisão por distritos e concelhos"*. É possível observar a representação da nova adminstração absolutista, destacando-se o novo e alargado município de Amarante, situado no centro da página. A margem direita do rio apresenta-se muito desproporcional das suas dimensões realistas, mas inclui Ataíde na extremidade do município, na fronteira com Penafiel.

# O DESENVOLVIMENTO FERROVIÁRIO REGIONAL

*"Fez uma viagem de comboio, lenta e dormente. Pela primeira vez, aquela linha do Douro lhe parecia calmante, com o ranger das carruagens ao arrancarem. Quando era pequeno, a mãe dizia-lhe que a máquina parava para beber água, como um animal fogoso, um dragão verde e fumegante. Ele gostava de receber na face o vento picado de faúlhas mortas. (...) Afastaram-se pelo carvoento piso da gare, entre aquela multidão típica do Douro, carregada de cestos de vime vermelho e malinhas forradas de latão onde se fazia contrabando de azeite."*[336]

É difícil determinar com precisão o que se sucedeu em todas as freguesias do concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega, levando-nos a concentrar especial atenção sobre Vila Meã. Imaginar-se-ia que, ao findar o século XIX, Vila Meã mergulharia num esquecimento gradual após perder o estatuto de sede de concelho, não fosse pela chegada da Linha Férrea do Douro. Este acontecimento abriu portas a um futuro próspero e promissor, que se reforçou com a implementação de novos investimentos, indústrias, melhorias na circulação de correio e atração de trabalhadores e turistas sazonais.

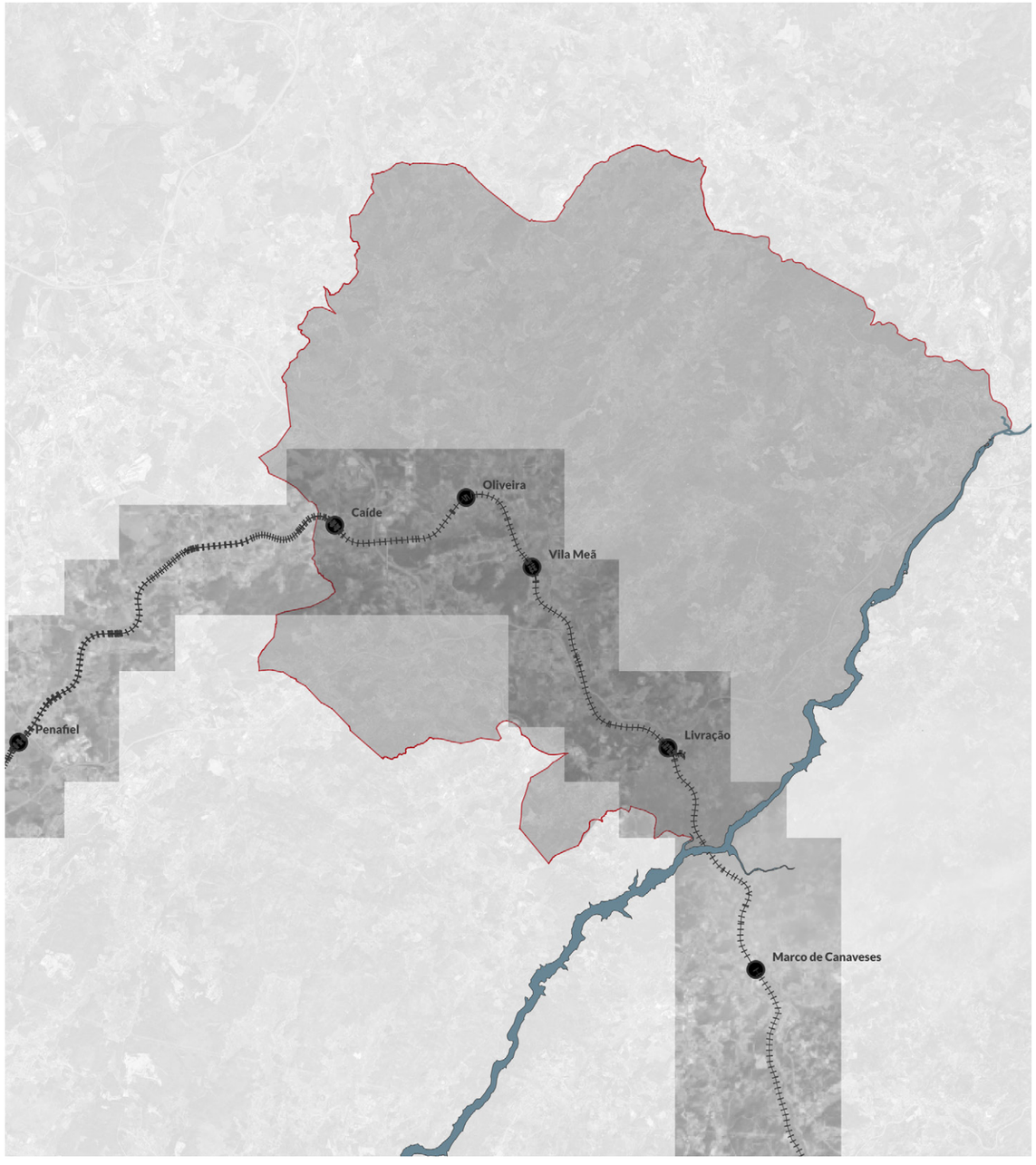
Em 1864, pouco após ter sido concluída a linha do Norte, que ligava Lisboa ao Porto, deu-se início à construção da linha de ferro do Douro, com o objetivo de transportar o vinho do Porto e outros produtos agrícolas produzidos na região, substituindo assim a limitada capacidade de navegação no Rio Douro. Além disso, a ferrovia fornecia uma alternativa ao transporte fluvial e melhorava o (urgente) acesso entre interior e litoral, permitindo ainda a chegada de adubos, sementes e outros produtos para a região. Na região em estudo *"permitiu-se alargar a indústria artesanal de mortalha de palha de milho e passar à exportação de toros de pinho para as minas inglesas. Do incipiente comércio agrícola passa-se aos grandes armazéns de cereais e vinho."*[337].

Não é incógnito que a construção desta linha foi, desde o início, um imenso desafio, devido ao terreno acidentado, com os vales profundos e encostas íngremes da região do Douro. Ainda assim, inaugurada em 1875, a nova linha foi um grande feito de engenharia para a época, engrandecida pela construção de pontes e túneis. Ademais, proporcionou uma nova realidade aos habitantes e uma oportunidade de contacto com o resto do país, permitindo o deslocamento e fixação de muitos trabalhadores, através da criação de postos de trabalho e desenvolvimento de novas atividades económicas.

Há dois momentos a destacar resultantes da chegada do comboio aos territórios em estudo: o primeiro diz respeito à chegada da Linha do Douro a Vila Meã; e o segundo à extensão de uma linha transversal, a Linha do Tâmega, com destino às Terras de Basto.

A Linha do Douro chegou a Vila Meã em setembro de 1878. A sua construção dividiu-se em várias fases, após a edificação do túnel entre Caíde de Rei e Vila Meã e outro entre o Marco de Canaveses e o Juncal[338]. Contudo, este enorme feito só foi concretizável por influência da família do Visconde de Santa Cruz, uma vez que, aquando do planeamento da linha *"estava projetada para sair do túnel de Caíde de Rei e encostar para sul, não percorrendo quilometragem necessária para dar a Vila Meã uma estação. Mas o Visconde conseguiu convencer a engenharia da época a construir uma ponte de ferro, e desviar a linha por Oliveira para Vila Meã. E quando em 1907 inaugurou a sua Casa de Santa Cruz, veio do Porto, com a família, em comboio especial que parou mesmo em frente à sua casa, apeando-se todos por uma improvisada escada de madeira."*[339].

Esta nobre estratégia, conquistada por uma família burguesa, permitiu que Vila Meã estabelecesse em torno da sua nova estação um pólo comercial e industrial de interesse económico acentuado que, durante mais de um século, ajudou a suprir a falta de investimento público por estas paragens[340].




**Mapa 32 - Mapa da Linha do Douro e respetivas estações e apeadeiros**

0 1 2 km

N

| | |
|---|---|
| Escala | 1:100 000 |
| Rede ferroviária | BBBike |
| Mapeamento de estações | Gerado pelo QGIS (autora) |
| Mapeamento da linha | Gerado pelo QGIS (autora) |
| Contorno do concelho | Gerado pelo QGIS (autora) |

336 BESSA-LUÍS, Agustina [1980] - O Mosteiro, p. 55

337 BESSA, Torcato - História de Vila Meã [https://www.vilamea.com/historia/]

338 SILVA, José - Cronologia ferroviária Portugal (2017), Cap. 1875 - Inauguração da Linha do Douro

339 idem

340 Sugerimos a visualização das impressionantes fotos do interior da Casa da Viscondesa (também conhecida por Casa de Santa Cruz), antes das obras de reaqualificação iniciadas em 2024: https://www.abandonados.pt/casa-da-viscondessa/

O segundo investimento ferroviário, a Linha do Tâmega - também conhecida como Caminho de Ferro do Vale do Tâmega -, ligou durante alguns anos Marco de Canaveses, Amarante e as Terras de Basto, estendendo-se por cerca de 50 quilómetros paralelemente ao longo do rio Tâmega. Apesar de ter sido inaugurada em 1909, com planos para se estender até Chaves, sofreu como tantas outras, processos de encerramento atribuídos a linhas pouco rentáveis que começaram a ocorrer a partir da década de 1960, no interior do país. Com este retrocesso, o troço entre Amarante e Arco de Baúlhe acabou encerrado em 1990. O restante pedaço entre Livração (Marco) e Amarante, apesar de ter um grande número de utilizadores, foi suspenso pouco depois para obras de melhoramento que, funestamente, nunca se chegaram a realizar. Assim, a linha teve o seu encerramento definitivo em 2012[341].

Este percurso acabou em ruína, deixando ao abandono todas as infraestruturas e estações construídas para o propósito. Embora se tenha polemizado constantemente a possibilidade da reativação da Linha do Tâmega, o seu antigo trajeto acabou por ser desmantelado e convertido numa ecopista - um tipo de via adaptada especialmente para atividades de lazer -, que permite percorrer, a pé ou de bicicleta, os 40 km entre Amarante e Cabeceiras de Basto, atravessando Celorico de Basto. Esta reconversão resultou numa perda ponderosa e, provavelmente, definitiva, da linha de automotiva em Riba Tâmega, que assim como rapidamente surgiu, também velozmente desapareceu. A transformação do troço da antiga linha numa via desportiva é, certamente, uma intervenção benéfica do ponto de vista da saúde e do lazer, mas representa um enorme retrocesso no desenvolvimento regional e no combate à desertificação do interior. As três cidades que usufruíam da linha passaram a depender exclusivamente do carro e dos escassos transportes públicos para a sua deslocação.

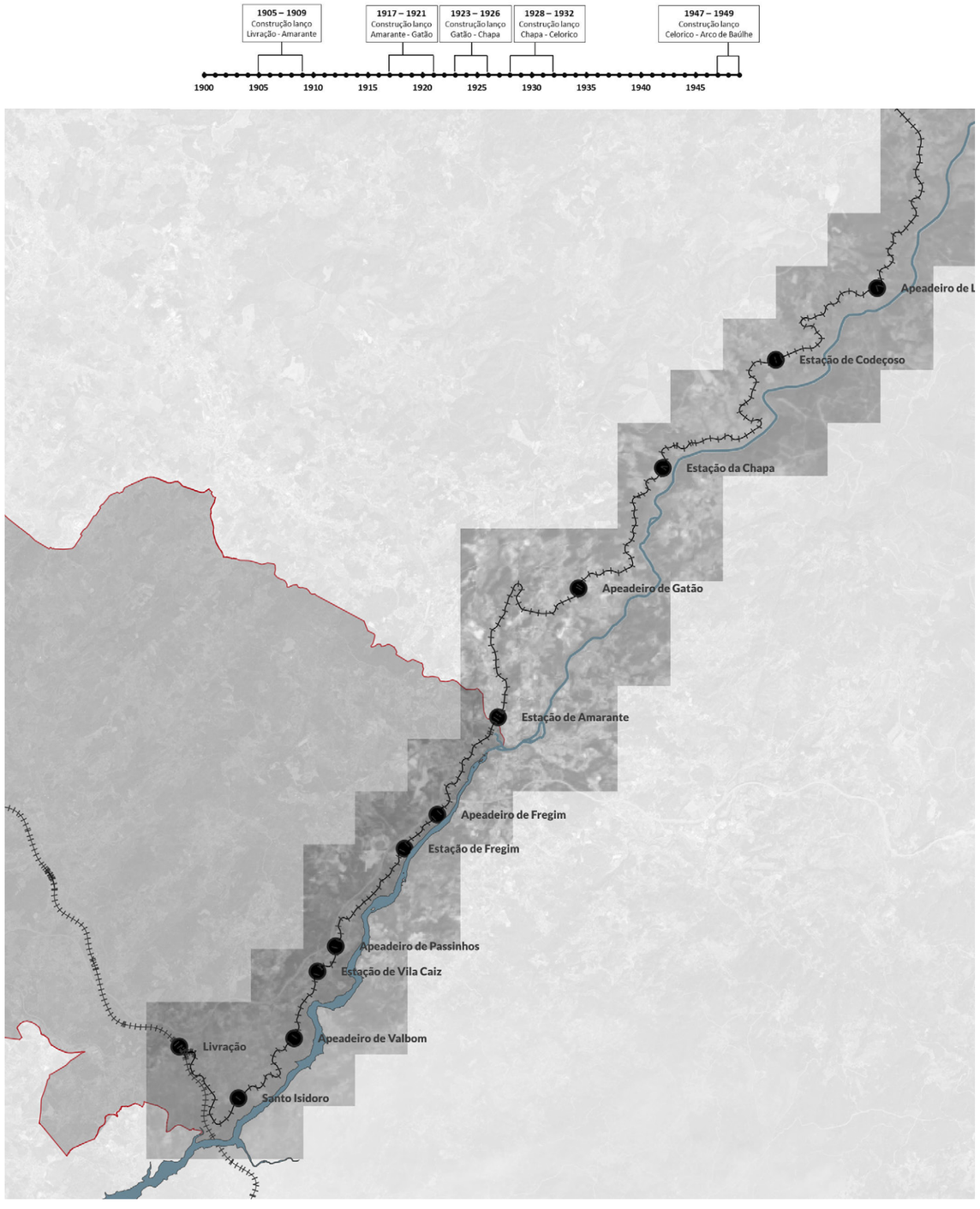
Aquando da escrita desta dissertação, tivemos notícia de um estudo encomendado pela Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, em 2020, que propõe a construção de uma nova linha ferroviária com o objetivo de atravessar o Vale do Sousa pela zona Norte e estendendo-se até Amarante, onde se liga à Linha do Douro. A linha, que terá 35,5 quilómetros na primeira fase e 17,6 na segunda, custará 290 milhões de euros e terá uma via única eletrificada[342]. Segundo esse estudo, as estações ficarão localizadas em Gandra, Lordelo, Paços de Ferreira, Freamunde, Lousada, Felgueiras, Lixa, Hospital e Amarante. Em 2024, de acordo com a informação publicada no portal de contratação pública Base, as Infraestruturas de Portugal adjudicaram a realização dos estudos da Linha do Vale do Sousa, revitalizando, de facto, a esperança de uma extensão a Amarante e, a partir daí, o fecho do anel com a Linha do Douro[343]. Ainda assim, a construção da nova Linha do Vale do Sousa só está prevista no Plano Nacional de Investimentos (PNI 2030).

341 SILVA, José - Cronologia ferroviária Portugal (2017), Cap.1909 - Linha do Tâmega

342 CIPRIANO, Carlos - Estudo propõe novo eixo ferroviário pelo Vale do Sousa e reactivação da Linha do Tâmega até Amarante (2020) [https://www.publico.pt/2020/05/26/local/noticia/estudo-propoe-novo-eixo-ferroviario-vale-sousa-reactivacao-linha-tamega-ate-amarante-1917993]

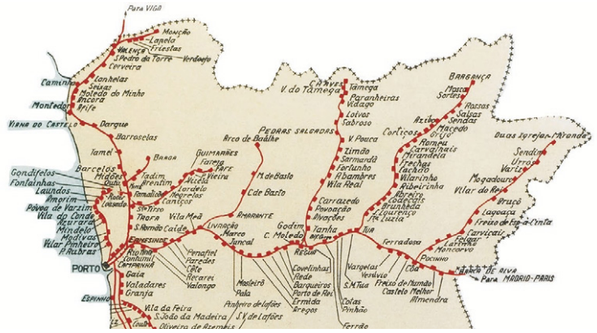
343 Transportes & Negócios - A Infraestruturas de Portugal (IP) adjudicou os estudos de viabilidade técnica e ambiental da nova Linha do Vale do Sousa (2024) [https://www.transportesenegocios.pt/ip-contrata-estudos-para-a-linha-do-vale-do-sousa/]






Mapa 33 - Mapa da Linha do Tâmega e respetivas estações e apeadeiros desativados

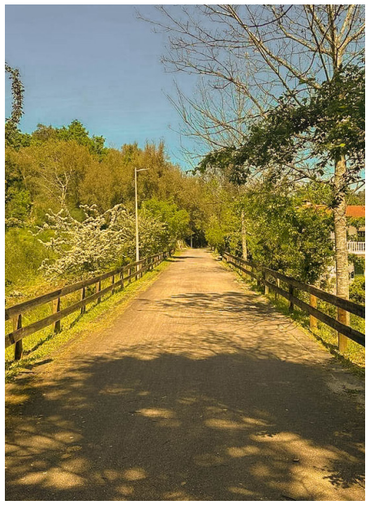
| | |
|---|---|
| Escala | 1:100 000 |
| Rede ferroviária | BBBike |
| Mapeamento de estações | Gerado pelo QGIS (autora) |
| Mapeamento da linha | Gerado pelo QGIS (autora) |
| Contorno do concelho | Gerado pelo QGIS (autora) |



APEADEIRO ABANDONADO DE VALBOM

ESTAÇÃO DE VILA MEÃ

TROÇO DA LINHA NA LIVRAÇÃO



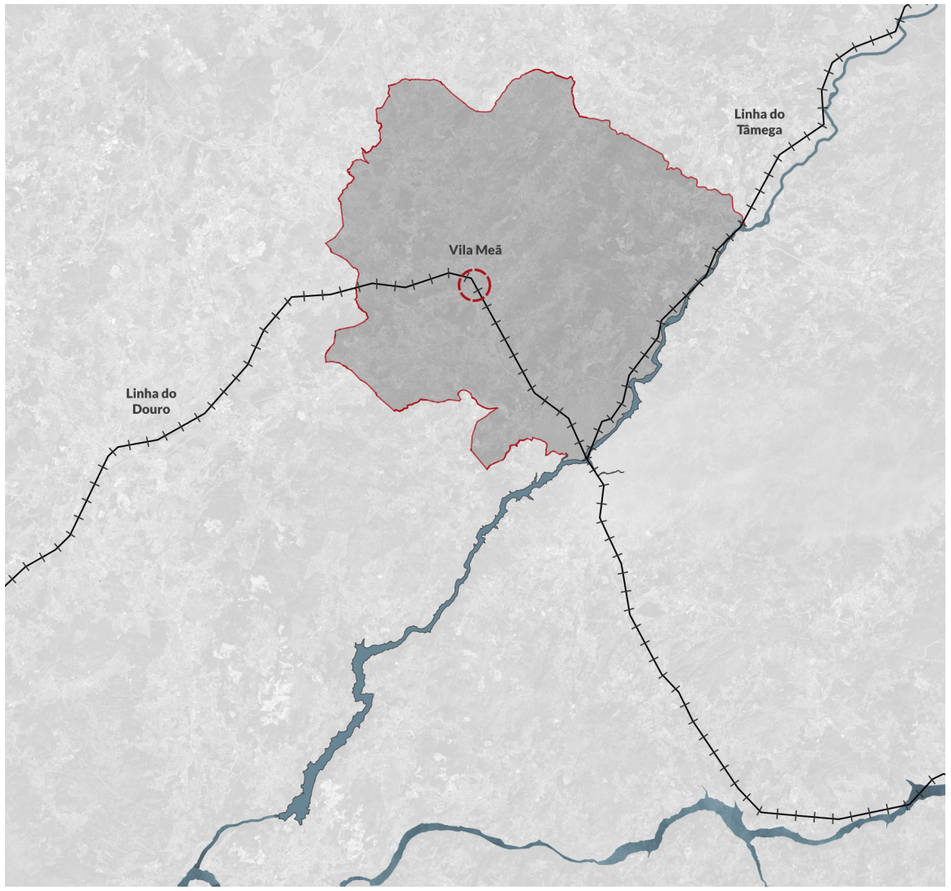
ECOPISTA DO TÂMEGA

PONTE SOBRE A ANTIGA LINHA DO TÂMEGA

PONTE FERROVIÁRIA DA LINHA DO DOURO



*"Era um ruído surdo como o dum trovão distante; ruído de ferragens abaladas, também. Ela ficou um tanto hirta, quieta, a cabeça voltada para o lado da vila* [Meã]*, cheia dum vago terror que vinha de longe, dos seus tempos infantis, assombrados por fantasias medonhas, encrustadas na simplicidade da natureza. Tinha sido um dos seus papões de menina, o comboio que rodava agora pela ponte fora, num contente barulhar; sentia ainda essa influência em nervos causticados quando, vindo do Sul, apercebia o silvo, estribilho que o maquinista combinava para avisar a mulher, uma escanzelada que corria ao apeadeiro, melenas soltas e gestos de doida, a recolher as achas prodigamente dispersadas na linha."* 344




**Mapa 34 - Cruzamentos de ambas as linhas ferroviárias na área em estudo.**

0 2,5 5 km

N

| | |
|---|---|
| Escala | 1:100 000 |
| Rede ferroviária | BBBike |
| Rede hidrográfica | BBBike |

344 BESSA-LUÍS, Agustina - Deuses do Bairro [1942], p.19

# TERRA DE ARTISTAS

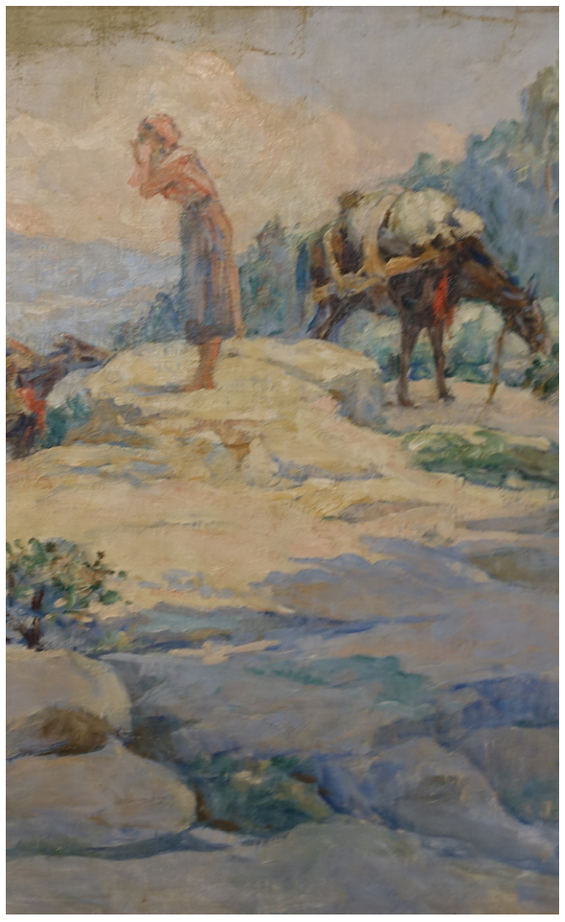
*"Não me estranha que, do vale de Travanca, tão cercado por nevoeiros, mergulhado numa sensibilidade regional e pouco interessante, saísse um dia Souza-Cardoso para aderir ao Manifesto Futurista. (...) O que Souza-Cardoso pintou tem menos significado esteticamente do que o movimento que transcendeu uma educação, a tradição, em suma. Era um homem poderoso sem ansiedades místicas ou políticas, pronto a desembaraçar-se do ritual obsessivo da tradição. Provavelmente, quando voltou ao lar e se deixou arrastar pelo «nacionalismo» provinciano, a anemia atingiu-o. (...) Em geral fala-se da obra de Souza-Cardoso e não dele, como pessoa em busca de novos estados de equilíbrio. Penso nele com emoção, sobretudo se o vejo nesses lugares de nascimento onde eu própria nasci. Tão eventuais e sossegados, onde não parece mexer uma folha sem o precedente doutra folha que mexe. E, de repente, o salto compacto e desmesurado, aquele olhar para o interior de si mesmo como para o estranho mais consumado. Força enorme de avaliar as condições tradicionais em contradição com as condições actuais. Disso sai a revolução dos costumes, a obra de arte e o delgado fio que nos liga à felicidade."*[345]

Neste capítulo, destacaremos laconicamente os notáveis artistas oriundos da região, cujo contributo foi significativo para o enriquecimento cultural e artístico do local. Ainda durante o final do século XX, esta terra foi palco de nascimento dos célebres autores das artes - Acácio Lino e Amadeo de Souza - Cardoso. Ambos souberam captar e imortalizar nas suas telas a essência pitoresca e sólida da província.

Acácio Lino, nascido em 1878 na freguesia de Travanca, emergiu como um virtuoso nas artes plásticas. Após concluir a sua formação na Academia Portuense de Belas Artes, aventurou-se por Paris com o apoio de uma bolsa estatal, onde se emergiu no fervilhar artístico da época, cruzando o seu caminho com figuras proeminentes da arte. De volta ao Porto, dedicou-se ao desenho histórico e à pintura paisagística, encontrando na paisagem bucólica da sua infância em Amarante e na bela casa das Figueiras, em Travanca, a inspiração para algumas das suas obras mais emblemáticas, que celebram a vida rural, animalista e histórica, com vigor e sensibilidade. A sua residência em Travanca converteu-se na Casa-Museu Acácio Lino – Casas da Figueiras, guardiã do seu legado artístico e obra de arquitetura majestosa, com um notável torreão de elementos romântico - góticos. Os jardins, ao estilo francês, decorados por esculturas, lagos e uma vegetação exótica, com a Capela da Saudade no extremo do terreno, complementam a estética pomposa do local e da família.

Amadeo de Souza - Cardoso seguiu passos semelhantes, e apesar da sua vida curta, foi uma figura central no modernismo artístico português. Nasceu em 1887, no seio de uma abastada família rural em Manhufe, na freguesia de Mancelos. Mudou-se para Paris aos 19 anos, onde o seu percurso se cruzou com artistas de renome, como Modigliani e Brancusi, e teve a oportunidade de estudar sob a tutela de Matisse, na Académie de la Palette. A eclosão da Primeira Guerra Mundial obrigou-o a regressar a Manhufe, onde, em reclusão, produziu algumas das suas obras mais inovadoras, marcadas pela experimentação de técnicas e materiais diversificados, como a incorporação de areia às suas tintas e o uso de colagens. Foi então o período do seu apogeu artístico, conformando um estilo único, que passou a fundir elementos do cubismo com a tradição popular portuguesa. Considerou-se sempre um inovador, talvez um pouco rebelde para o seu tempo, defendendo acima de tudo que somos nós quem constrói a nossa própria escola: "*Eu não sigo escola alguma, as escolas estão mortas. Nós, os novos, buscamos apenas a originalidade. Sou impressionista, cubista, futurista, abstracionista? Um pouco de tudo, talvez. Mas nada disso constitui uma escola por si só.*"[346]. A promissora carreira de Amadeo foi tragicamente impedida em 1918, aos 30 anos, quando foi vítima da pandemia de gripe espanhola.

Ainda que, temporalmente, o tributo destes artistas para a região em estudo tenha sido relativamente, curto, as suas obras permanecem eternizadas como contributos evidentes das temáticas sobre a vida da província, merecendo reconhecimento e apreciação pela forma como capturam a essência da vida rural.



**AMADEO DE SOUZA-CARDOSO**
1. CASA DA FAMÍLIA SOUZA-CARDOSO
2. PINTURA - A CASA DE MANHUFE, 1913

**ACÁCIO LINO**
1. CASA - MUSEU ACÁCIO LINO
2. PINTURA - MOLEIROS DE TRAVANCA (VILA MEÃ - AMARANTE) 1934

345 BESSA-LUÍS, Agustina - Dicionário Imperfeito (2008), p. 16
346 SOUZA - CARDOSO, Amadeo de - Conforme lido na Exposição "Feminino, uma história ficcionada", no museu Amadeo de Souza-Cardoso, a 17 março 2023

CASA DE MANHUFE
1910

PAISAGEM RURAL
1940

MOINHO
1910

CHÔ! PASSARADA!
1944

CAVAQUINHO
1915

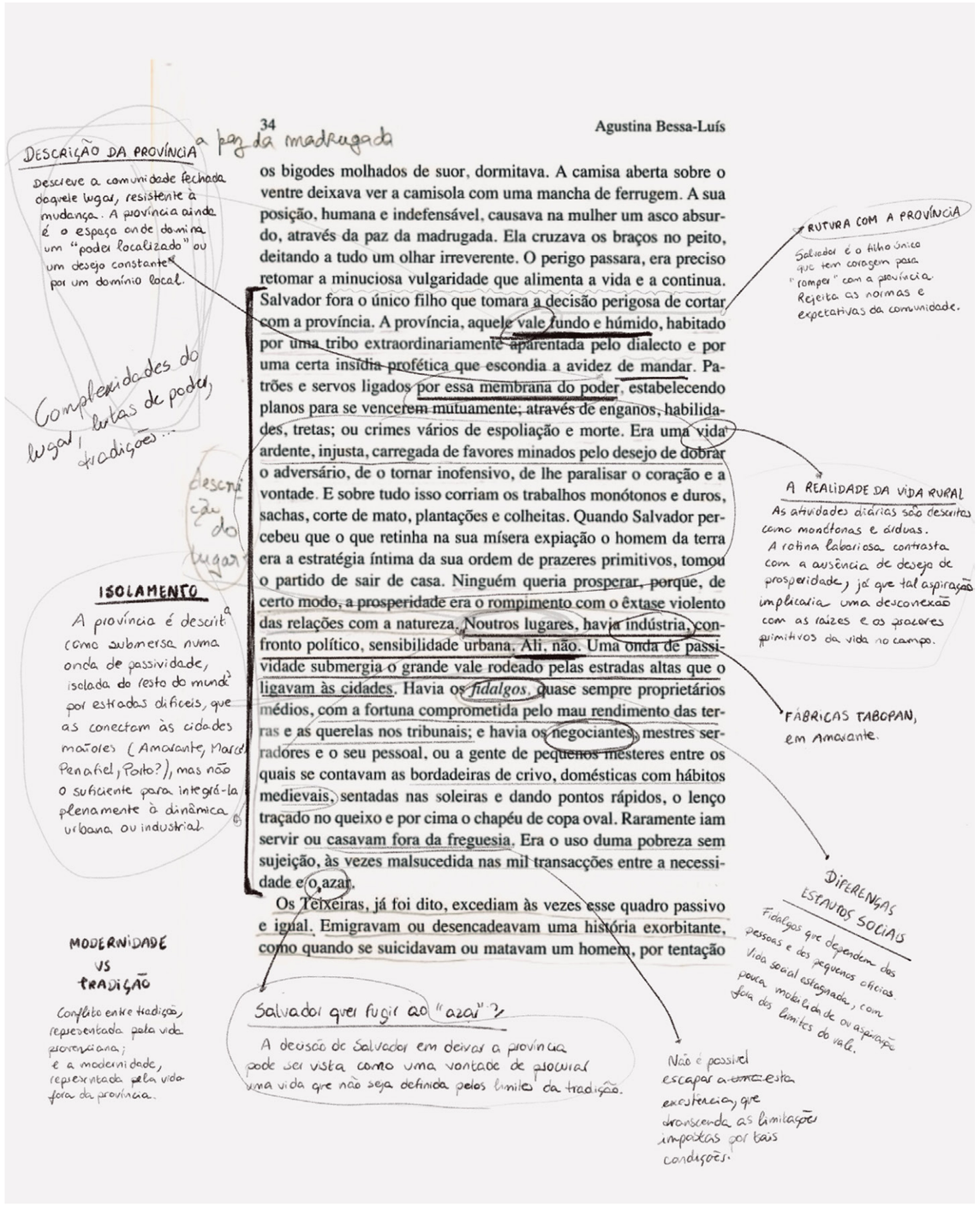
O MENINO E O BURRO
1944

CANÇÃO POPULAR
1916

CARRO DE BOIS








APONTAMENTO SOBRE A PÁGINA 34 DA OBRA
"MOSTEIRO" DE AGUSTINA BESSA-LUÍS

# AS PALAVRAS DE AGUSTINA

*"A minha obra é portuguesa, constituída por sentimento e gente portugueses até à medula. Tudo o que eu escrevo se destina a interessar as pessoas na sua própria entidade. Daí, muitas vezes, ela ter um efeito devastador, a obra e a pessoa que a produz. Sobretudo a pessoa, devo dizer. Eu desmarco os outros da rotina, espanto a manada. Depois os efeitos são maravilhosos, combinam com a imortalidade."*[347]

Voltemos a nossa atenção para a escritora Agustina Bessa-Luís, em virtude das fascinantes curiosidades que trespassam a sua vida e vasta obra literária, ainda por explorar plenamente, acreditamos. Ao longo desta dissertação não resistimos em dar nota às suas palavras, que em tantos aspetos contribuem perfeitamente para uma compreensão nítida dos lugares em estudo.

Perante as múltiplas facetas que poderíamos enfatizar em relação à sua vida e obra, a mais relevante é a atenção que a escritora dedicou aos espaços onde habitou, Amarante e não só. Com maestria literária, retratou-os vulneravelmente como se de personagens se tratassem, personificando atmosferas e os seus estados emocionais. Não fosse a sua obra, não teríamos hoje um relato tão autêntico destas terras, pois ninguém capturou a essência da província tão excecionalmente quanto Agustina. Embora Teixeira de Pascoaes tenha prestado uma homenagem igualmente honrosa a Amarante, enfatizando graciosamente o rio e as montanhas, Agustina concentrou-se nos vales do concelho extinto, o tal mundo fechado, entre o vale de Travanca, a Quinta do Paço, Vila Meã, os caminhos, o viveiro e o solo sagrado. Para além de um relato da década de 1940, numa província reclusa e dura, transmite-nos histórias que, apesar de soarem distantes nos dias de hoje, refletem comportamentos e realidades atemporais. *"Agustina descreve um cenário quase bíblico, onde os rituais e as pessoas compõem um quadro de símbolos eternos, evocando uma atmosfera onde tudo ocorre numa lentidão encantatória."*[348].

Para além disso, este destaque de Agustina, deve-se, em boa parte, à feliz coincidência com a celebração do centenário do nascimento da escritora nos anos de 2022/2023[349]. Assim, o momento de escrita desta dissertação coincidiu com esta comemoração, período em que Amarante foi palco de diversos eventos culturais neste sentido, incluindo exposições, encontros e roteiros literários. Estas iniciativas contaram com a participação entusiástica da comunidade, como forma de prestar homenagem e apresentar ao público a grandeza da sua obra literária. A intertextualidade entre a literatura e os espaços físicos revelou-se uma fonte valiosa para a elaboração desta dissertação, já que os roteiros literários, acompanhados de visitas guiadas e leituras de passagens da obra de Agustina, permitiram uma reflexão e entendimento acrescido sobre lugares que não eram tão familiares[350].

A vida de Agustina também teve momentos um pouco controversos. Começando com o evento do seu nascimento, assunto que se tornou polémico e que, mesmo após a morte da autora, continua a levantar discussões acesas entre os habitantes de Travanca e Vila Meã[351]. Dizemos que "afirmou ter nascido" em Vila Meã, porque a própria escreveu um texto para a revista 'Anto' em que afirma o seguinte: *"Em Vila Meã, na rua principal e coração da vila, eu nasci num domingo de chuva, às seis horas da tarde. A casa tem fachada que parece anexo do mosteiro de Las Huelgas, de tão ampla e solene. Ali vi o dia, que era, como disse, de chuva pegada. Ainda hoje gosto da chuva e quanto mais diluviosa melhor. (...) Não sei se esta página vale como atestado de nascimento. Em Vila Meã e não noutro lugar."*[352]. Contudo, a sua certidão oficial de nascimento foi registada a 15 de outubro de 1922, na freguesia de Travanca, facto conhecido por todos e que resulta em discordâncias por partes dos habitantes das duas freguesias, e

347 BESSA-LUÍS, Agustina - Dicionário Imperfeito (2008), p. 15

348 BALDAQUE, Mónica - Prefácio (2207) p. 13, op. Cit. BESSA-LUÍS, Agustina - Deuses do Barro [1942]

349 No dia 15 de outubro (2022) tiveram início, em Amarante, o programa das comemorações do Centenário de Maria Agustina Ferreira Teixeira Bessa-Luís. O programa teve a duração de um ano. As comemorações do centenário do nascimento da escritora foram lideradas pela Câmara de Amarante, concelho de onde é natural a autora, contando com a participação dos municípios de Baião, Esposende, Porto, Póvoa de Varzim, Peso da Régua e Vila do Conde e contam com o apoio das Universidades do Porto, Minho e Trás-os-Montes e Alto Douro, acompanhadas pela Direção Regional de Cultura do Norte, Turismo do Porto e Norte, Fundação de Serralves e RTP. [https://culturanorte.gov.pt/comemoracoes-do-centenario-de-agustina-bessa-luis/]

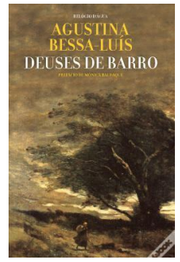
350 Consultar o **Apêndice 10** para descrição mais precisa dos eventos, destacando-se a Conferência Andante, onde foram percorridos os seguintes locais: Mosteiro de Travanca, Quinta do Paço, Casa de Santa Cruz, Casa onde alegadamente nasceu Agustina.

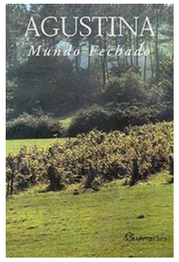
351 Discussão que assisti entre os dois Presidentes das Junta na Conferência Andante, que ocorreu no dia 22/10/2022.

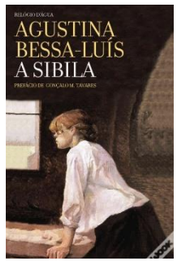
352 BESSA-LUÍS, Agustina - Anto n.º 1, Amarante, (1997). Ver **Anexo 3** para ler texto na íntegra.

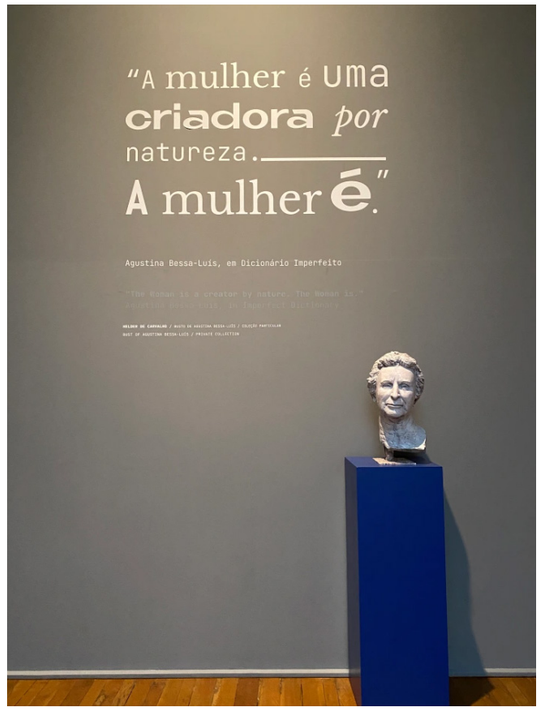








não só[353]. Acredita-se que a própria Agustina tenha feito questão de alimentar a ambiguidade sobre o assunto do seu nascimento, embora afirmasse sempre ser natural Vila Meã, aceitando a homenagem à casa por parte de Vila Meã e comentando que o erro do registo foi culpa da sua tia Amélia[354]. Deliberado ou factual, o valor do registo justifica-se para alguns superior à palavra de Agustina. Do nosso ponto de vista, é fascinante observar como uma questão aparentemente simples, como o local de nascimento, pode tornar-se um assunto de grande significado para ambas as localidades, que querem defender fervorosamente a partilha de uma identidade comum com a história de vida da escritora.

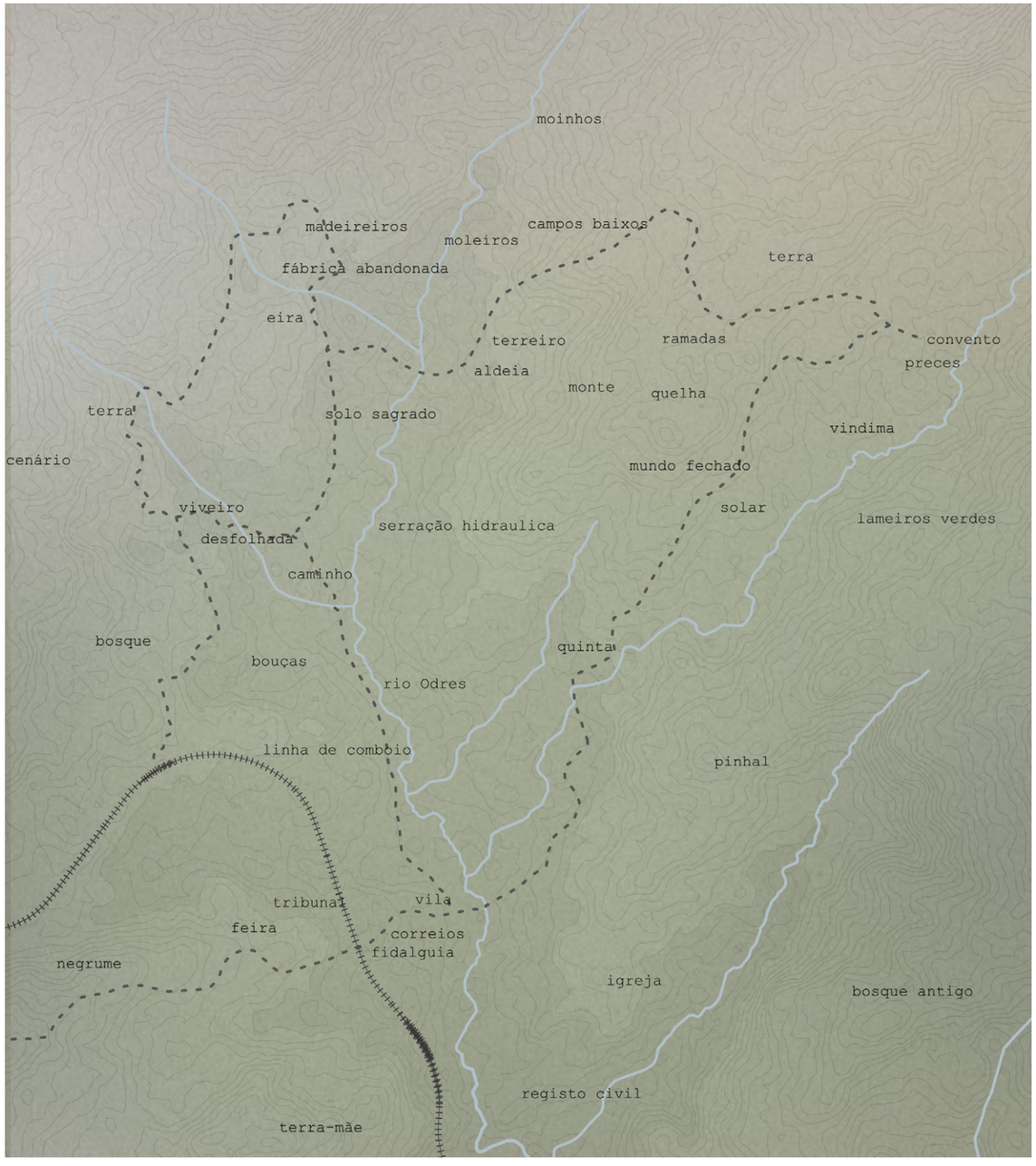
Apesar da controvérsia, não podemos deixar de salientar o curioso facto de ter morado nos primeiros anos de vida (nascida ou não) numa casa que fica mesmo em frente aos antigos Paços do Concelho de Vila Meã: *"Eu nasci em Vila Meã, que em tempos foi sede de concelho e perdeu o título como os campeões."*[355]. Quando Agustina nasceu, já haviam passado 60 anos desde a extinção do concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega. Não obstante, enalteceu muitas vezes o património de Vila Meã, eternizando na sua escrita as paisagens, casas e memórias. Certo é que mais tarde viria a morar em Travanca, período onde começou a escrever. Curiosamente, ao longo da sua vida, crê-se que terá mudado de casa muitas vezes - cerca de 19 -, segundo o pai. Em todas essas mudanças, nunca deixou de capturar a vida e as tradições, bem como a própria experiência de morar em diferentes lugares.

As memórias da sua infância feliz, primeiro na Casa de Vila Meã, posteriormente na Quinta do Paço em Travanca, foram motivo de inspiração para as suas primeiras obras, em forma de livros, ensaios, crónicas, entrevistas, adaptações ao cinema, peças de teatro e literatura infantil. Por esse motivo, as obras consideradas para este estudo foram a tríade 'Mundo Fechado', 'A Sibila' e o 'O Mosteiro'.

Desde os 19 anos escreve sobre o que conhece. Mónica Baldaque, filha da autora, confirma que: "escrever sobre aquilo que conhecemos", foi sempre o conselho dado por Agustina aos que se iniciavam na escrita[356]. Por isso, através de uma linguagem e sensibilidade de contextualização muito espacial escreve-nos sobre o vale, o negrume, o cenário, a eira, a terra, o mundo. O seu primeiro romance pode ser considerado 'Deuses do Barro', *"o ensaio de onde parte a inspiração e a estrutura que irá desenvolver no Mundo Fechado e, depois, de forma magistral, e definitiva na Sibila."*[357]. Esta obra mostrou-se mais ousada que as subsequentes 'Mundo Fechado' e 'Super-homens', percebendo-se que Agustina já explorava uma dimensão mítica que ultrapassava o mero realismo.

Em 'Mundo Fechado', explora com mais confiança o mundo rural que lhe era próximo e a decadência da aristocracia rural portuguesa: *"Rapazes pobres e outros até próximos parentes dos autarcas locais, inseparáveis duma autoridade meio clandestina"*[358]. A obra relata a história de Pedro, um jovem de 23 anos a passar férias na Quinta do Paço, vivenciando uma mistura de emoções e desejos durante a sua estadia de verão no campo. Pedro reflete sobre o ambiente onde se insere, as interações com as pessoas e os seus pensamentos íntimos. Enfraquecido e em convalescença, experiencia uma sensação de fadiga e anseia regressar às experiências urbanas no Porto, onde estuda. Nos encontros com os amigos na Casa de Santa Cruz (Casa da Condessa), vem ao de cima *"a tara snobe que caracteriza tanto a burguesia provinciana. E como, entre esta e a plebe, a sua classe tinha uma situação mestiçada, elas viviam justiçando todo o mundo, perdoando e lançando anátemas"*[359]. A narrativa aprofunda-se nas suas observações, encontros e reflexões sobre o seu estado atual e relações com outros, captando as suas lutas internas. No entanto, reconhece nas pessoas da vila, Vila Meã, um fascínio pelos vestígios de urbanidade, os apitos do comboio, os serviços, o registo civil. A referência à vila ressalta o apreço pela vida comunitária e social: *"Também ia à feira. Morria por festas, conversas, andanças; tinha um passado cheio de coisas no tribunal, questões de águas, juramentos testemunhais. (...) Perpassavam lá no registo civil, novas más e boas, bosquejos de fatos, coisas..."*[360].

353 Consultar o Anexo 9.
354 *"O mesmo aconteceu quando, por diversas vezes, em entrevistas, documentários e livros, reafirmou o lugar da sua naturalidade. No dia 4 de Janeiro de 2003 esteve em Vila Meã, para ser homenageada e descerrar uma placa na casa onde nasceu. Alguém, com um mínimo de bom senso, julgará possível que, caso isso fosse falso, Agustina se prestasse a essa farsa?"*, idem
355 idem
356 BALDAQUE, Mónica – Prefácio (2207) pp. 12 - 13, op. Cit. BESSA-LUÍS, Agustina - Deuses do Barro [1942]
357 idem
358 BESSA-LUÍS, Agustina [1980] - O Mosteiro, p. 74
359 BESSA-LUÍS, Agustina [1948] - Mundo Fechado, p. 48
360 idem, pp. 44 - 45




**Mapa 35 - Mapa das palavras de Agustina**

| | |
|---|---|
| Escala | 1:25 000 |
| DEM | ASTER GDEM (Isolinhas 10 m) |
| Mapeamento etiquetas | Gerado pelo QGIS (autora) |
| Mapeamento de vias | Gerado pelo QGIS (autora) |

0 250 500 m

N

Mónica Baldaque confirma que: *"A casa do Paço, localizada em Travanca, num monte fechado, onde o convívio com as tias Maria e Amélia, sobretudo Amélia, foram exemplo para a sua vida, um legado de sabedoria transmitido como uma profecia"*. Tanto que, em 'A Sibila', sua obra exponencial, para além da relação entre as personagens, mãe, filhas e tias, está muito presente a opressão social e familiar sobre as mulheres. Os homens são descritos como fracos, porque cortavam facilmente os laços com o vale, abandonando-o. São figuras secundárias e pouco dominantes, muitas vezes permissivos às circunstâncias e decisões femininas, um pouco distantes ou passivos em relação aos eventos das suas vidas, sugerindo uma inversão dos papéis tradicionais de género, onde as mulheres são o *"soldado da renovação, que adquire o sentido de poder"*[361]. As mulheres eram a força da província, quem dava continuidade à herança, aos negócios de família e à aquisição de propriedades e terras. A protagonista é uma figura de grande força e complexidade, retratada como uma matriarca poderosa, cuja influência se estende além da família, impactando a comunidade e as sucessoras da sua família. Quina personifica a sabedoria, a força de vontade e a resiliência, apesar de Agustina reconhecer que *"mulher e poder são uma má mistura; torna-as rancorosas e briguenta."*[362].

Em 'A Sibila', os espaços e as memórias influenciam profundamente a narrativa, imbuindo a casa de uma aura quase mística. Explora-se a interação entre atmosferas, ora calorosas, ora sombrias, sentidas entre a dimensão casa e a casa-vale, como um elemento que transcende a resiliência e continuidade da propriedade da terra ao longo das gerações, apesar das alterações físicas na estrutura da casa: *"Há uma data na varanda nesta sala que lembra a época em que a casa foi reconstruída após um incêndio em 1870. A quinta permanece a mesma, com as mesmas terras e montado, aforados à Coroa há mais de dois séculos, mantidos na sucessão direta da mesma família de lavradores"*[363]. Outra passagem descreve o ambiente revivido por uma presença intensa e familiar: *"a sala enche-se de uma expressão humana e calorosa, como quando alguém retorna aos antigos lugares onde viveu, derramando ao redor uma evocação vigilante"*[364]. E ainda, em setembro, a casa temporariamente habitada vibra com o calor das vozes e passos, dissipando o ar de abandono: *"O tempo, morno e quieto, reflete uma natureza exaurida, observável no ondular de folhas ou no fluir da água entre canas cortadas. Após a morte de Quina, a casa nunca mais exalou aquele mistério grotesco ou ingénuo"*[365]. Conforme descreve Mónica Baldaque as duas últimas páginas de 'A Sibila' capturam uma linguagem oracular, retratando um transe arrepiante e comovedor que revela o fim da transmissão de um destino que a personagem Germa, transfigurada, deve continuar a cumprir após a morte da Sibila.

Mais tarde, Agustina mudar-se-ia para a Póvoa de Varzim, acompanhando o seu pai, que era gerente do casino. Em 1980, publica 'O Mosteiro', obra que mais citamos ao longo desta dissertação, onde revisita, agora com outra maturidade, as vivências do vale de Travanca. O aspeto mais importante da obra é a sequência temporal do livro, narrada através do próprio mosteiro de Travanca e das suas transformações, bem como através da decadência deste microcosmo social, ao longo do século XX. Embora o nome Travanca seja raramente mencionado, preferindo o termo Vale do Salvador, os locais descritos podem ser difíceis de identificar para quem não conhece a área, mas inequívocos para quem reconhece os caminhos, a serração hidráulica, a muralha ou o pinhal. A narrativa acompanha o desenrolar das interações e conflitos entre as personagens, é um ponto de referência que assiste à religiosidade e às tradições da época. Os arredores do mosteiro - *com os campos baixos, as eiras, as bouças, a vessada, o rio Odres, os moinhos* -, são os espaços ao ar livre que contrastam com o interior fechado do Mosteiro - *os quartos, corredores, a varanda* -, daquela fábrica abandonada. Estes elementos acompanham o desenvolvimento da narrativa em torno das três gerações ascendentes de Belchior. O Mosteiro é um cenário e um símbolo. A obra culmina com a crítica a temas como isolamento, decadência e transformações sociais sentidos no vale, destacando-se a emigração da década de 60, o abandono e a perda de práticas rurais tradicionais. *"Vinha-se de Lisboa gozar a província como quem vai a lugares santos. Eu admiro quem tem tal persistência e que da casa dos antepassados faz cruzeiro"*[366]. Pouco depois, floresce uma nova geração que tenta arduamente equilibrar a vida rural e urbana, mantendo a propriedade de pequenas terras como um legado persistente, mas desafiador.

361 BESSA-LUÍS, Agustina - Dicionário Imperfeito (2008), p. 187
362 idem, p. 191
363 BESSA-LUÍS, Agustina - A Sibila (1987), p. 7
364 idem, p. 9
365 idem
366 BESSA-LUÍS, Agustina - Anto n.° 1, Amarante, (1997).



A narrativa também aborda o impacto das mudanças políticas da ditadura de Salazar e a evolução para uma sociedade mais materialista e permissiva, refletindo as profundas alterações e o surgimento de uma sociedade mais urbanizada.

No Mapa das Palavras, optou-se por ilustrar abstratamente a constelação dos vocábulos de Agustina que conseguimos contextualizar espacialmente, derivados da leitura das quatro obras. Simples e esquemático, este mapa não ilustra por completo o contributo da autora, que ela própria, com humildade, admitia ser limitado, ao afirmar que *"sabia pouco de tudo. Ainda hoje sei muito pouco de tudo, o que me causa embaraço ao ver a imensa bagagem de conhecimentos que as pessoas possuem. Se prestarmos atenção ao que se fala nos autocarros, nas praias, nas repartições, ao fim do dia poderíamos escrever uma enciclopédia de vinte volumes e até ser bem-sucedidos com ela"*. Deste modo, esta homenagem procura também reconhecer e valorizar a sua modéstia e imensa alma, além da profundidade da sua obra literária. Agustina escreveu sobre o interior do país, as gentes do campo, e também sobre a costa e os seus pescadores, desde Amarante, passando pelo Douro, Gaia, Póvoa de Varzim, Águas Santas, Outeiro Maior, Vila do Conde e Godim, Esposende, até ao Porto, onde viveu como esposa e mãe, e onde acabou por falecer, aos 96 anos. As cidades por onde passou deram vida a mais de 150 livros e textos, alguns ainda por publicar. Reconhecemos-lhe a capacidade única de observar os lugares que lhe eram familiares, transportando-nos para um tempo e estado de espírito próprio. Como a própria proferiu para definir a palavra fim: "*o que resta é sempre o princípio feliz de alguma coisa"*[367].

DUAS MULHERES À CONVERSA
FOTOGRAFIA DE EDUARDO TEIXEIRA PINTO

367 BESSA-LUÍS, Agustina - Anto n.° 1, Amarante, (1997), p. 115

# TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

*"Experimentava como um crescendo de derrota, de pânico e de irónica serenidade, cada manhã em que abria as janelas e recebia nos sentidos aquele jacto de vida: a luz, violenta, envolvente, cálida, macia; a luz derramada sobre a eira branca, — branca nas asas aldeia das pombas, na lombada das medas, no rocio do folhedo, na poeira dos racimos e do caminho que descia entre lodos; e também o som vago, penetrante, manso, rolando do monte."*[368]

368 BESSA-LUÍS, Agustina [1948] - Mundo Fechado, p. 13

# DESRURALIZAÇÃO

*"Por toda a parte se deu a transformação social quando os emigrantes começaram a prosperar e a mandar dinheiro. A terra de origem tornou-se lugar de recreio, com forte desleixo da parte agrícola e a degradação da lavoura."*[369]

*O vale modificava-se.*

Apesar de um momento promissor que se estendeu até meados do século XX, a região começou a atravessar um período de gradual e ligeira decadência, sentindo o processo de desruralização.

*"A produção baixou, havia desperdícios e fugas (...) Nada voltou a ser como dantes, e o sintoma irreversível da decadência proliferou na casa da Teixeira. Contudo as mulheres trabalhavam constantemente, repartindo-se em miúdas tarefas e mantendo a aparência da solidez económica. No fim do ano, quando se reuniam para prestar contas, havia sempre deficit. Os impostos subiam, todos os esforços para produzir mais eram gorados porque não havia lucros bastantes para investimento. Apareceram os telhados avariados e foi preciso renová-los. Houve um Inverno mau e alguns cortes do gado aluíram, assim como se abriu um poço novo com grande dispêndio de cantaria. Belche notou que o assado dos domingos se reduziu a coelho raquítico e não havia a mesma profusão de pombas no pombal. (...) Pensou em prestar serviços, mas Belche nada sabia de lavoura: projectou a plantação dum prosar, mas Matilde, que vira sempre crescer o grão, símbolo de prosperidade e abundância, mostrou-se hostil."*[370]. Esta citação de Agustina reflete a decadência da casa da Teixeira, outrora próspera, onde a produção diminuiu e, na ausência da uma adequada liderança masculina, a nova geração de Belche falhou em revitalizar a lavoura e as propriedades. Matilde associava o grão à prosperidade, rejeitando as mudanças e adotando uma visão pessimista da economia.

A agricultura não representa mais o papel de subsistência familiar que outrora representou. As novas gerações nada sabem sobre a lavoura e as reminiscências rurais modificam-se, perdendo o propósito original. Este fenómeno é notável num território que, no passado, era marcado por pequenas centralidades paroquiais - numa escala reduzida e, por vezes, fechada -, e rapidamente sofreu processos de transformação que levaram ao declínio demográfico e abandono de muitas áreas. A antiga região de Santa Cruz de Riba Tâmega experienciou-os a todos, começando pela transição da predominância da vida rural para uma rápida industrialização do setor.

A vida permaneceu, para alguns, intimamente ligada à natureza e ao campo, mas já ninguém depende inteiramente dessas vertentes. *"Para uma boa parte destas populações, o regresso à agricultura de subsistência, como complemento do rendimento dos agregados, bem evidenciado pelos aumentos da utilização da superfície agrícola utilizada e do número de produtores agrícolas singulares, a tempo parcial, acaba por ser uma solução de recurso, numa região que lhes oferece muito poucas alternativas."*[371]. A nível económico, as práticas agrícolas mudaram e as hortas são cultivadas numa escala muito familiar, maioritariamente para consumo próprio, em torno de pequenas leiras ou socalcos no terreno. Deixou de ser necessária mão de obra para se realizarem as cavadas, pois passou a usar-se sistemas de regas sofisticados que substituem os regos ou regadios (canais de irrigação). Para além disso, a prática da agricultura comunitária caiu em decadência, evoluindo para uma prática de mono - quintal, com benefício quase exclusivo para a família. O quintal, como espaço, pode representar uma forma de organização com muita expressão no território. Para além de refletir práticas, modos de vida e relações sociais das comunidades, pode apresentar-se como extensão física da residência com vários elementos - a lavoura, o terreiro, a bouça. Enquanto no passado se assumia como um espaço simbólico, local de encontro, de convívio familiar, de desfolhadas do milho, festas e danças, transmissão de tradições, na atualidade, é para alguns uma maneira de obter alimentos frescos e orgânicos, podendo ser, simultaneamente, uma atividade de lazer ou destinada a comércio local, mas raramente uma fonte de subsistência. Atualmente, a industrialização e a modernização, na indústria agropecuária, mas sobretudo na vinicultura, podem ser observadas nas grandes quintas, sendo que as vindimas domésticas passaram a acontecer em menor quantidade.



369 BESSA-LUÍS, Agustina [1980] - O Mosteiro, p. 112
370 idem, p. 128
371 RIBEIRO, Luís Miguel - Acordar a princesa do Tâmega (2011), Cap. Enquadramento Espacial

EVIDÊNCIAS DE UMA RURALIDADE DISSIMULADA, NO
TRAJETO ENTRE OS VALES DE TRAVANCA E MANCELOS

Na década de 1960, através das informações obtidas pelo programa TV Rural, observa-se como a utilização de máquinas agrícolas parecia trazer um futuro promissor e revolucionário. Logo no episódio 1 é dito que: *"podem ter êxito em Portugal e ser uma ajuda para os agricultores e ajuda mútua entre vizinhos."*[372]. Contudo, as alterações a nível de leis e regulamentação, que vieram agregadas a este aparente progresso, geraram vários desafios. A entrada no mercado europeu, sobretudo na produção vinícola, levou a uma transição (não imediatamente evidente) entre a produção caseira de vinho para a produção em quinta controlada, com novos padrões de qualidade que deixaram de ser praticáveis para os pequenos produtores. Os métodos ancestrais de fabrico e as mentalidades na altura vigentes tiveram de ser abdicados, dando lugar a práticas de vinificação, requisitos de rotulagem e medidas para garantir a autenticidade e a rastreabilidade dos vinhos produzidos. Fora isso, houve um maior foco no investimento tecnológico, como o uso de maquinaria especializada, técnicas de irrigação, monitorização do solo e métodos de colheita mais eficientes. Na década de 1980, a criação de Denominações de Origem Controlada delimitava regiões vinícolas específicas e estabelecia regras rigorosas para a produção de vinhos nessas áreas (também certificava queijos, manteigas e outros produtos agrícolas portugueses). Contudo, não era exatamente esperado que a implementação de regras fosse o motivo para o desaparecimento das vinhas domésticas. Aliás, parece ter havido um incentivo no cumprimento das regras: *"que assenta na denominação clara da origem do vinho verde e quem o deve fazer é o produtor, com convicção que por via das regras obtém uma mais-valia significativa e compensadora para o seu produto."*[373].

O mesmo se pode dizer sobre a produção e venda de gado, que teve diversos impactos nas famílias que dependiam dessa atividade com a implementação da Regulamentação Sanitária e de Bem-Estar Animal, e com mudanças na legislação e nas condições de venda no mercado. A concentração e intensificação da produção de gado passou a ser dominada por grandes explorações, o que trouxe grandes dificuldades para os pequenos produtores.

Ressalta-se, ainda, o problema das partilhas, que transcende gerações. Esta questão é particularmente complexa porque envolve não apenas aspetos legais, mas também dinâmicas familiares profundamente enraizadas. José Campelo diz: *"as transformações das terras e partilhas são um problema no poder da terra. Os pais não cedem as terras aos filhos."*[374].

Na década de 1970, a região do Baixo Tâmega, com destaque para Amarante, ainda ocupava uma posição cimeira pela sua centralidade administrativa e económica, impulsionada pela sua disposição geoestratégica única. Concentrava um setor empresarial dinâmico, com funções administrativas, serviços regionais e uma imagem de marca renomada, em parte devido à grandeza das fábricas Tabopan, que produziam madeira prensada e aglomerada e davam emprego direto a 2300 pessoas, sendo responsáveis por mais outros cerca de 1500 indiretos, sobretudo de lenhadores que, dos montes, traziam a matéria prima[375]. Esta Amarante vibrante e inovadora, um centro de trabalho, estudo, comércio e lazer, gradativamente deu lugar a uma cidade estagnada, passiva e sem ambição, com o declínio atribuído a vários fatores, como a falência das fábricas em 1996 e o encerramento da linha do Tâmega, poucos anos depois; eventos que naturalmente estão associados, já que as fábricas empregavam trabalhadores oriundos das cidades vizinhas. Tudo isto se aliou à falta de visão estratégica para sustentar um desenvolvimento socioeconómico e preservar o orgulho e autoestima dos habitantes.

372 Programa de televisão TV Rural, Episódio 1, acerca do 1º ciclo de máquinas organizadas em Portugal – Famalicão, Abrantes e Constância (1959)
373 Idem, Ep. 19 – Região entre Douro e Minho - Vinho Verde (1989)
374 Idem, Ep. 23 – Associação de Jovens Agricultores em Braga: entre Douro e Minho
375 RIBEIRO, Nicolau - Tabopan: Ascensão e queda (2021), [https://amarantemagazine.sapo.pt/empresas/tabopan-ascensao-e-queda/]

# ABANDONO E RUÍNA

*"Como a Língua ou a História, a paisagem é um poderoso marcador identitário, uma casa comum. No entanto, não há paisagens para sempre. A paisagem é registo da sociedade que muda e se a mudança é tanta, tão profunda e acelerada, haverá registo disso e pouco tempo e muito espaço para compreender e digerir todas as marcas e a forma como se vão atropelando mutuamente, ora relíquias, ora destroços."*[376]

Desta vez, Álvaro Domingues recorda-nos acerca da dualidade do conceito de destruição, associado a um sentimento de fim ou perda, mas também tido como precursor necessário para a renovação[377]. A transformação do Portugal Rural - como destruição (ou perda) - é uma metáfora para as mudanças profundas que afetaram a vida no campo, como o despovoamento, abandono e a perda de práticas e paisagens tradicionais - um fenómeno físico, mas também psicológico -, conduzindo a uma perda da identidade e herança cultural que caracteriza o rural português. Assim como a língua e a história, a paisagem é um marcador identitário vital, porém sujeito a mudanças inerentes à sociedade que se transforma continuamente[378].

Os processos de migração face às políticas de desenvolvimento económico do país foram incentivados pela concentração de investimentos e infraestruturas nas grandes áreas urbanas, neste caso centradas na cidade do Porto. O desequilíbrio no desenvolvimento entre meios rurais e urbanos era evidente na falta de acesso a serviços básicos, como saúde e educação, e na falta de emprego, fatores que impulsionaram a migração, sobretudo dos jovens, para as grandes áreas urbanas - um gesto que Agustina critica: *"as casas de lavoura, outrora ainda levantadas com grandeza, onde não entrava chuva nem meirinho, mostravam-se todas arruinadas. Não era possível segurar as suas paredes com os lucros actuais. Era lamentável verificar o mesquinho regresso das famílias que tinham ido viver na cidade e vinham ocupar de novo as moradas rurais, com medo de expropriações selvagens."*[379]. É notável que, para a escritora, o abandonar da província representava um fracasso - cortar com a província - como bem dizia, apesar de reconhecer as dificuldades vividas: *"Viviam de facto, num limbo de maneiras e de valores completamente práticos, sem timidez, mas também sem qualquer paixão ou luta. As pessoas passavam uma vida sem deixar o vale, e até o estrépito da estrada nacional lhes parecia fora do seu alcance. Tudo o que as ligava ao centro urbano era o litígio sobre a interpretação das leis, o vício de Matilde que corria ao tribunal e ao cartório com uma alma descompassada. As demarcações das matas, a propriedade das águas eram as grandes queixas e a grande história de família. Resistência ao logro, minuciosa alma do contrato, amor ao dinheiro e ao local, produziam uma certa glaciação das grandes aspirações. Falar de mudança não parecia nada de evocador, como decerto fora em épocas mais remotas, mas uma breve consumição de jovens mal-aviados com os pais ou com os amores."*[380].

A emigração na década de 1960 foi notoriamente sentida nesta região, onde muitos partiram em busca de uma vida melhor para países como França, Alemanha, Suíça, Brasil, Canadá. Em geral, houve uma redução da população, desagregação familiar e uma diminuição da mão de obra qualificada: *"As casas gradas foram abandonadas e espreitava-as a ruína. Uma estirpe de estudantes sucedeu ao lavrador e até ao seu caseiro, que custosamente amealhara para ele próprio um dia comprar uma quinta murada com a sua mina de água e o seu pinhal."*[381].

O vale transforma-se e transita para uma nova geração de habitantes. A ideia de que não existem paisagens permanentes serve, precisamente, para enfatizar a inevitabilidade da mudança e a complexidade em registar e compreender as marcas deixadas pelas transformações rápidas e profundas. O desafio em reconciliar o passado com o presente, onde o abandono e destroços passam a fazer parte da paisagem, levam a uma perda de referências estáveis e dificultam a apreciação do novo, frente ao familiar e tradicional[382].

376 DOMINGUES, Álvaro - Destruição, Registos do trauma da perda do Portugal Rural (2011) [https://www.revistapunkto.com]
377 idem
378 idem
379 BESSA-LUÍS, Agustina [1980] - O Mosteiro, p. 167
380 idem
381 idem, pp. 96 -97
382 DOMINGUES, Álvaro - Destruição, Registos do trauma da perda do Portugal Rural (2011) [https://www.revistapunkto.com]

QUINTA ABANDONADA EM MANCELOS
NA RUA DA TORRE, JÁ MENCIONADA

Sem embargo, desde a implementação dos Programas de Desenvolvimento Rural mais recentes, notou-se um aumento na recuperação de alguns terrenos agrícolas que estavam abandonados e veem-se agora reerguer antigas quintas com outros propósitos. A reconstrução do património, através do Programa de Apoio à Recuperação de Imóveis de Interesse Histórico e Cultural (PAR), criado em 1975, e o Programa de Salvaguarda e Valorização do Património Cultural (PSVPC), criado em 2002, tende a combater esse estado de decadência. Para a minha comunidade geracional, que não vivenciou esta condição, torna-se difícil imaginar o estado de ruína do património religioso do nosso caso de estudo, em finais do século XX.

IGREJA DO SALVADOR DE REAL
FACHADA ANTES DO PROJETO DE INTER-VENÇÃO DO PAR

IGREJA DO SALVADOR DE REAL
FACHADA EM 2023

SINAIS DE ABANDONO
NO TRAJETO DA LINHA DESATIVADA DO TÂMEGA

# ARQUITETURA VERNACULAR E ETNOGRAFIA

*"Foi sentar-se ao canto dum dos degraus que desciam para o moinho. Ficou de cima a olhar a água que empoçara no antro da roda parada e que exalava uma frescura. Parecia-lhe um lugar tão sozinho, assim com um pouco de mistério e só a dança das libélulas sobre a água em que transparecia o fundo de areia!"*[383]

Não aprofundando muito os exemplos de arquitetura vernacular, dada a existência de trabalhos profundamente dedicados ao tema, expomos sinteticamente que, por consequência dos processos de desruralização e, sobretudo, pela subida das águas do rio, perderam-se vários tipos de arquiteturas vernaculares, como exemplares do património agrícola, representado por espigueiros, eiras, casas graníticas de lavoura e moinhos de água, ligadas à produção de cereais, pão, e linho, espalhados um pouco por todo o Baixo Tâmega. Assim, decidimos dar nota de alguns exemplos de construção tradicional da região que melhor refletem os recursos naturais e materiais locais. Baseada em técnicas transmitidas de geração em geração, estas construções adaptam-se conforme as necessidades locais. Na região do rio Tâmega, incluem-se também as pesqueiras e barcas de passagem.

No passado, as moagens de cereais foram importantíssimas, especialmente nas regiões cerealíferas, transformando grãos em farinha, essenciais para a dieta humana. Ao longo do Rio Tâmega e afluentes, os moinhos de rodízio e azenhas processavam milho, centeio e outros cereais, para autoconsumo. Até os anos 70, existiam diversos moinhos ao longo do rio. Segundo Teresa Soeiro, os três tipos de estruturas de moagem de cereal presentes na região do Baixo Tâmega são os seguintes:

- Azenhas permanentes, localizadas sobre a margem, com estruturas de moagem de planta retangular. Tinham paredes de granito e cobertura em ardósia ou telha. Eram fixas e aproveitavam o encoro do açude para funcionar continuamente;

- Azenhas temporárias, situadas próximas da corrente do rio. Estas azenhas tinham a parte inferior das paredes em pedra até à altura da mó, com o resto da estrutura construída em madeira trincada e cobertura em colmo ou outros materiais vegetais, sendo montadas e desmontadas conforme necessário. Os componentes móveis, como a dorneira e a quelha, eram removidos quando a azenha era desmontada, deixando apenas a roda motriz e as mós;

- Moinhos de rodízio temporários montados sobre o açude, com suporte em caboucos pétreos. Estes moinhos só podiam operar quando o nível da água estava suficientemente baixo para evitar que os rodízios ficassem submersos. Quando havia escassez de água, o sistema de rodízio podia ser ajustado para aproveitar o nível reduzido, transformando-se em eficientes moagens no leito do rio[384].

No caso de estudo, *"com a subida das águas, lá se foram as Azenhas do Canal, os moinhos da Bouça, de Vilarinho, do Gondeiro, as azenhas da Braziela, as moagens da Torre e os moinhos de São Lázaro, os moinhos do Ribeirinho e as moagens da Feitoria, no Concelho de Amarante."*[385]. Os que não desapareceram caíram em desuso e ruína, como os moinhos do rio Odres, ao longo de Travanca, que Agustina descreveu: "Plantaram-se hortas e jardins, o rio Odres serviu a energia dos moinhos que apareceram e se multiplicam nos suaves barrocais, entre precipícios amenos de granito."[386].

Quanto aos espigueiros, também conhecidos por canastros noutras partes de Portugal, podem ser encontrados um pouco por todo o Nordeste, com pequenas variações nas suas estruturas. Em geral, são construções pequenas e elevadas, usadas para secar e armazenar milho e outros cereais. Na região de Amarante, a distribuição é desigual: a poente, o espigueiro escasseia, para voltar a aparecer no Baixo Tâmega, pela parte sul dos concelhos de Paredes e Penafiel, duma construção pobre, com colunas de pedra, nas zonas graníticas, e todos de madeira nas xistosas, pés singelos altos e mós, as traves transversais da grade muito salientes para os lados, firmando-se nas suas pontas as escoras que partem do frechal, as portas nos topos, telhados de duas ou quatro águas - à mistura com espigueiros

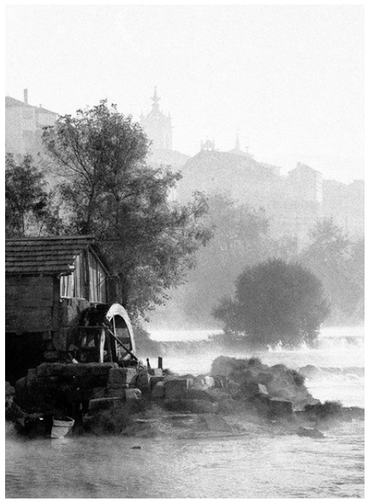
383 BESSA-LUÍS, Agustina [1948] - Mundo Fechado, p. 24

384 Recomendamos a leitura do seu trabalho "Estruturas moageiros, pesca e navegação no Baixo Tâmega - Amarante" de Teresa Soeiro, para uma compreensão mais profunda sobre este tema.

385 PEDRO, António - Adeus Tâmega, Adeus rio, Adeus Amarante! (1997), p. 7

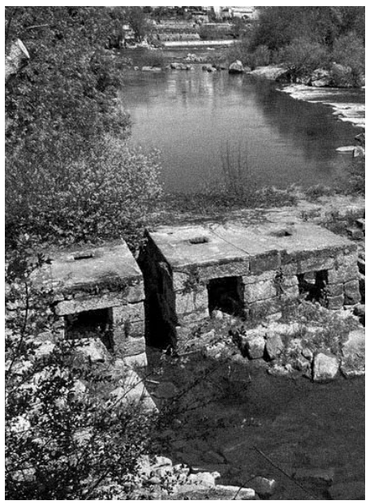
386 BESSA-LUÍS, Agustina [1980] - O Mosteiro, p. 40





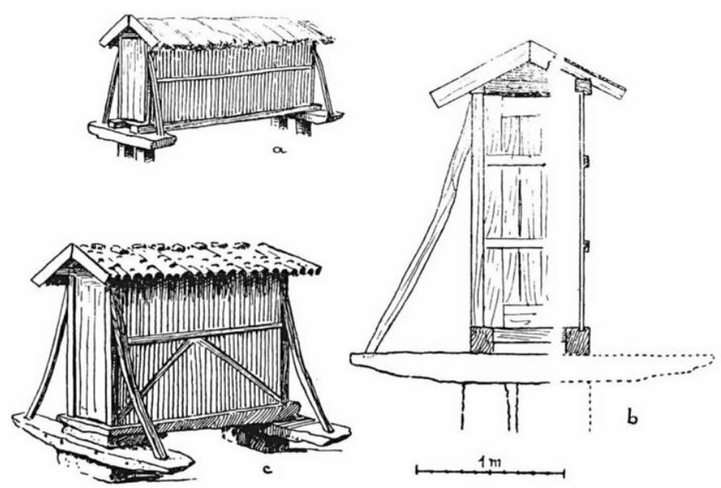
1. AZENHAS PERMANENTES, RIO TÂMEGA

2. AZENHAS TEMPORÁRIAS, RIO TÂMEGA



3. AÇUDES PARA MOINHOS TEMPORÁRIOS, RIO TÂMEGA

ESPIGUEIRO FOTOGRAFADO EM REAL




REPRESENTAÇÕ DE ESPIGUEIRO TÍPICO NO BAIXO-TÂMEGA

largos de corredor a meio, característicos dessa área, e com outros estreitos de ripas horizontais, dos tipos da Beira-Douro, que eles vão agora progressivamente substituindo.

Na região do Rio Tâmega e seus afluentes, as barcas de passagem eram embarcações utilizadas para atravessar o rio, pela insuficiência das pontes, facilitando a deslocação de pessoas e mercadorias de uma margem à outra. *"Para norte [do Douro], todas as embarcações cediam o lugar às rudimentares barcas do Tâmega."*[387]. As barcas, também conhecidas por guigas, podiam situar-se próximas de moinhos e eram operadas manualmente, muitas vezes por barqueiros locais, e podiam ser movidas a remos, à vara ou por cabo[388]. Em períodos de feiras e romarias, as barcas eram especialmente requisitadas, atendendo ao aumento de peregrinos e comerciantes que precisavam de atravessar o rio, evitando assim sobrecarregar os sítios onde se podia passar a vau, perigosamente caminhando por cima das pedras dos açudes do rio[389]. A presença das barcas de passagem representou, durante muito tempo, o reflexo da importância dos cursos de água na mobilidade da vida das comunidades locais, ainda podendo ser encontradas várias atracadas ao longo do rio, sobretudo na zona dos Poços, em São Gonçalo/Gatão. *"No percurso do Tâmega, entre Alpendorada e Amarante, foram detetados até finais da década de sessenta, 13 lugares de passagem, por meio de barcas. (...) Alguns autores relacionam-nas com um tipo original de embarcações feitas em couro, usadas para atravessar o Eufrates (Mesopotàmia), donde teriam derivado várias formas utilizadas nos rios portugueses."*[390].

Quanto às pesqueiras, estruturas utilizadas para a pesca em rios e cursos de água, podiam ter diferentes configurações, dependendo do tipo de pesca realizado e das características do local. Na região do Rio Tâmega, as pesqueiras eram utilizadas para capturar peixes, como a lampreia, e também podiam ser pesqueiras mistas, que combinavam a atividade de pesca com a moagem de cereais. Foram parte integrante da paisagem, contribuindo para a subsistência das comunidades ribeirinhas, mais uma vez, através da utilização dos recursos hídricos de forma sustentável. Embora algumas pesqueiras ainda sejam visíveis, a sua utilização está sujeita ao cumprimento da legislação vigente sobre pesca[391].

Um pouco por todo o território, podem ser encontrados outros tipos de arquiteturas vernaculares mais comuns, como casas construídas em blocos de granito, um recurso natural abundante na região. Distinguem-se pela sua durabilidade, praticamente indestrutíveis, e pela capacidade de manter a temperatura interna estável, adequada ao clima que pode ser bastante frio no inverno e bastante quente no verão. Nas zonas montanhosas das serras há também casas de xisto, mas não no caso de estudo em questão. Destacam-se outros elementos mais subtis, mas ainda assim muito típicos na região, como varandas e ornamentação de cornijas e frisos em granito; escadas externas; e cozinhas externas ou situadas no piso de baixo (também conhecido como loja) com fornos a lenha.

No aspeto etnográfico, salientamos alguns métodos de artesanato em vias de extinção como cobres, cestaria, chapéus de palha, tanoaria, rendas e bordados. Agustina relembra muitas vezes a vívida presença da indústria de bordados e a continuidade do emprego de mulheres locais nesse setor. Na sua juventude, escrevia já sobre a habilidade e a destreza das mulheres do vale de S. Salvador, certamente referindo-se às tias: *"Puxava o linho com o dedo ensalivado; o fuso, com a sua ponteira de metal que brilhava, girava-lhe nos dedos curtos e roliços, e ia enrolando sobre si o fio húmido, num redopio vertiginoso, sem uma falha."*[392]. Sobre os bordados das irmãs Teixeiras no vale de S. Salvador: *"A indústria dos bordados das irmãs Teixeiras, se não prosperou, empregava o mesmo número de mulheres, domésticas inveteradas, afeitas ao trabalho de soleira no Verão ou a arrastar o bordado acarvoado entre o chiar dos potes."*[393]. O trabalho de bordado ainda é produzido em algumas freguesias, como em Figueiró, onde a precisão e a concentração necessárias para essa atividade artesanal continuam a ser muito apreciadas.

387 Dias, Et. Al - Espigueiros portugueses. Sistemas primitivos de secagem e armazenamento de produtos agrícolas (1994), p. 93
388 SOEIRO, Teresa - Estruturas moageiras, pesca e navegação no Baixo Tâmega - Amarante, p. 272
389 MARCO DE CANAVESES: Entre Douro e o Tâmega, onde começa o Marão, pp. 90 - 95
390 idem
391 idem
392 BESSA-LUÍS, Agustina [1948] - Mundo Fechado, p. 16
393 BESSA-LUÍS, Agustina [1980] - O Mosteiro, pp. 110 - 111

1. BARCA DE PASSAGEM NO RIO TÂMEGA
2. REPRESENTAÇÃO DA ATIVIDADE DE "ASPADELAR" O LINHO, TALVEZ EM TRAVANCA
ESPADELAR O LINHO É UM MÉTODO TRADICIONAL PARA PREPARAR AS FIBRAS DE LINHO PARA A TECELAGEM, CONSISTINDO EM BATER A PLANTA COM UMA ESPADELA PARA SEPARAR AS FIBRAS ÚTEIS DO CAULE, TORNANDO-AS PRONTAS PARA SEREM FIADAS EM FIO.

# SETOR PRODUTIVO

*"Vila Meã mudou e está hoje uma cidade que só visto. O campo da feira parece um arraial de muitas e boas casas, onde pode nascer, quando for caso disso, uma pessoa como eu e até melhor no fazer garatujas no papel entre pensativos descansos. Desapareceram muitos dos que eu conhecia (...) Gente com um quê de britânico e leve, snob, a bem dizer."*[394]

Vila Meã, localizada no coração do antigo concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega, hoje fragmentado por cinco municípios, possuiu um legado industrial diversificado, com várias oficinas.

No final do século XIX e início do século XX, Vila Meã era um centro próspero para a indústria de mortalhas para cigarros, usando folhelhos de palha de milho como matéria-prima. Além disso, a região viu o declínio das indústrias de ferraduras e canelos, proteções de ferro para as patas de asininos e bovinos, respetivamente. Os ferreiros de Vila Meã, no entanto, não se limitavam a fabricar esses produtos, operando várias oficinas por toda a região, produzindo desde talheres de cozinha até ferramentas para os mais diversos ofícios. Além disso, as lojas de ferragens vendiam produtos feitos pelos ferreiros, como dobradiças e fechaduras. Até à segunda metade do século XX, a Fundição de Vila Meã continuou ativa, contribuindo significativamente para o emprego e a economia local, junto com as serrações de madeira[395].

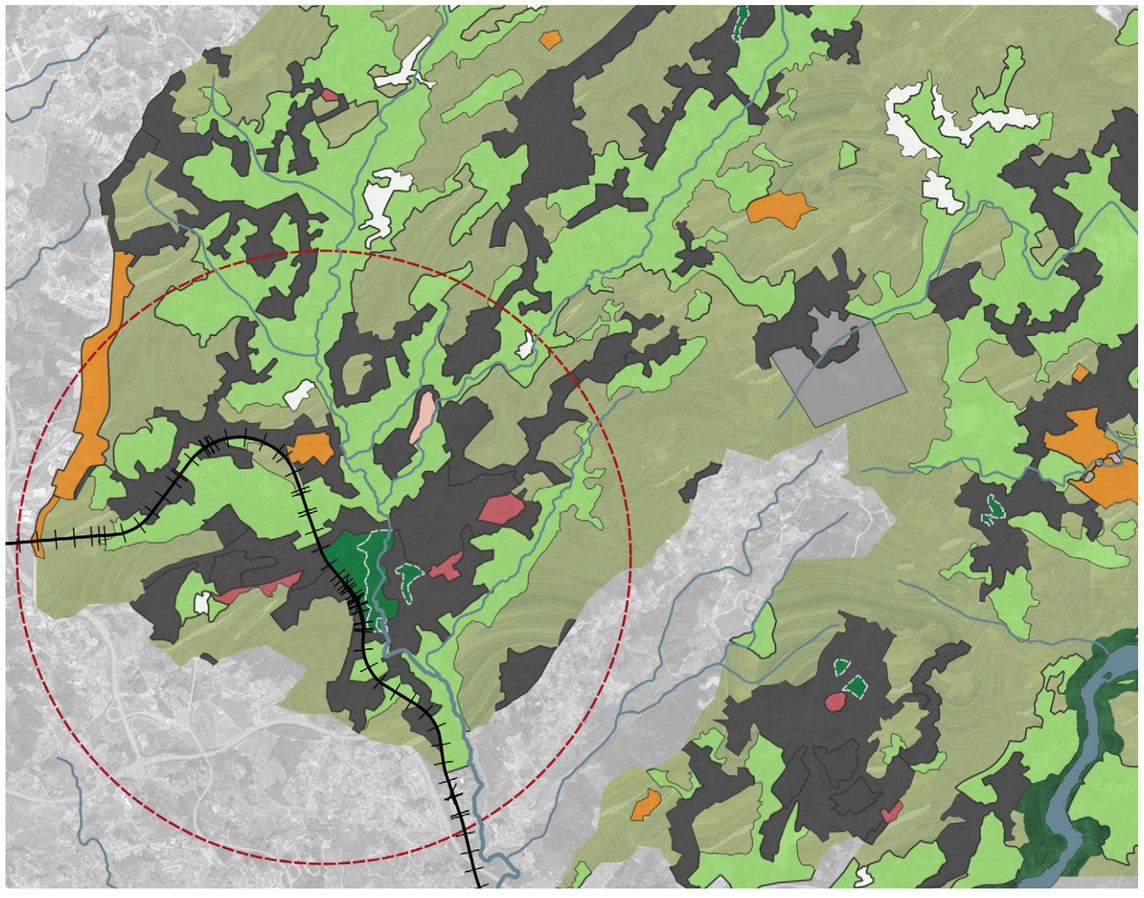
Mais tarde, durante a década de 1950, as Indústrias Tabopan, de que já falámos, foram pioneiras na Península Ibérica na produção de painéis de aglomerado de madeira. Progressivamente, a Tabopan expandiu, incluindo mais fábricas e diversificando os seus produtos. No entanto, enfrentou dificuldades financeiras na década de 1980, culminando na sua falência no ano de 1996. Com o tempo, toda a região testemunhou o declínio de várias outras indústrias tradicionais, devido à competição global, especialmente na indústria de confeções, que enfrentou uma forte concorrência dos produtos têxteis importados do Oriente. Este cenário levou ao encerramento de muitas empresas e comércios.

Atualmente, a região tem diversificado as suas atividades económicas. A agricultura, especialmente a produção vinícola de vinhos verdes, a pecuária e a silvicultura, juntamente com a construção civil e a indústria metalúrgica, dominam o panorama produtivo. A extração pedreira, especialmente no Marco de Canaveses, é também uma atividade dominante, destacando-se a extração de matérias-primas, como granito xisto-ardósia, brecha, calcário, mármore e outras. O artesanato permanece como uma atividade tradicional, em muito menor escala, mas continuando a envolver as artes da tecelagem, bordados, rendas, malhas, mantas de lã, colchas de linho e tanoaria.

É indubitável que o turismo, em fase crescente, representa uma grande parte do setor económico. Anteriormente, era comum observar-se um aumento no turismo apenas nos meses de verão, no entanto, após a pandemia, os altos níveis de turismo perduram durante todo o ano, incluindo os meses de inverno. A reconversão de alojamentos para turismos rurais é crescente e simultaneamente alarmante, encontrando-os até nas zonas mais recônditas. Para além disto, a hotelaria e o setor do enoturismo fizeram com que muitas quintas da região reabrissem portas, oferecendo experiências relacionadas com o vinho, visitas guiadas, degustações e eventos temáticos. O que para muitos representa um sinal de requalificação e bonificação de casas e quintas abandonadas, por vezes de pequenos vilarejos, tem de ser analisado objetivamente. No final da análise, estas requalificações podem não desenvolver características de crescimento coletivo para o país ou para a região em particular, gerando apenas lucros individualizados. A indústria do turismo tem a capacidade de disfarçar sentimentos de nostalgia e de perda de lugares em experiências turísticas autênticas e sustentáveis, influenciando a perceção e a comercialização de espaços. Essa técnica favorece a exploração de conceitos utópicos e distópicos no turismo, evidenciando o propósito lucrativo desta atividade[396].

Em última instância, não devemos esquecer que a indústria é mais do que um setor económico. É também um elemento operativo na valorização de lugares e escolhas de vida.

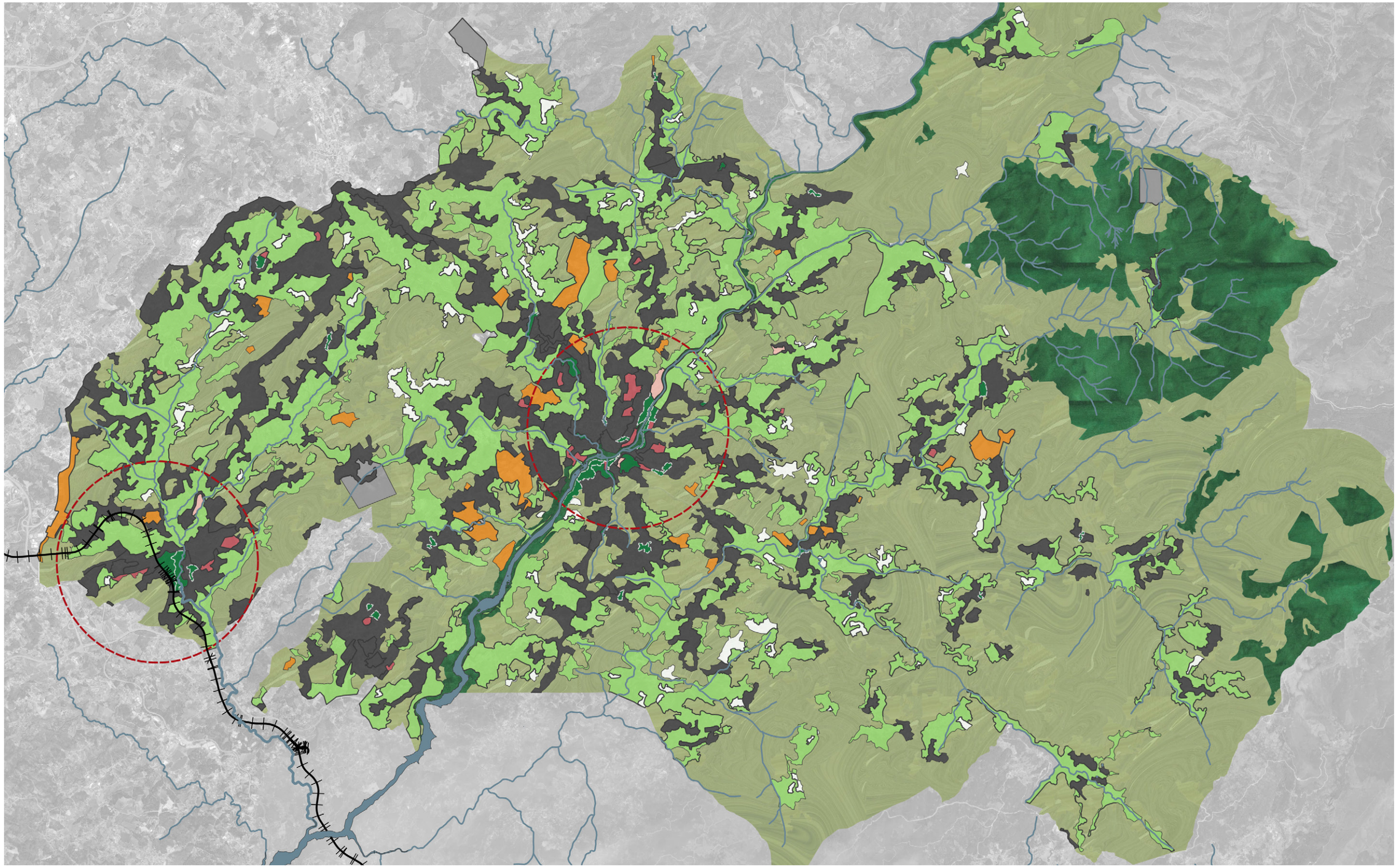
394 BESSA-LUÍS, Agustina - Anto, n.° 1, Amarante (1997), pp. 7 - 8
395 QUEIROZ, António José - Vila Meã, uma terra com história... [https://vila-mea.webnode.pt/]
396 DOMINGUES, Álvaro - Lugar, memória e utopia, p. 9



**Mapa 36 - Mapa do uso do solo em Amarante, mais concretamente em Vila Meã**

| | |
|---|---|
| Escala | 1:50 000 |
| Carta de uso do solo | DGT |
| Destaque Pólo Vila Meã | Gerado pelo QGIS (autora) |

0 750 1 500 m
N



ESPAÇO FLORESTAL

ESPAÇO AGRÍCOLA

ATIVIDADES ECONÓMICAS E INDÚSTRIAS

ESPAÇO HABITACIONAL

EQUIPMANETOS E INFRAESTRUTURAS

USO TURÍSTICO

ESPAÇO VERDE

EXTRAÇÃO GEOLÓGICA

ESPAÇO NATURAL E PASISAGÍSTI-CO

N

0 1 2 km

Mapa 37 - Mapa do uso do solo no município de Amarante, enfatizando os dois pólos urbanos - S. Gonçalo e Vila Meã - onde se concentra um maior número de equipamentos e infraestruturas

Escala 1:100 000





4.7

SETOR PRODUTIVO

# BIBLIOGRAFIA PARTE IV


ANÉGIA (Coord.) - Marco De Canaveses: Entre Douro e o Tâmega, onde começa o Marão, coord. Paulino Gomes Ed. Anégia, 1997

BESSA-LUÍS, Agustina - Anto n.° 1, Amarante, Primavera, 1997

BESSA-LUÍS, Agustina - Dicionário Imperfeito, Guimarães Editores, [Lisboa], 2008

BESSA-LUÍS, Agustina [1954] - A Sibila, Guimarães Editores, 10ª edição [Lisboa], 1987

BESSA-LUÍS, Agustina [1980] - O Mosteiro, Relógio d'Água, [Lisboa], 2007

BESSA-LUÍS, Agustina [1942] - Deuses do Barro, Relógio d'Água, [Lisboa], 2019

BESSA-LUÍS, Agustina - A mãe de um rio / la mère d'un fleuve, Guimarães Editores, [Lisboa], 1971

BESSA-LUÍS, Agustina [1948] - Mundo Fechado, Guimarães Editores, [Lisboa], 2004

DIAS, Jorge; VEIGA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando - Espigueiros portugueses. Sistemas primitivos de secagem e armazenamento de produtos agrícolas. Etnográfica Press [Lisboa] 1994

DOMINGUES, Álvaro - Castro Laboreiro - identidade em fuga in Quem somos os que aqui estamos? Castro Laboreiro e Lamas de Moura. Coord. Daniel Maciel e Álvaro Domingues. Ed. MDOC Festival internacional de Documentário de Melgaço, 2023

DOMINGUES, Álvaro - Lugar, memória e utopia, manuscrito não publicado, 2023

MARTINS, Hugo - Há uma data na varanda desta sala, Arquitectura e Literatura: afinidades electivas ISCTE-IUL, outubro, 2017 [dissertação de mestrado]

RIBEIRO, Luís Miguel - Acordar a princesa do Tâmega, Fotografia de Pedro Costa, Eduardo Teixeira Pinto, 2011

RODRIGUES, José - O Concelho de Santa Cruz de Ribatâmega nos Séculos XVIII e XIX, in Actas do Congresso Histórico 98, Volume IV, 1998

SOEIRO, Teresa - Estruturas moageiras, pesca e navegação no Baixo Tâmega – Amarante, in Congresso histórico de Amarante 98 Actas, Ed, Câmara Municipal de Amarante, Volume III, 1998

SILVA, José - Cronologia ferroviária Portugal, 1ª ed. - [Póvoa de Varzim] : Ilustrepágina-MAIS Semanário, 2017


**Artigo de Jornal**


CÂNDIDO, António - O Jornal de Amarante (2000), p. 3


**Webgrafia**


CIPRIANO, Carlos - Estudo propõe novo eixo ferroviário pelo Vale do Sousa e reactivação da Linha do Tâmega até Amarante (2020) [https://www.publico.pt/2020/05/26/local/noticia/estudo-propoe-novo-eixo-ferroviario-vale-sousa-reactivacao-linha-tamega-ate-amarante-1917993]

Transportes & Negócios - A Infraestruturas de Portugal (IP) adjudicou os estudos de viabilidade técnica e ambiental da nova Linha do Vale do Sousa (2024) [https://www.transportesenegocios.pt/ip-contrata-estudos-para-a-linha-do-vale-do-sousa/]

Cultura do Norte - Comemorações do Centenário de Agustina Bessa-Luís, 2022 [https://culturanorte.gov.pt/comemoracoes-do-centenario-de-agustina-bessa-luis/]

RIBEIRO, Nicolau - Tabopan: Ascensão e queda. Amarante Magazine (2021) [https://amarantemagazine.sapo.pt/empresas/tabopan-ascensao-e-queda/]

DOMINGUES, Álvaro - Destruição, Registos do trauma da perda do Portugal Rural (2011) [https://www.revistapunkto.com]

# PARTE V

A TERRA RECUPERADA

*"Temos pudor em louvar quem se ama. Por isso me escondo atrás de palavras discretas ao falar de Vila Meã. Mas que ela merece muito na geografia e na História, isso é verdade. Merece que se lhe desenhem os lugares, as ruas, as casas. Que se levantem as ruínas antigas e se projectem novos edifícios."* [397]

| 1988 | 1990 | 1991 | 1995 | 1996 | 1999 | 2001, 2004, 2006 | 2007 | 2012 | 2013 | 2021 | 2022 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Construção do troço de IP4 entre Amarante e Alto Espinho.<br><br>Vila Meã recupera o seu estatuto de Vila. | Encerramento da linha entre Amarante e Arco de Baúlhe. | Chegada da autoestrada A4 a Penafiel. | Extensão da A4 até Amarante. | Encerramento das fábricas Tabopan. | Fundação da "Associação Cívica para a Criação do Concelho de Vila Meã" e apresentação inicial do projeto. | Apresentação de projetos de lei para criação do concelho de Vila Meã. | Inauguração de várias infraestruturas em Vila Meã. | Encerramento definitivo da Linha do Tâmega, convertida em ecopista. | Integração de Vila Meã na "União das Freguesias de Real, Ataíde e Oliveira". | Início da elaboração do Plano de Urbanização de Vila Meã para promover o desenvolvimento urbano. | Iniciativa para transferir a sede da junta para os antigos Paços do Concelho em Vila Meã. |

397 BESSA-LUÍS, Agustina - Anto nº 1, Primavera (1997)

V

# A AUTOESTRADA

*"E, no caminho, passava povo para a vila (...) E todos faziam caminho pelo meio da quinta, pelo moinho, subiam o monte, cruzavam os lugares entre pinhais — que assim era o mais rápido roteiro para a vila."* [398]

O tema da evolução das vias foi fulcral no decorrer do estudo deste território, reconhecendo que foram ações de construção conscientes para o desenvolvimento regional. Assim, chega agora o momento de abordar o exponente máximo da evolução da mobilidade - a chegada da autoestrada.

A autoestrada A4 chegou a Penafiel em 1991 e só alcançou Amarante em 1995. Antes disso, o IP4 ligava já Amarante a Vila Real, representando a primeira grande estrada da região. Contudo, a principal ligação ao litoral continuava a ser feita pela EN 15 ou pela ferrovia, através da Linha do Douro.

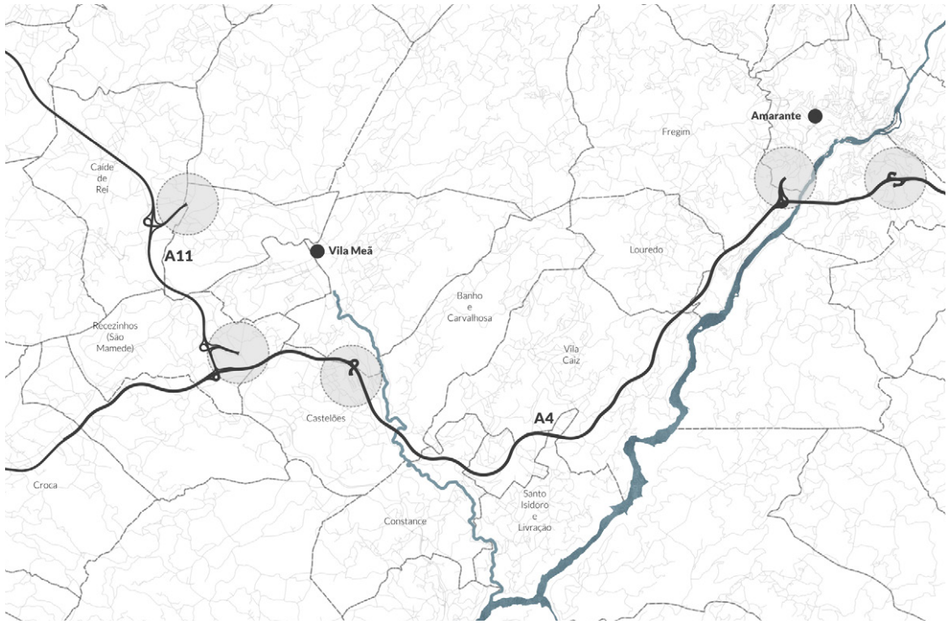
Os impactos da autoestrada foram recebidos com sentimentos mistos pelos então presidentes das juntas de Ataíde e Real, que reconheceram vantagens, como a redução do trânsito, e desvantagens, como a falta de sinalização adequada da vila: *"A Brisa responde que só as localidades mais importantes é que são referenciadas nas autoestradas... A Lixa resolveu o problema escrevendo a spray numa das placas da saída mais aconselhável. Vila Meã, um dia destes, segue o exemplo."*[399]. Esta questão levantou preocupações sobre o desenvolvimento regional e evidencia, mais uma vez, o impulso separatista atribuído a Vila Meã (e também à vila da Lixa, caso semelhante), desta vez por parte de uma identidade exterior.

Após a construção da A4, enfrentaram-se outros desafios relacionados com a abertura de saídas de acesso, especificamente na acessibilidade às freguesias da região em estudo. A autoestrada flutua entre as várias freguesias, mas não tem saída direta para as mesmas: *"Para quem vive em Ataíde, a auto-estrada só serve se o destino ficar para as bandas da invicta. Dois quilómetros à frente existe uma entrada. Para quem vai a Amarante, a auto-estrada não serve. Temos que andar para trás para apanhar a auto-estrada. Não compensa."*[400]. Ainda assim, cremos que as freguesias de Vila Caiz, Louredo e Fregim acabaram por ser mais prejudicadas com esta situação, uma vez que a autoestrada "sobrevoa" os seus territórios, sem qualquer entrada de acesso direto. Enquanto isso, a estrada N315 continua a ser a principal via de mobilidade entre estas freguesias, embora o seu estado de preservação e segurança deixe a desejar em muitos aspetos.

Os vilameanenses viam a autoestrada A4 com bons olhos, mas não antecipavam os seus efeitos adversos: *"Nós temos tudo aqui. Nós temos o caminho de ferro, os bombeiros, bombas de gasolina, GNR, médicos, dentistas, advogados, comércio, o colégio. Eu pergunto: o que é que aqui não há?"*[401]. Contudo, não previam que a diminuição do trânsito por Vila Meã teria um impacto devastador nos comércios e negócios. Ordinariamente, constata-se esta dificuldade inerente ao ser humano na sua incapacidade de prever os efeitos (desconhecidos) das mudanças durante a sua implementação: *"A auto-estrada passa ao largo. Vila Meã não ouve o ruído dos automóveis nem é incomodada pelo fluxo rodoviário que procura caminho mais rápido para o Porto ou Vila Real. Se algum impacto trouxe, foi o de reduzir a quantidade de passantes. O número de viaturas que fazia o trajecto Porto-Amarante ou Amarante-Porto diminuíu. Os Presidentes de Junta de Ataíde e Real ainda não perceberam se é bom ou se é mau (...). Agora só o futuro pode dizer se é por aí que vai entrar o desenvolvimento sustentado."*[402].

Asseguradamente, a principal vantagem da A4 foi a diminuição da distância entre a viagem Amarante-Porto, que pela EN 15 podia demorar entre 2 e 4 horas: *"Na estrada nacional 15 a gente mal lá podia entrar. Isto parecia uma romaria. Passavam aqui ambulâncias de Bragança, Vila Real, Amarante. Desde que existe ligação directa ao Porto, o trânsito diminui."*[403].

398 BESSA-LUÍS, Agustina [1948] - Mundo Fechado, p. 43
399 PINTO, Vitor - Para Vila Meã a Auto-Estrada ainda é uma grande encruzilhada. Amarante Magazine (6 de Dezembro de 1995), p. 12
400 idem, p. 13
401 idem
402 idem, p. 14
403 idem




**Mapa 38 - Mapa da autoestrada com as respetivas saídas de acesso**

0 1 2 km

N

| | |
|---|---|
| Escala | 1:100 000 |
| Base | Freguesias DGS |
| Rede Viária | BBBike |
| Saídas | Gerado pelo QGIS (autora) |

A autoestrada permite-nos refletir sobre outros percursos que, apesar de não serem tão proeminentes na leitura geral deste território, possuem um valor próprio muito mais enraizado no tempo e na geografia da região e do lugar.

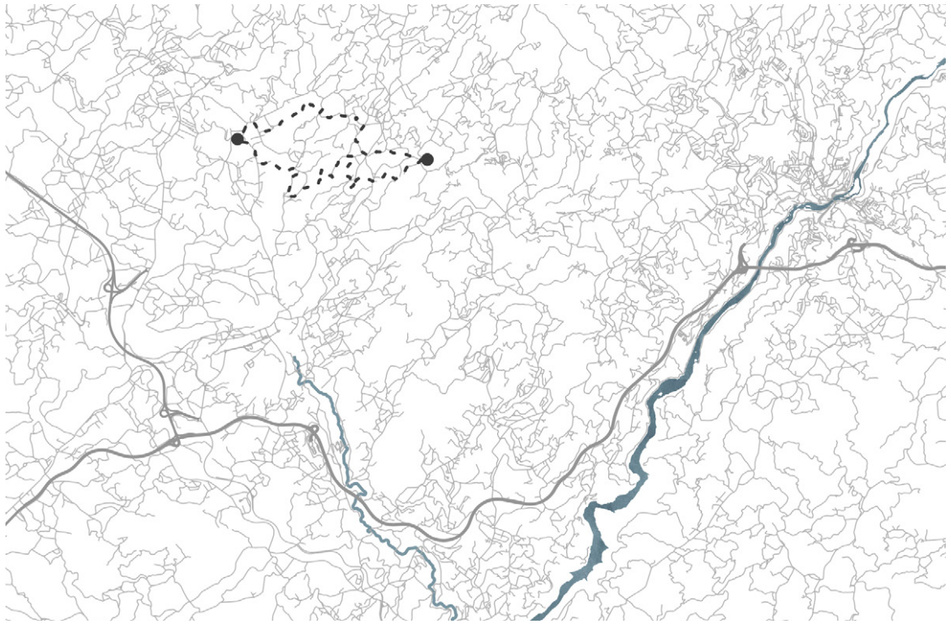
Num contexto urbano de escala menor, poderíamos identificar ruas de valor histórico inegável, tais como as ruas 31 de Janeiro ou Rua da Cadeia, em São Gonçalo de Amarante. No entanto, no caso de estudo, inserido num contexto de diferente configuração morfológica, não se revelam exemplos tão significativos de ruas que acabaram por se tornar emblemáticas; talvez porque o território se desenvolveu em torno de vias muito antigas, que progrediram em continuidade com a fixação de pequenos núcleos e que, com o passar do tempo, foram unidos pela necessidade humana. Alguns deles foram progressivamente absorvidos por estradas de maior dimensão, como as EN, que exigem o uso de veículos para a sua travessia. Com a pavimentação asfáltica, a configuração original de muitas destas ruas foi alterada, perdendo parte da sua essência, admitindo-se até um estado difuso e, acima de tudo, descaracterizado entre os limites de *rua* e *estrada* - ou ruas que passaram a ser longas estradas. Um exemplo que ilustra bem esta situação é a CM1250, via que liga a estação da Livração a Toutosa.

Este processo de transformação é muito típico em regiões como esta, onde não há incentivo para preservar vias históricas e onde a dinâmica se difunde entre o antigo e o novo. Com a necessidade de modernização, resulta um desenvolvimento infraestrutural instável e sem programa. Contudo, preserva-se, quase impercetivelmente, uma categoria especial de vias, que são habitualmente denominadas por caminhos rurais. Estes traços territoriais, mais íntimos e enigmáticos, são considerados espaços de passagem entre um ponto e outro, conhecidos apenas regionalmente. Alguns destes caminhos foram explorados nas visitas de campo ao longo desta investigação, por fazerem parte de trilhos assinalados como PR; por serem indicados pela população local; por sugestão da obra de Agustina (sobretudo no 'Mundo Fechado'[404]); e outros por mera intuição.

A relevância destes caminhos reside na variedade de cenários que oferecem, alternando entre transições suaves e quase despercebidas, sentidas durante as visitas de campo. Ora se percorrem estradas, como percursos calcetados, trilhos entre matas, pequenos carreiros junto a linhas de água, que atravessam campos de cultivo, etc. O aspeto mais vital destes caminhos é a necessidade de serem percorridos a pé, promovendo um ritmo que permite uma verdadeira apreciação dos lugares. Assim, a sucessão de passos impõe uma deslocação mais consciente e atenta, forçando uma observação e absorção efetiva das características distintas, em vez de uma perceção passageira. Esta é a forma mais realista de experienciar o território, antes da chegada dos veículos e, por isso, permite sentir a sua verdadeira dimensão, a mesma que se fazia sentir em Santa Cruz de Riba Tâmega.

Estas variações foram muito importantes para o entender de uma perceção transitória dos modos de vida presentes no território em estudo. Para além disso, reforçam o valor dos espaços "entre", aqueles difíceis de categorizar, normalmente subvalorizados pela inexistência de um plano urbano. Porém, beneficiam de outro tipo de desenho urbano, originado natural e empiricamente, pelo ato imprescindível da necessidade de percorrer e chegar. Um estímulo à curiosidade dos sentidos, enquanto o mistério do caminho atua como catalisador da exploração, despertando o desejo constante de descobrir e percorrer novos lugares.

Em contraste, a viagem de carro associa-se a um estímulo apressado, muitas vezes desajustado do ritmo lento e contemplativo dos caminhos do paisagístico local, atingido o seu exponente com a chegada da autoestrada que, neste caso, acaba por ser um elemento completamente disruptivo na paisagem. Ainda assim, não pretendemos denegrir a importância da infraestrutura rodoviária. Lamentamos a localização periférica das vias de acesso, que contribuiu para que a autoestrada pouco fizesse para mitigar o isolamento de algumas freguesias, um problema que ainda persiste.



**Mapa 39 - Mapa de toda a rede viária, incluindo caminho rural entre o Mosteiro de Travanca e o Mosteiro de Mancelos**

0 1 2 km

N

| | |
|---|---|
| Escala | 1:100 000 |
| Rede Viária | BBBike |
| Trajeto | Gerado pelo QGIS (autora) |

404 Agustina Bessa-Luís descreve o caminho da Casa do Paço até à vila, Vila Meã, revelando um percurso pedonal que partia do quinteiro, e seguia junto ao rio Odres, passando pelos antigos moinhos.

# CRIAÇÃO DO NOVO CONCELHO DE VILA MEÃ

*"Não é por capricho ou destemperada ambição que se pretende a criação do concelho de Vila Meã. Pelo seu passado, pelo seu presente e sobretudo pelo futuro que aqui queremos construir, esta terra justifica-o plenamente."*[405]

Vila Meã não deixou de ser um vibrante núcleo urbano, servindo como um centro vital para a prestação de diversos serviços públicos, que refletiam a sua incontestável importância na região. Apesar de recuperar o seu estatuto de Vila em 1988, viu a sua posição administrativa decair ligeiramente, ao tornar-se parte da "União das Freguesias de Real, Ataíde e Oliveira" em 2013. Porém, é possível observar que esta atribuição, assim como na maioria dos casos, em nada alterou a forma de pensar dos cidadãos, que continuam a valorizar os títulos das freguesias como sempre fizeram, distinguindo os de Ataíde, dos de Real e dos de Oliveira.

Segundo foi possível constatar através da leitura de diversos artigos publicados em jornais locais no final da década de 1990, manifestava-se um ambiente de desânimo sentido pelos vilameanenses, exacerbado por vários fatores, como o processo de desruralização e consequentes emigrações, bem como instabilidades económicas, resultantes do encerramento das fábricas Tabopan, as mais lucrativas da região. Como vimos anteriormente, a chegada da autoestrada, que prometia ser benéfica, acabou por desviar o trânsito de Vila Meã, ameaçando o futuro dos negócios. Para além disso, deixou de ser necessária a utilização da antiga estrada de Pidre (que passava obrigatoriamente em Vila Meã) para fazer o trajeto Amarante-Porto. Embora se verificassem sensações mistas acerca deste acontecimento, percebia-se já algum receio face à segregação: *"Se houver enquadramento do desenvolvimento urbano de toda aquela região, Vila Meã até pode ser um local aprazível. Tem potencialidades que podem ser aproveitadas. Se não houver cuidado Vila Meã pode transformar-se, no prazo de 20 anos, numa Amadora, Loures, ou coisa parecida... um dormitório do Porto."*[406]. Poucos anos depois, o encerramento definitivo da ligação ferroviária entre Livração e Amarante, da Linha do Tâmega, intensificou ainda mais o isolamento de Vila Meã e das freguesias contíguas, que já estavam, por si, geograficamente distantes do centro de Amarante. Todos estes desafios, que aconteceram por arrastamento, resultaram numa progressiva sensação de desintegração e crescente incerteza quanto ao futuro de Vila Meã.

Com efeito, no final de 1998, um grupo de cidadãos fundou a "Associação Cívica para a Criação do Concelho de Vila Meã"[407]. A iniciativa partiu de um grupo de pessoas que se uniu para tentar reconstruir as partículas do concelho extinto há quase 150 anos, mas, mais do que uma tentativa de recriação, o objetivo era formar um novo concelho, adaptando-o às necessidades e desejos contemporâneos da população. Este comportamento ousado foi exemplo de mobilização coletiva, mas sobretudo uma demonstração do vínculo emocional que persistia (e persiste) nas pessoas em relação à sua terra e à vontade de revitalizar aspetos culturais e administrativos, entretanto perdidos e cada vez mais ameaçados.

Desde a apresentação inicial do projeto para a criação do concelho de Vila Meã, em 19 de junho de 1999, realizada no Cine-Teatro Raimundo Magalhães, houve várias reuniões com representantes dos partidos políticos na Assembleia da República, em Lisboa[408]. O partido CDS/PP disponibilizou-se para apresentar oficialmente o projeto, que ocorreu em três ocasiões: 2001 (Projeto de Lei n.° 432/VIII), 2004 (Projeto de Lei n.° 413/IX) e 2006 (Projeto de Lei n.° 210/X), demonstrando apoio às pretensões da iniciativa. Neste último ano, a Associação Cívica escreveu e submeteu uma carta ao Presidente da República - então, Jorge de Sampaio -, que nunca retribuiu com uma resposta.

405 QUEIROZ, António José – Vila Meã, uma terra com história... [https://vila-mea.webnode.pt/]
406 Op.cit. PINTO, Vitor - Para Vila Meã a Auto-Estrada ainda é uma grande encruzilhada. Jornal Amarante Magazine (1995)
407 idem
408 O Projeto pode ser lido *online*. Dada a sua extensão optou-se por não incluí-lo e incluir antes a Carta dedicada ao Presidente da República.

No "Projecto De Lei N.° 413/ IX: Criação Do Concelho De Vila Meã", com 75 páginas, podem ler-se os requisitos legais necessários que auferem as razões e a necessidade da criação do novo concelho[409]. Começa por situar o local e avança com uma síntese histórica sobre a sua antiguidade, intimamente ligada ao concelho extinto de Santa Cruz de Riba Tâmega, que suporta a viabilidade e a importância da nova divisão administrativa.

De seguida, elabora-se um estudo sobre a "Caracterização económica do futuro concelho de Vila Meã e impacto da sua criação nos concelhos afectados"[410]. Nesta parte, é minuciosamente detalhado o impacto financeiro da criação do novo concelho, incluindo a estimativa do valor de receitas das empresas *in situ*: *"O futuro concelho de Vila Meã terá 27 empresas por Km². Trata-se, sem qualquer margem de dúvida, de um indicador demonstrador da capacidade empresarial existente em Vila Meã, e que não terá um efeito muito significativo em qualquer dos concelhos envolvidos. Na verdade, Amarante sofrerá uma quebra de 9%, o que em termos absolutos significa passar a dispor de 14 empresas por Km², quando antes tinha 13 empresas por Km². O efeito nos concelhos de Penafiel e Marco de Canaveses é praticamente nulo, verificando-se uma quebra relativa de 1% em cada um, e uma manutenção dos níveis absolutos de número de empresas por Km²."*[411].

O documento aborda questões relativas a equipamentos públicos, transportes, comunicações e serviços, bem como planos para a situação de saúde, ensino, cultura e desporto, justificando que estas freguesias reúnem recursos para um sustento autónomo nestes setores. Também é incluído o desejo de construção de uma nova sede municipal: *"O que a Associação Cívica pretende, em suma, é levantar as ruínas da nossa memória colectiva, construir o novo edifício municipal, símbolo de uma autonomia recuperada e de um futuro mais próspero para todos quantos aqui vivem."*[412]. Por fim, o documento estabelece a definição dos limites territoriais propostos para o novo concelho, integrando as freguesias de: Travanca, Mancelos, Oliveira, Real, Ataíde, Banho e Carvalhosa, São Mamede e Castelões[413].

As persistentes tentativas de recriação do concelho acabaram incumpridas. Sem embargo, se houve momento propício para mudanças foi, de facto, este período em que decorria paralelemente o mandato de Armindo Abreu, ex-presidente da Câmara de Amarante e natural de Mancelos. Apesar das dificuldades em administrar a vasta dimensão geográfica, o Presidente esforçou-se por manter uma relação próxima com os vilameanenses e promover o desenvolvimento da infraestrutura e dos serviços públicos. Contudo, acreditamos que a boa vontade e a ambição da Associação Cívica contrariavam a racionalidade nacional, que no último século mostrou (quase) sempre incentivar mudanças administrativas que favorecessem a redução ou fusão de concelhos ou freguesias, e raramente o contrário. Apesar de possíveis manobras políticas que convergissem com o interesse do próprio Presidente, na valorização da sua terra e do desejo de criar um concelho, não surgiu oportunidade para tal[414]. O Projeto de Lei clarifica: *"Ao longo deste último século Vila Meã não tem contado, como devia, com os poderes estabelecidos para o seu desenvolvimento. Tudo ou quase tudo o que tem conseguido deve-o à sua própria população: luz eléctrica, escola primária n.° 1 de Real, igrejas, Bairro Brasil (bairro social), cine-teatro, externato (único estabelecimento de ensino preparatório e secundário existente na vila), campo de futebol e bombeiros."*[415].

409 Projeto de Lei n.° 413/IX, Criação do Concelho De Vila Meã (2004), p. 9
410 idem, p. 18
411 QUEIROZ, António José – Vila Meã, uma terra com história... [https://vila-mea.webnode.pt/]
412 Projecto De Lei N.° 413/IX: Criação Do Concelho De Vila Meã (2004), p.74
413 Nas proximidades, destaca-se um caso raro, o da Lixa, que foi elevada de vila à categoria de cidade, em 1995, integrada no concelho de Felgueiras.
414 Consultar **Anexo 10.**
415 Projecto De Lei N.° 413/IX: Criação Do Concelho De Vila Meã (2004), p.7

## ASSOCIAÇÃO CÍVICA ESCREVE AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Março de 2006

Ex.° Senhor Presidente da República:

Na convicção de que a criação do concelho de Vila Meã vai ao encontro das mais legítimas e fundas aspirações das populações de Ataíde, Banho e Carvalhosa, Castelões, Mancelos, Oliveira, Real, S. Mamede de Recesinhos e Travanca, no final de 1998 um grupo de cidadãos destas freguesias fundou a Associação Cívica para a Criação do Concelho de Vila Meã. A escritura pública foi formalizada no dia 18 de Dezembro desse ano.

Após a elaboração do projecto (apresentado publicamente no dia 19 de Junho de 1999) houve várias reuniões com os representantes dos partidos políticos, nomeadamente em Lisboa, na Assembleia da República. De uma forma geral, todos eles têm demonstrado grande compreensão para com as nossas pretensões; foi, porém, o CDS/PP que desde logo se disponibilizou para apresentar oficialmente o projecto de criação do concelho de Vila Meã. Esse acto já ocorreu por três vezes: em 2001 (Projecto de Lei n.° 432/VIII); em 2004 (Projecto de Lei n.° 413/IX) e em 2006 (Projecto de Lei n.° 210/X).

Não é por capricho ou destemperada ambição que se pretende a criação do concelho de Vila Meã. Pelo seu passado, pelo seu presente e sobretudo pelo futuro que aqui queremos construir, esta terra justifica-o plenamente. Foi sede de um grande concelho (o sexto maior do distrito do Porto); chamava-se então Santa Cruz de Riba Tâmega. Chegou a ter 23 freguesias. Foi extinto em 24 de Outubro de 1855. Não pretendemos a sua restauração. O que queremos "construir" tem apenas 8 dessas 23 freguesias (5 de Amarante, 2 de Penafiel e 1 do Marco de Canaveses). O impacto nestes concelhos não será significativo; em contrapartida, para Vila Meã, a criação do município abrirá perspectivas de crescimento e desenvolvimento que nos estarão vedadas se a actual situação se mantiver.

Em Vila Meã, como muito bem sabe V. Ex.ª, nasceu a escritora Agustina Bessa-Luís. Melhor que ninguém, soube descrever em poucas palavras os anseios da nossa terra. Fê-lo do seguinte modo:

> *Vila Meã*
> *"Temos pudor em louvar quem se ama.*
> *Por isso me escondo atrás de palavras discretas ao falar de Vila Meã.*
> *Mas que ela merece muito na geografia e na História, isso é verdade. Merece que se lhe desenhem os lugares, as ruas, as casas. Que se levantem as ruínas antigas e se projectem novos edifícios.*
> *Vila Meã já foi sede de concelho, já teve honras e bandeiras, cavaleiros e ricos-homens.*
> *É mais antiga do que Portugal; é mais saudosa do que cem noivas de guerreiros. A pedra nela é venerável; o alecrim é brasão; o lódão é glória.*
> *Mas deixemos que o nevoeiro cubra o seu orgulho, devagar, que é bom não sermos humildes depressa, porque depressa seríamos esquecidos. E não queremos isso."*

Senhor Presidente da República:

Numa altura em que está suscitada a discussão sobre a Reforma Administrativa do território, gostaríamos de dar a conhecer a V. Ex.ª as razões da nossa atitude. Esta Associação, Senhor Presidente, é, como o nome indica, uma Associação Cívica; dela faz parte um vasto conjunto de cidadãos que respeitam as regras democráticas. Por isso não temos sido notícia. Acreditamos nas instituições e nos seus mecanismos de decisão. Convictos de que a razão está a nosso lado, esperamos, serenamente, a nossa hora. Seria, pois, para nós uma grande honra e motivo de grande satisfação poder entregar a V. Ex.ª uma cópia do nosso projecto. Nesse sentido, vimos muito respeitosamente solicitar a V. Ex.ª se digne receber, em data que considerar oportuna, uma delegação da Associação Cívica para a criação do concelho de Vila Meã.

Receba, Senhor Presidente, os nossos melhores cumprimentos,

O Presidente da Direcção,
António José Sousa Monteiro de Queirós

**Mapa 40 - Proposta para a criação do novo concelho de Vila Meã**

Escala 1:100 000
Freguesias DGT
Contorno do concelho extinto de Santa Cruz, para comparação da dimensão.

0 1 2 km
N

# O PRESENTE

*"Vila desde há oito anos, Vila Meã tem o estatuto mas não o correspondente em equipamentos, asseio e qualidade de vida. E há quem tudo isto queira ver mudado, até porque se trata da mais rica e melhor situada terra do concelho de Amarante."* [416]

Atualmente, e quase 20 anos depois das tentativas de recriação do concelho, o contexto de Vila Meã apresenta-se, ao nosso olhar, afirmativamente convalescido. A quantidade e desenvolvimento dos serviços aí concentrados elevam o seu estatuto, posicionando-a como um segundo núcleo periurbano no concelho de Amarante, por vezes capaz de o superar. Tal ocorre devido à limitada oferta de serviços do concelho amarantino, em comparação com os concelhos vizinhos e considerando a sua extensa área geográfica, que acaba por concentrar toda essa oferta na união de freguesias de São Gonçalo[417]. Por outro lado, Vila Meã desenvolveu-se ao ponto de se tornar quase que uma segunda centralidade, dentro do concelho amarantino.

Primeiramente, Vila Meã preserva uma das suas grandes preciosidades: a ligação de caminho-de-ferro da Linha do Douro, que para além da estação de Vila Meã, inclui os apeadeiros ativos em Oliveira e Recezinhos; no decorrer da escrita desta dissertação, foi concluída a eletrificação da Linha do Douro até ao Marco de Canaveses e, em breve, estará concluída até à Régua; no seu enquadramento territorial, reúne ainda um conjunto significativo de infraestruturas, como dois postos CTT, antigamente servidos pela estação dos correios, um posto da GNR, um quartel de bombeiros, três agências bancárias, várias agências de seguros e escolas de condução – serviços que, mais uma vez, quase só encontramos na freguesia de S. Gonçalo, em Amarante.

Na freguesia de Ataíde há um centro de saúde (extensão do Centro de Saúde de Amarante), e um outro em S. Mamede de Recezinhos (extensão do Centro de Saúde de Penafiel)[418]. Há laboratórios de análises clínicas e três farmácias (Ataíde, Real e S. Mamede de Recezinhos). Repare-se que em Amarante há várias freguesias sem qualquer tipo de apoio médico ou farmácia, sobretudo as localizadas na margem esquerda do rio, o que representa uma situação vantajosa para as freguesias de Vila Meã e Recezinhos. Para além do ensino primário e pré-primário, há um externato que assegura o ensino básico e secundário a mais de 1000 alunos. Atualmente, Amarante é servida por outras duas escolas com esta dimensão – a Escola Secundária de Amarante e o Colégio de São Gonçalo, ambas sediadas na freguesia de São Gonçalo.

Em 2007, foram inauguradas infraestruturas de apoio às associações desportivas, nomeadamente o estádio de futebol, com campo de jogos e campo de treinos, que serve o Atlético Clube de Vila Meã[419]. No mesmo ano foram inauguradas também as piscinas de Vila Meã, consideradas como um grande benefício para Vila Meã, pois são as únicas no concelho com condições e dimensões para a realização de provas oficiais. Mais tarde, inaugurou-se o pavilhão gimnodesportivo. De notar que Amarante deve ser dos poucos municípios, dentro da sua escala, que possui dois estádios e piscinas municipais. O mesmo se pode dizer sobre os cineteatros. O cineteatro Raimundo Magalhães, localizado em Real, é um edifício do Estado Novo, com 500 lugares, e assiste regularmente a sessões de cinema, teatro e espetáculos musicais. Por outro lado, o Cineteatro de Amarante, que foi um marco cultural até a década de 1980, ultrapassou um consequente período de declínio. A Câmara comprou o edifício em estado de deterioração no ano 2000, com o objetivo de restaurá-lo como espaço cultural. Porém, a requalificação só começou em 2019, obra da autoria do gabinete CPrata Arquitetos, que enfrentou o atravessamento do período da pandemia, atrasando a sua inauguração. Após a conclusão das obras, o Cineteatro reabriu em 2024, com uma sala de espetáculos com 386 lugares, uma livraria e um Piano Bar & Vinoteca.

416 QUEIROZ, António - Desde há 140 anos que há déficite de consideração social por Vila Meã. Amarante Magazine (6 de Dezembro de 1995), p. 9

417 União de Freguesias de São Gonçalo, Madalena, Cepelos e Gatão.

418 *"A instalações do Centro de Saúde de Vila Meã, inauguradas em Janeiro de 2007 pelo ministro Correia de Campos, oferecem óptimas condições de comodidade aos cerca de 15.000 utentes que as frequentam."* BESSA, Torcato - História de Vila Meã [https://www.vilamea.com/historia/]

419 *"A necessidade de um equipamento deste género era gritante, já que o velho Campo de Santa Cruz era de dimensões muito reduzidas, não podendo nele disputar jogos do Campeonato Nacional, ou da Taça de Portugal, agora que a equipa local - o Atlético Clube de Vila Meã - está envolvido nessa provas de carácter nacional.",* idem

VALE DE REAL
VILA MEÃ

Em Vila Meã, não se podem descurar os Paços do antigo Concelho, recuperados para a administração pública pelo ex-presidente da Câmara, Armindo Abreu, cuja restauração foi vista com bom grado pela população, sem adulterar o seu traço arquitetónico. Hoje, os edifícios estão convertidos numa extensão da Biblioteca Municipal Albano Sardoeira, dispondo de uma sala de conferências que tem acolhido algumas atividades de grande interesse para o público. Em 2022, o atual presidente da junta de freguesia de Vila Meã, Lino Macedo, expressou o desejo de transferir a sede da junta do edifício atual em Real para os antigos paços concelhios[420].

Por todo o território, erguem-se várias casas de grande interesse arquitetónico, nomeadamente, ainda em Real, a Casa da Boavista, a Casa do Carvalho; em Marcelos a Casa de Manhufe (onde nasceu Amadeo de Souza-Cardoso) e a Casa da Costa; em Travanca, a Casa de Carapeços; em Ataíde, a Casa de Santa Cruz (ou da Condessa) e a Casa do Marmoiral; e em Castelões, a Casa de Vila Nova. Também florescem algumas unidades hoteleiras, em ascensão, como o Hotel Quinta Da Cruz & Spa em Ataíde.

Na maioria das freguesias, há ainda pequenas salas nos centros paroquiais e culturais, nomeadamente em Ataíde, Real e Mancelos, que permitem a realização de espetáculos. Há diversos grupos de folclore, que realizam festivais e exibem a sua arte um pouco por todo o país, bem como a famosa e importante banda de música, na freguesia de Mancelos. A memória de Santa Cruz de Riba Tâmega permanece associada ao Grupo do Rancho Folclórico Santa Cruz de Riba Tâmega. Diz o Presidente, José Torcato, ao recontar a história do grupo, que *"certamente que os homens fazem a história e fazem parte dela. O Rancho Folclórico Santa Cruz de Riba Tâmega é um exemplo para a nossa terra."*[421] Acrescenta que o termo "de alma e coração" é usado para destacar a força anímica e a dedicação amorosa colocadas pelo fundador do grupo. Apesar dos desafios e mal-entendidos enfrentados — com algumas pessoas que ridicularizavam o termo "folclore", especialmente pelos que desprezavam a vida rural — o projeto deste grupo teve sempre como foco, precisamente, a vida do povo, as atividades agrícolas e coletivas que agrupavam as pessoas. Após as refeições noturnas, atraíam outros membros da comunidade nos tão alegrados bailaricos[422]. Em 2022, a Câmara Municipal de Amarante apresentou as esculturas de homenagem aos Ranchos Folclóricos e às personalidades amarantinas Agustina Bessa-Luís, Amadeo de Souza-Cardoso e Acácio Lino, em duas rotundas de Vila Meã. Com a inauguração da escultura em homenagem aos Ranchos Folclóricos, José Torcato aponta que, coincidentemente, se o fundador do grupo ainda fosse vivo, ficaria com ela à vista da janela de sua casa[423].

Em 2021, iniciou-se a elaboração do Plano de Urbanização de Vila Meã (P.U.), focado em corrigir disfunções e promover o seu desenvolvimento, particularmente com a construção do novo Sistema Viário Central. Com um prazo de 36 meses após a consulta pública, o P.U. visa reestruturar o centro de Vila Meã, revitalizar áreas centrais negligenciadas, e valorizar o crescimento esperado da região. O plano inclui a implementação de espaços verdes, medidas de eficiência energética, redes pedonais e ciclovias, além de parques de estacionamento periféricos[424]. Aquando da discussão pública, o Presidente da Câmara de Amarante, Luís Gaspar, destacou que o plano definirá áreas de desenvolvimento ao longo da nova artéria central e outras zonas projetadas, estabelecendo uma nova ligação entre o eixo central de Vila Meã e o Largo da Feira de Ataíde até Oliveira. O projeto contempla ainda construção de infraestruturas, como novos arruamentos, criação de uma nova acessibilidade *ao externato, para desafogar o espaço público, organizar o trânsito automóvel e garantir a segurança dos peões, e localização de novos equipamentos seguindo a lógica urbanística de reforço da centralidade*[425]. O objetivo é melhorar a qualidade de vida e atrair investimentos, através de um regulamento em finalização que procura reduzir taxas para aumentar a competitividade territorial. O Presidente ressalva que a Câmara de Amarante tem procurado, ao longo dos dois últimos mandatos, dar sinais de envolvimento e estímulo para *"que as pessoas percebessem que Vila Meã tinha que ter novos comportamentos, pensar mais em termos urbanos, agregar à volta do comércio e definir claramente uma zona comercial"*[426]. Este plano urbanístico, cujas obras já estão em andamento, é muito favorável para o ressurgimento e crescimento de negócios locais, promovendo o empreendedorismo e a fixação de população em Vila Meã, que reforça ainda mais a sua evolução urbana.

A enumeração a que procedemos pode alçar-se como pouco significativa para um leitor que não esteja familiarizado com o município em questão. De facto, em algumas freguesias encontramos também extensões dos serviços municipais, como a unidade de saúde de Vila Caiz, o hospital de Amarante, localizado em Telões, ou uma variedade de campos desportivos distribuídos pelas mesmas. Contudo, em Vila Meã, os serviços concentram-se numa área mais compacta, replicando exatamente os serviços centrados em São Gonçalo, o que caracteriza este local como um verdadeiro segundo pólo urbano. É da nossa interpretação que Vila Meã está, neste momento, muito mais bem servida do que a maioria das freguesias amarantinas, e que a tendência será a de uma melhoria contínua.

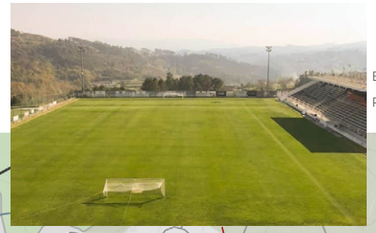
PELOURINHO E ANTIGOS PAÇOS DO CONCELHO
HOJE RECONVERTIDOS EM POLO DA EXTENSÃO DA BIBLIOTECA, EM VILA MEÃ

420 Ouvido em Conferência Andante, ocorrida a 22/10/2022.
421 Jornal de Vila Meã - De Alma e Coração, 2022 [https://jornalvilamea.pt/2022/12/03/de-alma-e-coracao/]
422 idem
423 idem
424 Câmara de Amarante - Elaboração do Plano de Urbanização de Vila Meã (2021)
425 Consultar **Anexo 11.**
426 Câmara de Amarante - Elaboração do Plano de Urbanização de Vila Meã (2021), p. 3

COMBOIO REGIONAL

LARGO DA FEIRA, ATAÍDE

ANTIGOS PAÇOS DO CONCELHO E PELOURINHO (BIBLIOTECA)



ESTÁDIO DE FUTEBOL E POLIDESPORTIVO

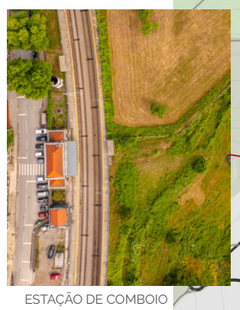
APEADEIRO DE OLIVEIRA

EXTENSÃO DO CENTRO DE SAÚDE

HOTEL QUINTA DA CRUZ

EXTERNATO DE VILA MEÃ

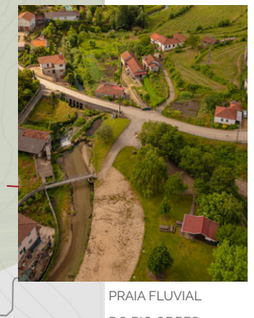
POSTO G.N.R.



ESTAÇÃO DE COMBOIO DE VILA MEÃ

QUARTEL DE BOMBEIROS

PISCINAS DE VILA MEÃ



PRAIA FLUVIAL DO RIO ODRES

CINETEATRO RAIMUNDO MAGALHÃES

CASA ONDE AGUSTINA AFIRMA TER NASCIDO

SUPERMERCADO DE GRANDE SUPERFÍCIE



Mapa 41 - Mapa da atualidade em Vila Meã

0 250 500 m

Escala
Rede Viária BBBike
Uso do solo DGT

# O FUTURO

*"Apesar de tudo, em Vila Meã nunca se perdeu a cultura municipalista que aqui tem tradições seculares. Os seus cidadãos consideram que é tempo de retomar o fio da História."*[427]

Há 20 anos, podíamos afirmar que o desejo de restabelecer Vila Meã como novo concelho era realmente um manifesto. A vontade coletiva, outrora, foi capaz de conduzir à fundação de uma associação dedicada a revitalizar essa aspiração, transformando-a num compromisso superior a um sentimento — um desejo comunitário. No entanto, esse esforço não alcançou os resultados esperados. Talvez a ação de recriar uma nova entidade administrativa, independente do município de Amarante, tenha insinuado um ato demasiado drástico e precoce. Para os envolvidos diretamente no movimento, a iniciativa foi uma fonte de orgulho e esperança. Contudo, não podemos deixar de questionar a receção dessa iniciativa pelo público em geral, incluindo os restantes habitantes das freguesias envolvidas. Será que existiu, de facto, um apoio amplo ao esforço para recriar o concelho? E quais seriam os benefícios percebidos por todas as comunidades locais, para além do núcleo em Vila Meã? Principalmente, poderá este sentimento perdurar por muito tempo?

Respostas a estas questões dependerão sempre da atuação das gerações mais novas. Num mundo que se transforma incessantemente, os jovens desenvolvem cada vez menos um vínculo com as suas origens. A emigração, mais do que uma realidade comum é, para muitos, uma realidade necessária. Não se pode exigir um apego ao lugar como anteriormente, porque os jovens deixaram de ser da terra, para passar a ser do mundo. Não obstante, considera-se sempre vantajoso dar continuidade aos esforços de preservar a memória do passado, através da promoção de narrativas orais, eventos culturais, exposições e projetos educativos que procurem envolver os jovens e despertar o seu interesse pela história e particularidades locais que, num mundo onde domina a era digital, podem passar completamente despercebidas. Para além disso, deve ser incentivada a participação ativa na comunidade e a promoção da preservação cultural consciente, mantendo vivas algumas tradições e salvaguardando o património construído. Tudo com moderação, como já dizia Agustina: *"Aqui, no Norte, a gente é muito ligada às suas tradições, mas, ao mesmo tempo, sabe que elas são uma função e não um limite. Influenciam, relacionam, mas não personificam, essas decantadas tradições."*[428].

Em contraponto, observam-se outros obstáculos que não podem ser ignorados, relacionados à crise de habitação e à escassez de oportunidades apresentadas aos jovens, afetando todos os municípios em estudo, mas especialmente Amarante. Os dados estatísticos relativos aos sensos de 2021 mostram uma queda de cerca de 7% respeitante à população residente em Amarante e no Marco, e 3,6% a Penafiel[429]. Porém, para ilustrar completamente a realidade atual, seriam necessários dados mais recentes, especialmente após a pandemia e os novos fluxos migratórios, dado o notável aumento da procura habitacional nas localidades próximas da Linha do Douro, reforçada pela sua eletrificação em 2024. Este acontecimento marca uma viragem no panorama futuro. Os novos residentes, na sua maioria imigrantes recém-chegados a Portugal, instalam-se na região e matriculam os seus filhos nas escolas próximas, como se tem verificado em Toutosa, Santo Isidoro, Banho de Carvalho, Recezinhos e Vila Meã. Na maioria dos casos, a sua estadia é temporária, servindo como um ponto de transição na entrada para a Europa. Devido à sensibilidade e atualidade deste tema, que é inerente a todo o país, embora em proporções diferentes, ainda será prematuro tirar conclusões definitivas. Com o tempo, será possível avaliar circunstanciadamente as consequências desta transformação. Enquanto isso, o vai e vem populacional, tanto da emigração, como da imigração, continua a modificar dinâmicas locais e de ocupação do território, contínua e significativamente.

Assim, a caracterização do território em estudo será cada vez mais desafiante: *"O espaço contemporâneo é uma polifonia. Ao mesmo tempo, identificamos a presença de elementos do passado e de diferentes passados que se articulam entre si e que se transformam e transformam o seu contexto."*[430]. Tratar os municípios atuais da região entre Tâmega e Sousa como um conjunto uniforme, ou mesmo focando nos seus perímetros centrais é, por si, um desafio considerável. A realidade territorial e socioeconómica varia significativamente, ora entre os municípios de Amarante, Marco e Penafiel, ora entre as diferentes margens do rio Tâmega. No caso de Amarante, enquanto a margem esquerda apresenta uma dinâmica económica menos vigorosa, com maior envelhecimento populacional e declínio de atividades acima da média - agravados por uma tendência de desertificação -, a margem direita mantém uma vitalidade económica e densidade populacional superiores, concentrando o comércio e os serviços[431]. No caso do Marco de Canaveses, tem-se verificado precisamente o contrário: o relatório de 2023 indica um *"grande volume de investimentos em obras públicas e melhorias nas infraestruturas municipais"*[432]. A despesa de capital atingiu 11,2 milhões de euros, dos quais 9,2 milhões foram destinados à execução do Plano Plurianual de Investimentos, *"designadamente em obras de água e saneamento, infraestruturas rodoviárias e equipamentos desportivos e de lazer"*[433]. As recentes melhorias na cidade do Marco são evidentes. Em contrapartida, se Amarante continuar adormecida e não privilegiar a reestruturação urbana como um processo que englobe todo o seu território, as consequências poderão, efetivamente, resultar num fortalecimento do pólo de Vila Meã e uma consequente desqualificação do pólo em São Gonçalo. "Ao longo das últimas décadas, Amarante tem vindo a perder a importância social e económica, bem como o papel de estruturação e de polarização do espaço regional habitualmente designado por Baixo Tâmega. (...) O atual declínio foi provocado, em última instância, pela ausência de uma visão estratégica e prospectiva para a Cidade e para o Concelho, que assegure o seu desenvolvimento social, económico e cultural, criando emprego, produzindo riqueza e proporcionando a qualidade de vida."[434].

Atualmente, Amarante enfrenta sérios desafios de mobilidade urbana, como congestionamentos, estado de degradação das estradas e ausência de ciclovias e passeios. Apesar dos esforços recentes por parte do último mandato em dar resposta a alguns problemas, estes ainda se mostram insuficientes e muito centralizados. É importantíssimo continuar a promover as formas de mobilidade, indispensáveis à empregabilidade e à economia local. A cidade carece também de aproveitamento de áreas de lazer e parques urbanos, registando-se falhas no incumprimento da requalificação do Parque Florestal e na fraca visão quanto à utilização do rio Tâmega. Acaba por ser surpreendente que, após tantos anos, ainda não exista uma praia fluvial controlada, segura e vigiada; um projeto que beneficiaria imensamente os amarantinos e os seus visitantes, durante os meses quentes de verão. O mesmo se aplica à problemática de soluções de mobilidade para interligar as margens do rio. Embora tenham sido feitas melhorias nas margens pedonais, a valorização do Tâmega permanece abaixo do potencial que apresenta, necessitando de projetos que realcem a sua relevância estratégica. Além disso, é necessário manter a despoluição, o planeamento para uso agrícola dos seus recursos, e o incentivo às atividades desportivas, como a pesca e a canoagem. Por último, condói-se a recente transformação de um dos edifícios das antigas fábricas Tabopan numa loja - amarzém de venda de produtos importados do Oriente. É lamentável que, após tantos anos do encerramento e degradação das fábricas, a Câmara tenha feito pouco para reutilizar esses espaços históricos de maneira benéfica para a comunidade, como por exemplo, deslocar alguns dos serviços centrais para essas estruturas. No entanto, o que não foi feito pela câmara em 25 anos, foi alcançado por uma entidade privada em poucos meses, remodelando o edifício para um negócio que prejudica o comércio local e já era abundante na região. Com efeito, é com pena que se reconhecem estas fissuras em território amarantino, sobretudo quando se observam melhorias significativas nos municípios vizinhos.

427 QUEIROZ, António José — Vila Meã, uma terra com história... [https://vila-mea.webnode.pt/]
428 BESSA-LUÍS, Agustina - Dicionário Imperfeito (2008), p. 116
429 PORDATA - População residente. Fundação Francisco Manuel dos Santos (2021)
430 BRAGANÇA, Pedro; OLIVEIRA, Marta - Estrutura do território e assentamento popular - A região do Porto ao longo dos tempos (2015), p. 6
431 RIBEIRO, Luís Miguel - Acordar a princesa do Tâmega (2011), Cap. Território: Enquadramento Espacial
432 RAMOS, Luís, p. 19 op. Cit. RIBEIRO, Luís Miguel - Acordar a princesa do Tâmega (2011), Cap. Reconquistar a Centralidade
433 ORLANDO, António — Despesa da Câmara do Marco de Canaveses aumentou 1,7 milhões, Jornal de Notícias (2024) [https://www.jn.pt/3907317236/despesa-da-camara-do-marco-de-canaveses-aumentou-17-milhoes/]
434 RAMOS, Luís, p. 19 op. Cit. RIBEIRO, Luís Miguel - Acordar a princesa do Tâmega (2011), Cap. Reconquistar a Centralidade

Concisamente, a realidade é cada vez mais matizada. As sedes concelhias, consideradas pólos centrais, exibem infraestruturas em constante crescimento, enquanto as restantes áreas do território demonstram ainda uma alentada desarticulação. Assim, face às incertezas contemporâneas, torna-se arriscado adivinhar uma trajetória para a continuidade da polarização entre Vila Meã e o restante município. É do nosso acreditar que, se a ambição de crescimento em Vila Meã continuar a ser devidamente acautelada, poderá ser retribuída em qualidade de vida e dinâmica económica. Esta expansão, no entanto, não deverá ocorrer isoladamente, sem ter em conta as restantes freguesias, onde são prioritárias intervenções físicas na rede viária e no edificado. Tais ações são fundamentais para evitar que estas áreas permaneçam como zonas indefinidas, encurraladas entre dois pólos urbanos. Talvez o desafio mais significativo resida em garantir que o desenvolvimento seja harmonioso e integrado, de modo que todo o território se valorize numa prosperidade equilibrada e sustentável. A coesão territorial entre todas as freguesias, juntamente com Vila Meã, evitando disparidades e fomentando um crescimento coletivo, deverá ser um objetivo, mas também é importante reconhecer que isso pode não acontecer. A viabilidade de aproximar as pessoas dos dois núcleos peri-urbanos, envolvendo-os num sentimento de pertença comunitário, pode já ter ultrapassado os limites dos interesses comuns. Embora não exista hostilidade, subsiste, sem dúvida, uma segregação emocional que se intensificou ao longo do tempo, motivada por questões políticas, e não por laços afetivos.

Em suma, Vila Meã apresenta oportunidades que deverão contribuir para o seu desenvolvimento futuro, talvez mais favoráveis do que uma reconquista da sua administração. O potencial da linha de caminho de ferro e o P.U. já em desenvolvimento poderão ser uma importante âncora para a dinamização da atividade económica e incremento dos fluxos migratórios e turísticos, permitindo afirmar uma nova vocação estratégica de todo o território. Independentemente disso, a regeneração urbana é uma prioridade que deve ser abraçada por todos, impulsionando um novo modelo de desenvolvimento territorial mais consciente e inclusivo, e contribuindo para uma visão e ambição renovadas na competitividade e partilha autárquica.

# BIBLIOGRAFIA PARTE V


COSTA, Alexandre Alves — Introdução ao Estudo da História de Arquitetura Portuguesa. Outros textos sobre Arquitetura Portuguesa, FAUP publicações, direção editorial Manuel Mendes, 2007

PALLASMAA, Juhani [1936] - Habitar [tradução e revisão técnica Alexandre Salvaterra] São Paulo : Gustavo Gili, 2017

RIBEIRO, Luís Miguel - Acordar a princesa do Tâmega, Fotografia de Pedro Costa, Eduardo Teixeira Pinto, 2011

Câmara de Amarante - Elaboração do Plano de Urbanização de Vila Meã, Termos de Referência, 2021

**Artigos de Jornais**

PINTO, Vitor - Para Vila Meã a Auto-Estrada ainda é uma grande encruzilhada. Amarante Magazine (6 de  Dezembro de 1995)

PINTO, Vitor - Armindo Abreu: Vila Meã terá da câmara a atenção que merece! Amarante Magazine (6 de  Dezembro de 1995

QUEIROZ, António José - Desde há 140 anos que há déficite de consideração social por Vila Meã. Amarante Magazine (6 de  Dezembro de 1995)





**Webgrafia**

PORDATA - Número de residentes. Fundação Francisco Manuel dos Santos (2021) [https://www.pordata.pt/municípios]

**Blogs pessoais**

Notícias de Vila Meã, [https://vilamea.blogs.sapo.pt/]

QUEIROZ, António José — Vila Meã, uma terra com história... [https://vila-mea.webnode.pt/]

BESSA, Torcato — História de Vila Meã [https://www.vilamea.com/historia/]

**Notícias e Jornais**

ORLANDO, António — Despesa da Câmara do Marco de Canaveses aumentou 1,7 milhões, Jornal de Notícias, 2024 [https://www.jn.pt/3907317236/despesa-da-camara-do-marco-de-canaveses-aumentou-17-milhoes/]

Jornal de Vila Meã - De Alma e Coração, 2022 [https://jornalvilamea.pt/2022/12/03/de-alma-e-coracao/]

**Projetos de Lei**

Projeto de Lei n.° 432/VIII, Criação do Concelho De Vila Meã, Assembleia da República, 2001

Projeto de Lei n.° 413/IX, Criação do Concelho De Vila Meã, Assembleia da República, 2004

Projeto de Lei n.° 210/X, Criação do Concelho De Vila Meã, Assembleia da República, 2006

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

*"É verdade que a identidade nacional da História também serve para verificar recorrências, algumas delas relacionadas com os fenómenos da identidade. A continuidade da ocupação humana num certo território e da associação dos seus habitantes sob a orientação do mesmo poder político durante séculos pode propiciar a emergência de fenómenos análogos; mesmo que sejam determinados por estruturas de tempo longo, isto é, de alteração lenta, e não constitutivos da Nação, não podemos deixar de os observar atentamente."*[435]





435 MATTOSO, José; et. al - Portugal: O sabor de terra (2011), pp. 685 - 686

# CONTRIBUTOS PARA A LEITURA DE UM CONCELHO EXTINTO

Após o esforço de síntese da leitura de território e das suas gentes, evidenciamos os contributos e, de seguida, as fragilidades desta dissertação:

- Primeiramente, consolidou-se uma vasta quantidade de dados históricos avulsos, criando um documento abrangente que não só serve como uma monografia detalhada, mas também levanta questões pertinentes e explora áreas de interesse para a arquitetura e história local. Destaca-se a clarificação da localização do Castelo que encabeçou as Terras de Santa Cruz e a compilação cronológica de aspetos sobre a organização administrativa associada ao período da Reconquista.

- A investigação elucidou a escolha de Vila Meã como sede do concelho, destacando a menção às "Villae Mediane" nas Inquirições de 1220 e evidenciando a relevância da família Ataíde, uma das mais antigas e ilustres linhagens da nobreza portuguesa. Ficou evidente que Martim Viegas de Ataíde, fundador da Honra de Ataíde, iniciou uma linhagem mantida pela descendência, apesar de dispersa por diversos julgados. O estudo revelou a presença de propriedades históricas associadas aos Ataídes que foram fundamentais para o ordenamento medieval deste território, comprovadas por torres e quintas com brasão. O aumento da povoação acompanhou o desenvolvimento urbano até à formação das primeiras paróquias rurais, precursoras das atuais freguesias (com exceção de Passinhos e São Veríssimo, que foram integradas em freguesias maiores). Pode-se chegar a um consenso de que as "Villae Mediane" constituem o organismo basilar para a posterior determinação dos limites do concelho, concluindo que não houve exclusivamente uma única "vila ao meio", mas antes várias, que com a uniformização do território evoluíram para o termo Vila Meã.

- O trabalho envolveu um extenso mapeamento, apresentado através de mapas expostos ao longo da dissertação, que desmembram por camadas os vários tópicos a abordar excepcionalmente. As coordenadas foram registadas em apêndice utilizando o sistema de coordenadas WGS 84, compatível com o Google Maps e o Google Earth. Para além disso, o mapeamento estendeu-se à plataforma do OpenSreetMaps, onde foram adicionados pontos de interesse como: percursos pedonais, o monte e castelo de Santa Cruz, todas as antigas estações e apeadeiros de comboio, bem como capelas e edifícios religiosos pouco reconhecidos. Este mapeamento, de acesso aberto e editável, é um recurso valioso e gratuito para a comunidade.

- Foram identificados cerca de 26 edifícios religiosos que ainda não se encontram devidamente (ou totalmente) inventariados na DGPC. Entretanto, iniciou-se um processo de proposta para classificação de alguns casos, o que também se aplica aos locais arqueológicos em tentativa de submissão para o Portal do Arqueólogo.

- O trabalho tencionou homenagear Vila Meã, explorando e elucidando os fatores complexos que contribuíram para a sua peculiar situação. Procurou-se realçar as dinâmicas e as especificidades que definem Vila Meã, fornecendo uma compreensão aprofundada da sua história e evolução do seu papel administrativo, acondicionando uma perspetiva de interesse ao estudo da história da arquitetura.

- O estudo pretende valorizar a importância dos mecanismos de poder e a forma como atuam sobre o território. Para muitos, um tema com pouca relevância, mas que está na base primordial da configuração das estruturas como as conhecemos hoje. Tendo como suporte este conhecimento, torna-se impossível olhar para o território da mesma forma. De repente, tudo se clarifica, permitindo-se uma apreciação mais informada da paisagem e da organização espacial.

- Por último, o documento resultante, repleto de mapas, esquemas, fotos da nossa autoria e referências bibliográficas, várias e rigorosas, constitui, até à data, o recurso mais completo sobre a história e o desenvolvimento territorial de Santa Cruz de Riba Tâmega. Este trabalho poderá contribuir, na sua estratégia, para o estudo de outras localidades, demonstrando que todos os lugares têm uma história digna de ser explorada e documentada.

É da nossa convicção que o presente trabalho fornece uma otimização e um conjunto de pistas que, devidamente exploradas, sustentarão outros estudos e abordagens posteriores.



**Fragilidades**

- A tese foi inicialmente concebida com o objetivo de estudar, especificamente, o desenvolvimento de Vila Meã, com uma atenção concreta neste lugar. No entanto, a pesquisa revelou que a história do concelho é mais complexa do que o conjeturado, exigindo uma abordagem mais alargada. Com efeito acabou por ser dada uma maior atenção às freguesias amarantinas e marcoenses, não só porque abrangem a maior parte do ex-concelho, mas também por me serem mais familiares. No entanto, foram visitadas todas as 22 freguesias que integravam o ex-concelho.

- Reconhece-se a inevitável ausência de alguma descoberta crucial que, possivelmente, nos escapou e não foi identificada dentro do prazo estipulado para este estudo. Com um espectro cronológico tão alargado, admitem-se possíveis erros em interpretações factuais sobre os acontecimentos da história.

- Lamenta-se a complexidade em explicar absolutamente a origem do nome Santa Cruz de Riba Tâmega. Compreende-se a sua antiguidade, mas não a relação com as "Villaes Mediane", antecedoras de Vila Meã. Assim, torna-se pouco claro por que motivo o nome do concelho não evoluiu antes para Vila Meã de Riba Tâmega, como o caso de Gouveia de Riba Tâmega. Os factos parecem indicar que o nome Santa Cruz abrangia mais territórios da região de Riba Tâmega para além do reduzido monte que lhe é atualmente atribuído. Contudo, esta teoria é contrariada pela toponímia das Ruas de Santa Cruz que circunscrevem o monte, sugerindo, de facto, a possível existência de uma Cruz Santa (cruzeiro, ermida ou semelhante). Provavelmente, a Cruz (desaparecida) estará relacionada com o evento da Reconquista que se sobrepôs a outros títulos importantes da região, como Real ou Ataíde.

- Enfrentaram-se algumas complicações na exportação dos mapas através do QGIS, devido à limitada familiaridade com o *software*. Esta adversidade resultou numa variação visual indesejada nos estilos de alguns mapas, que pode parecer inconsistente para o observador.

- Devido à proximidade pessoal com o tema desta dissertação, tanto física quanto emocional, tornou-se desafiante manter a objetividade necessária, admitindo que algumas interpretações correram o risco de ser influenciadas pelas minhas próprias suposições afetivas e preconceitos existentes.

- Muitas vezes, ao abordar um tema e um território tão vastos, senti-me reduzida diante da complexidade abordada. Reconheço que esse sentimento se possa expressar em determinados segmentos da narrativa. Esta experiência dilatou a magnitude da tarefa em capturar e representar adequadamente a profundidade do tema estudado.

Alcançando o fim da investigação, chega o momento de dar por terminada - ou suspensa - esta viagem. Na minha função, posso afirmar ter sido recompensada com descobertas verdadeiramente surpreendentes. Iniciou-se esta dissertação com um conhecimento muitíssimo limitado sobre o concelho extinto de Santa Cruz de Riba Tâmega, cativado apenas por uma perplexidade: porque é que o lugar de Vila Meã sentimentaliza um distanciamento em relação ao restante concelho de Amarante?

*"Origens, diz Leite de Vasconcelos, são em regra difíceis de determinar."*[436] E esse foi, precisamente, um dos grandes desafios. Após uma extensa investigação sobre o contexto histórico e geográfico deste caso de estudo, foi possível reconstruir a sua cronologia, relembrando a importância de não desconsiderar nenhuma hipótese ou acontecimento; substanciar os elementos base: rio, vale, matéria; identificar um castelo roqueiro em território amarantino, inicialmente visto como uma mera suposição, acabando por se revelar um marco decisivo na fundação do concelho; através do contributo de vários autores, apontar assentamentos e caminhos, pouquíssimo sondados e consolidar esta preciosa informação num documento uno. Tornou-se exequível sistematizar a evolução das pré-existências e descortinar a complexidade do desenvolvimento rural, que se revelou evidente e consciente. Foi também possível entender o impacto das intervenções humanas, algumas necessárias, outras impertinentes, com incidências na hidrografia e na paisagem - transformações que resultaram na perda de património e na decadência de atividades tradicionais.

Esta dissertação constitui o primeiro acervo sobre Santa Cruz de Riba Tâmega, englobando os seus objetos, gentes e memórias. Mais do que uma monografia, é um percorrer de pistas que levaram à evidência de uma realidade complexa, decomposta em camadas e dividida em fragmentos que resultam de uma multiplicidade de fatores condicionantes das experiências de habitar e produzir. Decifrou-se, percorreu-se, especulou-se, anotou-se e mapeou-se. Os mapas acabaram por culminar na ferramenta de desenho deste exercício de investigação, pois a grande escala assim o exigiu. Do ponto de vista técnico, destaca-se a importância da aprendizagem do *software* QGIS, que certamente recompensará o meu futuro profissional e pessoal. Aprender a dominar a versatilidade desta ferramenta possibilitou a compreensão das hipóteses de análise espacial e desencadeou novas conjeturas para futuras aplicações práticas.

Sem embargo, concluído o estudo, a fonte bibliográfica mais significativa provou ser o próprio território, com as suas marcas, arquitetura, caminhos e atmosfera - e o meu imenso desejo em explorá-lo, incansavelmente, passo antepasso. Também as gentes vilameanenses, que tanto me ajudaram, guiando-me por lugares até então desconhecidos e compartilhando o conhecimento profundo integral a cada terra. A elas deixo um agradecimento especial, por sempre me receberem tão calorosamente.

Ao refletir sobre o contexto que me é próximo, percebo como o tecido urbano e as dinâmicas sociais que conheço são o resultado de uma complexa teia de transições administrativas, de impacto causado, principlamente, por uma pequena burguesia-urbana. Assim, reconheço que a visão deste lugar nunca mais será a mesma. Uma multiplicidade de ações moldou e (re)organizou o território ao longo dos séculos, até alcançarmos a realidade de hoje, relembrando que nada ocorreu por acaso. Cada elemento, pedra, traço, tem uma razão de ser e merece ser questionado, para uma compreensão mais consciente dos procedimentos operativos exercidos no território. Não é em vão que uma zona seja mais próspera do que outra; que pisemos um traçado sinuoso no chão; que uma capela se erga no descampado; que uma ponte descanse no fundo do rio.

Compreender a história dos municípios de Portugal, sob o prisma administrativo, é uma tarefa que incide sobre um trabalho interdisciplinar, abrangendo períodos e ocorrências, por vezes, controversos. Porém, aplicando reflexões sobre o domínio do tempo e do espaço, observamos o impacto destas decisões na gestão territorial, e a forma como refletem a tentativa de organizar tanto um espaço físico, quanto a temporalidade das comunidades. Assim como habitamos o espaço, a estrutura administrativa de um país ou região também procura ser um organizador do tempo da sociedade, moldando a identidade ao longo das gerações. Torna-se pertinente uma tentativa contínua de compreensão detalhada do território, no seu estado atual e nas suas futuras metamorfoses, por muito exigente que este exercício seja. Importa sublinhar que as atribuições que hoje lhe impusermos, não serão as mesmas de amanhã.

436 Op. Cit. COSTA, Alexandre Alves – Introdução ao Estudo da História de Arquitetura Portuguesa (2007), p.97



Enfrento, assim, um novo conceito (ou exercício) de paisagem, valorizando o que até então me era banal. Passo a observar com um olhar diferenciado o *natural, os detritos, as ruínas, o difuso*. Comparavelmente a outros territórios portugueses, a urbanização sem planeamento apaga as fronteiras tradicionais entre a cidade e o campo, ultrapassando esta dicotomia. Assim, o ordenamento do território continuará a ser uma questão mutável e fluída, nunca desassociada dos mecanismos de poder, espaciais, económicos, estratégicos e, acima de tudo, temporais. Pallasmaa relembra que: *"o ato de habitar é compreendido em relação ao espaço, como uma maneira de domesticar ou controlar o espaço, mas devemos igualmente domesticar e controlar o tempo, reduzindo a escala da eternidade para torná-lo compreensível. Somos incapazes de viver no caos espacial, mas também não conseguimos viver fora do tempo e da duração."*[437] Assim como as antigas construções - esses artefactos do tempo -, as decisões administrativas em Portugal também serviram para 'domesticar' o tempo, ao estabelecer normas que modificam as reminiscências invisíveis e a experiência coletiva de coexistir. A modernidade alterou essa perceção, trazendo uma aceleração e perturbação do tempo administrativo e social, complicando a relação contínua entre passado e presente. A única forma de escapar a essa adversidade é não parar de investigar. A investigação nunca é linear; é um percurso sempre recíproco para o objeto de estudo e, sobretudo, para o investigador. Por esse motivo, não considero esta pesquisa totalmente concluída. Deixo em aberto múltiplas possibilidades: um documento que me escapou, uma capela por descobrir, uma hipótese por desenvolver... E talvez resida aí a verdadeira beleza da história: a lição interminável que nos dá, ora oferecendo explicações, ora oferecendo paradoxos, mas justificando sempre que todos os lugares merecem ser estudados.

Assim, reside igualmente em mim um passo importante no culminar deste percurso, na medida em que esta investigação, na qual que me envolvi tão intensamente, me levou a crescer e, acima de tudo, provocou uma série de reflexões sobre questões que antes me eram desconhecidas, desafiando os pressupostos sobre um espaço que me é familiar. Hoje, sinto-me orgulhosa por conhecer melhor os recantos da minha terra, por não ser uma estrangeira no meu próprio lugar, e alimento uma vontade de continuar a investigá-lo, estendendo esse estudo a outros territórios. Por outras palavras, sinto em mim um pouco mais de *Amarantinidade*, uma expressão que não consta no dicionário, mas é usada e acarinhada pelos amarantinos. *Amarantinidade é um estado de espírito e alma*. Nasce connosco e cada amarantino, através do seu amadurecimento, pode escolher dar continuidade a esse legado, se procurar manter um espírito ativo e interventivo, reconhecendo que o mundo não é só o que vemos, mas o que escolhemos olhar, e que o exercício de pensar e questionar caminha lado a lado com o exercício de desfrutar a vida e desfrutar a terra. Esta terra, que é a nossa e que idolatramos. Compromete-se, assim, manter vivo o seu passado, com a atenção enraizada no corpo que olha para as coisas reconhecendo que é um privilégio assistir à sua evolução, interrogá-las e distribuí-las pelo próximo.

Por fim, exprimo alguns desejos: que se quebre o abandono, a passividade e a estagnação dos espaços esquecidos e retalhados; que não se esqueçam os *mundos fechados*. Talvez um dia ainda possamos ver reerguido o novo concelho de Vila Meã, com brasão e bandeira e nova Casa da Câmara, mas antes disso, que os municípios possam ser mais inclusivos, que não se deixem desvanecer, correndo o risco de comprometer definitivamente o seu futuro; que se materializem obras ambiciosas, projetos conscientes e participativos; que se evoquem memórias e lembranças; que se procure aumentar a competitividade territorial saudável e revitalizar freguesias necessitadas; que se implementem projetos capazes de atender efetivamente às necessidades das comunidades locais. É, pois, urgente e necessário, acordar a *Amarantinidade*, que é como quem diz, relembrar a consciência dos amarantinos (e não só) para não ignorarem as suas raízes e redescobrirem as suas relações primitivas.

Quanto a Santa Cruz de Riba Tâmega, remata-se a sua história inacabada, assim como Agustina remata a sua *Sibila*: *"Talvez a sua história fique hermeticamente fechada no círculo de aspirações que não conseguiu detalhar e cumprir, porque aconteceu ser cedo ou ser tarde, porque não se compreende ou não se crê o bastante, porque se deseja demasiado e isto é todo o destino, porque, porque..."*[438].

437 PALLASMAA, Juhani [1936] – Habitar, p.9

438 BESSA-LUÍS, Agustina [1954] – A Sibila, p.294

Captura espontânea, durante o pôr-do-sol invernal, a 26 de novembro de 2023, a partir do emblemático café Mário, em São Gonçalo de Amarante. A imagem regista o rio Tâmega e cenário ribeirinho. Ao fundo, em segundo plano, as majestosas serras e o imponente castelo de Santa Cruz, que se erguem visíveis de todos os recantos da cidade, perpetuando a sua memória no tempo.

# SUMÁRIO DE IMAGENS


Fig. 1 – Fotografia, na década de 1950, tirada em Salvador do Monte; capturada pelo famoso fotógrafo amarantino Eduardo Teixeira Pinto [https://www.eduardoteixeirapinto.com/] (p.7)

Fig. 2 – Figurantes do Grupo Folclórico de Santa Cruz; fonte "Origens do Folcore em Vila Meã" de Torcato Bessa (p.17)

Fig. 3 – Visitas de campo; no Marco de Canaveses; foto da autora (p.20)

**PARTE I - OLHARES SOBRE O TERRITÓRIO DE SANTA CRUZ DE RIBA TÂMEGA**

Fig. 1 – Vista sobre quinta privada; tirada em Louredo; foto da autora (pp. 22 e 23)

Fig. 2 – Vista sobre espigueiro abandonado, tirada em Coura, Vila Caiz; foto da autora (p. 27)

Fig. 3 – Vista do vale do Rio Tâmega, orientada a Norte, com pormenor do parque aquático na margem direita e ao fundo as serras de Mondim e Celorico de Basto; foto da autora (pp. 34 e 35)

Fig. 4 – "The Infinite Cartography" of Etel Adnan, exhibition view Galleria Continua, San Gimignano, 2013; foto da autoria de Ela Bialkowska (p. 37)

**PARTE II - A ARQUITETURA DO VALE**

Fig. 1 – Vales sobre o Rio Tâmega, tirada em Salvador do Monte; foto da autora (pp. 46 e 47)

Fig. 2 – Vista do vale do Rio Tâmega, tirada em Fregim; foto da autora (pp. 50 e 51)

Fig. 3 – Ponte submersa do Tâmega: [https://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2009/12/ponte-de-canaveses-marco-de-canaveses.html] (p. 55)

Fig. 4 – Ponte submersa do Tâmega; [https://boelhe.blogs.sapo.pt/323550.html] (p. 55)

Fig. 5 - Ponte submersa do Tâmega; autoria DGCP SIPA.FOTO.00004930; [http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=4930] (p. 55)

Fig. 6 a 10 – Ponte submersa do Tâmega: [https://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2009/12/ponte-de-canaveses-marco-de-canaveses.html] (p. 55)

Fig. 11 – Ponte submersa do Tâmega em fase de obras; autoria da DGCP SIPA.FOTO.00055530; [http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=4930] (p. 58)

Fig. 12 – Ponte de Canaveses (atual), tirada na margem de Sobretâmega; foto da autora. (p. 59)

Fig. 13 – Placa da Rua de Santa Cruz de Riba Tâmega, Vila Meã; foto da autora (p. 64)

Fig, 13 – Castro de S. Domingues, Lousada; foto da autora (p. 71)

Fig, 14 a 16 – 01., 02, 03; fotos da autora (pp. 76 e 77)

Fig, 17 – 09. Ficha de Sítio BCA1, Planta de Salvaguarda Patrimonial de Marco de Canaveses (pp. 76 – 77)

Fig 18 a 22 – 10., 06., 08., 13., 15.; fotos da autora (pp. 76 e 77)

Fig. 23 – 16. foto da autoria de João Marques Fernandes [https://pt.wikiloc.com/trilhas-trekking/trilhos-da-serra-da-aboboreira-65886631] (pp. 76 e 77)

Fig. 24 e 25 – Assentamento em Real, Amarante; foto da autora (p. 79)

Fig. 26 a 36 – Percurso Riba Tâmega; fotos da autora (p. 85)

Fig. 37 – Rua do Tâmega; fotos da autora (p. 86)

Fig. 38 – Pavimento antigo, no itinerário Riba Tâmega; foto da autora (p.87)

Fig. 39 – Planta e esquema do hipocausto; autoria de Susana Bailarim – "Vilarinho: o chão que pisamos" (p. 87)

Fig. 40 – Vista aérea do Castelo Novo, Monte de Santa Cruz, Louredo, Amarante; foto da autora (p.91)

Fig. 41 – Vista aérea do Castelo Velho, Monte de Santa Cruz, Louredo, Amarante; foto da autora (pp.96 e 97)

Fig. 42 a 45 - Pormenores do Castelo Novo de Santa Cruz; fotos da autora (pp. 98 e 99)

Fig. 46 a 49 – Pormenores da Castelo Velho de Santa Cruz, fotos da autora (pp. 100 e 101)

Fig. 50 a 54 – Pormenores Capela de Santa Cruz; fotos da autora (p. 103)

Fig. 55 – Vista aérea da Capela de Santa Cruz; foto da autora (pp.104 e 105)

Fig. 56 a 60 - Pormenores da envolvente da Capela de Santa Cruz, fotos da autora (pp.104 e 105)

Fig. 61 – Alto das Cruzes, em Real; autoria de Torcato Bessa[https://www.vilamea.com/historia/] (p. 108)

Fig. 62 – Pintura de Acácio Lino, "No jardim", 1907; fonte [https://www.amadeosouza-cardoso.pt/pt/artistas/acacio-lino] (p. 109)

Fig. 63 – Penedo em Vila Boa de Quires, Marco de Canaveses; foto da autora (p.109)

**PARTE III - ENTRE O TERRITÓRIO E O PODER**

Fig. 1 – Vista aérea sobre a Quinta de Souto Vedro, Louredo; foto da autora (pp. 112 e113)

Fig. 2 – Brasão de Santa Cruz; fonte "Memórias Ressuscitadas entre Douro e Minho em 1726" de Francisco Craesbeeck (p. 114)

Fig. 3 – Capa da cópia do Foral de Santa Cruz de Riba Tâmega; foto da autora [consultado no fundo local] (p. 114)

Fig. 4 – Tentativa de recriação das primeiras gerações da Árvore Genealógica da família Ataíde; da nossa autoria (p. 119)

Fig. 5 e 6 – Quinta do Pinheiro, com torre reerguida, em Ataíde; fotos da autora (p. 121)

Fig. 7 e 8 – Capela do Pinheiro ou Nossa Senhora da Natividade, em Ataíde; fotos da autora (p. 121)

Fig. 9 – Vila Caiz na atualidade; foto da autora (p. 125)

Fig. 10 – Vista aérea sobre o Mosteiro do Salvador de Travanca; foto da autora (p. 129)

Fig. 11 a 19 – Pormenores; fotos da nossa autoria e da Rota do Românico [https://www.rotadoromanico.com/pt/monumentos/mosteiro-do-salvador-de-travanca/] (p. 129)

Fig. 20 – Percurso pelos jardins do Mosteiro; foto da autora (p. 131)

Fig. 21 - Mosteiro e Igreja de Travanca; fonte [https://www.marcoensefm.com/noticias/amarante-mosteiro-de-travanca-vai-ser-transformado-em-hotel-de-4-estrelas/] (p. 131)

Fig.22 - Proposta para o Convento Saint-François, integrante no concurso EREVIVE 2024 Mies Van der Rohe; foto da autoria de Thibaut Dini [ https://www.dezeen.com/2024/02/20/mies-van-der-rohe-award-2024-finalists/] (p. 131)

Fig. 23 – Vista aérea sobre o Mosteiro de S. Martinho de Mancelos; foto da autora (p. 135)

Fig. 24- 32 – Pormenores; fotos da nossa autoria e da Rota do Românico [https://www.rotadoromanico.com/pt/monumentos/mosteiro-de-sao-martinho-de-mancelos/] (p. 135)

Fig. 35 – Vista aérea sobre a Livração, Toutosa; foto da autora (p. 141)

Fig. 36 – Andor Grande nas Festas da Nossa Senhora da Aparecida [https://www.rotadoromanico.com/pt/galeria/fotografias/] (p. 144)

Fig. 37 – Vale e Igreja Paroquial de Santiago de Figueiró; foto da autora (p. 145)

Fig. 38 – Capela de S. Brás, Real, Vila Meã; foto da autora (p. 147)

Fig. 39 – Vista aérea da estrada de Pidre, Mancelos; foto da autora (p. 151)

Fig. 40 a 50 – Exemplos de Torres no território em estudo; fotos da autora, exceto: torre de Travanca [https://www.rotadoromanico.com/pt/monumentos/mosteiro-do-salvador-de-travanca/], Torre D.ª Loba [https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/258752/] (pp. 154 -155)

Fig. 51 – Inscrição de assinatura na Torre de Vilar; foto da autora (p. 156)

Fig. 52 – Vista aérea sobre a Casa do Marmoiral e linha do comboio, Ataíde, Vila Meã; foto da autora (p. 157)

Fig. 53 – Vista aérea sobre a Casa do Marmoiral e linha do comboio, Ataíde, Vila Meã; foto da autora (p. 157)

Fig. 54 a 61 – Estado de abandono da Casa da Câmara e do Tribunal (Casa das Donas); autoria da DGPC: nº IPA.00004826 [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4826] e nº IPA.00014099 [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14099] (p. 159)

Fig. 62 e 63 – Ilustração alusiva à invasão francesa e Mapa da defesa da Ponte de 1809; fonte [https://amarantetourism.com/]

Fig. 64– Foto do tribunal abandonado; fonte [https://vila-mea.webnode.pt] (p.165)

Fig. 65 – Mapa do distrito entre os rios Minho e Douro de 1813 [https://purl.pt/22844/2/] (p. 165)

**PARTE IV - O MUNDO FECHADO**

Fig. 1 – Vinhas sobre o Tâmega; foto da autora (pp. 168 e160)

Fig. 2 - Postal de Amarante, por volta de 1900, proveniente de um bilhete postal, editado por Alfredo Osório (Pai) [https://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2010/07/amarante-inicio-do-sec-xx-cidade-de.html] (p. 171)



Fig. 3 - Carta geographica de Portugal : Divisão por distritos e concelhos, levantada em 1860 a 1865; Biblioteca Nacional Digital [https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/idurl/1/16496] (pp. 172 e 173)

Fig. 4 – "A futura linha do Vale do Sousa"; fonte público [https://www.publico.pt/2020/05/26/local/noticia/estudo-propoe-novo-eixo-ferroviario-vale-sousa-reactivacao-linha-tamega-ate-amarante-1917993] (p. 176)

Fig. 5 – Foto do viaduto de S. Lazaro, Amarante; autoria de Fidalgo, J. P. T. 2023 [https://ondasdaserra.pt/index.php/portugal/item/1611-ecopista-do-tamega] (p. 176)

Fig. 6 – Cronologia da Linha do Tâmega; fonte [https://ondasdaserra.pt/index.php/portugal/item/1611-ecopista-do-tamega] (p. 177)

Fig. 7 – Linha do Douro; fonte [https://ondasdaserra.pt/index.php/portugal/item/1611-ecopista-do-tamega] (p. 178)

Fig. 8 a 13 – Vários pontos de vista da linha do Douro e linha do Tâmega extinta; fotos da autora. (p. 178)

Fotos 14 a 17 – Linha do Douro, incluindo estação de Vila Meã e construção da ponte ferroviária do Marco; fontes [https://vila-mea.webnode.pt] (p. 179)

Fig. 18 - Casa da família Souza-Cardoso; fonte [https://vila-mea.webnode.pt] (p. 181)

Fig. 19 – Casa-museu Acácio Lino; fonte [https://www.rotadoromanico.com/pt/experiencias/o-que-ver-e-fazer/casa-museu-acacio-lino/] (p. 181)

Fig. 20 - Pintura - Amadeo de Souza-Cardoso, A Casa de Manhufe, 1913 (p. 181) [https://artsandculture.google.com/asset/the-house-of-manhufe-amadeo-de-souza-cardoso/mwGQcELJ2Vpa-A?hl=pt-pt](p. 181)

Fig 21 - Pintura - Acácio Lino, Moleiros de Travanca, 1934 [https://www.csarmento.uminho.pt/site/s/arquivo-digital/item/73489#?c=0&m=0&s=0&cv=0&xywh=-226%2C0%2C2520%2C1363] (p. 181)

Fig 22 a 25 – Quatro pinturas de Amadeo de Souza-Cardoso [https://www.nationalgeographic.pt/historia/amadeo-souza-cardoso-museu-amarante-obras_4348] (p. 182)

Fig 26 a 29 – Quatro pinturas de Acácio Lino [https://serralvesantiguidades.com/lote/acacio-lino-1878-1956] (p. 182)

Fig. 30 – Apontamento sobre a página 34 de "Mosteiro" de Agustina Bessa-Luís; digitalização e apontamentos da autora. (p. 183)

Fig.31 – Capas dos livros estudados; fonte [https://www.wook.pt/montra/8066x24288x24290x34168?gad_source=1] (p. 185)

Fig. 32 – Foto de Agustina Bessa-Luís; fonte [https://observador.pt/especiais/agustina-bessa-luis-100-anos-porque-permanece-este-fascinio/] (p. 185)

Fig. 33 – Foto da participação na Conferência Andante; fonte [https://www.staytotalk.pt/en/homepage/] (p. 185)

Fig. 34 – Cartaz de comemoração do centenário de Agustina ; fonte [https://www.ccdr-n.pt/agenda/apresentacao-centenario-de-agustina-bessa-luis] (p. 185)

Fig. 35 – Foto da exposição "Feminino, Uma História Ficcionada" no Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso; foto da autora (p. 185)

Fig. 36 – Duas mulheres à conversa (data incerta) no Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso; foto da autora [https://www.eduardoteixeirapinto.com/] (p. 189)

Fig 37 - Paisagem em Louredo; foto da autora (pp. 190 e 191)

Fig 38, 39 e 40 – Momentos do trajeto pedonal Travanca > Mancelos; fotos da autora (p. 193)

Fig 41 – Pintura Arrancada, Acácio Lino, 1928, em Museu Nacional Soares dos Reis; fonte [https://museusoaresdosreis.gov.pt/146-aniversario-de-nascimento-de-acacio-lino-magalhaes/ ] (p. 195)

Fig 42 – Trabalhos agrícolas, em Real; foto da autora (p. 195)

Fig 43 - Casa abandonada, em Mancelos, poderá ser a antiga Quinta da Torre, por se situar nessa mesma rua; foto da autora (p. 197)

Fig. 44 e 45 – Comparação do estado da Igreja do Salvador do Real na década de 1940 vs atualmente; fonte [https://www.rotadoromanico.com/pt/monumentos/igreja-do-salvador-de-real/] (p. 198)

Fig 46 - Casas em decadência, em Fregim; foto da autora (p.199)

Fig. 47 a 49 – Três exemplos de estruturas moageiras na região do Baixo Tâmega; fonte [https://www.eduardoteixeirapinto.com/] e última foto da autora (p. 198)

Fig 50 – Espigueiro em Real; foto da autora (p. 201)

Fig 51 – Exemplo de espigueiro no Baixo-Tâmega: fonte [https://books.openedition.org/etnograficapress/6642 ] (p. 201)

Fig 52 – Exemplo de barca no rio Tâmega: fonte [[https://www.eduardoteixeirapinto.com/ ] (p. 203)

Fig 53 – Pintura "Estás a Mentir" de Acácio Lino, 1940 [https://www.leiloeirasaodomingos.pt/] (p. 203)

Fig 54 – Metalúrgica do Tâmega; foto da autora (p. 205)

**PARTE V - A TERRA RECUPERADA**

Fig. 1 – Ponte ferroviária da Linha do Douro, Sobretâmega ; foto da autora (pp. 210 e 211)

Fig. 2 – Vista aérea sobre a autoestrada; foto da autora (p. 213)

Fig. 3 – Vista aérea sobre caminho pedestre, Vila Caiz; foto da autora (p. 215)

Fig. 4 – Foto da Comissão Cívica para a Recriação do Concelho de Vila Meã; fonte [https://vila-mea.webnode.pt] (p. 219)

Fig. 5 – Vale de Real, Vila Meã; foto da autora (p. 221)

Fig.  6, 7 e 8 – Pelourinho e antigos Paços do Concelho, hoje convertidos em extensão da Biblioteca Albano Sardoeira, Vila Meã; fotos da autora (p. 223)

Figs 9 a 19 – Fotos dos serviços e infraestruturas em Vila Meã; fotos da autora e outras fontes: [https://www.expressodeamarante.pt/bombeiros-de-vila-mea-desconvocam-equipas-permanentes-de-socorro/]; [https://jornalvilamea.pt/tag/cine-teatro-raimundo-magalhaes/] (pp. 224 e 225)

Fig. 20 – Foto de placas "Vila Meã" e "Amarante", algures entre Pidre e Manhufe; foto da autora (p. 229)



**Considerações Finais**

Fig. 1 – Vale de Travanca; foto da autora (pp. 234 – 235)

Fig. 2 – Vista para o Castelo de Santa Cruz; foto da autora (p. 240)

# APÊNDICES


APÊNDICE 1 Estudo comparativo das freguesias de Santa Cruz de Riba Tâmega.

APÊNDICE 2 Ficha de sítios arqueológicos.

APÊNDICE 3 Ficha de sítios identificados por no Monte de Banho e Caravalhosa.

APÊNDICE 4 Mapas base utlizados na sobreposição de camadas das vias romanas.

APÊNDICE 5 Ficha de sítios romanos (dados extraídos do QGIS).

APÊNDICE 6 Ficha de estruturas castelejas (dados extraídos do QGIS).

APÊNDICE 7 Lista de igrejas desconhecidas ou não inventariadas.

APÊNDICE 8 Nota da visita ao Centro de Interpretação do Românico, em Lousada.

APÊNDICE 9 Ficha de torres identificadas.

APÊNDICE 10 Eventos das Comemorações do Centenário de Agustina.

# APÊNDICE 1

*Estudo comparativo das freguesias de Santa Cruz de Riba Tâmega*

| NOMES ANTIGOS | FREGUESIA | CONCELHO ATUAL | 1513 | 1527 | 1664 | 1726 | 1758 | 1762 | 1801 | 1813 | 1836 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| *S. João Dayão* | **Aião** | Felgueiras | – | X (PARTE) | X | X | X | X | X | X | – |
| *S. Pedro d' Athyde* | **Ataíde** | Amarante | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| *Sta. Eulalia do Banho* | **Banho** | Marco de Canaveses | – | X | X | X | X | X | X | X | X |
| *S. Pedro de Cahide* | **Caíde de Rei** | Lousada | X | X | X | X | X | X | X | X | – |
| *S. Romão de Carvalhoza* | **Carvalhosa** | Marco de Canaveses | – | X | X | X | X | X | X | X | X |
| *Salvador de Castallãos* | **Castelões** | Penafiel | – | X | X | X | X | X | X | X | X |
| *Sta. Eulalia de Constancia* | **Constance** | Marco de Canaveses | – | X (PARTE) | X | X | X | X | X | X | X |
| *Sta. Christina de Figueiró* | **Figueiró (Sta. Cristina)** | Amarante | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| *Santiago de Figueiró* | **Figueiró (Santiago)** | Amarante | – | X | X | X | X | X | X | X | X |
| *Sta. Maria de Fregim* | **Fregim** | Amarante | – | X | X | X | X | X | X | X | – |
| *S. Miguel de Freixo de Cima* | **Freixo de Cima** | Amarante | – | X (PARTE) | – | – | – | X | X | X | – |
| *Salvador de Freixo de Baixo* | **Freixo de Baixo** | Amarante | – | X (PARTE) | X | – | – | X | X | X | – |
| *S. João de Louredo* | **Louredo** | Amarante | X | X | X | X | X | X | X | X | – |
| *S. Martinho de Mancellos* | **Mancelos** | Amarante | – | COUTO | X | X | – | – | COUTO | – | X |
| *S. Payo d'Oliveira* | **Oliveira** | Amarante | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| *S. Julião de Passinhos* | **Passinhos** | (Amarante)* | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| *Salvador de Real* | **Real** | Amarante | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| *S. Mamede de Recezinhos* | **Recezinhos (São Mamede)** | Penafiel | – | X | X | X | – | X | X | X | X |
| *S. Martinho de Recezinhos* | **Recezinhos (São Martinho)** | Penafiel | – | X | X | X | X | X | X | X | – |
| *S. Veríssimo d'Amarante* | **S. Veríssimo** | (Amarante)* | – | X | X | X | X | X | X | X | – |
| *Santo Izidoro de Ribatâmega* | **Santo Isidoro** | Marco de Canaveses | – | X | X | X | X | X | X | X | X |
| *Sta. Christina de Toutoza* | **Toutosa** | Marco de Canaveses | – | X | X | X | X | X | X | X | X |
| *Salvador de Travanca* | **Travanca** | Amarante | X | COUTO | X | – | – | – | – | – | X |
| *São Miguel de Villa Cahiz* | **Vila Caiz** | Amarante | X | HONRA | – | HONRA | – | – | FREG. COUTO | – | X |
| *Sta. Maria de Villar do Torno* | **Vilar** | Lousada | | X (PARTE) | X | X | X | X | X | X | – |
| | | **TOTAL:** | **9** | **23** | **23** | **21** | **22** | **22** | **25** | **22** | **16** |

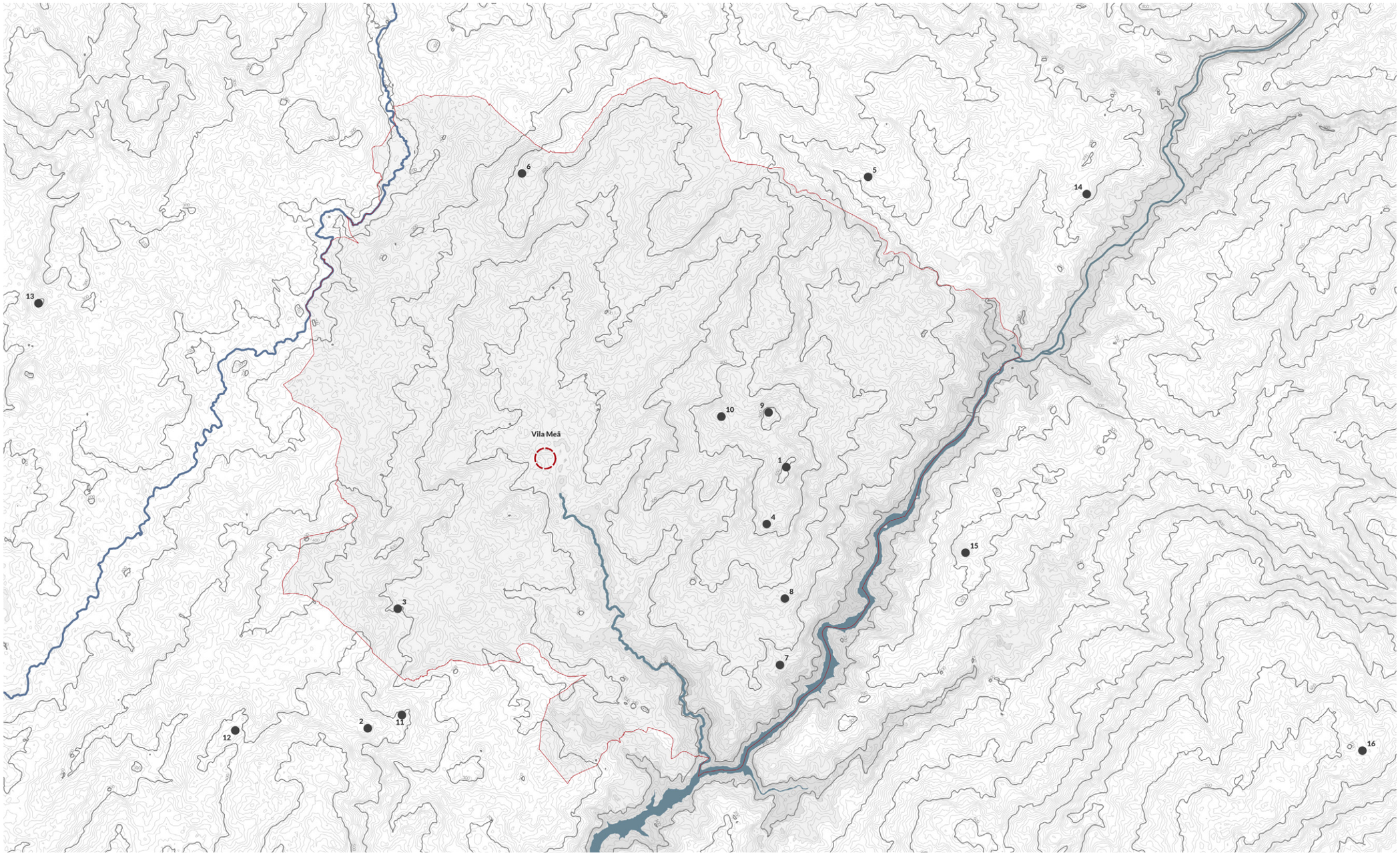
* Freguesias que foram absorvidas por Vila Caiz e São Gonçalo, respetivamente.

# APÊNDICE 2

*Ficha de Sítios Arqueológicos.*
*(dados extarídos do QGIS)*

| Nº | DESIGNAÇÃO | ALTITUDE | LUGAR | SÍTIO | FREGUESIA | CONCELHO | PERÍODO | COORDENADAS | BIBLIOGRAFIA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Castro de Louredo | 502 m | Monte de Santa Cruz | Povoado | Louredo | Amarante | Bronze tardio / Ferro | 41.250263 ,-8.133432 | J. Valdez-Tullett<br>João de Silva |
| 2 | Castro de Quires | 484 m | Crasto/São Domingos | Povoado fortificado | Vila Boa de Quires | Marco de Canveses | Calcolítico/ Bronze/ Ferro/ Romanização | 41.207186,-8.224874 | Planta de Salvaguarda do Marco<br>Teresa Soeiro |
| 3 | Castro de Recezinhos | 285 m | – | Povoado | Recezinhos (São Martinho) | Penafiel | Bronze tardio | 41.226889,-8.218352 | Lino Dias<br>João de Silva |
| 4 | Senhora da Graça | 447 m | Senhora da Graça | Incerto | Vila Caiz | Amarante | Ferro | 41.240887,-8.137706 | J. Valdez-Tullett<br>João de Silva |
| 5 | Castro de São Jorge | 228 m | Monte de São Jorge | Incerto | Freixo de Baixo | Amarante | Ferro | 41.298099,-8.115521 | J. Valdez-Tullett |
| 6 | Castro de Santa Marinha | 460 m | Monte de Santa Marinha | Povoado | Aião / Figueiró (Sta. Cristina) | Lousada/ Amarante | Ferro | 41.298651,-8.191256 | Planta de Salvaguarda |
| 7 | Castro de Alvim | 192 m | — | Povoado | Santo Isidoro | Marco de Canaveses | Ferro/Romano | 41.217669,-8.134805 | do Marco |
| 8 | Castro do Coura | 279 m | — | — | Vila Caiz | Amarante | Ferro/Romano | 41.228612,-8.133739 | Mapas Vias Romanas |
| 9 | Castro de Ladoeiro | 541 m | Ladoeiro | Povoado | Manhufe /Banho e Carvalhosa | Amarante/ Marco de Canaveses | Ferro/Romano | 41.259274,-8.137293 | J. Valdez-Tullett<br>Planta de Salvaguarda do Marco |
| 10 | Castro de Banho | 350 m | — | — | Real / Banho e Carvalhosa | Amarante/ Marco de Canaveses | — | 41.258578,-8.147626 | — |
| 11 | Penedo da Pegada | 409 m | Alto de Quires | Gravura Rupestre | Vila Boa de Quires e Maureles | Marco de Canaveses | Ferro | 41.209372,-8.217416 | Salvaguarda do Marco |
| 12 | Mamoa da Portela do Monte | 427 m | Portela do Monte | Mamoa | Vila Boa de Quires e Maureles | Marco de Canaveses | Neolítico | 41.206801,-8.253830 | Salvaguarda do Marco |
| 13 | Castro de São Domingues | 310 m | — | Povoado fortificado | Boim e Ordem | Lousada | Ferro | 41.277147,-8.297004 | Rota do românico |
| 14 | Ladário | 241 m | Lugar do Ladário | Povoado fortificado | Gatão | Amarante | Ferro | 41.295241,-8.067687 | J. Valdez-Tullett |
| 15 | Sepulturas | 360 m | Louredo das Almas | Anta funerária | Salvador do Monte | Amarante | Ferro/Romano | 41.236175,-8.094252 | J. Valdez-Tullett |
| 16 | Anta da Aboboreira | 869 m | Aboboreira | Anta / dolmen | Bustelo / Loivos | Amarante / Baião | Neo-Calcolítico | 41.203484,-8.007536 | João de Silva |

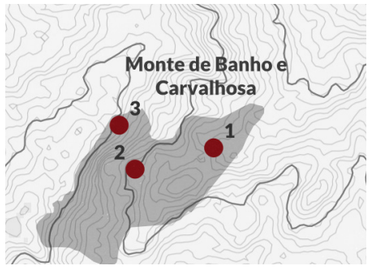
*Mapa de Sítios Arqueológicos.*
*(alargado)*



# APÊNDICE 3

*Ficha de sítios identificados por nós no Monte de Banho e Caravalhosa*

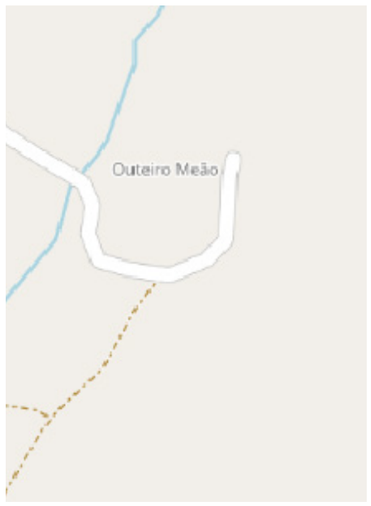
| Nº | DESIGNAÇÃO | ALTITUDE | FREGUESIA | COORDENADAS |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Castro de Real | 354 m | Banho e Carvalhosa / Real | 41.249122, -8.157901 |
| 2 | Castro da Ermida | 310 m | Real | 41.247917, -8.163788 |
| 3 | Castro do Outeiro Meão | 212 m | Real | 41.250401, -8.164977 |




01

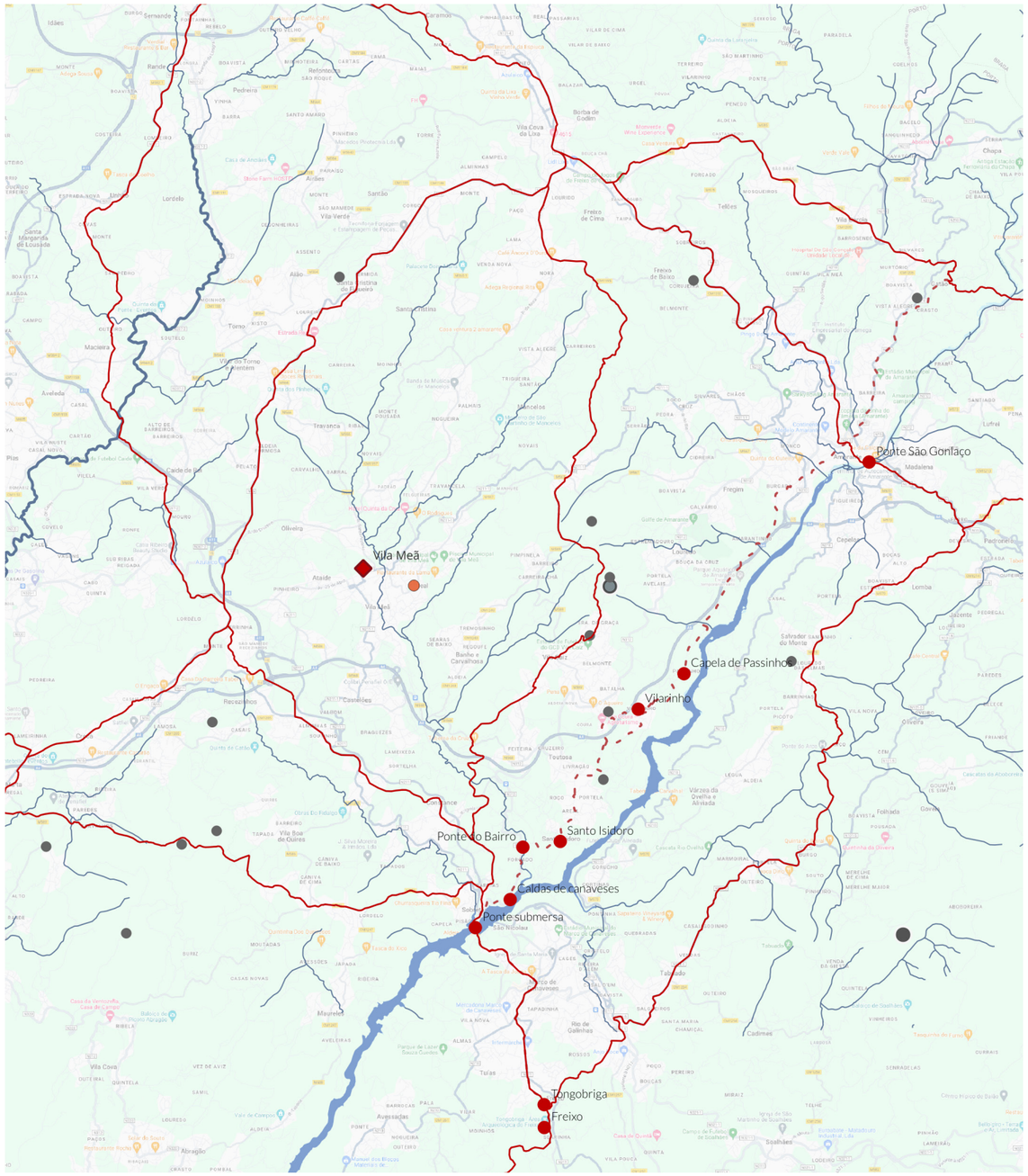
02

03

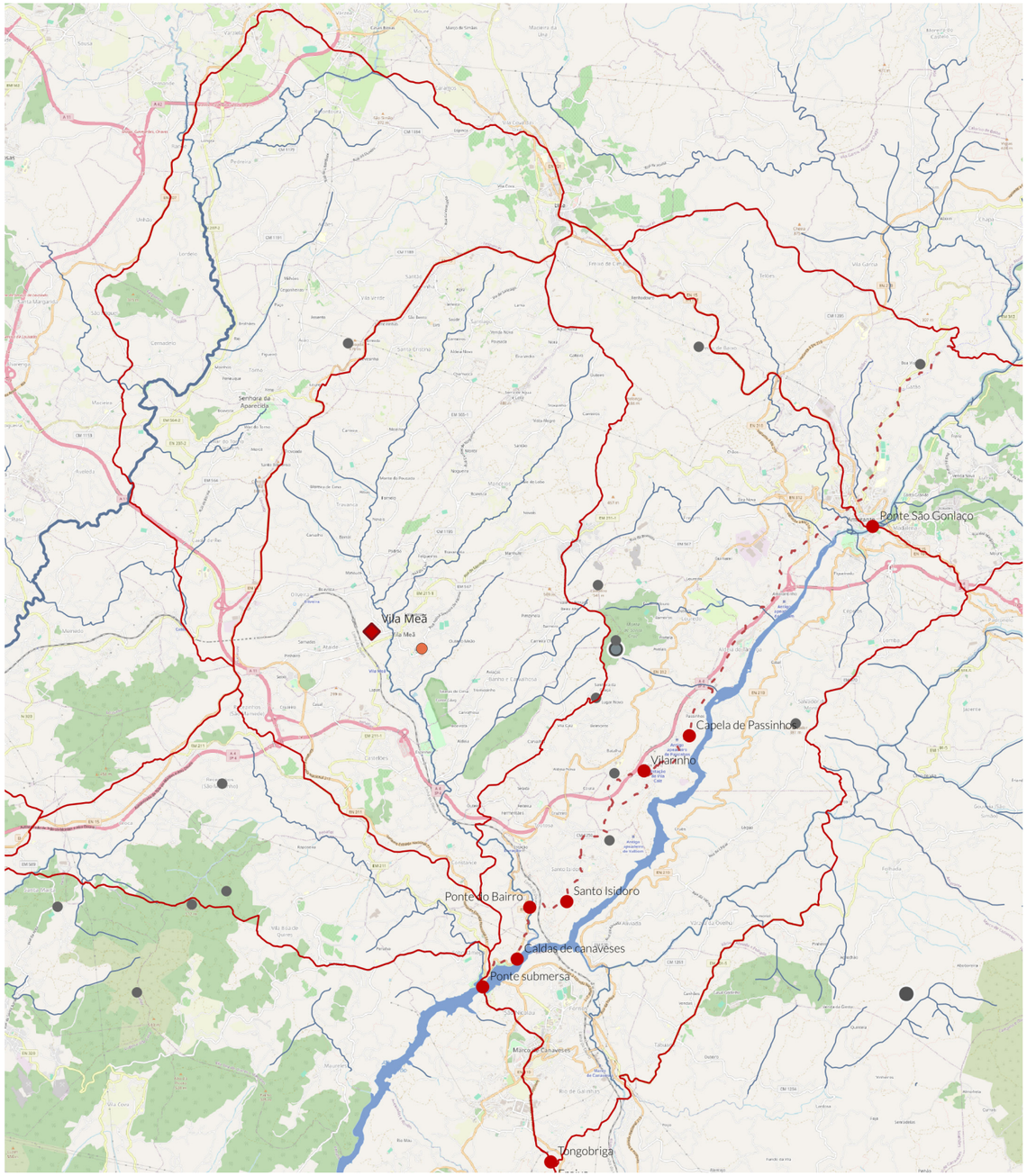


# APÊNDICE 4

*Mapas base utlizados na sobreposição de camadas das vias romanas.*




Mapa base: Google Maps / Google Roads




Mapa base: OpenStreetMaps

# APÊNDICE 5

*Ficha de Sítios Romanos*
*(dados extraídos do QGIS)*

| Nº | DESIGNAÇÃO | ALTITUDE | CONCELHO | COORDENADAS |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Tongobriga | 323 m | Marco de Canaveses | 41.161591, -8.147416 |
| 2 | Ponte submeresa | 60 m | Marco de Canaveses | 41.193801, -8.162140 |
| 3 | Caldas de Canaveses | 84 m | Marco de Canaveses | 41.198332, -8.154700 |
| 4 | Ponte do Bairro | 91 m | Marco de Canaveses | 41.206770, -8.152000 |
| 5 | Igreja de Santo Isidoro | 150 m | Marco de Canaveses | 41.207695, -8.144011 |
| 6 | Vilarinho | 162 m | Amarante | 41.229000, -8.127353 |
| 7 | Capela de Passinhos | 115 m | Amarante | 41.234719, -8.117575 |
| 8 | Necrópole de Real | 162 m | Amarante | 41.244146, -8.179623 |



# APÊNDICE 6

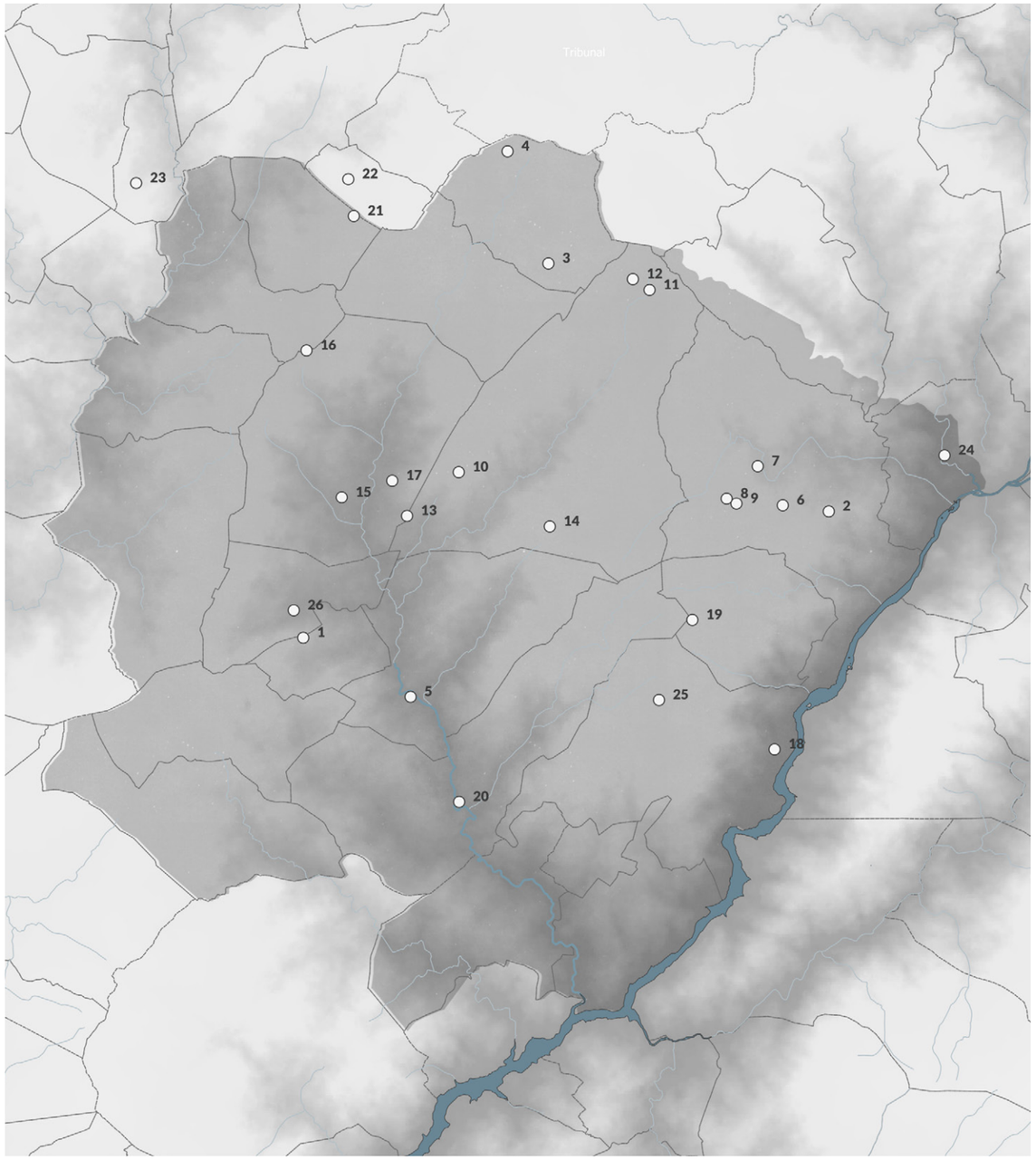
*Ficha de estruturas castelejas*
*(dados extraídos do QGIS)*

| Nº | DESIGNAÇÃO | ALTITUDE | CONCELHO | COORDENADAS |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Castelos de Santa Cruz | 502 - 512 m | Amarante | 41.248810, -8.133422 |
| 2 | Castelo de Arnoia | 594 m | Celorico de Basto | 41.363466, -8.051781 |
| 3 | Castelo de Penafiel (Oldrões) | 324 m | Penafiel | 41.158177, -8.288677 |
| 4 | Castelo de Carvalho de Rei | 453 m | Amarante | 41.235115, -8.034009 |
| 5 | Castelo da Várzea | 543 m | Marco de Canaveses | 41.192647, -8.070793 |
| 6 | Castelo na serra das Montedeiras | 874 m | Marco de Canaveses | 41.114013, -8.135078 |

# APÊNDICE 7

*Lista de capelas desconhecidas ou não inventariadas*

| Nº | DESIGNAÇÃO | CONCELHO | ESTADO | COORDENADAS | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1. | Capela Sr. Crucificado da Feira | Ataíde | não registada | 41.249166, | -8.198599 |
| 2. | S. Sebastião | Fregim | em estudo / registada | 41.265552, | -8.108274 |
| 3. | Capela de S. Paio | Figueiró (Santiago) | em estudo / registada | 41.297711, | -8.156482 |
| 4. | Capela do Monte | Figueiró (Santiago) | em estudo / registada | 41.312247, | -8.163511 |
| 5. | Capela de S. Brás | Real | não registada | 41.241522, | -8.180146 |
| 6. | Nossa Senhora da Ajuda | Fregim | em estudo / registada | 41.266350, | -8.116183 |
| 7. | S. Miguel | Fregim | em estudo / registada | 41.271420, | -8.120482 |
| 8. | Capela de Nossa da Olaia | Fregim | desconhecida | 41.267221, | -8.125832 |
| 9. | Capela da Quintã | Fregim | não registada | 41.266577, | -8.124150 |
| 10. | Sra. da Encarnação | Mancelos | em estudo / registada | 41.270644, | -8.171889 |
| 11. | Sra. de Fátima | Mancelos | em estudo / registada | 41.294280, | -8.139090 |
| 12. | Capela Quinta da Aldeia | Mancelos | desconhecida | 41.295690, | -8.141956 |
| 13. | Capela da Imaculada Conceição | Mancelos | em estudo / registada | 41.264968, | -8.180767 |
| 14. | Capela S. Sebastião | Mancelos | em estudo / registada | 41.263610, | -8.156231 |
| 15. | Capela de Santo Amaro | Travanca | desaparecida, mas registada | 41.267376, | -8.192004 |
| 16. | S. Miguel-o-Anjo | Travanca | em estudo / registada | 41.286411, | -8.198073 |
| 17. | Capela da Saudade | Travanca | desconhecida | 41.269534, | -8.183321 |
| 18. | Capela de S. Julião de Passinhos | Vila Caiz | identificada / registada | 41.234718, | -8.117605 |
| 19. | Capela de Santa Cruz | Louredo | não registada | 41.251491, | -8.131725 |
| 20. | Capela de São Lázaro | São Veríssimo | não registada | 41.227905, | -8.171789 |
| 21. | Capela de Monte Só | Aião | não registada | 41.303854, | -8.189959 |
| 22. | Capela da Nossa Sra. da Lapa | Aião | não registada | 41.308639, | -8.190905 |
| 23. | Capela de São Cristovão | Lordelo / Aião | não registada / ruína | 41.308096, | -8.227395 |
| 24. | Ermida de S. Romão | Carvalhosa | desaparecida | 41.272812, | -8.088377 |
| 25. | Cruzeiro memorial da Livração | Toutosa | não registado | 41.241124, | -8.137459 |
| 26. | Capela da Senhora da Guia | Oliveira | ruína | 41.252591, | -8.200081 |



* Por razões de disposição gráfica, a listagem das capelas seguinte apresentada de forma aleatória

## 1.

**Capela Sr. Crucificado da Feira**
Ataíde

Situada na praça principal de Ataíde, na Rua da Capela.

Comporta uma escala muito reduzida e de proporções estreitas, implantada na interseção netre a Rua da Capela e a praça onde se faziam as feiras quinzenais. No frontão pode ler-se o seguinte: *"Obra dos da feira; o mandou faser João das Telles, 1819".*

Capela e toponímia.

Vista da fachada e frontão / letreiro.

## 6.

**Nossa Senhora da Ajuda**
Fregim

Situada na malha urbana, na Rua de Boavista, passa quase despercebida. Comporta uma escala muito reduzida.

Pormenor do letreiro.





## 2.

**S. Sebastião**
Fregim

Vista da fachada frontal.

Vista da lateral.

Capela de devoção a S. Sebastião de construção relativamente recente.

Há duas capelas específicas dedicadas a São Sebastião, a de Fregim e Mancelos. Em tempos já houve outra no Campo da Feira e Mancelos. Ainda assim há muitas devoções e festas dedicadas ao santo noutras freguesias.

A norte, ao lado da estrada, na encruzilhada, ergue-se uma alminha com incrições destinadas a honrar as almas do Purgatório.

De cada lado, há duas lápides no chão, com incrições em azulejo.

Alminha do Purgatório.

Lápides com inscrições.

## 3.
**Capela da S. Paio**
**Figueiró**

IPA.00017208 (em estudo)

Implantação ivulgar, assente sobre um afloramento granítico. Apresenta um desalinhamento evidente entre o sino e a porta.

Situa-se ao lado de outra Capela de dimensões semelhantes, que parece pertencer a uma quinta privada (abandonada).

Segundo fontes orais, poderá ser atribuída ao séc. XII. "Era aqui que os frades do Convento de Mancelos vinham celebrar missa. Junto à capela podemos observar um cruzeiro em pedra, símbolo da crença do povo."

Vista da fachada.

Cruzeiro.

Pormenor do sino de espadana.

Capela adjacente, talvez privada.





## 25.
**Cruzeiro memorial na Livração**
Toutosa

Vista frontal.

Pormenor do símbolo de "elmo".

Cruzeiro de grandes dimensões, localizado na Rua do Cruzeiro, em Toutosa. A estrada força o desvio por causa do cruzeiro, o que demonstra a sua antiguidade.

O cruzeiro parece evocar a forma de um barco, sendo que nas proximidades existe uma Rua do Marinheiro.

Contudo, o símbolo inscrito assemelha-se a um "elmo" ou à "espada e machado cruzado", que parecem representar o martírio e a coragem de alguma figura histórica venerada; ou uma figura da nobreza, símbolo de honra e proteção. Pode ainda remeter para o combate ou alguma batalha.

A forma de barco pode simbolizar a jornada espiritual da alma após a morte, homenagear alguém que tenha estado ligado à expansão marítima, ou também ser uma campa, refletindo a importância e crença da pessoa sepultada, especialmente se relacionada com o mar, viagens, ou batalhas.

Vista da fachada frontal.

## 5.
### Capela de São Brás
Real

Situa-se em frente à Casa de São Brás, talvez com ela relacionada.
É uma capela conhecida pela comunidade e celebra a sua devoção a S. Brás, todos os anos, em fevereiro, através de uma romaria.

Na entrada tem galilé e na traseira uma estrutura de possível sacristia.

Na lateral poente mostra-se uma sepultura antropomórfica, um caso muito raro na região em estudo.

Em quase todas as paredes exteriores apresenta inscrições escavadas de pequenas cruzes.

Enquadramento geral.

Fachada frontal.

Interior do galilé.

Pormenor da sepultura antropomórfica.

Vista lateral com sepultura.

Pormenor incrições de cruzes.

Entrada da casa de S. Brás.

Pormenor de "pia" no acesso à Capela.

## 10.
**Sra. da Encarnação**
Mancelos

Capela com entrada pela traseira em relação ao seu acesso, onde se situa um cruzeiro e uma galilé.

Foi objeto de intervenção recente, incluindo a sua envolvente, com parque de lazer e jogos desportivos.

Vista frontal com espécie de altar.

Vista da galilé de entrada (na traseira).

Dentro da galilé.

Pormenor do pórtico





## 17.
**Capela da Senhora da Saudade**
Travanca

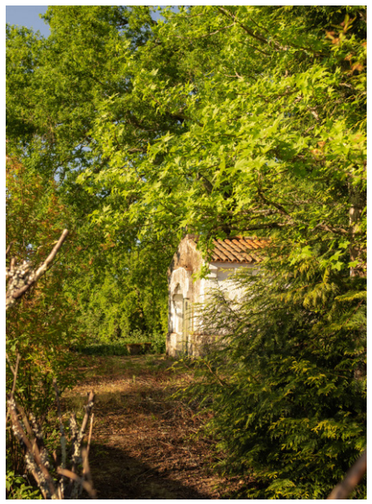
Inserida na Propriedade da Casa Acácio Lino.

Letreiro onde se pode ser: "*Reza Ave Maria à Sra. da Suadade*".

A dimensão é muito reduzida.

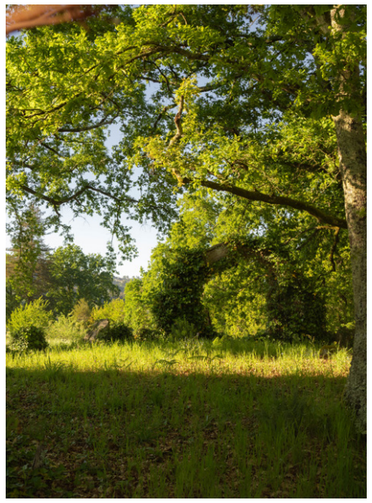
Na envolvente, um jardim organizado por um banco e um pórtico.

Vista traseira.



Vista da fachada.

Pormenor do letreiro.



Pórtico em pedra.

## 24.
**Ermida de São Romão**
Carvalhosa

Capela desaparecida.

A atual Igreja Paroquial de Carvalhosa, construída de raiz no final do séc. XVIII, veio substituir um templo mais antigo, construído em data incerta, e situado em local distinto. Acreditamos poder situar-se na Rua da Ermida.

Francisco Craesbeeck faz alusão a uma única capela na então freguesia de São Romão de Ermida: "capella da Nossa Senhora dos Chãos na Ribeira", talvez relacionada com a solar localizado na Rua do Ribeiro em Carvalhosa.

Entretanto, surge um edifício com proporções equilibradas que decidimos anotar, ainda que hipoteticamente.

Vista satélite (google earth 2017).

Vista da fachada frontal.

Acreditamos que este pequeno edifício, localizado no extremo da freguesia, na Rua do Odres, possa ter sido um templo religioso no passado, sugerido pelas suas dimensões e pela sombra de um cruzeiro, visível nas imagens de satélite de 2017, entretanto demolido. No entanto, esta hipótese não tem qualquerr suporte bibliográfico.

Vista da fachada lateral, entretanto intervencionada.



## 26.
**Capela da Senhora da Guia**
Oliveira

Ruínas da estrutura exterior.

Ruínas da parte interior.

Restam apenas algumas ruínas, ocultas entre as árvores de um lameiro. Supõe-se que tenha sido um templo muito antigo, embora seja hoje impossível precisar a sua datação. A tradição oral refere que a cada 25 de março, a comunidade se reunia em procissão, carregando candeias de azeite. De seguida, faziam o percurso até ao cemitério, com a participação da comunidade de Travanca. Acredita-se que a imagem de Nossa Senhora da Guia, atualmente na Igreja Paroquial, tenha tido origem nesta Capela.

# APÊNDICE 8

*Nota da visita ao Centro de Interpretação do Românico em Lousada.*

Resumo do programa do Centro de Interpretação

*Sala 1. Território e Formação de Portugal*
*Origens da fixação humana nos vales dos rios Douro, Sousa e Tâmega.*
*Influência das condições naturais e famílias senhoriais.*
*Destaque para a arte românica como expressão única da região.*

*Sala 2. Sociedade Medieval*
*Hierarquia social durante a idade média: nobreza, clero e povo.*
*Interdependência entre as classes sociais*

*Sala 3. O Românico (Contexto Europeu)*
*Importância do movimento românico na Europa do século XII.*
*Unificação através da arte românica e do seu contexto histórico.*

*Sala 4. Os Construtores*
*Sala que replica um estaleiro de construção românica, demonstrando as técnicas e materiais utilizados.*
*Papel da pedra e da madeira na arquitetura e escultura.*

*Sala 5. Simbolismo e cor*
*Função moral e educativa das esculturas e pinturas românicas.*
*Importância da cor na arte românica e sua representação simbólica.*

*Sala 6. Os Monumentos ao longo dos Tempos*
*Sala com glossário e amostras de peças à escala real exemplificativas da ornamentação do românico na região.*

CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO ROMÂNICO, EM LOUSADA.

PASSAPORTE DO ROMÂNICO.



# APÊNDICE 9

*Ficha de torres identificadas*

| Nº | DESIGNAÇÃO | FREGUESIA | ESTADO | COORDENADAS | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1. | Torre do Pinheiro | Ataíde | reerguida | 41.246286, | -8.202389 |
| 2. | Torre Banho e Carvalhosa | Banho e Carvalhosa | desaparecida (toponímia) | 41.246286, | -8.202389 |
| 3. | Torre Mancelos | Mancelos | desparecida (toponímia) | 41.277328, | -8.171086 |
| 4. | Torre São Veríssimo | S. Gonçalo | desparecida (toponímia) | 41.268660, | -8.084957 |
| 5. | Torre S. Salvador de Travanca | Travanca | torres do românico | 41.278031, | -8.192791 |
| 6. | Torre Mosteiro Freixo de Baixo | Freixo de Baixo | torres do românico | 41.299125, | -8.122377 |
| 7. | Torre de Vilar | Vilar do Torno | militar | 41.287626, | -8.208582 |
| 8. | Torre D.ª Loba | Padronelo | outras tipologias | 41.266189, | -8.076633 |
| 9. | Quinta do Paço Soutelo | Constance | outras tipologias | 41.223409, | -8.160461 |
| 10. | Solar do Marmoiral | Ataíde | outras tipologias | 41.251216, | -8.189186 |
| 11. | Solar da Tardinhade | Gatão | outras tipologias | 41.302652, | -8.062582 |
| 12. | Casa do Ribeiro | Toutosa | outras tipologias | 41.221718, | -8.147708 |
| 13. | Quinta dos Esporões | Vila Caiz | outras tipologias | 41.227279, | -8.150374 |
| 14. | Casa do Cello | Mancelos | outras tipologias | 41.271923, | -8.163531 |
| 15. | Casa do Carvalho | Real | outras tipologias | 41.246469, | -8.169537 |
| 16. | Casa de Souto Vedro | Louredo | outras tipologias | 41.256871, | -8.117688 |
| 17. | Casa de Manhufe | Mancelos | outras tipologias | 41.263735, | -8.154970 |
| 18. | Casa de Fontelas | Cepelos | outras tipologias | 4.256878, | -8.069984 |
| 19. | Casa da Pedreira | Vila Caiz | outras tipologias | 41.273327, | -8.184189 |
| 20. | Casa da Faia | Freixo de Baixo | outras tipologias | 41.287959, | -8.108752 |
| 21. | Casa Acácio Lino | Travanca | outras tipologias | 41.270461, | -8.183160 |

# APÊNDICE 10

*Eventos das Comemorações do Centenário de Agustina.*

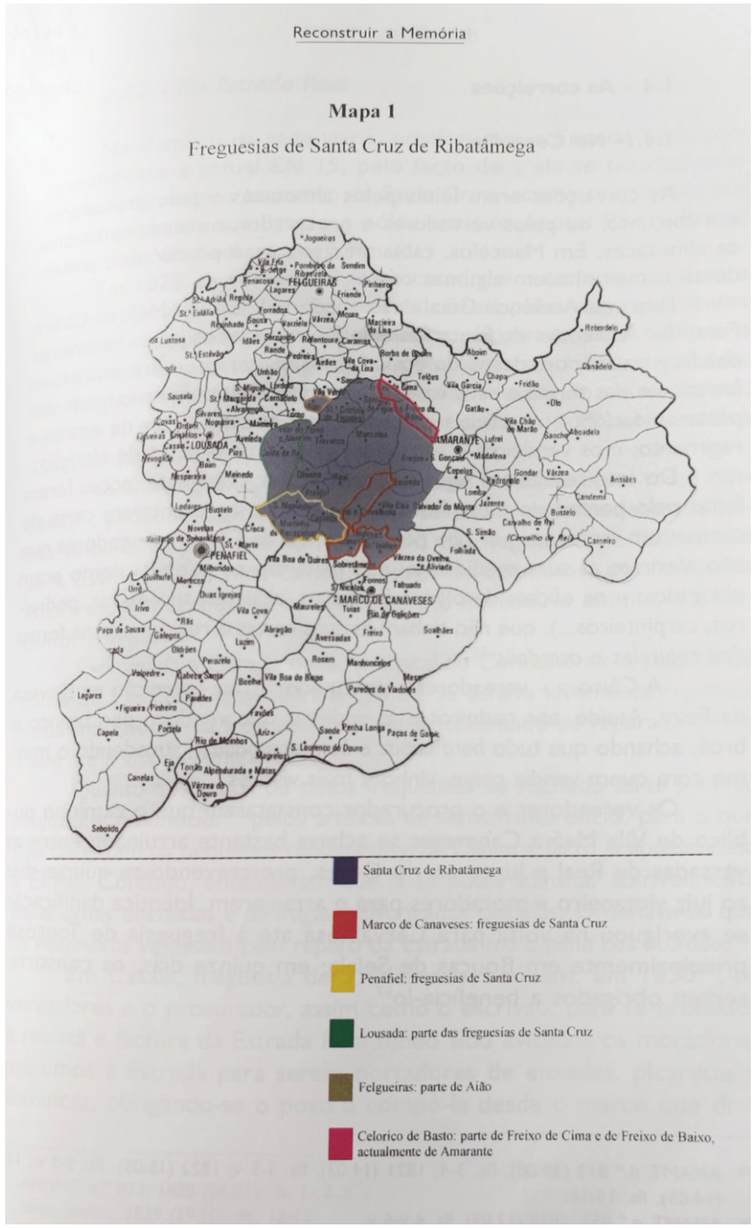
| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| DATA | 22 OUT 22 | 15 OUT 22 - 28 MAI 2023 | 30 JUN 23 | 01 JUL 23 | 09 FEV - 30 SET 23 | 22 JUL 23 |
| CARTAZ | | | | | | |
| TÍTULO | **CONFERÊNCIA ANDANTE** | **EXPOSIÇÃO "FEMININO, UMA HISTÓRIA FICCIONADA"** | **DIÁLOGOS COM AGUSTINA** | **ROTEIRO LITERÁRIO "AMARANTE: OLHAR, VER E REPARAR COM AGUSTINA BESSA-LUÍS"** | **MOSTRA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL** | **ROTEIRO LITERÁRIO AGUSTINA: "A HISTÓRIA É UMA FICÇÃO CONTRO-LADA"** |
| RESUMO | Através da "Conferência Andante", uma atividade realizada em cooperação com a Stay to Talk (Instituto de Imersão Cultural) e as Juntas de Freguesia de Travanca e Vila Meã, celebrou-se Agustina Bessa-Luís. A conferência percorreu lugares significativos da vida da autora, como o Mosteiro de Travanca, a Quinta do Paço, a Casa de Santa Cruz e a casa onde Agustina afirma ter nascido. Os participantes tiveram a oportunidade de ouvir as palavras de Agustina, conhecer a história dos lugares e desfrutar das reflexões dos conferencistas e dos testemunhos locais. O evento procurou enaltecer a importância de Agustina Bessa-Luís na literatura portuguesa e proporcionar uma imersão na sua vida, lugares e obra. | No museu Amadeo de Souza-Cardoso, foi apresentada uma exposição, que teve por base as palavras de Agustina Bessa-Luís no livro "Dicionário Imperfeito", onde se lê: *"A mulher é uma criadora por natureza. A mulher é…".* A mostra, intitulada "Feminino, uma história ficcionada," reuniu várias representações da mulher, e respetivas expressões criativas, através de obras de artistas como Amadeo de Souza-Cardoso, Paula Rego e Vieira da Silva. Esta exposição também incluiu um desenho inédito de Maria Antónia Siza Vieira. | "Diálogos com Agustina" foi o projeto desenvolvido pelo catalão Arnau Giralt, durante o seu estágio na Casa da Juventude de Amarante. Ao longo de três meses, o jovem de 24 anos fez pesquisa e tratamento de informações referentes a Agustina Bessa-Luís.No final, foi produzida uma curta-metragem com leituras da obra da escritora, pela voz de oito jovens, em oito idiomas e vários locais de Amarante, intitulada "Embaixadores Agustinianos: uma Literatura sem fronteiras". | Para além da curta-metragem foram realizados no mesmo âmbito, um roteiro literário, uma hora do conto e uma exposição, que convidaram a refletir sobre diversos temas da obra de Agustina, fomentando a partilha e a pluralidade do entendimento. No dia 1 de Julho, realizou-se o roteiro literário "Amarante: Olhar, Ver e Reparar com Agustina Bessa-Luís", a partir de textos da autora. Os participantes percorreram as ruas do centro histórico de Amarante, acompanhados de leituras e curiosidades sobre alguns lugares da cidade que foram motivo de reflexão por parte da escritora. | A "Mostra Bibliográfica e Documental - Agustina Bessa-Luís" esteve patente na Biblioteca Municipal Albano Sardoeira, em Amarante e Vila Meã, de 9 de fevereiro a 30 de novembro, expondo os títulos disponíveis da autora e outros que incidem no estudo da sua obra, assim como documentos relacionados com imprensa local escrita e com a sua ligação ao território amarantino. Fev/Mar: Primeiras edições, adaptações e suportes audiovisuais. Mar/Mai: Recortes de imprensa, prefácios e informações dispersas. Jun/Jul: Documentos após a morte, bibliografia e livros relacionados com Amarante. Ago/Out: Período na editora Relógio d'Água, incluindo biografias. Out/Nov: Comemorações do Centenário de Nascimento e conexões com História e Artes. | O Instituto de Imersão "Stay to Talk" promoveu um segundo roteiro literário, com base na obra de Agustina. O objetivo foi conhecer o Centro de Interpretação do Românico, em Lousada, e através da inconfundível escrita da autora, sentir alguns dos lugares que marcaram a sua existência. O passeio continuou por Amarante, com uma visita à igreja do Salvador de Real, seguida de uma merenda tradicional com letras. |
| LINKS | *Notícia 1*<br>*Notícia 2*<br>*Notícia 3* | *Notícia 4* | *Curta-Metragem* | *Notícia 5* | *Notícia 6* | *Notícia 7* |

# ANEXOS


| | |
|---|---|
| ANEXO 1 | José Rodrigues - O Concelho de Santa Cruz de Ribatâmega nos Séculos XVIII e XIX, 1998 |
| ANEXO 2 | António Pedro - Adeus rio, Adeus Amarante! 1997 |
| ANEXO 3 | Ponte de Sobretâmega, no Marco de Canaveses |
| ANEXO 4 | Fotos do arcossólio funerário da Igreja do Salvador de Real |
| ANEXO 5 | José Pinho - Castros do concelho de Amarante, 1979 |
| ANEXO 6 | Francisco Craesbeeck - Memórias ressuscitadas da província de Entre Douro e Minho, 1726 |
| ANEXO 7 | Mapa da Rota do Românico - Percurso "Vale do Tâmega"  e "Vale do Sousa" |
| ANEXO 8 | Nova organização dos distritos Administrativos do Reino: Decreto de 6 de Novembro de 1836 |
| ANEXO 9 | António José Queiroz - Ainda o nascimento de Agustina, in Jornal Memória, 2019 |
| ANEXO 10 | Artigo "Armindo Abreu: Vila Meã terá para da Câmara a atenção que merece!", 1995 |
| ANEXO 11 | Elaboração do Plano de Urbanização de Vila Meã (excertos) |

# ANEXO 1

*José Rodrigues - O Concelho de Santa Cruz de Ribatâmega nos Séculos XVIII e XIX, 1998*








# ANEXO 2

*António Pedro - "Adeus rio, Adeus Amarante!", 1997*

## *EM JEITO DE EXPLICAÇÃO*

*Foi preciso pensar muito para arquivar em livro muitos dos textos que publiquei ao longo do que vai para 15 anos sobre o problema da Barragem do Torrão. Não que eu acredite que os amarantinos se esqueçam do que lhes pode acontecer se de facto a cota subir para os 65 metros e o nível das águas passe a subir e a descer diariamente o tal metro e meio dentro da área da cidade. De certeza que muitos têm religiosamente guardados todos os bocados de papel que falaram sobre o assunto. Outros, ainda, por certo, têm esses mesmos bocados guardados na esperança de que amanhã os possam mostrar aos vindouros, dizendo-lhes: "esta é a história de quem tinha medo de ver Amarante afogada".*

*Este pequeno livro pretende ser o repositório de muitas coisas que se disseram, de muitas coisas que para muitos não passaram de "medos" do seu autor. Acredito que alguns dos artigos que aqui se transcrevem, cheguem a ser amanhã documentos fiéis para se fazer uma nova história de Amarante. Acredito e acreditam muitos, amarantinos e não só. O futuro se encarregará de dar razão a quem a tiver, mas, tenho que acreditar que essa razão vai estar, infelizmente, e para desgraça de Amarante, do meu lado.*

*Repararão que a muitos destes artigos foi dado o título de "É PRECISO AVISAR TODA A GENTE..."*

*Hoje, como ontem, continua a ser necessário esse aviso. Certamente, hoje, e num futuro próximo, com mais acuidade. O perigo da barragem do Torrão e consequente Albufeira não foi ainda de todo afastado. Acredito que a possibilidade da subida das águas pode estar cada vez mais próxima.*

*Porquê? Reparem os amarantinos. Fiz parte da primeira Comissão Consultiva, a convite da Câmara Municipal de então, para tomarmos conta da realidade "Torrão" e dela dar conhecimento a Amarante. O que fiz, com toda a espécie de esclarecimentos que se iam recebendo, com as notícias que alegraram uns e destroçaram outros. Nestes, os que sempre quiseram a Amarante que temos. Fomos sabendo e dizendo que a EDP tinha um projecto para o Tâmega, a "enorme célebre "cascata", com 9 barragens então anunciadas, que terminavarm num grande "lago" na zona do Vidago, preparado para, se fosse caso de cheia milenária, fazer transvases para o Alto Rabagão. Quase ninguém queria acreditar nisso, apesar de tudo que se foi dizendo. Sabem-no muitos, do apoio que tiveram os amarantinos, a nível de muita gente que por esse país fora disse da sua justiça sobre o que pretendiam fazer a Amarante. As contradições entre governantes, a construção que era legal e depois foi (e é) ilegal.*

*E veio a bonança. A "guerra" enorme que Amarante - e posso orgulhar-me de ter sido um dos seus maiores "combatentes" - travou, aliado ao trabalho da primeira Câmara socialista, levou a que a EDP se visse obrigada a fazer um "pacto de regime" e não pudesse subir a cota para a marca que, diziam, lhes dava lucro. De então para cá a Albufeira tem estado lá por baixo, o que sendo bom, não é, no entanto, óptimo, porque o rio passou a ser quase um pântano.*

*A EDP pouco se preocupa com isso. Ela sabe que mais cedo ou mais tarde, os*

*É por isso que aparece este livro. Com muitos artigos, como já se disse, informativos, críticos, avisadores, com pedidos aos amarantinos e aos governantes. Também deles (destes) vai depender muito o futuro de Amarante. Mas que ninguém duvide, que todos fiquem alerta: este livro, pretende ser um aviso, um forte aviso. É que não tendo conseguido vencer Amarante com a barragem a jusante a do Torrão a nossa derrota poderá começar a desenhar-se num futuro próximo com a construção da Barragem de Fridão, a montante, a tal que nunca esteve no programa inicial da "cascata" do Tâmega.*

*Já se fala, há muito, nessa barragem. Mas, Amarante, os amarantinos, pouco ou nada sabem sobre ela. Apenas que lá para o ano 2010 estará pronta. E que, segundo rumores, terá mais trinta metros de altura que a do Torrão. Nesta altura, e quando se fala na privatização da EDP, o perigo é cada vez maior para Amarante. A nossa terra, que em tempos não valeu 2 milhões de contos para a companhia eléctrica, que poder terá para evitar que se construa a Barragem de Fridão? Vai ser a partir de agora que os amarantinos (todos) terão que ser mais fortes ainda. Não poderemos deixar que a EDP construa a Barragem de Fridão. E, sobretudo, teremos que estar bem atentos, para que não aconteça o que aconteceu com a Barragem do Torrão, que foi construída ilegalmente e quando se descobriu a verdade... estava feita. E, depois, os responsáveis só souberam dizer: "Se fosse há sete anos..."*

*"É PRECISO AVISAR TODA A GENTE...", todos podemos estar certos disso. Muito do que se vai ler neste pequeno livro, pode bem ser (e quero que seja) uma antevisão do que acontecerá a Amarante se não conseguirmos ser mais fortes que a EDP.*

*E já agora, tal como no início, deixo estas palavras do Padre Luís Coutinho, também ele um dos mais fortes contestatários da Barragem do Torrão: "Os que vierem e não conheceram esta Amarante que vamos afogar, não deverão sentir a perda das margens, das árvores, das azenhas, dos penedos, das "guigas" pequenas, as lavadeiras, os banhistas, etc. e tal. Mas esta mocidade que fomos nós, só voltaremos a vê-la no postal e na recordação saudosa. É uma parte da nossa terra que morre! E' uma parte de nós que morre!"*

*Em "Devaneios", decidi inserir alguns textos que ao longo dos anos fui escrevendo numa secção de "O Jornal de Amarante" e, nos quais pretendi, sem ofender, retratar algumas situações de Amarante. Penso que não ficarão mal aqui e, darão, até, para trazer alguma alegria ao tom catastrófico da primeira parte.*

*O Autor*



# ANEXO 3

*Ponte de Sobretâmega, no Marco de Canaveses*

JORNAL A VERDADE • 5 • QUINTA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 1991

## Demolida a ponte submersa de Canaveses

**Preparativos para a implosão da ponte de Canaveses.**

Acaba de ser demolida a ponte de Canaveses, que ficara submersa com a construção da Barragem do Tâmega I.

A referida ponte, de guardas ameadas, com o comprimento de 156 metros e com a largura de seis metros de faixa de rodagem, com passeios laterais de 80 cm cada, com três grandes arcos em ogiva e dois circulares laterais, sendo aberta ao trânsito em 12 de Junho de 1944.

O autor do projecto fora o Sr. Eng. Valente de Araújo, cujo projecto foi baseado na reconstituição da velha ponte romana.

A sua demolição ocorreu pelas 14 horas do passado dia 11 do corrente, tendo os rebentamentos destruído cerca de metade da ponte.

Os trabalhos de demolição foram dados como concluídos no dia seguinte.

Assim desapareceu para sempre uma histórica ponte que não podia ser demolida sem que antes tivesse feito história. Mas dessa falaremos em momento oportuno, nomeadamente toda a polémica levantada por causa de meia dúzia de pedras.

## CRONOLOGIA

**Época romana** - A primeira construção desta ponte dataria desta época;

**Séc. XII** - A sua reconstrução medieval anda associada à rainha D. Mafalda, mulher de D. Afonso Henriques, que doou os direitos de portagem e um paço que aí possuía para a instituição de uma albergaria;

**1300 - 1334** - Estão registados legados testamentais para obras na ponte de Canavezes;

**Séc. XVI** - Um dos arcos tinha sido reconstituído no reinado de D. Sebastião;

**1726** - Referência à existência de um cruzeiro no meio da ponte com uma inscrição;

**1809** - Um dos arcos do meio foi demolido durante as invasões francesas;

**1910, 23 de junho** - Classificação como MN (Monumento Nacionais) através do Decreto de 16-06-1910, DG n.° 136; 1941 - demolida;

**1937** - Reposição do parapeito e ameias derrubadas por uma camioneta;

**1941 / 1944** - Foi demolida tendo sido construída uma nova no mesmo lugar pela Direcção de Pontes;

**1949** - Desclassificada através do Decreto n° 37 366, DG, 1ª série, n.° 70 de 05 abril 1949;

**1991** - A nova ponte ficou submersa pela albufeira da barragem do Aproveitamento Hidroeléctrico do Rio Tâmega Escalão do Torrão;

# ANEXO 4

*Fotos do arcossólio funerário da Igreja do Salvador de Real*

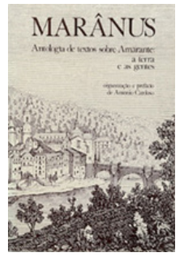
Vista do exterior da fachada lateral.
Foto da autoria da Rota do Românico.

Pormenor do arcossílio.
Foto da autoria da Rota do Românico.



# ANEXO 5

*José Pinho - Castros do concelho de Amarante, 1979*




**pp. 18 - 20**

*Castro Velho*

*A uns sete quilómetros a sudoeste de Amarante, e no extremo das freguesias de Louredo e Vila Caiz, ficam os Montes ou Serra de Santa Cruz, pequena faixa de terreno escalvado e pedregoso com cabeços, cujas cotas máximas oscilam entre 450 e 500 m.*

*Foi num destes morros, de forma acentuadamente cónica, conhecido no topónimo atual pelo nome de Castelo Velho, e que a carta geodésica dá 459 m de altitude, que uma pequena tribo lusitana se fixou por um tempo mais ou menos longo, ou dele se serviu como reduto ou simples posto de observação.*

*E digo uma pequena tribo ou família, porque é tal a quantidade dos afloramentos graníticos que só a noroeste se poderia construir algumas poucas dessas nossas conhecidas redondas casas castrejas, a não ser que, por entre penedia e de encosto a ela, nos claros, onde hoje cresce a giesta de flores brancas, se erguessem, aqui e além, torrões e pedra miúda à semelhança dos curtalhos serranos; há, porém, carência absoluta de vestígios evidentes de casas e mesmo de muralhas defensivas. Que foi um pequeno castro não existe dúvida; tudo no-lo diz: a forma, o nome, a lenda, que aqui, como em estações idênticas, tudo atribui a mouros e mouras encantadas, sem esquecer o tal caminho subterrâneo até ao rio, neste caso forrado de ouro pela crendice popular; porém, se isto não fosse bastante, lá temos os seixos rolados, que só podiam vir do Tâmega, que tão distante corre, número suficiente de fragmentos de uma cerâmica grosseira, mas característica, que os ciprianistas põem a descoberto nas suas escavações noturnas à cata de tesouros, e, superior a tudo, as interessantes em esculturas, quase todas para nós para mim pelo menos, enigmáticas, que o fustigar dos séculos até hoje conservou para dentro em pouco o bárbaro camartelo despedaçar, como tantíssimas outras, enrolar pelo monte abaixo para vergonha nossa.*

*Dentre esses restos cerâmicos coligi alguns como simples ornamentações incisas, pequenos filetes com impressões ungiais e digitais, a sulcos longitudinais, ora horizontais, ora sinuosos, às vezes os dois combinados e em alguns nas 2 superfícies interna e externa, rebordados mais ou menos artísticos, asas, uma das quais com orifícios fundos de vasos e vários cacos em que mais facilmente se podem notar algumas particularidades acerca do fabrico e cozedura, depois há peças em que é evidente que naquele não entrou auxílio da roda de oleiro, e na outra se vê pelas diversas cores e dureza da pasta que a conexão não era perfeita, o que nos leva a supor que o artista, não conhecendo o forno, cozia os seus vasos pelo processo de soenga (Portugália, pág. 76), ainda hoje em uso nas olarias do concelho.*

*A argila era de várias espécies - mais ou menos plásticas - e nunca peneirada, tal a grande quantidade de grãos de quartzo e ortose que indistintamente se encontra espalhada por toda a massa. De envolta com estes casos aparecem aqui além fragmentos de escorial.*

*As esculturas são de quatro espécies: covas, pias, escavações e escadas.*

*As covinhas são ou isoladas, ou associadas a pias de degraus as escavações de forma um tanto retangular, dão umas leves ideias dos lagares de mouros (Portugália, pág. 606), mas não o eram decerto, e talvez servissem para firmar alguns postes de madeira ou pedra na vedação de um pequeno recinto, visto que as paredes de algumas dão, em parte, alinhamento com cortes que atravessam em todo o comprimento a parte superior de dois penedos terminais, embora esses cortes que dão acesso a pequenos degraus abertos na rocha estejam em diferentes planos de nível.*

*As pias são elíticas ou retangulares.*

*As escadas, essas há-as de duas formas: umas, e são aquelas de que acabo de falar, são tão toscas que nos degraus mal se pode firmar um pé; outras abertas na rocha como as primeiras, foram feitas com todo o cuidado e dão, segundo dizem, para um poço que há pouco ainda estava em parte aberto e que os pastores encheram de pedras para o gado lá não cair. Depois encontram-se, aqui e ali, neste ou naquele penedo, sulcos longitudinais, interrompidos ou não, degraus isolados, cantos de degraus e, a pouca distância do castro um penedo furado, onde o povo diz ser o açougue dos mouros, olhando o orifício como prisão dos bois.*





# ANEXO 6

*Francisco Craesbeeck - Memórias ressuscitadas da província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*

**pp. 158 - 161**

*CAPITULO 15.°*

*Da freguesia de São Pedro de Athaide*

*1. A igreja de São Pedro de Athaide he do ordinario do Porto e seo abbade o Padre João Machado de Miranda; não tem sacrario, nem sepul- turas com letreiros e só tem huma cappella fillial de Nossa Senhora do Pinheiro no lugar deste nome. Tem porem na cappella-mór huma milagrosa imagem de Santa Cita e, no altar collactral, da parte do evangelho, a imagem de São Pedro, que he o orago; e, no da parte da epistola, a imagem de Nossa Senhora do Rozario. O autor da «Corografia» faz menção haver nesta freguesia huma torre que se desfes; e, com effeito, ainda se vem os vestigios della em ruinas; e a quinta, que lhe pertence, anda aforada a lavradores, que pagão certos foros aos erdeiros de D. Manoel de Azevedo e Athaide, senhor hoje deste solar de Athaide, de que agora daremos noticia.*

*2. A «Monarchia Lusitana» faz menção ao lugar de Tagilde, en que viveo Athanagildo, que he na freguesia de São Slavador de Thagilde (de en que falamos no tituleste capitulo 95); e tambem falla em o lugar de Athaide, solar dos Athaides neste Reino, cituado nesta fregulasien de São Pedro, en tambem falla na sexta parte (687), disendo que nella fora honrada a dita quinta do Pinheiro, en que está a cappella de Nossa Senhora, que fora de Gonçallo Viegas e sua avoenga; e, como ali falla tambem da freguesia de Santa Ouvaia (da qual não há hoje memoria), entendemos seria a freguesia de Santa Eulalia de Constancia, en que está a quinta do Passo de Soutello, de que fizemos menção no capitulo 5, que devia de ser destes fidalgos e depois se venderia, como de proximo se anda para vender esta dos Athaides às religiosas do Carmo desta villa de Guimarães.*

*3. O conde D. Pedro dá principio a esta familia em D. Martim Viegas de Athaide, no titulo 48 do seo Nobiliario, impresso por Lavanha: e dis o dito Lavanha que fora o primeiro que usara deste appellido, que ficou a seos descendentes, por ser Senhor da Torre de Athaide, na comarca do Porto (no tempo que escreveo o dito Lavanha, já esta freguesia era da comarca de Guimarães; e, suposto esteja no destricto do bispado do Porto, não o está quanto a comarca, sendo que antiguamente, antes de haver corregedores en Guimarães, era da comarca do Porto, que seria o sentido en que falou o dito Lavanha, por não errar). Mas não foi elle o primeiro que usou do dito appellido, nem o primeiro Senhor do dito solar: dis mais o dito Lavanha que, segundo o Livro Antiguo, fora filho de D. Egas e de D. Maria Suares, e desta trata o dito Conde D. Pedro, onde, na notta B, repete o mesmo; e segundo D. Antonio de Lima (*), dis ser o dito D. Egas (**) Affonço da familia dos Coelhos, de que trata, onde se equivoca na notta, disendo ser do dito D. Egas Affonço filho o dito Martim Viegas de Athaide, sendo mulher deste D. Egas Affonço, D. Sancha Paes. Vera dis ser o dito Rei Martim Veegas de Athaide filho de D. Pedro Veegas e de D. Senhorinha Goncalves de Sousa; e neto de D. Egas Monis, o Bom, Aio de el Rei D Affonço Henriques.*

*4. O que achamos com certeza he que D. Egas, que Alam (* Egas Martins, foi senhor deste solar de Athaide, por sua mulher D. Maria ) chama D. Ega Martins, foi senho deste solar de Athaide, por sua mulher D. Maria de de Athaide, Senhora do dito solar e torre de Athaide, que de outras memorias de D. Paio, Senhor de Athaide, que seguirão a Corte de el Rei D. Affonso Henriques. Justificasse o sobredito com as suas memórias, que refere «Cronica dos Conegos Regrantes de Santo Agostinho», onde, tratando do Priore De Santa Crus, D. João de Athaide, filho do dito D. Paio de Athaide, lhe nomea os avos D. Egas e D. Maria, senhora do lugar de Athaidem, na província entre Douro e Minho, entre Arrifana se Sousa e Canaveses; e ali chame a mãi do dito prior D. Arcadia Soares, se equivoca, porque no capitulo 5, do livro 7, n.° 11. página 19, the chama Leugunda Gonçalves, que era o verdadeiro nome que tinha como mostraremos agora.*

*5. No livro de obitos de Santa Crus, a 2 de Maio, se faz mençõo de «Maria Athais, avia Dõni Joannis, prioris tertii can. S. Crucis».*

*E a 25 de Abril, se fas mençõo de seo irmão, ibi: «et Pelagius Menendi, frater Dõni Joannis, prioris tertii Can. Se. Crucis».*

*E a 13 de Dezembro, se dis o seguinte, ibi: «et Pelagius, pater Dõni Joannis, prioris tertii Se. Crucis, et comemoratio parentum ejus».*

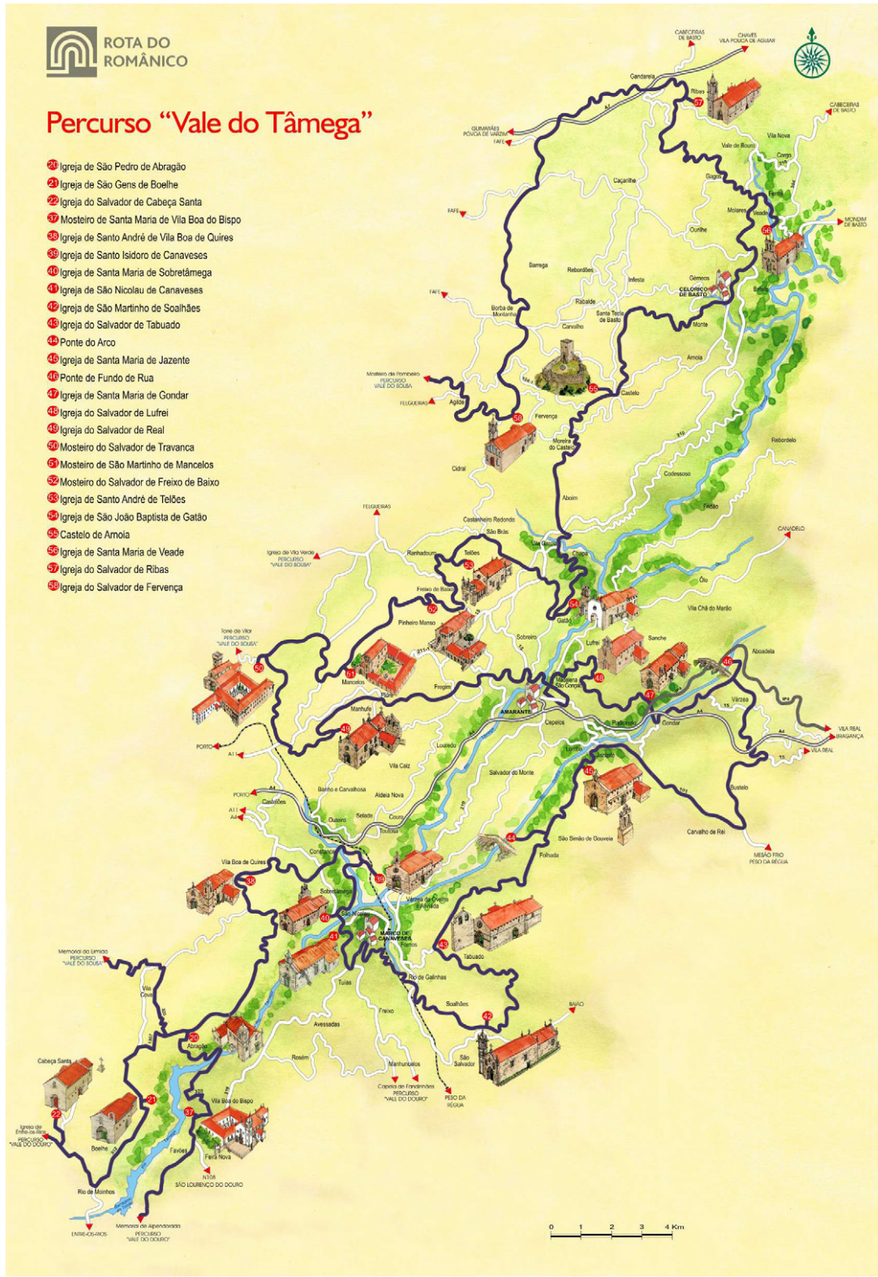
*E, a 22 de Março, se dis o seguinte, ibi: «et Leogunda Gondiscindi, mater Dõni Joannis, monasterii Se Crucius». Donde se vê ser mãi do dito prior Leogumda Gonçalves (sic) e não Leocadia Soares.*

*6. Do sobredito D. Martim Veegas de Athaide foi filho D. Egas Martins de Athaide de Maria Martins de Athaide, que de Maria Martins de Travanqua teve filhos, entre elles a Gonçallo Veegas de Athaide, pai de Martim Gençalves de Athaide, que foi de Gil Martins de Athaide, pai de Athaide, pai de Martin Gonçalves de Athaide, Alcaide-Mór de Chaves ( que Lavanha dis ser tambem Senhor de Govea), do qual foi filho D. Álvaro Gonçalves de Athaide, primeiro Condede Atouguia, casado com D.ª Guiomar de Castro, pais de D. Mecia de Castro (entre outros), mulher de Fernão de Sousa, senhor de Gouvea; pais de D. Joana de Castro, amiga de D. João de Azevedo, Bispo do Porto; pais de D. Manoel de Azevedo, comendatário de São João de Alpendurada e Villa Boa do Bispo, Senhor de Caza de Athaide, en que sucedeo D. Francisco de Athaide e Azevedo, pai de D. Manoel de Azevedo de Athaide, pai de D. Francisco de Azevedo e Athaide, pai de D. Manoel de Azevedo e Atahide, governador das armas do Minho e irmão de D. António de Azevedo e Athaide, pai de D. António Joseph de Athaide e Azevedo, senhor deste solar de Athaide.*

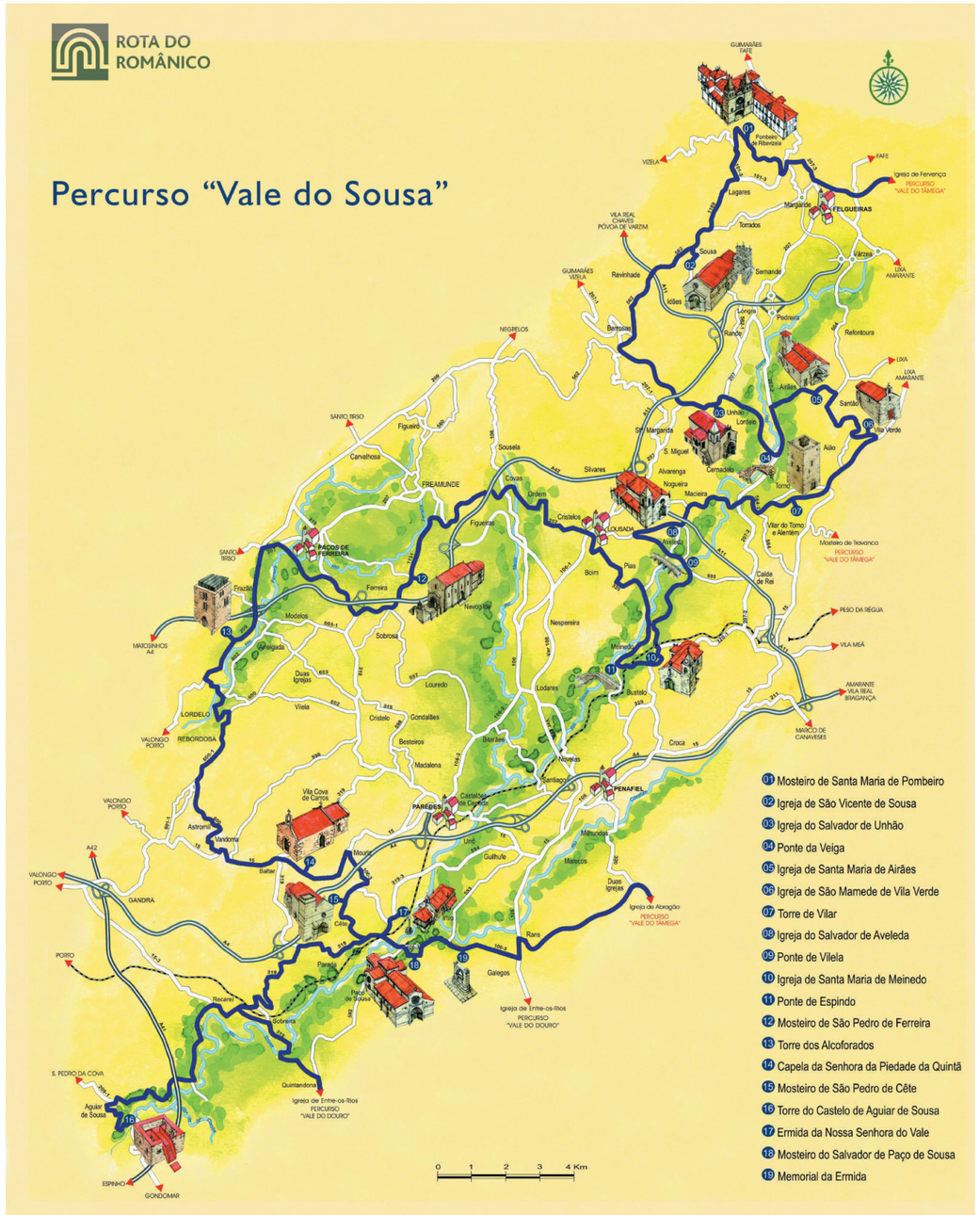


# ANEXO 7

*Mapa da Rota do Românico - Percurso "Vale do Tâmega"*



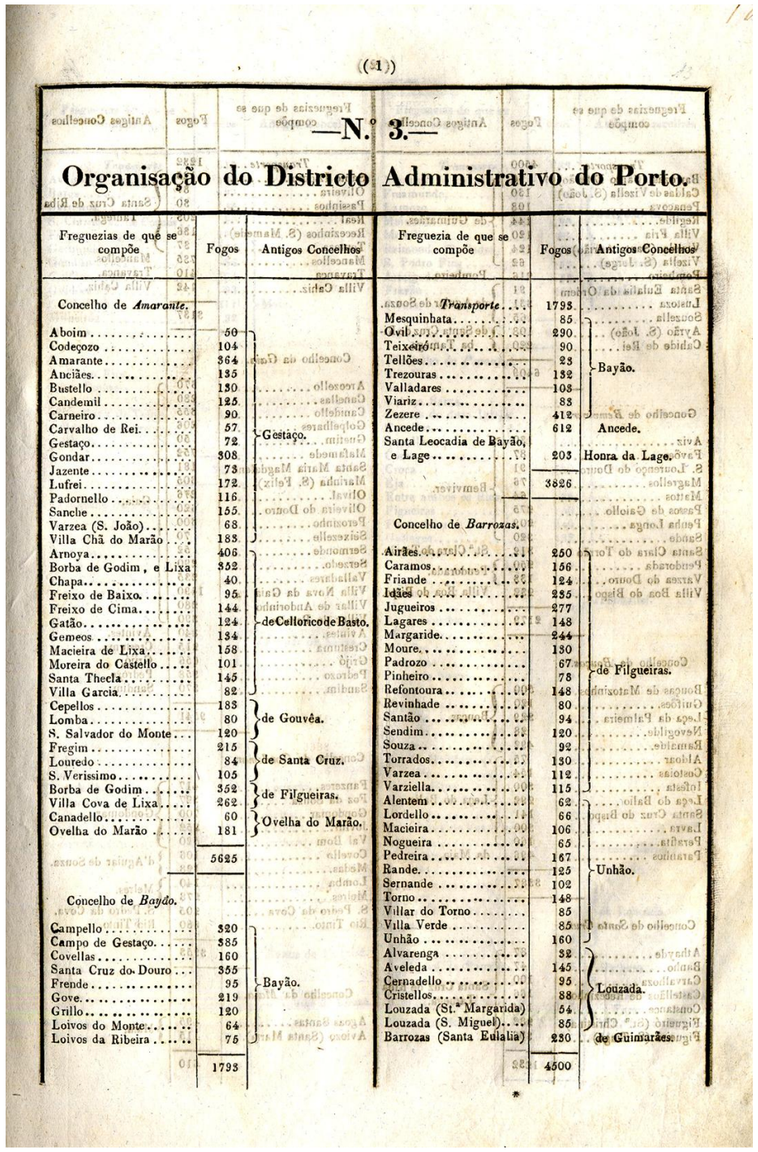
*Mapa da Rota do Românico - Percurso "Vale do Sousa"*






# ANEXO 8

*Nova organização dos distritos Administrativos do Reino : Decreto de 6 de Novembro de 1836*



(51)

—N.º 3.—

**Organisação do Districto Administrativo do Porto.**

| Freguezias de que se compõe | Fogos | Antigos Concelhos |
|---|---|---|
| Concelho de *Amarante.* | | |
| Aboim | 50 | |
| Codeçoso | 104 | |
| Amarante | 364 | |
| Anciães | 135 | |
| Bustello | 130 | |
| Candemil | 125 | |
| Carneiro | 90 | |
| Carvalho de Rei | 57 | |
| Gestaço | 72 | Gestaço. |
| Gondar | 308 | |
| Jazente | 73 | |
| Lufrei | 172 | |
| Padornello | 116 | |
| Sanche | 155 | |
| Varzea (S. João) | 68 | |
| Villa Chã do Marão | 183 | |
| Arnoya | 406 | |
| Borba de Godim, e Lixa | 852 | |
| Chapa | 40 | |
| Freixo de Baixo | 95 | |
| Freixo de Cima | 144 | |
| Gatão | 124 | de Celloriço de Basto. |
| Gemeos | 134 | |
| Macieira de Lixa | 158 | |
| Moreira do Castello | 101 | |
| Santa Thecla | 145 | |
| Villa Garcia | 82 | |
| Cepellos | 183 | |
| Lomba | 80 | de Gouvêa. |
| S. Salvador do Monte | 120 | |
| Fregim | 215 | |
| Loureda | 84 | de Santa Cruz. |
| S. Verissimo | 105 | |
| Borba de Godim | 352 | de Filgueiras. |
| Villa Cova de Lixa | 262 | |
| Canadello | 60 | Ovelha do Marão. |
| Ovelha do Marão | 181 | |
| | 5625 | |
| Concelho de *Baydo.* | | |
| Campello | 320 | |
| Campo de Gestaço | 585 | |
| Covellas | 160 | |
| Santa Cruz do Douro | 355 | |
| Frende | 95 | Bayão. |
| Gove | 219 | |
| Grillo | 120 | |
| Loivos do Monte | 64 | |
| Loivos da Ribeira | 75 | |
| | 1793 | |

| Freguezia de que se compõe | Fogos | Antigos Concelhos |
|---|---|---|
| *Transporte* | 1793 | |
| Mesquinhata | 85 | |
| Ovil | 290 | |
| Teixeiró | 90 | |
| Tellões | 23 | |
| Trezouras | 132 | Bayão. |
| Valladares | 103 | |
| Viariz | 88 | |
| Zezere | 412 | |
| Ancede | 612 | Ancede. |
| Santa Leocadia de Bayão, e Lage | 203 | Honra da Lage. |
| | 3826 | |
| Concelho de *Barrozas.* | | |
| Airães | 250 | |
| Caramos | 156 | |
| Friande | 124 | |
| Idães | 235 | |
| Jugueiros | 277 | |
| Lagares | 148 | |
| Margaride | 244 | |
| Moure | 130 | |
| Padrozo | 67 | de Filgueiras. |
| Pinheiro | 78 | |
| Refontoura | 148 | |
| Revinhade | 80 | |
| Santão | 94 | |
| Sendim | 120 | |
| Souza | 92 | |
| Torrados | 130 | |
| Varzea | 112 | |
| Varziella | 115 | |
| Alentem | 62 | |
| Lordello | 66 | |
| Macieira | 106 | |
| Nogueira | 65 | |
| Pedreira | 167 | |
| Rande | 125 | Unhão. |
| Sernande | 102 | |
| Torno | 148 | |
| Villar do Torno | 85 | |
| Villa Verde | 85 | |
| Unhão | 160 | |
| Alvarenga | 32 | |
| Aveleda | 145 | |
| Cernadello | 95 | Louzada. |
| Cristellos | 88 | |
| Louzada (St.ª Margarida) | 54 | |
| Louzada (S. Miguel) | 85 | |
| Barrozas (Santa Eulalia) | 230 | de Guimarães. |
| | 4500 | |

| Freguezias de que se compõe | Fogos | Antigos Concelhos |
|---|---|---|
| *Transporte* | 4500 | |
| Barrocas (Santo Thyrso) | 136 | |
| Caldas de Vizella (S. João) | 130 | |
| Penacova | 108 | |
| Regilde | 144 | de Guimarães. |
| Villa Fria | 120 | |
| Vizella (Santo Adrião) | 124 | |
| Vizella (S. Jorge) | 62 | |
| Pombeiro | 216 | Pombeiro. |
| Santa Eulalia da Ordem | 91 | |
| Lustoza | 331 | de Aguiar de Souza. |
| Souzella | 165 | |
| Ayrão (S. João) | 108 | de Santa Cruz de Riba Tamega. |
| Cahide de Rei | 220 | |
| | 6409 | |
| Concelho de *Bemviver.* | | |
| Aviz | 130 | |
| Favões | 87 | |
| S. Lourenço do Douro | 91 | |
| Magrellos | 76 | Bemviver. |
| Mattos | 64 | |
| Passos de Gaiollo | 275 | |
| Penha Longa | 203 | |
| Sande | 320 | |
| Santa Clara do Torrão | 312 | St.ª Clara do Torrão. |
| Pendorada | 250 | Pendorada |
| Varzea do Douro | 133 | |
| Villa Boa do Bispo | 232 | Villa Boa do Bispo. |
| | 2179 | |
| Concelho de *Bouças.* | | |
| Bouças de Matozinhos | 300 | |
| Guifões | 120 | Bouças. |
| Leça da Palmeira | 329 | |
| Nevogilde | 28 | |
| Ramalde | 492 | |
| Aldoar | 75 | |
| Costoias | 154 | Leça do Balio. |
| Infesta | 300 | |
| Leça do Balio | 292 | |
| Santa Cruz do Bispo | 141 | |
| Lavra | 300 | |
| Perafita | 160 | |
| Paranhos | 496 | da Maia. |
| | 3387 | |
| Concelho de *Santa Cruz.* | | |
| Athayde | 87 | |
| Banho | 47 | |
| Carvalhoza | 100 | Santa Cruz da Riba Tamega. |
| Castellãos de Recezinhos | 166 | |
| Constance | 156 | |
| Figueiró (St.ª Christina) | 432 | |
| Figueiró (S. Tiago) | 296 | |
| | 1232 | |

| Freguezias de que se compõe | Fogos | Antigos Concelhos |
|---|---|---|
| *Transporte* | 1232 | |
| Santo Thyrso | 130 | |
| Oliveira | 89 | Santa Cruz de Riba Tamega. |
| Passinhos | 30 | |
| Real | 203 | |
| Recezinhos (S. Mamede) | 136 | |
| Touteza | 37 | |
| Mancellos | 735 | Mancellos. |
| Travanca | 410 | Travanca. |
| Villa Cahiz | 142 | Villa Cahiz. |
| | 3137 | |
| Concelho da *Gaia.* | | |
| Arcozello | 370 | |
| Canellas | 280 | |
| Canidello | 555 | |
| Golpelhares | 206 | |
| Guetim | 50 | |
| Mafamede | 752 | |
| Santa Maria Magdalena | 181 | |
| Marinha (S. Felix) | 305 | |
| Olival | 276 | Gaia. |
| Oliveira do Douro | 620 | |
| Perozinho | 300 | |
| Seixezelle | 70 | |
| Sermonde | 52 | |
| Serzedo | 290 | |
| Valladares | 235 | |
| Villa Nova da Gaia | 1490 | |
| Villar de Andorinho | 280 | |
| Villar de Paraizo | 390 | |
| Avintes | 840 | Avintes. |
| Crestuma | 215 | Crestuma. |
| Grijó | 656 | Grijó. |
| Pedrozo | 958 | Pedrozo. |
| Sandim | 370 | Sandim. |
| | 9541 | |
| Concelho de *Gondomar.* | | |
| Panzeres | 417 | |
| Foz da Souza | 327 | |
| Gondomar | 700 | Gondomar. |
| Jovim | 252 | |
| Val Bom | 320 | |
| Covello | 106 | d'Aguiar de Souza. |
| Medas | 128 | |
| Lomba | 140 | Melres. |
| Melres | 278 | |
| S. Pedro da Cova | 205 | S. Pedro da Cova. |
| Rio Tinto | 880 | Rio Tinto. |
| | 3953 | |
| Concelho da *Maia.* | | |
| Agoas Santas | 495 | Maia. |
| Aviozo (Santa Maria) | 115 | |
| | 610 | |







| Freguezias de que se compõe | Fogos | Antigos Concelhos |
|---|---|---|
| *Transporte* | 610 | |
| Aviozo (S. Pedro) | 100 | |
| Barca | 97 | |
| Barreitos | 145 | |
| S. Christovão de Cornes | 90 | |
| Folgoza | 174 | |
| Germunde | 163 | |
| Gondim | 86 | |
| Guifães | 124 | |
| Guidões | 98 | |
| Guilhabreu | 211 | Maia. |
| Milheiróz | 92 | |
| Moreira | 314 | |
| Mosteiró | 109 | |
| Nogueira | 120 | |
| S. Pedro Fins | 113 | |
| Silva Escura | 84 | |
| Vermoim | 116 | |
| Villa Nova da Telha | 130 | |
| Villar do Pinheiro | 180 | |
| Avelleda | 107 | Avelleda. |
| | 5213 | |
| Concelho de *Paredes.* | | |
| Aguiar de Souza | 160 | |
| Astromil | 50 | |
| Bestieiros | 110 | |
| Bitarães | 135 | |
| Castellões de Cepeda | 212 | |
| Cazaes (S. Payo) | 130 | |
| Cristello | 69 | |
| Duas Igrejas | 102 | |
| Lordello | 285 | |
| Santa Maria Magdalena | 67 | Aguiar de Souza. |
| Mouriz | 345 | |
| Novogilde | 185 | |
| Parada Thodea | 101 | |
| Rebordoza | 346 | |
| Sobreira | 321 | |
| Vandoma | 104 | |
| Villa Cova de Carros | 66 | |
| Villela | 170 | |
| Beire | 196 | |
| Gondellães | 80 | Louredo. |
| Louredo | 94 | |
| Baltar | 265 | Baltar. |
| Cette | 161 | Cette. |
| Sobroza | 245 | Sobroza. |
| | 3989 | |
| Concelhos de *Passos de Ferreira.* | | |
| Passos de Ferreira (Santa Eulalia) | 172 | Passos de Ferreira. |
| Carvalhoza | 202 | |
| Codeços | 55 | |
| Covas | 81 | d'Aguiar de Souza. |
| Eiviz | 130 | |
| Ferreira | 234 | |
| Figueiras | 112 | |
| | 986 | |

| Freguezias de que se compõe | Fogos | Antigos Concelhos |
|---|---|---|
| *Transporte* | 986 | |
| Figueiró de Ferreira | 85 | |
| Freamunde | 274 | |
| Lamozo | 75 | d'Aguiar de Souza. |
| Meixomil | 190 | |
| Modellos | 81 | |
| Reimonda (S. Pedro) | 152 | |
| S. Pedro Fins | 153 | de Ferreira. |
| Arreigada | 58 | |
| Frazão | 268 | Frazão. |
| Soroia | 95 | |
| | 2417 | |
| Concelho de *Pennafiel.* | | |
| Boa Vista | 50 | |
| Boelhe | 108 | |
| Cabeça Santa | 180 | |
| Cannas de duas Igrejas | 255 | |
| Canellas | 214 | |
| Capella | 118 | |
| Coreixas | 42 | |
| Croca | 160 | |
| Eja | 56 | |
| Entre ambos os Rios | 83 | |
| Figueiras | 50 | |
| Fonte Arcada | 240 | |
| Gallegos | 187 | |
| Guilhufe | 171 | |
| Irivo | 109 | |
| Lagares | 250 | |
| Luzim | 145 | Pennafiel. |
| Marecos | 180 | |
| Santa Martha | 86 | |
| Milhundos | 85 | |
| Oldrões | 120 | |
| Passinhos | 32 | |
| Passo de Souza | 480 | |
| Pennafiel | 920 | |
| Pinheiro | 198 | |
| Portella | 97 | |
| Prozello | 102 | |
| Rande | 47 | |
| Rio de Moinhos | 263 | |
| Sebolido | 50 | |
| Sub-Arrifana | 73 | |
| Urrô | 83 | |
| Valpedre | 145 | |
| Villa Cova de Vez d'Aves | 104 | |
| Abragão | 272 | Porto Carreiro. |
| Maurelles | 94 | |
| Bustello | 320 | Bustello. |
| Boim | 97 | |
| Lodares | 171 | |
| Nespereira | 70 | de Louzada. |
| Novellas | 124 | |
| Pias | 93 | |
| Cannas | 40 | |
| S. Miguel de Paredes | 76 | Barboza. |
| Rãs | 70 | |
| S. Martinho de Recezinhos | 250 | Santa Cruz de Riba Tamega. |
| Villa Boa do Quirez | 372 | Villa Boa do Quirez. |
| Meinedo | 327 | Meinedo. |
| | 7814 | |

| Freguezias de que se compõe | Fogos | Antigos Concelhos |
|---|---|---|
| Concelho do *Porto.* | | |
| As Freg.as da Sé | | |
| St.o Ildefonso | Que formão os tres Districtos actuaes. | |
| S. Nicoláo | | |
| Victoria | | |
| Cedofeita | | |
| Massarellos | | |
| | 14500 | Porto. |
| Miragaia | | |
| Lordello do Ouro | 462 | de Bouças. |
| S. João da Fóz | 942 | S. João da Fóz. |
| Campanhãa | 1130 | Campanhãa. |
| | 17034 | |
| Conc. da *Povoa de Varzim.* | | |
| Povoa de Varzim | 1612 | Povoa de Varzim. |
| Amorim | 475 | |
| Argivai | 72 | |
| Balazar | 150 | |
| Beiriz | 205 | |
| Estella | 130 | |
| Laundos | 120 | |
| Novaes (o Salvador) | 184 | de Barcellos. |
| Outeiro Maior | 40 | |
| Parada | 37 | |
| Rio Mão | 170 | |
| Santagões | 23 | |
| Terrozo | 231 | |
| Rates (S. Pedro) | 207 | Rates. |
| | 3656 | |
| Concelho de *Soalhães.* | | |
| Soalhães | 535 | Soalhães. |
| Aliviada | 60 | |
| Folhada | 169 | Gouvêa. |
| Gouvêa (S. Simão) | 216 | |
| Varzea | 260 | |
| Avessadas | 127 | |
| Manhuncellos | 76 | |
| Paredes de Viadores | 240 | de Bem Viver. |
| Rozem | 58 | |
| Fornos | 142 | |
| Freixo | 126 | |
| Rio de Galinhas | 75 | Tuias. |
| Tuias | 158 | |
| Taboado | 130 | Taboado. |
| St.a Maria de sobre Tamega | 154 | |
| S. Nicoláo | 73 | Canavezes. |
| | 2599 | |
| Concelho de *Santo Thirso.* | | |
| Carreira (S. Tiago) | 85 | |
| Santa Christina | 105 | Santo Thyrso. |
| Santo Thirso | 390 | |
| Agoa Longa | 105 | |
| Agrella | 122 | |
| Guimarei | 90 | de Refoyos de Riba d'Ave. |
| Lamellas | 148 | |
| Reguengo | 132 | |
| Areas | 170 | |
| Lama (S. Miguel) | 73 | de Landim. |
| Palmeira (Santa Eulalia) | 80 | |
| | 1500 | |

| Freguezias de que se compõe | Fogos | Antigos Concelhos |
|---|---|---|
| *Transporte* | 1500 | |
| Sequeiró (S. Martinho) | 70 | de Landim. |
| Alvarellos | 182 | |
| Bougado (S. Martinho) | 176 | |
| Bougado (S. Tiago) | 190 | |
| Coronado (S. Mamede) | 165 | |
| Coronado (S. Romão) | 75 | da Maia. |
| Covellas | 61 | |
| Guidões | 98 | |
| Muro | 88 | |
| | 2600 | |
| Conc. de *S. Thomé de Negrellos.* | | |
| Burgães | 172 | |
| Coito (S. Miguel) | 69 | |
| Monte Cordova | 301 | |
| Negrellos (S. Mamede) | 160 | Refoios de Riba d'Ave. |
| Negrellos (S. Thomé) | 220 | |
| Pena Maior | 214 | |
| Refoios de Riba d'Ave | 161 | |
| S. Salvador do Campo | 86 | |
| S. Martinho do Campo | 163 | Francemil. |
| Rebordãos | 145 | Rebordãos. |
| Roriz | 273 | Roriz. |
| Villarinho | 211 | de Guimarães. |
| | 2125 | |
| Concelho de *Vallongo.* | | |
| Alfena | 200 | |
| Annes (S. Lourenço) | 217 | da Maia. |
| Vallongo | 775 | |
| Gandara | 224 | |
| S. Martinho do Campo | 279 | de Aguiar de Souza. |
| Sobrado | 230 | |
| | 1925 | |
| Conc. de *Villa do Conde.* | | |
| Villa do Conde | 995 | Villa do Conde. |
| Amorim | 470 | |
| Arcos | 92 | |
| Bagunte | 112 | |
| Beiriz | 182 | de Barcellos. |
| Formariz | 16 | |
| Junqueira (S. Simão) | 185 | |
| Touguinha | 95 | |
| Touguinho | 120 | |
| Macieira | 171 | de Avelleda. |
| Azurara | 190 | Azurara. |
| Arvore | 99 | |
| Canidello | 79 | |
| Fajozes | 74 | |
| Fornello | 114 | |
| Gião | 213 | |
| Labruge | 173 | |
| Mindello | 100 | da Maia. |
| Modivas | 110 | |
| Retorta | 40 | |
| Tougues | 65 | |
| Vairão | 205 | |
| Villa Chãa | 68 | |
| Villar | 150 | |
| | 4118 | |





# RECAPITULAÇÃO.

| Concelhos que ficão existindo | N.º de Fogos | Concelhos extinctos |
|---|---|---|
| Amarante | 5625 | Aboim e Codeçozo. |
| Bayão | 3826 | Aguiar de Souza. |
| Barrozas | 6409 | Ancede. |
| Bemviver | 2179 | Avelleda. |
| Bouças | 3387 | Avintes. |
| Santa Cruz | 3137 | Azurara. |
| Gaia | 9541 | Baltar. |
| Gondomar | 3953 | Barboza. |
| Maia | 3213 | Bostello. |
| Paredes | 3989 | Campanhãa. |
| Passos de Ferreira | 2417 | Cette. |
| Pennafiel | 7814 | Cova. |
| Porto | 17034 | Filgueiras. |
| Povoa de Varzim | 3656 | Francemil. |
| Soalhães | 2599 | Frazão. |
| Santo Thirso | 2600 | Gestaço. |
| S. Thomé de Negrellos | 2125 | Gouvêa. |
| Vallongo | 1925 | S. João da Foz. |
| Villa do Conde | 4118 | Lage. |
| | 89547 | Leça do Balio. |
| | | Louredo. |
| | | Louzada. |
| | | Mancellos. |
| | | Meinedo. |
| | | Melrez. |
| | | Ovelha do Marão. |
| | | Pedrozo. |
| | | Pendurada. |
| | | Pombeiro. |
| | | Porto Carreiro. |
| | | Rates (S. Pedro.) |
| | | Rebordãos. |
| | | Refoios de Riba d'Ave. |
| | | Rio Tinto. |
| | | Roriz. |
| | | Sobroza. |
| | | Taboado. |
| | | Tuias, a Canavezes. |
| | | Torrão. |
| | | Travanca. |
| | | Villa Boa do Bispo. |
| | | Villa Boa do Quirez. |
| | | Villa Cahiz. |
| | | Unhão. |



ANEXOS AN8
AN8 ANEXOS

# ANEXO 9

*António José Queiroz - Ainda o nascimento de Agustina, in Jornal Memória, a 25 de setembro de 2019*

MEMÓRIA 21 setembro 2019 | 22

António José Queiroz

Ainda o nascimento de Agustina

"Maria Agustina Ferreira Teixeira Bessa Luís (assina Bessa-Luís) nasceu a 15 de Outubro de 1922, às 6 horas da tarde, domingo, em Vila Meã, perto de Amarante" (in "Agustina Bessa Luís - a vida e a obra", Lisboa, 1979. p. 13). Quem o diz é Álvaro Manuel Machado, autor do primeiro grande estudo biográfico que foi dedicado à genial escritora. Para o escrever contou com a colaboração da biografada, de quem era amigo, que lhe disponibilizou informações e fotografias. Duas são da casa onde nasceu; Agustina está numa delas.

Há mais publicações (anteriores e posteriores a 1979) que indicam Vila Meã como seu lugar de nascimento. Nos documentos oficiais, porém, é dada como nascida em Travanca, freguesita natal de seu pai e avós. Agustina nunca ignorou que essa "versão" era falsa. Pelos pais soube das circunstâncias do seu nascimento. A informação de que nasceu em Vila Meã foi-lhe confirmada por um antigo jornaleiro, Adão, enviado por seu pai à Casa do Paço, para dar a notícia e trazer uma galinha gorda, para retempero da mãe. Tudo isto é público. Consta até de um documentário intitulado "As Sibilas do Passo", que teve colaboração da Drª Monica Baldaque, filha de Agustina.

Quando a conheci, em 1983, falou-me da casa onde nascera. No livro que lhe entreguei para assinar, deixou-me uma dedicatória em que me trata por conterrâneo e amigo. Vimo-nos mais vezes, como já o disse noutras ocasiões. E numa delas, porque conheço bem os "nevoeiros" da região em que nascemos, pedi-lhe que fosse ela própria a esclarecer o assunto do seu nascimento. Assim o fez, na revista "Anto" (nº 1, Amarante, 1997). Esse texto (disse-me então e já o escrevi) acabaria de vez com as dúvidas, pois devia servir como verdadeira certidão de nascimento. Eis alguns excertos:

"Em Vila Meã, na rua principal e coração da vila, eu nasci num domingo de chuva, às seis horas da tarde.

pp. 22 - 23

(...) Em Vila Meã e não noutro lugar."

Que me recorde, ninguém saiu a terreiro para lhe dizer que estava equivocada. O mesmo aconteceu quando, por diversas vezes, em entrevistas, documentários e livros, reafirmou o lugar da sua naturalidade. No dia 4 de Janeiro de 2003 esteve em Vila Meã, para ser homenageada e descerrar uma placa na casa onde nasceu. Alguém, com um mínimo de bom senso, julgará possível que, caso isso fosse falso, Agustina se prestasse a essa farsa?

Houve, pois, inúmeras oportunidades para a contestar. Mas ninguém o fez. E, entretanto, Agustina faleceu. E algumas "almas pequenas", seguras de que poderão falar sem o risco da escritora lhes dar troco, saem agora da escuridão onde sempre se deixaram estar como toupeiras adormecidas, tocam trombetas e, intrépidas como D. Quixote, carregam contra moinhos de vento, agitando um registo de nascimento como pendão flamejante em campo de batalha. Desse documento, que essas "almas pequenas consideram infalível e mais valioso do que a palavra de Agustina, obtive uma fotocópia na Conservatória do Registo Civil de Amarante. E também da declaração de nascimento, feita no Posto de Travanca. Foi com base nesta (esclareceu-me o funcionário) que foi elaborado o registo. Olhemos, pois, para a declaração, por ser o documento primário. Comecemos pela data: 15 de Novembro de 1922.

Agustina, recorde-se, nasceu a 15 de Outubro. Haviam passado 31 dias sobre o nascimento. Fora de prazo, pois, já que no impresso se diz que era de 30 dias. E quem se encarregou de a registar? Segundo Agustina, foi sua tia, Amélia Teixeira, a Sibila. Que, no Posto de Travanca, declarou (como pode ler-se) serem os pais da registanda "domiciliados no lugar de Vila Meã da freguesia de Real", "residentes acidentalmente no Lugar do Paço, em Travanca. Prestou, pois, falsas declarações, isto é, mentiu.

Na conversa que teve comigo a este respeito, Agustina foi menos severa com a tía: disse-me "apenas" ter sido ela a culpada pela "confusão sobre o seu lugar de nascimento". A assinatura que consta na declaração, para além das testemunhas (José Teixeira de Carvalho e o referido Adão Ribeiro da Cunha, ambos jornaleiros), que também assinaram, não é, porém, a de Amélla Teixeira mas a de Artur Teixeira Bessa, pai de Agustina. O que poderá levantar esta questão: afinal quem foi o autor da declaração? O pai ou a tia? Creio que a análise do documento nos dá a resposta. Nas instruções do impresso, diz-se, em nota de rodapé, que "se o declarante for o pai, basta escrever o par". Ora, não foi bem isto o que aconteceu.

O que está escrito é o seguinte: "O pae da registanda". Aparentemente é a mesma coisa. Mas não é Porque se percebe que o acrescento de duas palavras ("da registanda") fol um expediente para disfarçar o que antes fora escrito. O "p" de "pae", é diferente dos outros "p" que surgem no documento, e essa palavra cobre outras letras que não é possivel identificar. O"o", que precede "pae", surge sobre o(1) indicativo da nota de rodapé, sinal de que foi acrescentado posteriormente. Mas o mais significativo é o que vem a seguir: na palavra "da", as letras são cobertas a tinta mais "carregada" para tentar cobrir outras letras. E o "d", diferente dos restantes "d", é executado de forma grosseira, com a nitida intenção de disfarçar a maiúscula "A", letra que poderá muito bem ser a inicial de... "Amélia". Seja ou não seja, uma coisa é certa: nesta parte, o documento foi manifestamente "martelado".

A hora do nascimento também não coincide: segundo Agustina, foi às 6 da tarde. Na declaração, porém, afirma-se que foi às 19h10. Atendendo à distância entre Vila Meã e o Paço, é bem provável que tenha sido por essa altura que Adão chegou com a notícia do nascimento.(...)

Perguntar se ainda: mas então como é que se explica que no documento apareça a assinatura de Artur Teixeira Bessa? Quero crer que, tendo o registo sido feito pela irmã, ele se limitou a assinar à posteriori, ignorando (se é que leu) os "pormenores" que acabo de referir. Dai concluir, dando razão ao que Agustina me disse foi, efectivamente, sua tia Amélia quem a registou em Travanca.

Quem se dedica ao ofício de historiador sabe que não há História sem documentos. Mas sabe também que um documento, por si só, não é História, mas matéria-prima para o historiador. Que, naturalmente, deve submetê-lo à chamada "critica interna" (ou hermenêutica), para determinar a sua credibilidade. Porque há questões que carecem de respostas claras para quem o analisa: - E fiel ou apresenta falsidades?
Deve-se à pessoa que nele se indica? Teve um autor "material", que o executou, e outro "moral", que o concebeu e mandou elaborar? Quis enganar? Teve intsse em mentir? Foi obrigado a mentir? Houve motivo para mentir? Tire o leitor as suas conclusões. (....)

# ANEXO 10

*"Armindo Abreu: Vila Meã terá para da Câmara a atenção que merece!"*
*in Amarante Magazine (6 de  Dezembro de 1995)*

p. 15

*Armindo Abreu é o primeiro Presidente da Câmara de Amarante, natural e com residência na área de Vila Meã. Nasceu em 1952 em Mancelos... Amarante, como gosta de dizer, para que se não pense que está a puxar a brasa à sua sardinha. Alguns ilustres vila-meanenses pensam e costumam dizer, em roda de amigos, que quando a terra tem gente no poder é pior. "É a primeira vez que ouço falar nisso e quero que esta ideia fique clara: não temos preconceitos. Nós queremos desenvolver o concelho de uma forma harmoniosa e não é pelo facto de eu ser de Mancelos e ter a minha vida na zona de Vila Meã, que vamos benefiar aquela parte de concelho em detrimento de outras. Mas também não será por isso que deixaremos de fazer o que tem de ser feito."*

*Vila Meã, vila com oito anos de idade é o segundo núcleo urbano de Amarante e, até por esse facto, merece muitas atenções. A juventude ainda permite evitar crises de crescimento e vícios paisagísticos. Armindo Abreu, numa primeira fase, quer criar um centro na cidade. "Um centro que se note. Se vir no mapa, Vila Meã parece uma estrela marinha: cresce nas pontas, através das ruas e o centro está a dispersar-se." Ora, então vamos lá saber, da boca do próprio Presidente da Câmara, quais são os planos para Vila Meã: "É preciso rasgar a vila. O meu interesse é avançar com a abertura de arruamentos, rasgando Vila Meã, como indica o Plano de Urbanização. Já lá chegou a água, o saneamento e agora estamos a construir a ETAR. O que está feito, está feito. Daqui para a frente é cumprir o plano. Já adquirimos os terrenos para o campo de futebol e, com a ajuda da Câmara, o Atlético vai promover a sua construção. Vamos também subsidiar dois técnicos da Câmara, mostram a um grupo de jornalistas o trajecto da água ao longo do Sistema de Abastecimento à Margem Direita do Tâmega, até chegar a Vila Meã fortemente a construção do novo quartel dos Bombeiros."*

*Enquanto não era vila, Vila Meã podia orgulhar-se de ter o que certas sedes de concelho não tinham uma casa de espectáculos, o colégio, a linha férrea do Douro. Agora que subiu de estatuto não tem algumas estruturas que uma qualquer urbe reclama. "Ja manifestámos o interesse em comprar os Paços do Concelho de Santa Cruz de Ribatâmega. Só que ninguém se convença de que, pelo facto de ser a Câmara a comprar, vamos pagar mais. Nem pensar, pagamos o preço de mercado. Se conseguirmos, pode lá instalar-se o pólo local da Biblioteca Municipal".*

*Outro dos planos de Armindo Abreu é ressuscitar a animação no Centro Cívico. "Os hábitos de ir ao Centro Cívico perderam-se. Eu habituei-me a vê-lo a abarrotar, aos sábados e domingos. Ainda há pouco tempo houve um concerto da Orquestra do Norte e espectadores eram dez, quinze, talvez vinte pessoas. Verdadeiramente desolador". O Presidente da Câmara tem duas fórmulas para estimular o "pulmão" cultural de Vila Meã: ou através de um protocolo, ou então um financiamento ou co-financiamento de projectos. A decisão cabe, sobretudo, à capacidade de iniciativa da Associação de Beneficência, diz.*

*Mas há mais. Armindo Abreu não está esquecido da zona desportiva, com piscina e pavilhão. Dos seus planos também faz parte o sonho de integrar, localmente, o Colégio: "Até agora as pessoas nunca consideraram o Colégio de Vila Meã como seu. Sempre esteve mais virado para terras vizinhas... Tem que se fazer a sua ligação à sociedade."*

*O actual Presidente da Câmara conhece bem a terra e sabe o que faz falta. No futuro próximo tentará provar que santos da casa também fazem milagres. Os possíveis...*

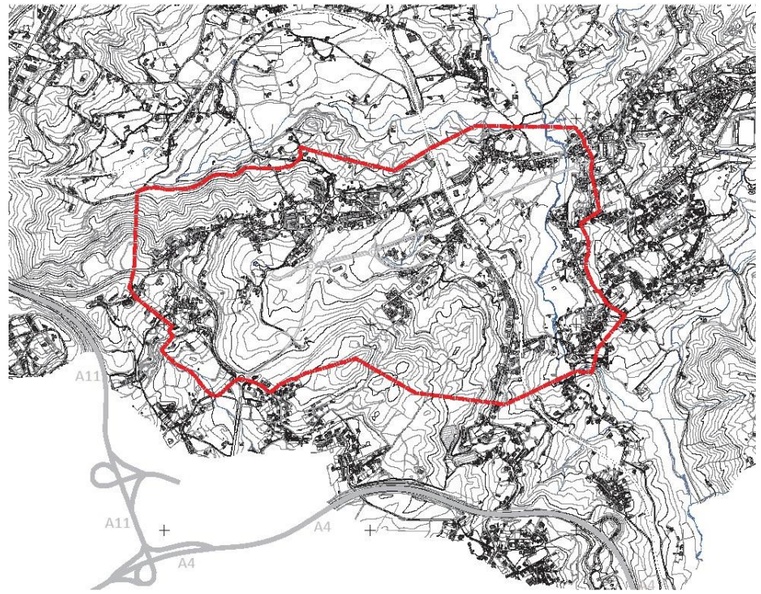


# ANEXO 11

*Elaboração do Plano de Urbanização de Vila Meã*
*(excertos)*

p. 4

*Delimitação da área de intervenção do plano.*




p. 8

*Delimitação da área de intervenção do PU sobre a Planta de Ordenamento do PDM vigente.*